

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS



Conhecimento dos Jovens n.º 29

Parceria para a Juventude

Parceria entre a Comissão Europeia e o Conselho
da Europa no domínio da juventude



EUROPEAN UNION

COUNCIL OF EUROPE



CONSEIL DE L'EUROPE

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS

Editores

Tomaž Deželan
Cristina Bacalso
Anna Lodeserto

Coordenação

Lana Pasic
Lali Bouche

Conhecimento dos Jovens n.º 29
Conselho da Europa e Comissão Europeia

Edição original (inglesa):
Youth Political Participation
ISBN 978-92-871-9238-7
© Council of Europe, October 2023

Texto originado e usado com a permissão do Conselho da Europa.
Esta tradução é publicada
por acordo com o Conselho da Europa, mas sob
a responsabilidade exclusiva do tradutor.

As opiniões expressas neste trabalho, encomendado pela Parceria
União Europeia-Conselho da Europa para a Juventude, são da
responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a
política oficial de nenhuma das instituições parceiras, dos seus
Estados-Membros ou das organizações que com elas cooperam.

É autorizada a reprodução de excertos (até 500 palavras) para fins
não comerciais, desde que a integridade do texto seja preservada,
o excerto não seja utilizado fora de contexto, não forneça
informações incompletas ou não induza o leitor em erro quanto
à natureza, âmbito ou conteúdo do texto. O texto de origem deve
ser sempre citado da seguinte forma:
© Council of Europe and European Commission, 2023 - edição
inglesa; © Centro de Juventude de Lisboa, 2024 - tradução
portuguesa.

Outros pedidos relativos à reprodução/tradução da totalidade ou
de parte do documento original devem ser dirigidos à Direção das
Comunicações, Conselho da Europa
(F-67075 Strasbourg Cedex or
publishing@coe.int).

A restante correspondência relativa ao documento original deve
ser dirigida à
Parceria UE-Conselho da Europa para a Juventude,
youth-partnership@partnership-eu.coe.int.

Toda a correspondência relativa à tradução portuguesa deve ser
dirigida ao Centro de Juventude de Lisboa, cjlisboa@ipdj.pt.

Design da capa: Departamento de Produção de Documentos e
Publicações (SPDP), Conselho da Europa
Layout: Jouve, Paris

Foto da capa: Parceria UE-Conselho da Europa para a Juventude

Publicações do Conselho da Europa
F-67075 Strasbourg Cedex
<http://book.coe.int>
<https://edoc.coe.int>

Título em português: *Participação Política dos Jovens*
ISBN: 978-989-8330-52-9
© Centro de Juventude de Lisboa, dezembro 2024
cjlisboa@ipdj.pt
<https://cjl.ipdj.gov.pt>

Tradução: AP | PORTUGAL
Adaptação: Centro de Juventude de Lisboa do IPDJ

Índice

PREFÁCIO	5
Lana Pasic	
INTRODUÇÃO - COMO É QUE OS JOVENS SE ESTÃO A ENVOLVER COM AS DEMOCRACIAS EM TRANSFORMAÇÃO?	7
Cristina Bacalso e Tomaž Deželan	
CAPÍTULO 1 - "BONDADE RADICAL": OS JOVENS ATIVISTAS CLIMÁTICOS QUE ESTÃO A TRANSFORMAR A DEMOCRACIA	15
Benjamin Bowman, Pooja Kishinani, Sarah Pickard e Marion Smith	
CAPÍTULO 2 - O ATIVISMO CLIMÁTICO DOS JOVENS: A EXPERIÊNCIA FRIDAYS FOR FUTURE EM ROMA	35
Francesca Belotti, Arianna Bussoletti, Stellamarina Donato	
CAPÍTULO 3 - OS JOVENS E A JUSTIÇA AMBIENTAL NA UE: A CONVENÇÃO DE AARHUS DE 1998	53
Chiara Scissa	
ENSAIO - MUDANÇA DE SISTEMA E NÃO MUDANÇA CLIMÁTICA! COMO É QUE PODEMOS TRANSFORMAR OS SISTEMAS EM CONJUNTO?	73
Nora Marion Wilhelm	
CAPÍTULO 4 - PLURALIZAR O IMAGINÁRIO DEMOCRÁTICO: A JUVENTUDE PARA ALÉM DO CÂNONE LIBERAL-DEMOCRÁTICO	77
Sérgio Miguel Seno da Silva Xavier	
CAPÍTULO 5 - "VOZ DOS JOVENS", DIÁLOGO E DEMOCRACIA	99
Dan Moxon	
ENSAIO - A VOZ QUE FALTAVA: COMO AS ESCOLAS POLACAS IGNORAM A VOZ DOS ALUNOS	115
Antoni Antoszek	
CAPÍTULO 6 - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS EUROPEUS: O PAPEL DOS VALORES LIBERAIS E DO CONTEXTO DEMOCRÁTICO	121
Dragan Stanojević, Bojan Todosijević e Zoran Pavlović	
ENSAIO - JOVENS TRANSNACIONAIS EUROPEUS A TECER O DESTINO DA EUROPA	145
Narcis George Matache	
CAPÍTULO 7 - A "CIDADANIA EUROPEIA" E A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA DOS JOVENS: UM ESTUDO DE CASO DA FINLÂNDIA	149
Maija Lehto	
ENSAIO - CAMINHOS PARA O EMPODERAMENTO DOS JOVENS: O PAPEL DA CONSTRUÇÃO DE COMUNIDADES	165
Ana Sofia Martins Pereira, Beatriz Henriques Peixoto Capão, Francesco Capellini, Joana Cristina Rodrigues Freitas, Joana Sofia Arêde Richa Martins	
CONCLUSÕES - O QUE FAZER COM A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS?	171
Tomaž Deželan, Cristina Bacalso	
BIOGRAFIAS DOS EDITORES E DOS AUTORES	179

Prefácio

Lana Pasic

Atualmente, a participação política dos jovens ocorre num contexto de transformação democrática e de incerteza política, social e económica. Quando se iniciou o trabalho concetual e editorial deste livro, as principais questões relativas à participação dos jovens prendiam-se com a diminuição do espaço na sociedade civil; o declínio da participação institucional dos jovens; a rápida digitalização; o avanço das ideologias populistas; e o aumento dos movimentos juvenis globais, centrados nas alterações climáticas e nas demandas por igualdade. Desde então, os jovens enfrentaram uma série de outros desafios, incluindo os dois anos da pandemia de Covid-19, a crescente polarização do espaço político e social, o aumento das desigualdades, a crise económica e a precariedade e, mais recentemente, uma guerra. Este livro sobre o Conhecimento dos Jovens recorda-nos que, embora o contexto possa estar a mudar, a participação dos jovens é crucial para moldar e transformar as democracias.

A Parceria União Europeia (UE)-Conselho da Europa para a Juventude tem vindo a investigar a participação e a cidadania dos jovens desde a sua criação em 1998. O seu livro de 2005 *Revisiting youth political participation - Challenges for research and democratic practice in Europe* (*Revisitar a participação política dos jovens - Desafios para a investigação e a prática democrática na Europa*) permitiu explorar a relação dos jovens com a democracia e as formas de apoiar e promover o seu envolvimento efetivo na tomada de decisões. O foco na participação política continuou com o simpósio de 2019 intitulado "The future of young people's political participation: questions, challenges and opportunities" (O futuro da participação política dos jovens: questões, desafios e oportunidades), que criou um espaço para examinar as tensões e as oportunidades, a aprendizagem e a inspiração. Os recursos e produtos de conhecimento desenvolvidos para o simpósio incluem a revisão da literatura sobre a participação política dos jovens, um documento sobre as "Visões do futuro" dos jovens, um compêndio que reúne práticas relevantes, o relatório do simpósio, vídeos, vídeos animados, [infografias](#) e [webinars](#).

Desde o simpósio de 2019, a Parceria para a Juventude publicou os estudos "[Meaningful youth political participation in Europe: concepts, patterns and policy implications](#)" (Bárta, Boldt e Lavizzari 2021) "[Insights - Meaningful youth political participation](#)" (Bárta e Lavizzari 2021) e o estudo sobre Novas formas de participação política. Inquérito estatístico (Yurttagüler e Pultar 2023) que explora o envolvimento contemporâneo dos jovens na política, incluindo os canais de participação convencionais e não convencionais. Entre eles encontram-se o voto, a filiação em partidos políticos, conselhos nacionais de juventude e organizações de juventude, o voluntariado e a participação em movimentos e protestos globais. Também acompanhou mais de perto as tendências da participação dos jovens no movimento de greve climática dos jovens e os desafios da participação dos jovens durante a pandemia de Covid-19.

A participação política, a cidadania e a relação dos jovens com a democracia continuam a ser um tema complexo para a investigação, a política e a prática no domínio da juventude. Este livro não pretende, de forma alguma, responder a todas as questões relevantes para o tema ou

representar as realidades de todos os jovens da Europa. A título de exemplo, o envolvimento de mulheres jovens e de grupos minoritários, ou novas formas de participação nos ambientes digitais, continuam pendentes de exploração noutros espaços.

Através de sete capítulos e quatro ensaios escritos por jovens, a equipa editorial apresenta habilmente um vislumbre do panorama da participação política dos jovens contemporâneos num mundo em mudança, destacando as realidades, as tendências e as questões de maior relevância. Este material pretende ser uma ferramenta para aprofundar a compreensão dos fenómenos envolvidos e uma fonte de inspiração para a investigação sobre a juventude, a política de juventude, a prática do trabalho com jovens e os jovens.

Introdução

Como é que os jovens se estão a envolver com as democracias em transformação?

Cristina Bacalso e Tomaž Deželan

As nossas democracias estão a mudar de forma fundamental e a um ritmo inimaginável. Nos últimos anos, temos assistido a um espaço cada vez mais reduzido para a participação política dos cidadãos em todo o mundo democrático. Desde obstáculos subtis até à proibição direta de atividades, as autoridades públicas e os seus agentes restringiram em diversos Estados as liberdades de expressão, de associação, de reunião e outros direitos e liberdades democráticos fundamentais. Esta tendência de iliberalismo não tem passado despercebida. Algumas das fontes mais influentes no que diz respeito à medição global destacam um declínio generalizado do estado da democracia a nível mundial, referindo-se a ele em termos de democracia em retirada (Freedom House 2019), aumento da polarização e da repressão (Bertelsmann Stiftung 2018) e um aumento do "retrocesso democrático" (International IDEA 2021).

Com o surgimento da Covid-19, as medidas de contenção impostas pelos governos, como as restrições às concentrações de massas e ao contacto físico, desafiaram os modos tradicionais de organização e protesto presenciais. As medidas também deram origem a reações de movimentos reacionários e antiestatais, sob o pretexto de proteger a democracia, embora pondo em causa a atual ordem democrática. Entretanto, a Internet e as tecnologias da informação e da comunicação pareciam oferecer possibilidades de mobilização política contínua, apesar das restrições ao exercício dos direitos cívicos em locais públicos. No entanto, as preocupações há muito conhecidas sobre o ritmo da disrupção digital que representa ameaças à democracia, como a distorção da realidade, o declínio do jornalismo e o capitalismo de vigilância (Pew Research Center 2020), significam que uma simples mudança do mundo offline para o mundo online não é simples nem linear. A pandemia pôs em evidência a extensão dos nossos ecossistemas de desinformação, onde uma "infodemia" correspondente colocou desafios a uma resposta adequada em matéria de saúde pública e à possibilidade geral de diálogo cívico.

Qual é a posição dos jovens neste contexto político tumultuoso? Os jovens são cada vez mais afetados, a nível socioeconómico e não só, pelas sucessivas crises mundiais, desde a crise económica e financeira que teve início no final de 2008 até à pandemia de Covid-19, que surgiu inicialmente como uma crise de saúde pública, mas cujo impacto acabará por se traduzir numa série de áreas em que os jovens - e outros grupos populacionais marginalizados - serão os mais afetados. No entanto, os jovens apresentam uma desvantagem também a nível político.

Mesmo nos países mais desenvolvidos a nível democrático, os jovens registam elevados níveis de desigualdade política. Os níveis desproporcionalmente baixos de representação política são apenas um sinal visível dessa desigualdade. Apesar de os jovens representarem cerca de 15 % a 20 % da população total, menos de 3 % dos membros dos parlamentos nacionais têm uma idade inferior a 30 anos, sendo que as mulheres jovens representam 1,1 % (União Interparlamentar 2021). Este facto é também revelado na composição dos membros dos partidos políticos. Se os partidos têm problemas em conseguir novos membros (ver, por exemplo, van Biezen et al. 2012), o declínio da filiação partidária entre os jovens é particularmente acentuado (Cross e Young 2008; Deželan 2015). Tal, traduz-se posteriormente na sua ausência em órgãos-chave do partido, como as direções e os painéis de seleção de candidatos (Deželan 2018).

Os jovens estão a perder a confiança nas instituições políticas e no funcionamento da democracia de forma mais dramática e a um ritmo mais rápido do que as gerações mais velhas (Foa et al. 2020; Kwak et al. 2020). As barreiras sociais e económicas contemporâneas, a mudança dos modelos económicos e as medidas de austeridade que os acompanham, que atingem serviços essenciais para os jovens, estão a afetar o nível de participação dos jovens, uma vez que estes ficam cada vez mais afastados do sistema político, apesar de serem a geração mais preparada em termos de educação e capacidades tecnológicas da história (Nações Unidas 2014; Guest 2016; Deželan 2015). Não é de surpreender, portanto, que tenhamos vindo a assistir a um declínio na participação dos jovens na política institucional há mais de duas décadas (Deželan 2015) e que a idade, em conjunto com o rendimento e a educação, se tenha tornado um dos mais fortes preditores da participação política (Zukin et al. 2006).

No entanto, este declínio acentuado da participação não é partilhado da mesma forma por todos os segmentos da população jovem. Fatores como o bem-estar económico, a raça, a etnia, a religião, o estatuto de migrante, a localização geográfica e o nível de urbanização são relevantes no seu todo para o nível de participação política de um jovem, sendo que os indivíduos mais marginalizados são também os que enfrentam mais dificuldades quando se trata de participar. Trabalhos anteriores da Parceria UE-Conselho da Europa para a Juventude, incluindo o simpósio sobre o futuro da participação política dos jovens (Parceria UE-Conselho da Europa para a Juventude 2019), o compêndio associado (Yurttagüler e Martinez 2020) e o estudo sobre a participação política significativa dos jovens na Europa (Bárta, Boldt e Lavizzari 2021), exploram em parte estas desigualdades persistentes na participação e os desafios da inclusão de grupos sub-representados.

Ao fazer um balanço da participação política dos jovens na atualidade, este volume coloca a questão: "Como é que os jovens se estão a envolver com as democracias em transformação?", tendo em conta que a Parceria UE-Conselho da Europa para a Juventude define amplamente a participação política como "qualquer atividade que molde, afete ou envolva a esfera política" (Parceria UE-Conselho da Europa para a Juventude 2019). Embora a questão em investigação coloque intencionalmente a agência dos jovens no seu centro, a nossa exploração mostra, em última análise, como os jovens estão a moldar e a ser moldados pelo seu contexto político e pelas estruturas e instituições que os rodeiam.

As definições populares de participação política incluem a participação em eleições e referendos, a filiação em partidos políticos e sindicatos, a assinatura de petições e a organização de manifestações e greves. Incluem-se aqui também atividades como o boicote e a expressão de opiniões políticas através de crachás, t-shirts, autocolantes, cartas aos jornais ou publicações nas redes sociais (van Deth 2001 e 2014; Bárta, Boldt e Lavizzari, 2021). Além disso, na definição

de participação política também se incluem habitualmente formas menos aceitas, como o vandalismo, a desobediência civil, a resistência armada ou os atos violentos classificados como terrorismo, que são frequentemente considerados ilegais na maioria dos sistemas jurídicos. Este volume incentiva a lançar um olhar mais aprofundado sobre a participação política dos jovens, em que os conceitos de "política" e "participação" são entendidos no sentido mais lato possível. Por exemplo, as definições restritas de "participação política" encontram-se tipicamente centradas no Estado, e dizem respeito à ação de indivíduos ou grupos, com base no seu papel de cidadãos, que visa influenciar o governo, os partidos políticos ou as políticas (Bárta, Boldt e Lavizzari, 2021). No entanto, isto exclui uma grande variedade de ações, como a participação política expressiva e a política personalizada (incluindo o consumismo político, os boicotes/"buycotts", que ocorrem a nível individual e ultrapassam os deveres associados à cidadania, ou ações que não visam necessariamente o Estado, mas criam novas visões da esfera pública ou da comunidade, como o voluntariado (ibid)). Para além dos binários tradicionais como "convencional" ou "não convencional" e "institucional" ou "não institucional", os autores deste volume procuraram compreender as formas como os próprios jovens estão a definir a sua participação: em alguns casos, desafiando-a, alargando-a ou reimaginando-a.

No capítulo intitulado "'Radical kindness': young climate activists transforming democracy", (Bondade radical: os jovens ativistas climáticos que estão a transformar a democracia) Bowman, Kishinani, Pickard e Smith exploram a forma como o crescente envolvimento dos jovens em movimentos de protesto ambiental constitui um desafio para a democracia. Argumentam que os jovens, através de movimentos como as greves escolares pelo clima "Fridays For Future", estão a enfrentar este desafio recorrendo a um processo denominado "bondade radical", ou seja, uma forma específica de participação cívica que visa transformar a democracia através da formação de uma cultura política liderada e centrada nos jovens, com base nos cuidados, na justiça e em estruturas democráticas horizontais. Exploram a forma como o conceito de bondade radical representa um movimento de dissidência, apelando a uma mudança sistémica e a uma renovação global através da justiça social e económica; como constitui um movimento de bondade que envolve solidariedades complexas e defende a mudança democrática a níveis que vão desde o local ao global; e como o movimento transforma a fronteira ténue entre o político e o pessoal, misturando e remisturando questões e práticas quotidianas com a defesa de políticas, a pressão e a ação direta.

Um exemplo deste tipo de ativismo é apresentado no capítulo "O ativismo climático dos jovens": a experiência Fridays For Future em Roma", em que Belotti, Bussolotti e Donato examinam as estratégias de envolvimento de um grupo Fridays For Future em Roma através da utilização da etnografia e da observação das atividades de mobilização simbióticas que servem tanto para dar poder aos membros do movimento ("estratégias de envolvimento interno") como para promover políticas a favor do clima ("estratégias de envolvimento externo"). A funcionar num ciclo contínuo, o envolvimento interno, como o estudo e a investigação de dados climáticos, a organização de reuniões e a atribuição de funções, e a ligação a outros capítulos do Fridays For Future, possibilita e apoia atividades externas (mais abertas a nível político), como campanhas nas redes sociais, participação em assembleias públicas e coletivas e protestos. Neste caso, a concetualização de "participação política" estende-se às atividades que têm lugar a nível interno num movimento.

Como é frequentemente o caso, o ativismo ambiental, bem como os mecanismos que dele derivam, conduzem a implicações mais vastas de ações específicas para as democracias e as sociedades em geral. Ao demonstrar isto através de uma lente jurídico-legal, Scissa não se

centra no ativismo popular de rua dos jovens no movimento climático, mas sim em formas de garantir a justiça ambiental através de leis de acesso à informação. O capítulo intitulado "Os jovens e a justiça ambiental na UE: a Convenção de Aarhus de 1998" analisa a forma como o direito de obter informações ambientais dos governos - incluindo sobre o estado do ambiente e os impactos relevantes na saúde, na segurança e na cultura humanas - é um elemento fundamental para garantir a justiça ambiental. Os jovens defensores do clima podem alargar o seu ativismo através da Convenção de Aarhus, que consagra os seus direitos à informação ambiental, à participação do público no processo de tomada de decisões em matéria ambiental e ao acesso a processos de recurso quando estes direitos não são respeitados.

Para além do ativismo ambiental, a política e as estruturas de juventude também se revelaram áreas robustas para a inovação democrática, especialmente no que diz respeito à representação dos interesses dos jovens. No capítulo "Pluralizar o imaginário democrático: a juventude para além do cânone liberal-democrático", Xavier explora a ideia de que a democracia liberal limita o surgimento de possibilidades democráticas alternativas por parte dos jovens. A palavra "imaginário", utilizada como substantivo aqui, e noutras partes deste volume, ecoa o "imaginário social" de Charles Taylor (Taylor 2003). Ao analisar as principais abordagens do setor europeu da juventude nos últimos 20 anos, em particular o Livro Branco sobre a Juventude da Comissão Europeia de 2001 e o "triângulo mágico" da política de juventude, do trabalho com jovens e da investigação no domínio da juventude, Xavier coloca a questão: estão a ser dadas aos jovens oportunidades para moldarem o seu próprio futuro, ou apenas os futuros prescritos pelas democracias liberais? Argumenta que as abordagens e os quadros discursivos atuais em torno da participação política dos jovens podem, na realidade, estar a despolitizar os jovens, a reforçar o *status quo* e a enfraquecer qualquer potencial radical ou emancipatório da participação dos jovens.

Do mesmo modo, no capítulo intitulado "'Voz dos jovens', diálogo e democracia", Moxon examina criticamente a "voz dos jovens" que moldou o trabalho de muitas organizações de jovens e, mais recentemente, ocupou as mentes de muitos decisores políticos relativamente aos seus limites. Com base nos avanços teóricos e empíricos no campo, o autor argumenta contra a ideia de uma "voz dos jovens" homogénea e universal à espera de emergir dos jovens através do processo de participação. Em alternativa, refere que a "voz dos jovens" poderia ser entendida de uma forma mais adequada como uma interação dinâmica entre os jovens e aqueles com quem dialogam, sendo esta interação enquadrada por diferenças intergeracionais, outras interseções e criada pelo contexto em que ocorre. Assim, Moxon, em vez de perguntar quais as formas de participação mais representativas das vozes dos jovens, analisa a forma como as diferentes formas se tornam parte das vozes que são criadas e o valor que isso tem para a elaboração de políticas e para a democracia.

O volume também aborda algumas das questões clássicas relativas à participação política dos jovens que ainda não foram suficientemente exploradas e contextualizadas. No capítulo "Participação política dos jovens europeus: o papel dos valores liberais e do contexto democrático", Stanojević, Todosijević e Pavlović abordam a questão de saber quem é efetivamente ativo entre os jovens na Europa e de que forma? Ao fazê-lo, reexaminam três pressupostos comuns sobre a juventude e a política, nomeadamente: os jovens não se interessam o suficiente pela política; estão cada vez mais afastados da vertente institucional da política; e criaram novos espaços, através de novas formas e canais de participação, sob o prisma da autocompreensão ideológica e das atitudes minoritárias. Baseiam a sua análise em dados do Inquérito Social Europeu (ESS - *European Social Survey*) de 2018 e centram-se nas práticas participativas dos

jovens europeus, explorando associações entre orientações ideológicas/attitudes em relação a grupos minoritários/indicadores de contexto social e diferentes formas de ativismo político. Conseguem conferir mais peso a provas anteriormente menos convincentes de uma associação entre attitudes liberais e todas as formas de participação política, e reiteram a importância do contexto democrático no que diz respeito à participação dos jovens.

A última contribuição para este debate sobre a transformação do imaginário político dos jovens é o capítulo de Lehto sobre "A 'Cidadania europeia' e a participação democrática dos jovens: um estudo de caso da Finlândia". Lehto chama a atenção para o desenvolvimento da agência política, da inclusão e da exclusão dos jovens na era neoliberal, quando a cidadania é cada vez mais articulada e praticada fora dos espaços e mecanismos regulamentados de participação democrática. A autora explora de forma crítica o conceito de cidadania emergente no contexto do programa Erasmus+ da UE, que fornece um quadro moral e normativo específico para a participação dos jovens na cidadania. Ao identificar os pontos fortes da cidadania europeia e ao alertar para a amplificação dos valores sociais neoliberais e para as consequentes práticas de mercantilização, Lehto apela a uma compreensão mais abrangente da cidadania europeia por parte dos beneficiários do programa e de outros intervenientes relevantes. Apresenta também práticas inovadoras para melhor ancorar a cidadania europeia aos valores democráticos e aos mecanismos de ações que promovem a participação dos jovens na vida democrática na Europa.

Para além dos capítulos acima referidos, são incluídos quatro ensaios pessoais, escritos pelos próprios jovens envolvidos na participação política para moldar as suas escolas, as comunidades e a Europa, mas também os sistemas mais amplos em que assenta a nossa política atual. Antoszek, um estudante do ensino secundário, procura a autorrealização no seu sistema educativo na Polónia, onde os alunos são "tratados como objetos e não como sujeitos da sua aprendizagem" quando se trata de decisões educativas tomadas durante a pandemia de Covid-19. Pereira, Capão, Capellini, Freitas e Martins exploram as abordagens da educação não-formal e da economia social e solidária em projetos de construção de comunidades, que consideram ser capazes de promover sentimentos de possibilidade, união, autorrealização e empoderamento entre os jovens. Matache reflete sobre as suas experiências enquanto "transnacional europeu" - um cidadão europeu que vive num Estado-Membro da UE que não o seu Estado de origem - e as possibilidades reimaginadas de ativismo político e cidadania. No seu ensaio, Wilhelm, desafia de forma semelhante o objetivo da participação política, procurando uma "mudança de sistema" que altere as lógicas institucionais, as normas e as tradições, por oposição a uma simples alteração das políticas e da própria política, que fundamentalmente deixa inalteradas as estruturas subjacentes.

Com estas novas e empolgantes abordagens a algumas questões tradicionais e a novas questões relacionadas com o ativismo juvenil e o "imaginário político" dos jovens, os contributos deste volume levá-lo-ão numa viagem de exploração pelas (novas) fronteiras do debate em torno da participação política dos jovens, tendo sempre presente que as vozes de muitos continuam a não ser ouvidas.

Referências bibliográficas

- ▶ Bárta O., Boldt G. e Lavizzari A. (2021), "Meaningful youth political participation in Europe: concepts, patterns and policy implications", Parceria UE-Conselho da Europa para a Juventude, disponível em <https://pjp-eucint/42128013/47261953/821+GBR+2600+Study+on+Youth+political+participation+WEB+16x24+%281%29.pdf/d2ecb223-edda-a9d2-30f7-c77692a086bd>, acessado em 14 de julho de 2022.
- ▶ Bárta O. e Lavizzari A. (2021), "Insights – Meaningful youth political participation", Parceria UE-Conselho da Europa para a Juventude.
- ▶ Bertelsmann Stiftung (2018), *Democracy under pressure: polarization and repression are increasing worldwide*, disponível em www.bertelsmann-stiftung.de/en/topics/latest-news/2018/maerz/democracy-under-pressure-polarization-and-repression-are-increasing-worldwide#link-tab-114204-11, acessado em 14 de julho de 2022.
- ▶ Biezen I. (van), Mair P. e Poguntke T. (2012), "Going, going, . . . gone? The decline of party membership in contemporary Europe", *European Journal of Political Research*, 51(1), pp. 24-56.
- ▶ Cross W. e Young L. (2008), "Factors influencing the decision of the young politically engaged to join a political party", *Party Politics*, 14(3), pp. 345-369.
- ▶ Deth J. W. (van) (2001), "Studying political participation: towards a theory of everything?", disponível em www.researchgate.net/publication/258239977_Studying_Political_Participation_Towards_a_Theoryof_Everything, acessado em 14 de julho de 2022.
- ▶ — (2014), "A conceptual map of political participation", *Acta Politica*, 49(3), pp. 349-367.
- ▶ Deželan T. (2015), "Young people and democratic life in Europe: what next after the 2014 European elections?", Fórum Europeu da Juventude, disponível em www.youthforum.org/files/YFJ_YoungPeopleAndDemocraticLifeInEurope_B1_web-9e4bd8be22.pdf, acessado em 14 de julho de 2022.
- ▶ — (2018), "Youth & political parties: toolkit for youth-friendly politics in Europe", European Youth Forum, disponível em <https://tools.youthforum.org/policy-library/wp-content/uploads/2021/04/Toolkit-Youth-and-Political-Parties-w-Key-Recommendations.pdf>, acessado em 14 de julho de 2022.
- ▶ Parceria UE-Conselho da Europa para a Juventude (2019), Simpósio "The future of young people's political participation: questions, challenges and opportunities", disponível em <https://pjp-eu.coe.int/en/web/youth-partnership/symposium-2019>, acessado em 14 de julho de 2022.
- ▶ Foa R. S. et al. (2020), *Youth and satisfaction with democracy: reversing the democratic disconnect?*, Centre for the Future of Democracy, Cambridge, Reino Unido.
- ▶ Freedom House (2019), "Freedom in the world 2019: democracy in retreat", disponível em <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2019/democracy-retreat>, acessado em 14 de julho de 2022.
- ▶ Guest R. (2016), "Generation uphill", *The Economist*, disponível em www.economist.com/sites/default/files/special-reports-pdfs/20160123_the_young.pdf, acessado em 14 de julho de 2022.

- ▶ International IDEA (International Institute for Democracy and Electoral Assistance) (2021), *The global state of democracy report 2021: building resilience in a pandemic era*, disponível em www.idea.int/gsod/, acessado em 14 de julho de 2022.
- ▶ Inter-Parliamentary Union (2021), *Youth participation in national parliaments*, disponível em www.ipu.org/youth2021, acessado em 14 de julho de 2022.
- ▶ Kwak J. et al. (2020), "Youth, institutional trust, and democratic backsliding", *American Behavioral Scientist*, 64(9), pp. 1366-1390.
- ▶ Pew Research Center (2020), "Many Experts Say Digital Disruption Will Hurt Democracy", disponível em: www.pewresearch.org/internet/2020/02/21/many-tech-experts-say-digital-disruption-will-hurt-democracy/, acessado em 1 de julho de 2022.
- ▶ Taylor C. (2003), *Modern social imaginaries*, Duke University Press, Durham, USA.
- ▶ United Nations (2014), *Framework of actions for the follow-up to the Programme of Action of the International Conference on Population and Development beyond 2014: report of the Secretary-General*, disponível em www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/ICPD_beyond2014_EN.pdf, acessado em 14 de julho de 2022.
- ▶ Yurttagüler L. e Martinez R. (2020), "Compendium 'The future of young people's political participation: questions, challenges and opportunities'", EU–Council of Europe Youth Partnership, disponível em <https://pjp-eu.coe.int/documents/42128013/47262631/Compendium-YouthPolPart-FINAL.pdf/ee5e0b8f-b2cb-6519-8658-25fbf424c18c>, acessado em 14 de julho de 2022.
- ▶ Zukin C. et al. (2006), *A new engagement? Political participation, civic life, and the changing American citizen*, Oxford University Press, Nova Iorque.

Capítulo 1

"Bondade radical": os jovens ativistas climáticos que estão a transformar a democracia

Benjamin Bowman, Pooja Kishinani, Sarah Pickard e Marion Smith

Introdução

"Somos radicais na nossa bondade. Estamos a derrubar as normas sociais. Somos uma comunidade radical".

(Skylab, 19, ativista da Extinction Rebellion, Londres, outubro de 2019)

Os jovens estão a liderar o apelo à ação contra as alterações climáticas. As visões dos jovens para a mudança democrática, e movimentos como as greves escolares Fridays For Future, estão a inspirar novas abordagens à participação democrática e novas ideias/noções sobre o papel dos jovens na sociedade. Neste capítulo, exploramos as visões de mudança democrática dos jovens. Nos nossos estudos sobre a atual onda de ativismo ambiental liderado por jovens, que teve início em 2018, observámos que o ativismo ambiental dos jovens enfatiza uma ética de justiça interseccional, de solidariedade e de cuidado. Além disso, este ativismo tende a ocorrer no âmbito de redes fluidas que fomentam a democracia interna e aspiram ao horizontalismo: são redes de apoio mútuo e não de liderança, nas quais a partilha e a colaboração coexistem com objetivos e exigências políticas mais tradicionais. Consideramos que a ética, a estrutura e as ações de grande parte do ativismo ambiental dos jovens se caracterizam por uma combinação de características a que chamamos de "bondade radical", um termo utilizado por um jovem ativista/demonstrador ambiental na nossa entrevista de investigação.

Os jovens ativistas ambientais estão a apelar a uma nova abordagem da política ambiental. Estão a desenvolver um sistema de ética cívica, a bondade radical, para servir de base à nova política ambiental que desejam ver. Somo apologistas de que esta ética é característica da atual vaga de ativismo ambiental liderada pelos jovens. A bondade radical, como explicamos neste capítulo, desafia as noções contemporâneas de civismo. Também desafia os pressupostos tradicionais sobre onde se encaixam os jovens na democracia. Explicamos como os jovens estão a desenvolver uma cultura política transformadora e liderada por jovens nos movimentos ambientais, envolvendo-se assim com democracias em transformação. Somo apologistas de que estes jovens estão a transformar a própria democracia, explorando, imaginando e construindo uma nova abordagem ética. Esperamos que o nosso trabalho sobre a bondade radical, que é um conceito novo e emergente, possa apoiar outros que procuram refletir,

aprender ou estudar a ética, os objetivos, o enquadramento das questões e a organização interna dos movimentos ambientais dos jovens.

Neste capítulo, começamos por fazer uma breve introdução à investigação e à experiência dos autores na área do ativismo ambiental dos jovens. Em seguida, exploramos três das principais características da bondade radical entre os jovens ativistas ambientais, cada uma delas baseada num slogan exibido em cartazes por jovens manifestantes numa greve climática de 2018 em Manchester, no Reino Unido, descrita abaixo.

"Mudança de sistema e não mudança climática"

A bondade radical tem por base a dissidência. Trata-se de apelar a uma mudança generalizada, sistémica e radical das políticas e da economia que conduziram o mundo a uma crise climática. A bondade radical reflete-se nas palavras de Greta Thunberg (Snapes 2019) quando declara que o ativismo representa uma escolha deliberada: "Podemos criar ações transformadoras que salvaguem as condições de vida das gerações futuras. Ou podemos continuar com a nossa atividade habitual e falhar".

"Ondas de apoio"

A bondade radical tem a ver com uma visão de mudança transformadora que resulta da colaboração entre as bases. Para citar Drew (participante na Greve dos Jovens pelo Clima [Youth Strike for Climate]): "Todos têm de se envolver... todos estão envolvidos e todos têm uma palavra a dizer". A bondade radical é uma abordagem interseccional, segundo a qual, para envolver todos, é preciso reconhecer que todos têm origens diferentes. Por exemplo, as alterações climáticas não afetam todos da mesma forma e, para compreender o impacto das alterações climáticas, é necessário compreender também as desigualdades, como as que resultam do racismo estrutural, das desigualdades económicas, das desigualdades de género e das persistentes desigualdades globais em termos de riqueza a nível mundial.

"Cuidar da terra"

A bondade radical é um sistema de ética cívica baseado no cuidado e na bondade. Por esta razão, o ativismo ambiental dos jovens tende a basear-se em expressões de emoções e sentimentos, como a ansiedade, o amor, o apoio e a empatia, a par de exigências políticas mais tradicionais e de preferências e resultados políticos. A bondade radical pode ser observada e vivida em obras de arte, música, danças e outros modos criativos de expressão que desafiam as ideias tradicionais do que constitui a política e do que não constitui. Os jovens ativistas ambientais que trabalham neste sistema de ética cívica preocupam-se frequentemente com a saúde mental dos outros (e com a sua), com a construção de comunidades e com o cuidado e a consideração por emoções como a ansiedade e o medo.

Por último, descrevemos as oportunidades de transformação democrática positiva decorrentes do ativismo ambiental dos jovens. O nosso estudo recolheu dados através do trabalho com jovens que participaram nas greves climáticas escolares Fridays For Future e nos protestos Extinction Rebellion durante o período de estudo (2018-21). Em suma, a bondade radical é um sistema de ética cívica baseado na mudança transformadora, na democracia de base e

no amor pelos outros. Esperamos que o nosso trabalho possa apoiar outros estudos mais abrangentes sobre a forma como a bondade radical atua como um sistema de ética cívica entre os jovens ativistas ambientais.

Este capítulo é da autoria de uma equipa de investigadores académicos e de jovens. Apresentamos o modelo da bondade radical como uma forma de dar sentido a este complexo movimento global de jovens em prol da ação contra as alterações climáticas, através da utilização de exemplos da nossa investigação e das nossas reflexões sobre o movimento em toda a Europa. As nossas conclusões e o nosso modelo conceitual de bondade radical destinam-se a apoiar os jovens na condução de novas transformações positivas na democracia. A bondade radical é uma oportunidade para transformar a participação democrática dos jovens num mundo em mudança, para os capacitar e apoiar na sua perceção de um mundo novo, justo e sustentável. Esperamos que o nosso trabalho contribua para combater os estereótipos negativos associados ao ativismo ambiental dos jovens, tais como as faltas à escola dadas por alunos imaturos. Estas ações não correspondem a um envolvimento real dos jovens.

A bondade radical no ambientalismo dos jovens

O movimento global de greves climáticas nas escolas - muitas vezes conhecido como movimento Fridays For Future ou Youth Strike for Climate - é agora uma presença constante em cidades e vilas de toda a Europa. Os jovens apelam aos políticos e a outros "detentores do poder" para que tomem medidas imediatas e substanciais em relação às alterações climáticas. Estes jovens ativistas ambientais concordam com o consenso geral entre os cientistas naturais que afirmam há décadas, se não séculos, que as alterações climáticas representam uma ameaça existencial para a humanidade (Foote 1856; Hagedorn et al. 2019; Warren 2019). Devido ao impacto do ativismo ambiental dos jovens no ritmo crescente da mudança política, o ano de 2018 foi designado como "um ano decisivo" no ativismo ambiental (Pickard, Bowman e Arya 2020: 251). De facto, Greta Thunberg realizou a sua primeira *Skolstrejk för klimatet* (Greve escolar pelo clima) na Suécia, em agosto de 2018, quando tinha 15 anos; pouco mais de 12 meses depois, em novembro de 2019, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, classificou a crise climática como "uma ameaça existencial" para a humanidade e prometeu que a UE lideraria a resposta mundial (Boffey 2019).

O termo "existencial" deve ser sublinhado: nas palavras do ambientalista Bill McKibben, "há vinte anos que a ciência deixa claro" que a humanidade enfrenta uma crise existencial, e que ou encontramos uma solução ou perecemos. Para os movimentos ambientalistas, afirma McKibben, a discussão sobre as alterações climáticas está resolvida há décadas e o que está em falta é "ganhar a luta" contra os indivíduos, os governos, as indústrias e outros atores que lucram quer com a inação quer com o agravamento da ameaça à civilização humana (Diehn 2015). Se a humanidade está a ganhar a luta pela sobrevivência, então a onda global de mobilização dos jovens desde 2018 pode ser recordada como o ponto de viragem em que a ação relativa às alterações climáticas, com o alcance necessário para a sobrevivência humana, começou a parecer politicamente viável. A importância do ativismo ambiental dos jovens não pode, portanto, ser subestimada. O ativismo ambiental dos jovens está a mudar a resposta da humanidade às alterações climáticas. Consideramos provável que os anos em que decorreu a nossa investigação (2018-21) venham a ser considerados como um momento crítico na história do ambientalismo e, se forem tomadas medidas adequadas relativamente às alterações climáticas, na história da civilização humana.

Neste capítulo, defendemos que os movimentos ambientais dos jovens, como as greves escolares pelo clima Fridays For Future, baseiam o seu ativismo num sistema de ética cívica a que chamamos de bondade radical. Este é um termo partilhado connosco por uma jovem que entrevistámos no âmbito dos nossos estudos sobre o ativismo ambiental dos jovens no Reino Unido e em França. Na análise que fizemos dos resultados das nossas entrevistas com jovens e da nossa investigação mais alargada, defendemos que a bondade radical oferece muitas oportunidades para transformar a democracia em algo melhor para os jovens e para as gerações futuras. A bondade radical, entre os jovens ativistas ambientais, representa uma forma específica de participação cívica que visa transformar a democracia através da formação de uma nova cultura política. Esta cultura política transformadora é liderada pelo cuidado, pela justiça ambiental e por estruturas democráticas horizontais.

Neste capítulo, exploramos a ética do cuidado entre os jovens ativistas ambientais; o compromisso dos ativistas com a justiça ambiental - uma abordagem concetual com raízes históricas na investigação e no ativismo em relação ao racismo ambiental, que se caracteriza pelo impacto desproporcionado dos danos ambientais nas pessoas e comunidades racializadas como não brancas - como "uma forma de criticar e reestruturar as relações de poder existentes" (Sze, Ambriz e Correia 2017: 54), tais como as desigualdades globais duradouras que perduram após "mais de 500 anos de colonização e opressão" (Environmental Leadership Summit 1991). Também fazemos referência às estruturas democráticas horizontais entre os jovens ativistas, que são frequentemente lideradas e centradas na juventude: são geridas por jovens, para jovens e para as gerações futuras, ou seja, para benefício de todos. A bondade radical é o fundamento ético de um movimento que se considera estar num ponto de viragem na história da humanidade. Este movimento consiste no facto de os jovens tirarem partido da oportunidade de mudar o mundo, imaginando um novo mundo (melhor e mais justo). Argumentamos que a bondade radical é a estrutura ética básica do novo mundo que este movimento está a imaginar.

Definimos a bondade radical como um conceito composto por três partes. Em primeiro lugar, o conceito representa a dissidência radical entre o movimento ambientalista jovem, uma vez que os jovens apelam a uma mudança sistémica e a uma renovação global através da justiça social e económica (Pickard, Bowman e Arya 2020; 2022). Em segundo lugar, a bondade radical representa as solidariedades complexas e a defesa da mudança democrática a níveis que vão desde o local ao global. Em terceiro lugar, a bondade radical denota uma transformação da fronteira teórica entre o político e o pessoal. Como escreve Bronwyn E. Wood, os jovens ocupam um lugar liminar na sociedade, "nem completamente 'criança', nem completamente 'adulto' na sua capacidade de agir como agentes políticos autónomos ou de aceder aos plenos direitos da cidadania adulta" (2011: 338). As críticas feministas a um conceito binário de vida pública comparativamente à vida pessoal, participação formal comparativamente à participação informal e política institucional comparativamente à política da vida quotidiana chamam a nossa atenção para as formas como os jovens podem utilizar a participação informal, as interações quotidianas, entre outras, como "uma arena para a contestação e transformação de modalidades de cidadania dominantes e frequentemente opressivas" (Dickinson et al. 2008: 105). Por outras palavras, a bondade radical é um sistema de ética cívica que apoia os jovens ativistas ambientais enquanto desafiam a fronteira entre o público e o privado, combinando questões do quotidiano e práticas emocionais e culturais com a defesa de políticas, lobby, ação direta e abordagens de cidadania baseadas na "política do façamos nós mesmos" (DIO - do-it-ourselves politics) (Pickard 2019) ou no envolvimento "quotidiano" DIY (Bang 2010).

Este capítulo é coautoria de uma equipa de dois investigadores académicos e dois estudantes universitários que colocaram por escrito e defenderam um processamento emocional mais adequado dos efeitos da crise climática, sobretudo no seu trabalho, "Student guide to the climate crisis" (Kishinani e Smith 2020). O capítulo é um trabalho de colaboração, informado pelo nosso conhecimento partilhado adquirido através da investigação e da experiência. Esta é uma combinação rara na investigação científica tradicional. Escrevemos na primeira pessoa do plural, utilizando a designação "nós", como forma de refletir a importância da nossa localização social para a nossa análise (Tanaka 2002: 265). Este trabalho só é possível porque estamos a trabalhar em equipa e, por isso, escrevemos na primeira pessoa do plural para realçar a natureza colaborativa do nosso estudo.¹ Consideramos que o ativismo ambiental dos jovens se caracteriza por uma abordagem de justiça ambiental e refletimos que a justiça ambiental inclui o apelo ao "direito de participar como parceiros iguais em todos os níveis da tomada de decisões, incluindo a avaliação das necessidades, o planeamento, a implementação, a aplicação e a avaliação" (Environmental Leadership Summit 1991). A nossa avaliação e apreciação dos dados, bem como a nossa abordagem teórica do ativismo ambiental dos jovens, baseiam-se na nossa parceria equitativa.

Nós, os autores, apresentamos o modelo de bondade radical como uma forma de dar sentido a este complexo movimento global de jovens em prol da ação contra as alterações climáticas, utilizando exemplos da nossa investigação e das nossas reflexões sobre o movimento em toda a Europa. Esperamos que o nosso trabalho apoie os jovens e outras pessoas nos aspetos que os jovens ativistas consideram ser um ponto de viragem na história da humanidade. O nosso objetivo é escrever sobre a bondade radical, tal como a vemos na nossa investigação, a fim de apoiar a transformação positiva da democracia em que vemos os jovens a participar.

Antecedentes da investigação

Os estudos com jovens ativistas ambientais da atual vaga de ativismo tiveram início em 2018 (ver Pickard 2021). Em 2019, foi realizado um trabalho de campo no Reino Unido e na França para explorar os nossos conceitos de ativismo ambiental dos jovens. Recorremos a entrevistas exploratórias e qualitativas, antes e no terreno, durante manifestações ambientais, que incluíram manifestações alinhadas com os movimentos Fridays For Future, Youth Strike for Climate e Extinction Rebellion. No total, foram realizadas 60 entrevistas semiestruturadas em seis cidades (e, por conseguinte, em todos os contextos urbanos) - Edimburgo, Londres, Manchester, Nottingham, Sheffield e Paris - em setembro e outubro de 2019. Foram entrevistados jovens manifestantes com idades compreendidas entre os 11 e os 34 anos, incluindo jovens que iniciaram o ensino secundário e jovens-adultos. Os participantes assinaram formulários de consentimento ético antes das entrevistas e foi dado consentimento parental aos entrevistados com menos de 16 anos.

Os dois estudantes universitários da equipa trabalharam para apoiar os seus pares e colegas jovens, especialmente estudantes, com a experiência da crise climática. Este conjunto de trabalhos reúne quadros para o autocuidado, orientações de apoio direcionadas para a acessibilidade para a participação democrática local e listas de leitura para os estudantes que desejem saber mais.

1. Os autores gostariam de agradecer a Dena Arya (Nottingham Trent University), que participou na conceção da investigação, no planeamento e no trabalho de campo dos estudos realizados em 2019 com jovens ativistas ambientais no Reino Unido.

Este capítulo é uma colaboração entre todos os membros da equipa, e a investigação que está na base deste projeto segue a par com a escrita, a prática e a experiência de trabalhar com, e em nome de, jovens durante as alterações climáticas.

"Mudança de sistema e não mudança climática"

O ativismo ambiental dos jovens, incluindo os movimentos de jovens para a ação contra as alterações climáticas,² apresenta um vasto leque de jovens entre os seus apoiantes e ativistas. Têm um carácter global e incluem jovens de todas as idades (O'Brien, Selboe e Hayward 2018); Boulianne, Lalancette e Ilkiw 2020; Bowman 2020; Nissen, Wong e Carlton 2021). A geração jovem não é um grupo monolítico ou homogéneo, e os jovens ativistas ambientais também não o são. O trabalho académico, incluindo as nossas entrevistas, mostra que os jovens são motivados a participar em movimentos ambientais por diversas razões distintas (Pickard, Bowman e Arya 2020; Bowman 2020). No entanto, há características do ativismo ambiental dos jovens que os diferenciam, enquanto ativistas e movimentos de jovens, dos principais ativistas e dos principais movimentos ambientais. Quando considerados em conjunto, chamamos a estes aspetos do ativismo ambiental dos jovens "bondade radical", e a primeira faceta da bondade radical é a dissidência. No seu trabalho sobre a dissidência entre jovens ativistas, O'Brien, Selboe e Hayward definem a dissidência como "a expressão consciente de desacordo com uma visão, política, prática, decisão, instituição ou suposição predominante que está a exacerbar as alterações climáticas" (2018: 42). O ativismo ambiental dos jovens é radical porque é dissidente: imaginam e trabalham para uma mudança radical e transformadora (Pickard, Bowman e Arya 2020).

A bondade radical é caracterizada pela dissidência. A dissidência não é uma forma de compromisso com o sistema político, mas sim um apelo à mudança sistémica do sistema político atual. O apelo à dissidência entre os jovens ativistas é frequente e, citando a ativista Greta Thunberg (Snapes 2019), representa uma escolha deliberada: "Podemos criar ações transformadoras que salvaguardem as condições de vida das gerações futuras. Ou podemos continuar com a nossa atividade habitual e falhar". A dissidência contra o "business as usual", conforme é referido por Thunberg, é simultaneamente um apelo à transformação de sistemas políticos, sociais e económicos enfraquecidos e à imaginação e desenvolvimento de novos sistemas. A dissidência dos jovens ativistas ambientais está muitas vezes cheia de esperança de que "somos imparáveis; outro mundo é possível" (Rosie, 25 anos, ativista da Extinction Rebellion, Londres, outubro de 2019).



Ilustração 1. Cartaz "System change not climate change" (Mudança de sistema e não mudança climática), Manchester, setembro de 2019 (fotografia: Ben Bowman)

2. Incluímos no nosso estudo dados de entrevistas a jovens ativistas da Extinction Rebellion, mas reconhecemos que a Extinction Rebellion tem um perfil etário alargado (Saunders, Doherty e Hayes 2020: 31).

Os jovens ativistas ambientais não se limitam a protestar. Dissidem, ou seja, desafiam "as normas, os estilos de vida, as decisões e as ações prevalecentes que perpetuam o "business as usual" e os seus impactos globais de longo alcance, duradouros e, em alguns casos, irreversíveis" (O'Brien, Selboe e Hayward 2018: 1). O desafio dos jovens ativistas ambientais ao status quo e o seu apelo à revisão do "business as usual" (metafórica e literalmente) não se limita ao impacto ambiental do status quo. Os jovens ativistas ambientais são normalmente, como já foi referido, ativistas da justiça ambiental. Tomam medidas em relação às alterações climáticas e, ao mesmo tempo, navegam em solidariedades complexas com outras campanhas em prol da justiça climática, da justiça racial e da igualdade económica global. Por exemplo, as exigências da Declaração Climática de Lausanne decorrentes do movimento Fridays For Future incluem o apelo para "assegurar a justiça e a equidade climática" (Fridays For Future 2019). O apelo à justiça e à equidade, que é comum entre os jovens ativistas ambientais, representa uma forma particular de dissidência que é característica de movimentos jovens como o Fridays For Future. Os jovens, como referiu a ativista Becky durante uma entrevista, estão a "ir contra o status quo" (Becky, 32 anos, ativista da Extinction Rebellion, Londres, outubro de 2019), num ato de ampla dissidência que procura percecionar um mundo novo, melhor e mais justo. Os jovens ativistas ambientais, agindo com bondade radical, discordam do status quo e visam uma "mudança de sistema" transformadora. Por esta razão, a bondade radical afasta os jovens ativistas ambientais das abordagens mais "estritamente construídas, tecnocráticas e desistoricizadas" do ambientalismo dominante (Curnow e Helferty 2018: 149).

1. "Ondas de apoio"

A bondade radical entre os jovens ativistas ambientais é uma abordagem intersectorial àquilo a que nos referimos anteriormente como "mudança de sistema". A interseccionalidade é a abordagem teórica que reconhece a "necessidade de ter em conta os múltiplos fundamentos da identidade quando se considera a forma como o mundo social é construído" (Crenshaw 1991: 1 245) e revela como as estruturas de privilégio e desvantagem interagem para formar um sistema de "opressões interligadas" (Roberts 2012: 240). Uma análise interseccional das alterações climáticas ajuda-nos a compreender "como diferentes indivíduos e grupos se relacionam de forma diferente com as alterações climáticas, devido à sua situação em estruturas de poder que têm por base categorizações sociais dinâmicas e específicas do contexto" (Kaijser e Kronsell 2014: 417). Um exemplo de uma abordagem interseccional - e que examina a intersecção entre a desigualdade racializada, a desigualdade económica e o impacto dos danos ambientais - é dado por Alexandra Wanjiku Kelbert (2016) na sua análise da razão pela qual o movimento Black Lives Matter bloqueou e fechou o Aeroporto London City em 2016.

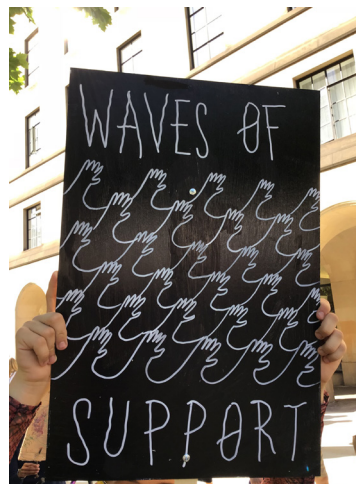


Ilustração 2. Cartaz "Waves of support" (Ondas de apoio), Manchester, setembro de 2019 (fotografia: Ben Bowman)

Porque é que comunidades como Newham, na zona leste de Londres, onde 40% da população

sobrevive com 20 000 libras ou menos, acolhem aeroportos como o London City, onde os passageiros ganham em média 114 000 libras por ano? Quando dizemos que as vidas negras importam, referimo-nos a *todas* as vidas negras, e isso inclui as vidas daqueles que vivem nas proximidades de aeroportos, de centrais elétricas, das estradas mais movimentadas, e cujos filhos crescem com asma e problemas de pele exacerbados pela poluição atmosférica. Os africanos negros britânicos têm 28% mais probabilidades de serem expostos à poluição atmosférica do que os seus homólogos brancos.

Uma abordagem intersectorial orienta o trabalho de muitos jovens ativistas ambientais. O cartaz "ondas de apoio" (acima) foi segurado por um participante da greve escolar pelo clima no nosso estudo em Manchester, em setembro de 2019, que explicou:

É artístico, mas também transmite a mensagem de que toda a gente tem de se envolver, e isso é algo que me agrada bastante. E as ondas de apoio mostram unidade, que todos estão envolvidos e que todos têm uma palavra a dizer sobre o que está a acontecer. (Drew, 16 anos, ativista da Youth Strike for Climate)

O ativismo ambiental dos jovens tende a ser menos orientado para os fluxos de informação "descendentes" sobre as alterações climáticas (Tanner 2010: 2) que historicamente dominaram o ambientalismo tradicional e dominante encontrado em "instituições de beneficência, fundações e ONG ambientais profissionais e na política dominante" (Castree 2006: 11). Embora os movimentos ambientalistas em que os jovens estão envolvidos exijam que os líderes políticos "ouçam a ciência" - ou seja, as provas e as afirmações baseadas nas provas de cientistas de elite - os fluxos descendentes fazem parte de uma ecologia de conhecimento, agência e voz no ambientalismo dos jovens. Conforme Drew afirma, a bondade radical, que caracteriza o ativismo ambiental dos jovens, é um conceito democrático que "espalha a mensagem de que todos têm de se envolver... que todos estão envolvidos e todos têm uma palavra a dizer". Uma vez que os jovens ativistas ambientais entendem que as questões ambientais estão ligadas a uma maior desigualdade e injustiça no mundo, a sua solidariedade estende-se a outros que sofrem devido às desigualdades e que enfrentam injustiças. Por outras palavras, defendemos que o ativismo ambiental dos jovens é caracterizado por uma análise interseccional das questões ambientais que procura explorar as desigualdades múltiplas e interseccionadas que estão no centro da crise climática. Alguns jovens ativistas ambientais referem-se especificamente à interseccionalidade e às "opressões sistemáticas" (Mickey, 17 anos, ativista da Youth Strike for Climate). Outros, como Drew, podem apelar à partilha, à cooperação, à diversidade e ao pluralismo. É por esta razão que os movimentos ambientalistas liderados por jovens, como o Fridays For Future, exigem justiça climática em oposição, por exemplo, à sustentabilidade económica; por outras palavras, os jovens querem construir um mundo mais justo e melhor, em vez de fazerem ajustes técnicos para sustentar e perpetuar o mundo injusto em que vivemos. Os jovens ativistas ambientais tendem a perceber que as questões ambientais se cruzam com outras opressões interligadas. Assim, posicionam-se a favor da unidade e do apoio a outros ativistas e não ativistas, a movimentos e a comunidades que desejam mudar as estruturas de privilégio e desvantagem num mundo injusto.

Afirmamos que o ativismo ambiental dos jovens se distingue do ambientalismo dominante em parte devido às características da bondade radical. A académica Laura Pulido distinguiu o "ambientalismo subalterno" como o ambientalismo "daqueles que são altamente marginalizados, tanto económica como socialmente" (1997: 25). Seguimos Pulido e definimos o ativismo ambiental dos jovens como ambientalismo subalterno não só porque os jovens são marginalizados, mas também porque, pelas palavras de Pulido (1996: 28): "A questão da posicionalidade é

muito importante para distinguir o ativismo dominante do subalterno." A posicionalidade é "a localização de uma pessoa numa formação social mais ampla" (Pulido e Peña 1998: 33) e, como ilustramos, o ativismo ambiental dos jovens centra-se em questões de posicionalidade. Por exemplo, devido aos "impactos desproporcionados dos danos ambientais em termos de raça e classe" (Curnow e Helferty 2018: 149), os piores danos são infligidos às comunidades pobres, sem poder e minoritárias (Foster 1993: 728). Por esta razão, o ativismo ambiental dos jovens centra-se nas posições das pessoas em formações sociais de injustiça intergeracional, racismo, desigualdade de classes e outros sistemas de injustiça e opressão.

Uma vez que os jovens ativistas ambientais são diferentes dos ambientalistas tradicionais, os próprios jovens sentem frequentemente que o próprio movimento ambiental representa um obstáculo às mudanças transformadoras que desejam ver. O ambientalismo dominante tende a excluir a excluir o ativismo das pessoas marginalizadas, incluindo os jovens, ao "compartimentar artificialmente os problemas das pessoas", sugerindo que o ambientalismo das minorias "não é 'ambiental'" (Austin e Schill 1991: 72). Em termos históricos, o ambientalismo dominante tem ignorado as desigualdades racializadas nos problemas ambientais, um conceito conhecido como "racismo ambiental" (Foster 1993). Tal, difere dos jovens ativistas ambientais, que mais frequentemente "ligam as histórias e as continuidades do colonialismo às alterações climáticas e compreendem que as causas profundas são partilhadas" (Curnow e Gross 2016: 380). De acordo com Bessant (2021), o ativismo dos jovens ativistas ambientais é muitas vezes compartimentado de forma artificial por ambientalistas e académicos do ambientalismo, que afirmam que "uma mensagem simples, mas inequívoca" emerge do seu ativismo, apelando aos adultos para "ouvirem a ciência" (Schinko 2020: 20). Pelas palavras de O'Brien, Selboe e Hayward (2018: 1): "Surpreendentemente, tem sido dada pouca atenção à análise das expressões de dissidência entre os jovens." Talvez não seja uma surpresa para os próprios jovens ativistas ambientais que seja dada pouca atenção à sua dissidência. Do ponto de vista histórico, os ativistas ambientais que discordam dos sistemas de opressão racializada, da desigualdade de classes e de outras injustiças veem a sua dissidência compartimentada como "não ambiental" e as suas políticas complexas destiladas em pedidos políticos "simples, mas inequívocos".

Num sentido concetual mais profundo, a dissidência dos jovens desafia as normas contemporâneas de envolvimento, nomeadamente a de que o papel dos jovens numa democracia é participar nos processos de governação democrática e que, através da sua participação, irão sustentar e regenerar o status quo (Kisby e Sloam 2014: 52), como cidadãos cumpridores e "bons" (Pickard 2019). Simplificando, é tão comum assumir que o papel dos jovens é participar nos nossos sistemas económicos e políticos, que muitos investigadores, comentadores, políticos e outros no poder ficam surpreendidos quando os jovens desejam mudar esses sistemas. "Mudança de sistema e não mudança climática" é uma proposta transformadora que promete uma nova cultura política, liderada e centrada na juventude, para os jovens e para as gerações futuras. Ao fazê-lo, os jovens ativistas ambientais tendem a estar bem informados e a ser bastante pragmáticos sobre a tarefa de "mudança de sistema" e, em vez de fazerem afirmações precipitadas e revolucionárias, apelam a um processo de partilha, aprendizagem e discussão. É de notar que estes objetivos são semelhantes à abordagem de vanguarda das "assembleias de cidadãos sobre o clima" que estão a ser desenvolvidas em toda a Europa e no mundo (ver, por exemplo, Cherry et al. 2021).

O slogan "ondas de apoio" ilustra a solidariedade característica dos jovens ativistas ambientais que consideram que a sua causa e o seu movimento estão intimamente ligados a outros

movimentos pela justiça e pela igualdade em todo o mundo. O nosso estudo, baseado numa abordagem teórica, explorou esta solidariedade, mas não investigou em detalhe as identidades ou os estatutos socioeconómicos dos jovens envolvidos no movimento. Um trabalho futuro poderia examinar em maior detalhe aquilo a que Curnow e Helferty se referem como "contradições da solidariedade" (2018), em que, por exemplo, os jovens brancos e relativamente abastados podem estar a tentar agir em solidariedade com outras pessoas, ao mesmo tempo que habitam e beneficiam de locais sociais de poder racializado e económico. Do mesmo modo, o trabalho futuro poderia explorar a difícil intersecção entre juventude e justiça e as formas como as desigualdades globais podem corroer a crença entre os jovens de que têm direito à justiça, uma vez que não se sentem dignos em comparação com outros em todo o mundo que, segundo eles, sofrem mais (Thew, Middlemiss e Paavola 2020). Esperamos também contribuir para estudos futuros sobre a importância das mulheres jovens nestes movimentos ou, em contrapartida, o menor número de homens que atraem (de Moor et al. 2020). O nosso estudo também pretende contribuir para a exploração, em trabalhos futuros, destas facetas do ativismo ambiental dos jovens. Na secção seguinte, explicamos como a bondade radical é também uma ética do cuidado com os outros e o que esse cuidado significa para o potencial transformador da participação política dos jovens.

2. "Cuidar da terra"

O ambientalismo dos jovens caracteriza-se por ser um movimento de cuidado e bondade. A bondade radical, tal como a definimos, significa pensar na mudança social como um processo de cuidado para com os outros. Por "cuidado", entendemos as práticas de emoção, moralidade e empatia entre os jovens ativistas ambientais. Estas práticas incluem frequentemente a expressão de amor e consideração pelos outros e emoções como a alegria, o medo e a esperança. Também apresentam abordagens maleáveis e adaptáveis ao ativismo que beneficiam de uma divisão permeável entre o público e o privado. Tradicionalmente, o trabalho académico sobre o ativismo político divide o ativismo dos jovens em "dicotomias de instrumentalidade política comparativamente à autoexpressão" (Bowman 2019: 302) e tende a "celebrar a agência e a ver os jovens como sujeitos isolados, limitados e individuais" (Wood 2020: 219). Por outras palavras, o ativismo dos jovens é analisado em termos de atos individuais de agência política. Estes atos dividem-se em duas categorias. A primeira consiste em atos políticos instrumentalistas, ou seja, atos que os jovens ativistas fazem para atingir um objetivo político. A segunda consiste em atos autoexpressivos, que são expressões características do eu, de sentimentos, emoções, etc. A bondade radical, enquanto ética de cuidado com os outros, desafia a abordagem tradicional do ativismo dos jovens de duas formas.



Ilustração 3. Cartaz "Care for the earth" (Cuidar da terra), Manchester, setembro de 2019 (fotografia: Ben Bowman)

Em primeiro lugar, o cuidado e a bondade dos jovens desafiam os pressupostos geralmente aceites sobre o ativismo dos jovens em geral e o ativismo ambiental dos jovens em particular. Os jovens não atuam sozinhos, nem atuam apenas para os jovens. Os jovens, incluindo os jovens ativistas ambientais, agem como parte de uma comunidade mais alargada e através de ligações a adultos, pais, crianças mais novas, professores, escolas, faculdades, etc. Como afirma Bronwyn Wood, "o foco apenas na juventude levou a uma tendência para celebrar a agência e ver os jovens como sujeitos isolados, limitados e individuais" (2020: 218). Wood argumenta que, devido a este foco, os jovens ativistas ambientais são geralmente descritos como "uma geração jovem e zangada - isolada e sozinha" (ibid.: 219). Em vez disso, deparamo-nos com jovens ativistas ambientais a trabalhar de forma coletiva, refletindo o que Pickard descreve como formas de cidadania "façamos nós mesmos", baseadas na cooperação e na criação de redes com os pares (Pickard 2019; 2021).

A bondade radical dos jovens ativistas ambientais desafia o pressuposto de que o jovem é um ator individual isolado. A título de exemplo, nas greves climáticas que estudámos, o ativismo dos jovens estava repleto de emoções, incluindo alegria, medo e esperança, e a rica interação de emoções e sentimentos foi documentada por outros estudos (Wahlström et al. 2019). Também registámos relações fluidas, orgânicas e intergeracionais nos locais de greve, não apenas entre jovens e adultos mais velhos, mas também entre jovens de diferentes idades. Na greve climática realizada em Manchester e Nottingham em 20 de setembro de 2019, por exemplo, a manifestação era reconhecidamente uma manifestação de jovens, mas com muitos pais, avós e outros adultos que se encontravam fora do conjunto principal de manifestantes. Além disso, observámos grupos de crianças pequenas, bebés e crianças pequenas a brincar, a participar e a fazer desenhos com giz na rua, a agitar bandeiras e a cantar. Havia também zonas de recreio especialmente concebidas para crianças pequenas, bem como tendas e *workshops* para a produção de cartazes.

A atmosfera rica, complexa e carinhosa das greves climáticas que estudámos não é fácil de avaliar com medições científicas. Isto deve-se, em parte, ao facto de os nossos métodos de investigação não serem adequados/não estarem adaptados ao trabalho com crianças pequenas. Tal como os investigadores que realizaram o estudo de referência *Protest for a Future* (Wahlström et al. 2019), notámos que havia uma proporção considerável de participantes jovens com 16 anos ou menos nas greves climáticas que estudámos, mas não considerámos eticamente aconselhável entrevistá-los na rua. Embora os métodos científicos utilizados para estudar os movimentos não tenham sido capazes de medir a inclusão de crianças muito pequenas no movimento ambientalista, as crianças pequenas estavam lá, assim como os adultos mais velhos. A bondade e a inclusão do ativismo ambiental dos jovens são características do movimento. A bondade dos jovens ativistas desafia o pressuposto comum entre os decisores políticos, os políticos e outros detentores de poder de que o ativismo dos jovens é um processo através do qual os jovens, individualmente, fazem ouvir as suas vozes. O ativismo, para os jovens ativistas ambientais, é também um processo de construção de comunidade em relações de bondade. Note-se que os estudos mais aprofundados disponíveis sobre as greves climáticas registam que, embora um número crescente de indivíduos tenha começado a participar sozinho nas greves, possivelmente porque as "manifestações estão a tornar-se eventos públicos tão conhecidos", "a mobilização interpessoal continua a ser predominante - especialmente entre amigos" (de Moor et al. 2020: 30). Também no nosso estudo, os jovens ativistas ambientais participaram com amigos, trouxeram trabalhos artísticos colaborativos, fizeram cartazes de protesto com colegas da escola e familiares, caminharam ao lado de outros e assim por diante.

Em segundo lugar, a bondade radical dos jovens ativistas ambientais desafia os pressupostos sobre o que constitui o ativismo político e, inclusive, a definição do próprio ativismo. Como escreve Emily Rainsford, o ativismo político é um "conceito essencialmente multidimensional" que é comumente mal interpretado como uma dicotomia (2018: 792), e os jovens são definidos como ativos ou não, políticos ou não, envolvidos ou não. Rainsford explica que muitos jovens "não veem o seu ativismo como político" (2018: 800). Além disso, nas democracias consolidadas, os jovens tendem a estar desiludidos com a política eleitoral e, por isso, é mais provável que o seu envolvimento ocorra de forma pontual em relação a questões, especialmente locais, que ligam preocupações sociais, económicas e ambientais (Sloam 2020). Por outras palavras, a bondade radical dos jovens ativistas ambientais desafia um pressuposto comum nas democracias, segundo o qual, quando os jovens participam ativamente na política, consideram-se políticos e envolvem-se com as instituições políticas para terem voz e promoverem a mudança. De facto, a realidade é frequentemente o oposto. Os jovens que participam ativamente na política muitas vezes não se consideram ativistas ou mesmo políticos: em vez disso, podem preocupar-se intensamente com uma questão, ou ter um sentido de esforço comum com um grupo de pares ou amigos (Pickard 2019). Tendem a ser céticos em relação à política eleitoral e, consequentemente, sentem-se muitas vezes céticos quanto à utilidade de fazer ouvir a sua voz para influenciar as opiniões dos membros eleitos: pelo contrário, muitos jovens não procuram uma voz, mas procuram o poder de mudar as coisas por si próprios.

Transformações positivas: a oportunidade da bondade radical

No início deste capítulo, defendemos que a bondade radical é uma abordagem ética que visa mudar a democracia para melhor. A bondade radical dos jovens ativistas ambientais é transformadora. Trata-se de uma abordagem que desafia os pressupostos, altera os entendimentos e faz avançar a democracia. Até agora, neste capítulo, definimos a abordagem a que chamamos de bondade radical, tal como a encontramos no nosso trabalho com jovens ativistas ambientais. Nesta última secção, exploramos algumas das oportunidades de transformação na bondade radical. Há muitas oportunidades para aprender com o ativismo ambiental dos jovens, mas aqui sugerimos três.

Em primeiro lugar, a bondade radical desafia a democracia a reconhecer que, para os jovens, a política é mais do que simplesmente "ter uma voz". Uma voz combinada com outra pode criar sentimentos de solidariedade e bem-estar, mas se não mudar nada em termos de resultados concretos, os jovens sentem frequentemente que as suas vozes são ignoradas. Para os jovens, a política representa muitas vezes uma relação mais complexa entre a voz, a ausência de voz e a procura de formas para alcançar o trabalho próprio. As instituições democráticas celebram frequentemente os jovens por "terem voz", mas a bondade radical desafia o pressuposto de que o que os jovens querem é "uma voz". Por norma, os jovens ativistas ambientais não querem ter voz nos sistemas políticos e económicos que conduziram a civilização ao ponto da crise climática. Estes pretendem uma reformulação fundamental desses sistemas. Este desafio é especialmente pertinente nos movimentos que lutam pela mudança política, como o movimento da greve climática, porque as lutas políticas dos jovens são frequentemente articuladas não através da voz, mas através da ausência de voz (Kallio e Häkli 2011). Tal como Kallio e Häkli descobriram em relação à resistência dos jovens à privatização na Finlândia, as

formas de ser político dos jovens "não consistem necessariamente em ações intencionais, mas propositadas" (ibid.: 70), empregando táticas como a autoajuda, o incumprimento passivo e a subversão subtil.

Por outras palavras, os jovens ativistas ambientais que querem remodelar o mundo procuram frequentemente reorganizar as relações na sociedade que os rodeia, de modo a torná-las mais justas, mais amáveis e mais solidárias. A título de exemplo, no "Student guide to the climate crisis (Guia do estudante para a crise climática) (Kishinani e Smith 2020), os autores fornecem um extenso guia para que os jovens "reconheçam o luto climático" (p. 4) e cuidem de si próprios enquanto apoiam os outros. Escrito em Inglaterra, onde as reformas de austeridade económica que se seguiram à recessão de 2008 foram associadas ao agravamento da saúde mental e tiveram um impacto desproporcionado nos jovens (ver Thomson e Katikireddi 2018), o "Student guide to the climate crisis" não constitui um ato político intencional relativo à luta dos jovens para aceder a cuidados de saúde mental adequados, mas tem um propósito de cuidar e apoiar os jovens na sua luta. A bondade radical desafia a democracia a defender a complexidade da participação democrática e a reconhecer que a política é multidimensional, sendo que a política dos jovens nem sempre envolve ter uma voz ativa, ou sequer a intenção de ser política. Muitas vezes, para os jovens, se nos preocupamos com os outros ou com uma questão, tomamos uma atitude e fazemos algo para a resolver. A bondade radical desafia a democracia a abraçar práticas mais amplas de cidadania e de ação política.

Em segundo lugar, de uma forma relacionada, a bondade radical desafia as instituições democráticas a reconhecerem as razões pelas quais muitos jovens são céticos em relação à política institucional. Desde, pelo menos, a década de 1990, o chamado "problema da participação dos jovens" passou a ocupar um lugar central no debate sobre o papel dos jovens na democracia (Farthing 2010). Com esta frase, referimo-nos ao pressuposto incorreto de que os jovens podem simplesmente ser divididos em dois grupos: os jovens envolvidos, que conhecem a política e são ativos na política, e os jovens não envolvidos, que são passivos, desinteressados e desligados da política. A bondade radical desafia este pressuposto, uma vez que procura abordagens radicalmente novas ao ambiente, em vez de reformas que sustentem as abordagens atuais (ver Pickard, Bowman e Arya 2020: 258). Por outras palavras, a bondade radical não resulta de uma queixa dos jovens ativistas ambientais de que não participam de forma significativa na política ambiental, mas de que a própria política ambiental está errada. É um apelo a uma nova política, a uma nova abordagem do ambiente e a uma mudança completa na forma como as coisas são feitas.

Os jovens ativistas ambientais caracterizam-se por uma atitude de dissidência em relação à política institucional, ou seja, discordam das "normas, estilos de vida, decisões e ações prevaletentes que perpetuam o *business as usual* e os seus impactos globais de longo alcance, duradouros e, em alguns casos, irreversíveis" (O'Brien, Selboe e Hayward 2018: 1). Estes ativistas são jovens que acreditam, em diferentes graus, que as instituições políticas existentes são o problema. Não é de estranhar, portanto, que muitos jovens ativistas ambientais procurem a solução fora dessas instituições. Podem até pensar que, se se envolverem de forma cumpridora com os membros eleitos e as instituições democráticas que presidiram à crise climática, o seu envolvimento sustentará e legitimará um sistema político que desejam transformar. Para os jovens que divergem do "business as usual", a forma de cuidar da Terra e dos outros pode ser, de facto, desvincular-se do "business as usual" e embarcar em algo novo. Para as instituições democráticas, portanto, a dissidência, e mesmo o desinteresse, dos jovens deve ser vista como uma oportunidade para descobrir mais sobre o que estão a fazer quando

resistem a fazer política da forma tradicional. Podemos aprender com as práticas de cuidado, bondade e sentido de comunidade dos jovens, a fim de transformar a sociedade de forma mais abrangente e cumprir o contrato social intergeracional (Pickard 2021).

Em terceiro lugar, a bondade radical oferece às democracias uma oportunidade para refletir sobre a natureza intersectorial dos problemas que enfrentamos. Embora concordemos que os jovens ativistas ambientais tendem a responder a questões que lhes interessam numa base de problema a problema ou de caso a caso (Sloam 2020), sugerimos que a bondade radical é uma ética do cuidado que reconhece as experiências partilhadas e procura construir solidariedades entre problemas. Exemplos proeminentes incluem a relação entre o ativismo ambiental dos jovens e o movimento antirracismo, a solidariedade entre os jovens ativistas ambientais e os defensores de uma melhor prestação social de cuidados de saúde mental em torno de questões como a ecoansiedade, e uma procura comum daquilo a que se chamou futuros "pós-capitalistas" (Herbert 2021: 7), em particular economias futuras que não se baseiam no crescimento.

A bondade radical é a base a partir da qual os jovens ativistas ambientais constroem as solidariedades que idealizam. Os jovens ativistas ambientais pretendem uma nova política ambiental e estão a construir um novo sistema de ética cívica que difere da política convencional. A bondade radical é uma abordagem que combina várias questões. Nem sempre resulta em exigências políticas concretas com que as instituições democráticas estão habituadas a lidar e desafia as democracias a alargarem a visão do que é a participação dos jovens. Para os jovens ativistas ambientais, e para outros jovens que desejam construir um mundo melhor, o primeiro passo não é propor mudanças incrementais ao mundo que habitamos. O primeiro passo, para muitos jovens, é partilhar a sua visão de como seria um mundo melhor. Sugerimos cautelosamente que, em termos práticos, imaginar um mundo melhor pode começar por apoiar os jovens a reconhecer as questões globais e a abordá-las a nível local (ver Kishinani e Smith 2020; Sloam 2020; Herbert 2021). A nível local, é possível que as grandes questões sistémicas que rodeiam as alterações climáticas possam ser abordadas de forma mais prática, questão a questão e com base no "façamos nós mesmos"

Conclusão

Este livro sobre o Conhecimento dos Jovens coloca a questão: "Como é que os jovens se estão a envolver com as democracias em transformação?" Um movimento juvenil proeminente nas democracias atuais é o movimento ambientalista, incluindo as greves pelo clima nas escolas "Fridays For Future". Nesta conclusão, defendemos que o ativismo ambiental dos jovens é caracterizado por um sistema de ética cívica a que chamamos de "bondade radical", com base num termo utilizado por um jovem na nossa investigação por entrevista. A bondade radical é uma visão transformadora da mudança democrática. Definimos a bondade radical como tendo três componentes principais.

Em primeiro lugar, os jovens ativistas ambientais que agem com bondade radical são, como nos explicou uma ativista, "[radicais] no bom sentido" (Emilija, 20 anos, ativista da Extinction Rebellion, Londres, outubro de 2019). São radicais porque não apelam a mudanças suplementares ou técnicas que possam sustentar a modalidade *business as usual*, mas sim a mudanças positivas e transformadoras para imaginar e construir um novo mundo. Por esta razão, classificamos o ativismo ambiental dos jovens como um movimento de dissidência e

não de protesto. A dissidência dos jovens é uma parte vital do seu empenho nas democracias em transformação, especialmente nos movimentos ambientais. Para muitos jovens, a política começa com a dissidência: ou seja, discordar do status quo e apelar a uma mudança positiva e transformadora.

Em segundo lugar, a bondade radical é radical e também é bondosa. Os jovens ativistas ambientais não tendem a ver as suas visões radicais de mudança transformadora como visões antagónicas, nem agem como indivíduos isolados com opiniões sobre as mudanças que gostariam de ver. Os jovens que se envolvem com as democracias em transformação, através da utilização da ética cívica da bondade radical, querem transformar as democracias de forma a defender e apoiar outros que procuram a justiça em redes de solidariedade e "ondas de apoio".

Em terceiro lugar, a bondade radical é uma ética cívica de cuidado que nem sempre segue as abordagens tradicionais da cidadania e da política. Os jovens que agem com bondade radical percebem que a participação política é um conceito multidimensional, e não uma simples questão de o que é político e o que não é. Os nossos exemplos incluem as redes mútuas de auxílio, de apoio e de cuidados para os pares entre os jovens ativistas ambientais, para se ajudarem mutuamente em matéria de saúde mental. Embora estes processos de cuidado, bondade e apoio nem sempre sejam classificados como "envolvimento político", têm um objetivo profundamente cívico e político, pois estabelecem uma visão nova e transformadora da democracia.

As visões radicais e transformadoras dos jovens ativistas ambientais oferecem enormes oportunidades para as democracias em transformação. Os jovens estão a combater as alterações climáticas e outras questões ambientais por toda a Europa e pelo mundo inteiro. O ativismo que praticam, caracterizado por uma bondade radical, representa um projeto de construção do mundo. Os jovens ativistas ambientais têm a perceção de que se encontram num ponto de viragem na história da humanidade. O objetivo do seu movimento é construir um mundo melhor, mais justo e mais amável. Os nossos textos têm como objetivo explicar, celebrar e apoiar o trabalho dos jovens em toda a Europa e em todo o mundo, enquanto trabalham em conjunto para imaginar um mundo novo e justo.

Referências bibliográficas

- ▶ Austin R. e Schill M. (1991), "Black, brown, poor & poisoned: minority grassroots environmentalism and the quest for eco-justice", *Kansas Journal of Law & Public Policy*, Summer 1991, pp. 69-82.
- ▶ Bang H. (2010), "Everyday makers and expert citizens: active participants in the search for a new governance", in Fenwick J. and McMillan J. (eds), *Public management in the postmodern era: challenges and prospects*, Edward Elgar, Cheltenham, pp. 163-191.
- ▶ Bessant J. (2021), *Making-up people: youth, truth and politics*, Routledge, Abingdon.

- ▶ Boffey D. (2019), "Von der Leyen pledges climate focus as MEPs back new commission", *The Guardian*, 27 de novembro, disponível em www.theguardian.com/world/2019/nov/27/von-der-leyen-pledges-climate-focus-as-meps-back-new-commission, acessado a 20 de julho de 2022.
- ▶ Boulianne S., Lalancette M. e Ilkiw D. (2020), "'School Strike 4 Climate': social media and the international youth protest on climate change", *Media and Communication*, 8(2), pp. 208-218.
- ▶ Bowman B. (2019), "Imagining future worlds alongside young climate activists: a new framework for research", *Fennia - International Journal of Geography*, 197(2), pp. 295-305.
- ▶ — (2020), "'They don't quite understand the importance of what we're doing today': the young people's climate strikes as subaltern activism", *Sustainable Earth*, 3(16).
- ▶ Castree N. (2006), "The future of environmentalism", *Soundings*, No. 34, pp. 11-17.
- ▶ Cherry C. et al. (2021), "Citizens' climate assemblies: understanding public deliberation for climate policy", Centre for Climate Change and Social Transformations, disponível em <https://cast.ac.uk/wp-content/uploads/2021/07/CITIZENS-CLIMATE-ASSEMBLIES-CAST-July-2021.pdf>, acessado em 20 de julho de 2022.
- ▶ Crenshaw K. (1991), "Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color", *Stanford Law Review*, 43(6), pp. 1241-1299.
- ▶ Curnow J. e Helferty A. (2018), "Contradictions of solidarity", *Environment and Society*, 9, pp. 145-163.
- ▶ Curnow J. e Gross A. (2016), "Injustice is not an investment: student activism, climate justice, and the fossil fuel divestment campaign", em Conner J. e Rosen S. M. (eds), *Contemporary youth activism: advancing social justice in the United States*, Praeger, Santa Barbara.
- ▶ Dickinson J. et al. (2008), "Introduction: geographies of everyday citizenship", *ACME: An International Journal for Critical Geographies*, 7(2), pp. 100-112.
- ▶ Diehn S. (2015), "McKibben: 'We won the climate argument, now we have to win the fight'", *Deutsche Welle*, 10 de dezembro, disponível em <https://p.dw.com/p/1HLLL>, acessado em 20 de julho de 2022.
- ▶ Environmental Leadership Summit (1991), "Principles of environmental justice", First National People of Color Environmental Leadership Summit, disponível em www.ejnet.org/ej/principles.html, acessado em 23 de julho de 2022.
- ▶ Farthing R. (2010), "The politics of youthful antipolitics: representing the 'issue' of youth participation in politics", *Journal of Youth Studies*, 13(2), pp. 181-195.
- ▶ Foote E. (1856), "Circumstances affecting the heat of sun's rays", *American Journal of Art and Science*, 22(66), pp. 382-383.
- ▶ Foster S. (1993), "Race(ial)matters: the quest for environmental justice", *Ecology Law Quarterly*, 20(4), pp. 721-753.

- ▶ Fridays For Future (2019), "Lausanne climate declaration", SMILE For Future, disponível em <https://drive.google.com/file/d/1Nu8i3BoX7jrdZVeKPQShRycl8j6hvwC0/view>, acessado em 20 de julho de 2022.
- ▶ Hagedorn G. et al. (2019), "Concerns of young protesters are justified", *Science*, 364(6436), p. 139-140.
- ▶ Herbert J. (2021), "The socio-ecological imagination: young environmental activists constructing transformation in an era of crisis", *Area*, 53(2), pp. 373-380.
- ▶ Kaijser A. e Kronsell A. (2014) Climate change through the lens of intersectionality. *Environmental Politics*, 23:3, pp. 417-433. Doi: [10.1080/09644016.2013.835203](https://doi.org/10.1080/09644016.2013.835203)
- ▶ Kallio K. P. e Häkli J. (2011), "Young people's voiceless politics in the struggle over urban space", *GeoJournal*, 76(1), pp. 63-75.
- ▶ Kelbert A. W. (2016), "Climate change is a racist crisis: that's why Black Lives Matter closed an airport", *The Guardian*, 6 de setembro, disponível em www.theguardian.com/commentisfree/2016/sep/06/climate-change-racist-crisis-london-city-airport-black-lives-matter, acessado em 20 de julho de 2022.
- ▶ Kisby B. e Sloam J. (2014), "Promoting youth participation in democracy: the role of higher education", in Mycock A. and Tonge J. (eds), *Beyond the Youth Citizenship Commission: young people and politics*, Political Studies Association, London, pp. 52-56.
- ▶ Kishinani P. e Smith M. (2020), "Student guide to the climate crisis", Climate Emergency Manchester, disponível em <https://climateemergencymanchester.net/student-climate-handbook/>, acessado em 20 de julho de 2022.
- ▶ Moor J. (de) et al. (2020), "Protest for a future II: Composition, mobilization and motives of the participants in Fridays For Future climate protests on 20-27 September, 2019, in 19 cities around the world", Göteborgs Universitetsbibliotek, disponível em <https://gup.ub.gu.se/publication/290509>, acessado em 23 de julho de 2021.
- ▶ Nissen S., Wong J. H. K. and Carlton S. (2021), "Children and young people's climate crisis activism – a perspective on long-term effects", *Children's Geographies*, 19(3), pp. 317-323.
- ▶ O'Brien K., Selboe E. and Hayward B. M. (2018), "Exploring youth activism on climate change: dutiful, disruptive, and dangerous dissent", *Ecology and Society*, 23(3).
- ▶ Pickard S. (2019), *Politics, protest and young people: political participation and dissent in Britain in the 21st century*, Palgrave MacMillan, London, pp. 375-405.
- ▶ — (2021), "'You are stealing our future in front of our very eyes': the representation of climate change, emotions and the mobilisation of young environmental activists in Britain", *E-Rea* 18(2), disponível em <https://doi.org/10.4000/erea.11774>, acessado em 20 de julho de 2022.
- ▶ Pickard S., Bowman B. e Arya D. (2020), "'We are radical in our kindness': the political socialisation, motivations, demands and protest actions of young environmental activists in Britain", *Youth and Globalization*, 2(2), pp. 251-280.

- ▶ Pickard S., Bowman B. e Arya D. (2022), "Youth and environmental activism" em Grasso M. e Giugni M. (eds), *The Routledge handbook of environmental movements*, Routledge, London, pp. 521-537.
- ▶ Pulido L. (1996), *"Environmentalism and economic justice: two Chicano struggles in the Southwest"*, The University of Arizona Press, Tucson.
- ▶ - (1997), "Community, place and identity" in Jones J. P., Nast H. J. e Roberts S. M. (eds) (1997), *Thresholds in feminist geography: difference, methodology, representation*, Rowman & Littlefield, Lanham, pp. 11-28.
- ▶ Pulido L. e Peña D. (1998), "Environmentalism and positionality: the early pesticide campaign of the United Farm Workers' Organizing Committee, 1965-71", *Race, Gender & Class*, 6(1), pp. 33-50.
- ▶ Rainsford E. (2018), "UK political parties' youth factions: a glance at the future of political parties", *Parliamentary Affairs*, 71(4), pp. 783-803.
- ▶ Roberts D. E. (2012), "Race, gender, and the political conflation of biological and social issues", *Du Bois Review: Social Science Research on Race*, 9(1), pp. 235-244.
- ▶ Saunders C., Doherty B. and Hayes G. (2020), "A new climate movement? Extinction Rebellion's activists in profile", CUSP Working Paper No, 25, disponível em https://www.cusp.ac.uk/wp-content/uploads/WP25-XR-report_final.pdf, acessado a 23 de julho de 2022.
- ▶ Schinko T. (2020), "Overcoming political climate-change apathy in the era of #FridaysForFuture", *One Earth*, 2(1), pp. 20-23.
- ▶ Sloam J. (2020), "Young Londoners, sustainability and everyday politics: the framing of environmental issues in a global city", *Sustainable Earth*, 3(1).
- ▶ Snapes L. (2019), "Time to rebel': Greta Thunberg adds voice to new song by the 1975", *The Guardian*, 25 de julho, disponível em www.theguardian.com/music/2019/jul/25/time-to-rebel-greta-thunberg-makes-musical-debut-on-the-1975-track, acessado em 23 julho de 2022.
- ▶ Sze L., Ambriz N. and Correia D. (2017), "Conversations in environmental justice: An interview with Julie Sze", *Capitalism, Nature, Socialism*, 28(2), pp. 54-63.
- ▶ Tanaka G. (2002), "Higher education's self-reflexive turn: toward an intercultural theory of student development", *The Journal of Higher Education*, 73(2), pp. 263-296.
- ▶ Tanner T. (2010), "Shifting the narrative: child-led responses to climate change and disasters in El Salvador and the Philippines", *Children & Society*, 24(4), pp. 339-351.
- ▶ Thew H., Middlemiss L. and Paavola J. (2020), "'Youth is not a political position': exploring justice claims-making in the UN climate change negotiations", *Global Environmental Change*, 61, pp. 1-10.
- ▶ Thomson R. M. and Katikireddi S. V. (2018), "Mental health and the jilted generation: using age-period-cohort analysis to assess differential trends in young people's mental health following the Great Recession and austerity in England", *Social Science & Medicine*, 214, pp. 133-143.

- ▶ Wahlström M. et al. (2019), "Protest for a future: composition, mobilization and motives of the participants in Fridays For Future climate protests on 15 March, 2019 in 13 European cities", disponível em: <https://tinyurl.com/vvyv7c5>, acessado em 22 de julho de 2022.
- ▶ Warren M. (2019), "Thousands of scientists are backing the kids striking for climate change", *Nature*, 567, pp. 291-292.
- ▶ Wood B. (2012), "Crafted within liminal spaces: young people's everyday politics," *Political Geography*, 31(6), pp. 337-346.
- ▶ — (2020), "Youth-led climate strikes: fresh opportunities and enduring challenges for youth research - commentary to Bowman," *Fennia – International Journal of Geography*, 198(1-2), pp. 217-222.

Capítulo 2

Ativismo climático dos jovens: a experiência Fridays For Future em Roma

Francesca Belotti, Arianna Bussoletti, Stellamarina Donato

Introdução

Depois de Greta Thunberg ter iniciado os seus protestos em 2018, o movimento Fridays For Future restaurou a visibilidade das alterações climáticas como uma questão democrática, ao mesmo tempo que deu início a uma nova vaga de ativismo climático informado por uma perspectiva de justiça social. Os jovens, em especial os adolescentes, têm-se mobilizado em massa a nível mundial através das conhecidas greves climáticas nas escolas às sextas-feiras e das greves globais bianuais, que se desenrolam em praças públicas e plataformas de redes sociais.

Os estudos sobre o movimento Fridays For Future ainda estão muito pouco desenvolvidos na Europa e não fornecem uma análise sistemática das estratégias de envolvimento que tornam este movimento único e o distinguem de outros movimentos juvenis e ambientais. Neste capítulo, tentamos preencher esta lacuna, inspirando-nos na literatura sobre as práticas dos media digitais dos movimentos populares e nos estudos sobre a cultura e a política participativas dos jovens. Realizámos um estudo etnográfico no âmbito do grupo Fridays For Future em Roma entre julho de 2020 e janeiro de 2021, como parte de uma investigação qualitativa mais ampla, explorando como e onde os jovens ativistas do movimento - que se referem a si próprios como os "Fridays" - se mobilizam e destacando os pontos fortes e fracos das suas estratégias de envolvimento.

Ao estarem presentes em múltiplos ambientes (escolas, praças públicas e redes sociais), os "Fridays" combinam eficazmente formação científica, mobilização e ações de criação de redes, tanto online como offline. Este conjunto de atividades apoia os objetivos de defesa do movimento - nomeadamente a obtenção de políticas adequadas relacionadas com o clima por parte das instituições públicas - ao mesmo tempo que prossegue os objetivos de envolvimento de encorajar e manter a participação política no movimento. Para atingir os objetivos de sensibilização, os ativistas tiram partido e capitalizam a adesão ao movimento, num ciclo virtuoso que alimenta tanto a disputa climática como a filiação no movimento. No que respeita ao envolvimento, que constitui o cerne da presente contribuição, existem dois tipos de estratégias: a ancoragem dos próprios "Fridays" ao movimento ("estratégias de envolvimento interno"), ao mesmo tempo que envolvem pessoas externas na luta contra as alterações climáticas ("estratégias de envolvimento externo"). Em ambos os casos, a política de

base do Fridays For Future é principalmente dirigida aos jovens, uma vez que se considera que a crise climática está vinculada aos direitos das gerações futuras que, mais do que ninguém, irão pagar os custos económicos e ambientais.

O que é que sabemos até ao momento sobre o movimento Fridays For Future?

Um ano após o seu surgimento, foram realizados vários estudos sobre o movimento Fridays For Future, especialmente na Europa. Uma vez que o movimento foi inicialmente inspirado por Greta Thunberg, alguns autores centraram-se especificamente na sua figura. Vavilov (2019), por exemplo, incide sobre os seus dispositivos retóricos e argumentos morais, enquanto Evensen (2019) critica a sua excessiva confiança nos dados e na ciência como argumentos contra a crise climática, uma vez que - na sua opinião - acontece à custa de argumentos éticos e políticos. Por último, von Zabern e Tulloch (2020) centram-se no facto de os jornais alemães retratarem os "Fridays" como "seguidores" ou "fãs" de Greta, diluindo assim a legitimidade científica da disputa climática. Embora estas análises subestimem os processos, os elementos subjetivos e o âmbito do ativismo climático dos jovens como um fenómeno "glocal", um ramo adicional da literatura do Fridays For Future trata da génese e das queixas do movimento. Kühne (2019), por exemplo, remonta o movimento Fridays For Future aos argumentos científicos que sustentam as suas manifestações políticas. Schinko (2020) contextualiza-os no âmbito do fracasso das conferências e acordos internacionais sobre as alterações climáticas e sugere uma série de "blocos de construção" para apoiar a transformação socioecológica exigida pelo movimento Fridays For Future (tomada de consciência dos riscos climáticos reais; expansão da governação da crise climática; fomento da perceção de autoeficácia dos ativistas). Por outro lado, Maier (2019) identifica três quadros de ação coletiva do Fridays For Future na Alemanha, fornecendo assim alguns conhecimentos oportunos sobre as práticas políticas do movimento. Os três quadros são: 1) os "Fridays" decompõem a questão climática em dimensões de diagnóstico e de prognóstico, identificando diferentes questões políticas e soluções daí decorrentes; 2) invocam a justiça climática como um pacto intergeracional, contrapondo os jovens aos mais velhos através de sinais de protesto apelativos e códigos culturais online; 3) tratam tanto as alterações climáticas como o seu próprio envolvimento como transnacionais em termos de âmbito e responsabilidade.

Estes estudos centram-se na especificidade da disputa climática e nas reivindicações dos movimentos Fridays For Future, mas carecem de análises que justifiquem o que torna o movimento único em termos de política de base. No entanto, outros estudos tentam delinear a composição social que torna o movimento Fridays For Future especial. Smith e Bogner (2019) descrevem-no como um movimento descentralizado, baseado em grupos locais estabelecidos em todo o mundo que combinam de forma tática greves de estudantes semanais com marchas coordenadas em grande escala. Inquéritos realizados na Europa mostram que o Fridays For Future parece ser composto principalmente por ativistas adolescentes novatos e bem-educados que, inicialmente inspirados por Greta Thunberg, participam no movimento Fridays For Future por preocupação com o seu próprio futuro e do planeta e para exigir responsabilidade política das instituições públicas (Wahlström et al. 2019; Gardner e Neuber 2020). Estas últimas, em particular, incidem sobre o movimento "Fridays" na Alemanha que participou nas duas greves globais de 2019. Eram compostas na sua maioria por estudantes do ensino secundário e universitário de classe média, com uma orientação de esquerda moderada, descontentes

com as políticas neoliberais e as empresas privadas. Os resultados dos inquéritos sublinharam igualmente o papel fundamental desempenhado pelas redes interpessoais, tanto nas redes sociais como na escola, na partilha de informações e nas emoções.

De facto, o papel das redes sociais no ativismo do movimento Fridays For Future, em particular, é abordado por vários autores e parece ser um elemento identificador do movimento. As análises etnográficas realizadas por Rivas-de-Roca (2020) mostram como o movimento Fridays For Future influencia a opinião pública e incentiva a ação política através dos meios digitais, numa tentativa de atrair os media em massa e encontrar apoio político para dar prioridade à crise climática na definição da agenda. Estas descobertas também ressoam na tese de Trimonytė (2020), cuja análise das publicações publicadas nas páginas oficiais do Facebook, Instagram e Twitter do movimento Fridays For Future confirma as conclusões de Maier (2019) sobre as dimensões de diagnóstico e prognóstico. Ambas as dimensões estão presentes nas redes sociais. A dimensão de diagnóstico pode ser observada nas publicações em que os ativistas denunciam a inatividade das instituições em relação às alterações climáticas, utilizam referências científicas e declarações institucionais para mostrar que o problema é real e sublinham o âmbito global do problema e as suas repercussões diárias. A dimensão de prognóstico pode ser observada nas publicações em que os ativistas apelam aos líderes mundiais para que declarem e respondam à emergência climática, proponham soluções concretas e reforcem as suas próprias ações. Ao mesmo tempo que utilizam as redes sociais para promover este discurso sobre a crise climática ("envolvimento externo"), os "Fridays" também utilizam estas plataformas como locais de encontro e de consolidação do movimento ("envolvimento interno"). De acordo com Brünker et al. (2019), o Instagram, em particular, permite que o movimento Fridays For Future forme a sua identidade coletiva, uma vez que jovens de todo o mundo interagem uns com os outros e com Greta Thunberg na mesma plataforma. Através disto, experimentam solidariedade, coesão de grupo e ligação emocional entre si e com o problema das alterações climáticas, no Instagram e para além dele. A este respeito, Reyes-Carrasco et al. (2020) sublinham como todo o conjunto de práticas (digitais ou não) do Fridays For Future Salamanca está a abrir um espaço para a "aprendizagem através da prática" informal, onde o conhecimento é construído através do desenvolvimento de orientações, programas de rádio e campanhas nas redes sociais. Esta linha de investigação abre assim caminho à nossa análise das estratégias de envolvimento adotadas pelos "Fridays" como uma característica que, mais do que qualquer outra, engloba as especificidades do movimento no que diz respeito às práticas, elementos subjetivos e ambientes do ativismo climático dos jovens.

Juventude (e) ativismo digital

Esta breve análise da literatura sobre o movimento Fridays For Future sugere que há algo de inédito na forma como os "Fridays" constroem a participação e a mobilização. Colocamos a hipótese de isto ter a ver com a forma como combinam diferentes estratégias de envolvimento ao mesmo tempo que abrangem vários ambientes online e offline. Esta hipótese baseia-se tanto na vertente bem estabelecida da investigação sobre o ativismo digital dos movimentos populares como na literatura sobre o ativismo dos jovens.

O primeiro corpo de investigação inclui estudos que mostram como os media digitais apoiam as transformações sociais ao permitirem que os ativistas partilhem conteúdos personalizados horizontalmente e com uma audiência global, através de um processo participativo que visa alcançar objetivos práticos e comunicativos (Castells 2009; Bennett e Segerberg 2012). Os media

digitais modificaram de forma progressiva as práticas e ações comunicativas dos movimentos populares, a ponto de redefinir a sua própria estrutura de acordo com o paradigma da rede (Toret et al. 2015; Treré e Barranquero 2018). Esta é a razão pela qual consideramos as práticas dos media digitais igualmente legítimas (Vaccari et al. 2015; Dennis 2018) e incorporadas (Treré 2019; Mattoni 2020) na política popular tradicional, valorizando assim também a lógica dos media de longo prazo que os ativistas adotam além dos "picos" de protesto e incluindo os estágios latentes intermediários (Mattoni 2017). Centramo-nos nas redes sociais como ambientes privilegiados de partilha de informações e emoções (Gil de Zúñiga, Nakwon e Valenzuela 2012; Papacharissi 2014; Gravante 2016). Os "públicos em rede" possibilitados pelas redes sociais - nomeadamente os espaços construídos pelas práticas dos media digitais através de tecnologias em rede e comunidades imaginadas (boyd 2014) - ajudam os ativistas a desenvolver mecanismos inovadores de ação política, negociando tanto com as arquiteturas técnicas das plataformas como com as dinâmicas sociais entre os utilizadores (Comunello, Mulargia e Parisi 2016). Enquanto os sites de redes sociais funcionam como o "palco" do ativismo digital, acolhendo processos de comunicação externa, os serviços de mensagens instantâneas móveis são os bastidores, onde se desenrolam processos de identidade coletiva, juntamente com a construção e manutenção da solidariedade e da cooperação (Treré 2019).

Alguns ramos do segundo corpo de investigação, sobre o ativismo juvenil, destacam as tecnologias de comunicação digital como espaços onde os jovens expressam a sua voz política (Bennett 2012; Loader, Vromen e Xenos, 2014), enquanto outros salientam a desconexão dos jovens das formas tradicionais de participação política (van Biezen, Mair e Poguntke 2012; Zukin et al. 2006). Embora seja inegável que os contextos mais tradicionais, como o ambiente familiar ou escolar, ainda desempenham um papel na mobilização e politização dos jovens (Maher e Earl 2017), as redes sociais são um campo particularmente fértil porque, aí, os jovens investem com significado político nas atividades socioculturais através das quais se envolvem tanto com a plataforma como com os seus pares (Kahne, Lee e Feezell 2013; Jenkins et al. 2016). Ao partilharem e produzirem conteúdos online sobre questões que lhes interessam, os jovens tratam este material como recursos simbólicos (Literat e Kligler-Vilenchik 2019) para se identificarem e criarem laços com um público que pensa da mesma forma, reconhecendo-se como parte de um grupo de pares (Marchi e Clark, 2018). Desta forma, as redes sociais tornam-se simultaneamente canais de circulação e fontes de informação, alargando o âmbito da participação política dos jovens (Hao, Wen e George 2014; Loader, Vromen e Xenos, 2014), na medida em que a autoexpressão e as experiências pessoais inervam a sua experiência política mais ampla (Vivienne 2016; Zhu et al. 2019).

Ao combinar esta bolsa de diálogo com a investigação realizada até ao momento sobre o movimento Fridays For Future, tentamos destacar a centralidade das estratégias de envolvimento que os "Fridays" ativam em diferentes ambientes para apoiar a nível interno e angariar a nível externo a participação na luta climática. Esta abordagem valoriza a simplicidade das práticas políticas dos jovens realizadas entre o domínio online e offline, permitindo-nos assim compreender a sua especificidade.

Metodologia

A nossa conceção de investigação adota uma abordagem ecológica (Barnes 2008), que valoriza as práticas dos indivíduos, os processos de atribuição de sentido e as relações associadas ao ativismo climático. Esta é a razão pela qual nos concentrámos na etnografia para adquirir

descrições socioculturais do movimento Fridays For Future que abrangem a complexidade das estratégias e dos aspetos comunicativos do movimento entre os ambientes online e offline (Boellstorff 2012; Kraemer 2016).

Entre julho de 2020 e janeiro de 2021, realizámos a observação dos participantes e a etnografia digital com e dentro do grupo Fridays For Future em Roma (que é apoiado principalmente por ativistas na casa dos 20 anos, juntamente com alguns adolescentes e algumas pessoas com mais de 30 anos). Parte da nossa equipa de investigação participou em assembleias, reuniões e ações de protesto que se realizaram tanto online como offline, em função das restrições impostas no âmbito da pandemia de Covid-19. Esta metodologia permitiu-nos observar os processos e as dinâmicas que se desenrolam entre os "Fridays" e interagir com eles, no seu ambiente natural e a longo prazo (Emerson 2004; Pink et al. 2016). Uma vez terminada a recolha de notas de campo pouco estruturadas, mas abrangentes (Emerson, Fretz e Shaw 1995), codificámos segmentos de notas tanto de forma dedutiva como indutiva, reconhecendo múltiplas categorias analíticas. Fizemos a revisão dos códigos e procedemos à análise temática (Braun e Clarke 2006; Guest, MacQueen e Namey 2012), agrupando todos os códigos em temas centrais, o que permitiu ordenar as observações e a sua subsequente interpretação (Boyatzis 1998). Neste capítulo, centramo-nos nas estratégias de envolvimento interno e externo dos "Fridays" como os dois temas que melhor captam a especificidade das suas práticas políticas de base.

Na implementação da investigação, aplicámos um protocolo ético que garantiu o anonimato dos ativistas e a privacidade dos dados. Por esta razão, os extratos das notas de campo - mencionados na secção de análise de resultados abaixo - são identificados por data e tipo de evento (assembleia online ou offline, workshop, ação de protesto, etc.), e os ativistas são identificados por um código alfanumérico contendo, entre parênteses retos, uma letra alfabética, idade e sexo ([Z19m], por exemplo). Recolhemos o consentimento informado iterativo durante o trabalho de campo, uma vez que os "Fridays" concordaram repetidamente em participar na investigação, tanto explícita como tacitamente, individual e coletivamente (Busher e Fox 2019; Nairn et al. 2020).

Estratégias de envolvimento do movimento Fridays For Future em Roma

"Faltar à escola todas as sextas-feiras (*Fridays*) e sair para a rua: daí o "Fridays" no nome. Reivindicar o nosso direito a um futuro (*future*): daí o 'For Future' no nome." É assim que C, uma jovem de 14 anos, resume as práticas e a posição política do Fridays For Future. Segundo ela, a especificidade do movimento é o facto de ser levado a cabo por "uma geração (...) que já não tinha voz (...) e que decidiu avançar (...) reivindicar algo que, eventualmente, pertence a todos, mas que ninguém sente particularmente próximo": um planeta saudável para todas as espécies vivas (9 de dezembro de 2020, webinar). Fridays For Future é, portanto, um movimento de jovens na sua composição social, mas também nas suas exigências (Wahlström et al. 2019; Gardner e Neuber 2020; Maier 2019). Afinal, como afirma [Z19m], "serão os jovens a enfrentar a crise climática como protagonistas" (10 de julho de 2020, workshop presencial), mesmo que o problema seja de âmbito global, e "todos devem estar envolvidos" ([M20m], 4 de setembro de 2020, workshop presencial).

Se examinarmos em profundidade a política de base do Fridays For Future, observamos estratégias de envolvimento específicas, cujo objetivo é manter o empenho dos ativistas

ao longo do tempo ("estratégias de envolvimento interno") ou motivar pessoas externas, especialmente jovens e outras organizações/movimentos, a juntarem-se ao Fridays For Future na luta contra a crise climática ("estratégias de envolvimento externo"). É isto que torna o movimento único. Para além dos objetivos políticos e de sensibilização que o Fridays For Future tem em vista, alavancando e capitalizando a adesão ao movimento, os "Fridays" dedicam-se a incentivar e a manter a participação dos jovens no movimento, ao mesmo tempo que estabelecem alianças com outras organizações que partilham os mesmos objetivos. Nesta secção, analisamos ambos os tipos de estratégias de envolvimento e discutimos como e onde se combinam para dar forma a um movimento tão inovador como o Fridays For Future, tentando também identificar os seus pontos fortes e fracos.

Estratégias de envolvimento interno

Estudar

Para muitos "Fridays", o primeiro passo na luta contra as alterações climáticas é construir um conhecimento sólido sobre o clima, através da procura e da partilha de informações credíveis que sirvam de base às queixas e reivindicações. De acordo com [M20m], "a emergência climática dispõe de muitos estudos científicos [e] investigação subjacentes, [que] temos de mostrar constantemente aos governos porque, aparentemente, eles não sabem disso" (9 de dezembro de 2020, webinar). Por conseguinte, os "Fridays" juntam-se à luta contra a crise climática ao estudarem e aprenderem sobre esta, baseando assim as suas exigências de responsabilidade política e ética na ciência (Kühne 2019), mas salientando, sobretudo, o processo de construção do conhecimento. As reivindicações junto das instituições públicas (sobretudo nacionais e europeias) amadurecem internamente, na formação científica que reúne os ativistas em torno do conflito climático. Em primeiro lugar, os "Fridays" consultam diretamente os dados atualizados. O grupo de trabalho nacional Fridays For Future dedicado à ciência foi criado para este efeito e é responsável por analisar a investigação sobre as alterações climáticas ([M20m], 9 de dezembro de 2020, webinar). Uma vez que os relatórios técnicos são difíceis de compreender, os "Fridays" recorrem a gráficos e resumos produzidos por sites específicos que recolhem dados e os tornam mais inteligíveis. Além disso, como explica [P23m], uma vez que os dados podem estar "corretos, mas incompletos", ou mesmo tendenciosos, quando os académicos são "conservadores" nas suas estimativas (10 de julho de 2020, workshop presencial), os "Fridays" verificam duas vezes as fontes e selecionam apenas as que consideram fiáveis. Isto é particularmente evidente no que respeita aos jornais. Os jornais nacionais em Itália são considerados pouco fiáveis, uma vez que os ativistas afirmam que "são financiados por empresas de combustíveis fósseis", o que significa que os ativistas os consideram "unilaterais, basicamente [estando] do lado errado!" ([M20m], 9 de dezembro de 2020, webinar). Em contrapartida, o jornalismo climático, rigoroso e coerente, foi encontrado no estrangeiro, onde existem jornais que, segundo os ativistas, abordam a crise climática "com as palavras certas" ([M20m], como anteriormente) e recusam qualquer financiamento de empresas poluentes.

Desta forma, os "Fridays" aprendem concretamente sobre as alterações climáticas, navegando de forma autónoma em gráficos, resumos e artigos online, e estudando o diagnóstico e o prognóstico das alterações climáticas. Contrariamente aos argumentos de Evensen (2019), estas estratégias de base científica são essenciais para unir as pessoas em torno da questão das alterações climáticas, legitimando-a num debate público que ainda se debate com muitos

céticos quanto à sua veracidade. Este tipo de ativismo de dados é particularmente evidente nas campanhas de defesa do movimento Fridays For Future em relação às instituições e nas suas campanhas de protesto contra empresas poluentes. Um exemplo do primeiro tipo é a campanha "Back to the Future", que foi concebida durante a primeira vaga da pandemia de Covid-19 como uma "estratégia programática destinada a intensificar a sensibilização para as questões climáticas a nível institucional" ([H23m], 20 de julho de 2020, reunião online). Como recorda [M20m], trata-se de "um plano de sete pontos de pedidos e ações (...) sobre diversas questões como a energia, a construção, a agricultura, a proteção do território, os recursos hídricos, etc.", cuja "autoridade" provém do "esforço gigantesco" de reunir contactos "do mundo da ciência, do associativismo e do ativismo" (9 de dezembro de 2020, webinar). Esta campanha chamou a atenção da opinião pública e das instituições para o conflito climático (objetivos de sensibilização), mas também reforçou o empenho interno dos ativistas do Fridays For Future que participaram nas atividades de formação, comunicação e trabalho em rede que lhe deram origem (envolvimento). Quanto ao segundo tipo de campanha, um exemplo é "Expulsar a Eni das escolas". A Eni é uma empresa italiana do setor da energia que foi várias vezes acusada de poluição e de "greenwashing" (Aneris 2020). De acordo com alguns ativistas, esta empresa era tão "boa a fazer publicidade de si própria" ([M20m], 10 de julho de 2020, workshop presencial) e a fazer "as pessoas acreditarem que se está a tornar sustentável, [quando] não é verdade" ([P23m], 9 de dezembro de 2020, webinar), que o Ministério da Educação italiano até a tornou responsável pelo ensino da educação ambiental nas escolas italianas. A campanha é gerida no âmbito de um grupo de trabalho específico no Telegram (a aplicação de mensagens), onde os "Fridays" debatem e coordenam periodicamente ações de protesto com a hashtag #ciavvelENI ("tu, Eni, envenenas-nos"). Ao organizarem estas campanhas, os "Fridays" aprendem "fazendo" (Reyes-Carrasco, Barrón e Heras Hernández 2020), transformando assim o envolvimento político num processo autopoietico.

Trabalho em rede

Mesmo as redes em que o "Fridays" participa - incluindo grupos locais Fridays For Future espalhados pelo mundo e organizações e movimentos aliados - são um terreno fértil para aprender sobre as alterações climáticas. Neste contexto, a autocomunicação em massa (Castells 2009) possibilitada pelas redes sociais não só estrutura o movimento como uma rede composta ao nível global (Treré e Barranquero 2018), mas torna-se uma estratégia de envolvimento *per se* para envolver jovens ativistas de formas menos didáticas, mas igualmente proativas, através de redes sociais pessoais e processos *peer-to-peer* (Vivienne 2016; Zhu et al. 2019). A este respeito, [M20m] explica que "falar diretamente com outros ativistas ou associações que enfrentam o mesmo [litígio]" é uma boa forma de obter informações em primeira mão e de saber o que se passa a nível local (9 de dezembro de 2020, webinar). As aplicações de mensagens móveis, como o Telegram e o WhatsApp, são fundamentais para a partilha de informações entre diferentes grupos de ativistas, uma vez que proporcionam um espaço em rede, embora "confuso e pouco coordenado" ([Z19m], 10 de julho de 2020, workshop presencial), onde os ativistas se podem encontrar e definir as principais queixas. Qualquer aliança é ponderada e discutida de acordo com a conceção radical e ascendente da luta contra as alterações climáticas, razão pela qual o Fridays For Future em Roma nem sempre adere a iniciativas que envolvam organizações com uma abordagem institucional - o Fridays For Future perderia assim "uma parte da verdade e da autenticidade" ([P23m], 10 de julho de 2020, workshop presencial). O trabalho em rede também é benéfico porque

outras organizações ou mesmo ativistas individuais podem estar particularmente informados sobre as alterações climáticas e as suas ramificações. A este respeito, [M20m] salienta que o Fridays For Future em Itália recorre frequentemente aos "grupos de investigação e (...) campanhas" da Greenpeace e do ReCommon, uma vez que estes "realizam investigações, relatórios e dossiês sérios" (9 de dezembro de 2020, webinar). Segundo ele, mesmo "se lermos as publicações da Greta, aprendemos muito porque (...) de vez em quando ela menciona o último estudo do, não sei, (...) Tyndall Centre for Climate Change Research (...) e é normalmente uma investigação muito significativa" ([M20m], como acima). Neste sentido, o trabalho em rede é simultaneamente uma estratégia e um processo estruturante para o Fridays For Future, como para qualquer outro movimento (Toret et al. 2015; Treré e Barranquero 2018), abrangendo múltiplos cenários numa conformação glocal que ecoa a das redes sociais e a lógica conjuntiva segundo a qual estas plataformas redefinem o próprio ativismo (Castells 2009; Bennett e Segerberg 2012). Esta interligação mútua entre os domínios online e offline, bem como entre a tecnologia e a luta política (Vaccari et al. 2015; Dennis 2018; Treré 2019), fica evidente nas palavras de [M20m] quando diz: "essa é a beleza do Fridays For Future: podemos falar uns com os outros apenas por mensagens de texto com pessoas [que vivem] do outro lado do mundo [e estão] a fazer a mesma coisa." As plataformas acolhem as interações, mas são também a condição *sine qua non*, ao ponto de se tornarem elementos identificadores do próprio movimento (a conversação online é descrita como um elemento positivo do movimento e não como um recurso tecnológico), e são igualmente caracterizadas por uma atitude glocal (as redes digitais são descritas em termos de um conjunto de pessoas espalhadas pelo mundo e não de uma arquitetura tecnológica).

Organização

Para além destas estratégias de envolvimento interno baseadas na formação e na aprendizagem, os "Fridays" também se envolvem no próprio processo de organização interna. O calendário semanal funciona da seguinte forma: às segundas-feiras decidem a ação a desenvolver, às terças-feiras elaboram a lista dos materiais e recursos necessários para o protesto, às quartas-feiras coordenam com as autoridades municipais as praças onde o protesto terá lugar e às sextas-feiras fazem greve ([P23m], 19 de outubro de 2022, assembleia presencial). O movimento organiza-se numa estrutura descentralizada, onde cada grupo local tem autonomia, mas coordena-se a nível nacional e como parte de uma rede internacional. Como explica [K22f], "cada grupo local reúne-se em assembleias físicas ou online, que são como momentos de tomada de decisão onde são discutidas as questões mais importantes (...) que vão desde ações [políticas] (...) a análises aprofundadas (...) " (9 de dezembro de 2020, webinar). Em seguida, cada grupo local é dividido em grupos de trabalho do WhatsApp, que executam as tarefas decididas na assembleia. As assembleias são sempre públicas, abertas a todos os que queiram "participar e dizer o que pensam", porque "a palavra de todos conta da mesma forma" ([K22f], como acima). Embora existam alguns papéis estabelecidos, como o "moderador" (que recolhe, organiza e monitoriza as intervenções) e o "porta-voz nacional" (que transmite a opinião do grupo local ao nível nacional), os processos deliberativos são regidos pela horizontalidade e pela inclusividade. As assembleias abrem normalmente com uma ronda de apresentações que, segundo [P23m], são uma "forma de inclusão para os recém-chegados" (14 de setembro de 2020, assembleia presencial). Depois, como recorda [K22f], os ativistas lembram às pessoas os códigos para participarem nos debates: "'C' [é] para esclarecimento, 'I' para intervenções técnicas e 'F' para quando uma intervenção precisa de ser encurtada" (9 de dezembro de

2020, webinar). Além disso, o consenso pode ser expresso digitando "+" no chat para as reuniões online, ou utilizando "o aplauso surdo-mudo nas reuniões físicas", enquanto a discordância exigiria um "-" no chat, "mas não é muito utilizado porque as pessoas podem ficar magoadas", pelo que é preferível "tomar a palavra e explicar porque não concordamos" ([K22f], como acima). Os ativistas esperam pela sua vez antes de tomar a palavra, falam durante um máximo de três a cinco minutos para dar a todos a oportunidade de participar e, muitas vezes, pedem desculpa por "monopolizarem" a palavra se intervirem várias vezes. Por outras palavras, aplicam uma etiqueta que envolve a sintaxe online e a linguagem corporal offline, informada pelos princípios da cortesia (dando prioridade ao respeito e à consideração pelos outros) e da inclusão (convidando as pessoas a darem a sua opinião e a participarem nas atividades). [P23m] descreve esta etiqueta como "bem-estar em assembleia" inspirada nas práticas da "cultura regenerativa" no que diz respeito "não só aos valores, mas também às responsabilidades, à forma de tratar os recém-chegados... e às regras" (19 de outubro de 2020, assembleia presencial). Ao mesmo tempo que fazem com que os jovens se sintam bem-vindos e os motivam a aderir ao movimento, estes critérios refletem "a sociedade ideal que o movimento gostaria de alcançar (...) em que todas as pessoas estão envolvidas nas decisões que podem afetar as suas vidas", como as relacionadas com a questão climática. Nas palavras de [K22f], "da mesma forma, em relação a tudo o que diz respeito ao movimento, envolvemos todas as pessoas que participam nele para ouvir o que pensam" (9 de dezembro de 2020, webinar). Assim, os jovens envolvem-se porque acreditam que o que acontece no movimento (tal como o que acontece com o clima) "lhes diz respeito". E não se trata apenas de um artifício retórico, mas sim de uma prática real e de uma estratégia eficaz que mantém vivo o interesse pelas questões climáticas e pelo ativismo associado. Os "Fridays" identificam-se e criam laços com um público que pensa da mesma forma, reconhecendo-se como parte de um grupo de pares (Marchi e Clark, 2021), onde a autoexpressão e as experiências pessoais inervam a luta pelo clima (Vivienne 2016; Zhu et al. 2019).

Glocalização

A nível nacional, a organização interna segue critérios semelhantes, com a exceção de que não há reuniões físicas, sendo a coordenação inteiramente online. Para além das assembleias regulares, o grupo de trabalho nacional sobre o Telegram, o grupo de trabalho sobre a ciência e o grupo de trabalho sobre a Eni estão abertos a um número ilimitado de ativistas de todos os grupos locais. Cada grupo de trabalho partilha relatórios e documentos técnicos para facilitar a coordenação entre as diferentes cidades e possíveis debates sobre as decisões a tomar. Esta estratégia combina especialização e transparência e permite que os "Fridays" se envolvam com base nos seus interesses e se sintam informados sobre tudo o que está a acontecer em diferentes partes do país. Ao mesmo tempo, é uma forma de gerir os diferentes ramos do movimento para ajudar os grupos locais, de modo a que ninguém fique de fora. Como afirma [K22f], "é uma nova forma de organização ... em comparação com outros movimentos, que permite a integração de qualquer tipo de pessoa ... e ... a utilização da chamada 'inteligência coletiva': várias cabeças pensadoras dão sempre melhores resultados do que uma única cabeça pensadora!" Além disso, esta estratégia é eficaz porque tira partido da sociabilidade dos jovens para obter conteúdos e significados. Participar nestes grupos de trabalho nacionais "é uma forma de aprender coisas, ao discutir, conversar, divertir-se... e fazer amigos" (9 de dezembro de 2020, webinar). O envolvimento sociocultural, tanto com as plataformas como com os outros utilizadores, transforma-se em adesão política ao movimento (Kahne, Lee e Feezell 2013; Comunello, Mulargia e Parisi 2016; Jenkins et al. 2016). Por conseguinte, as

estratégias de envolvimento interno do movimento Fridays For Future desenvolvem-se em espaços relacionais (mediados digitalmente ou não), nos quais a coletivização e o convívio se combinam eficazmente com a aprendizagem e o pragmatismo.

Estratégias de envolvimento externo

Comunicar nas redes sociais

A criação de estratégias de envolvimento eficazes torna-se mais difícil para os "Fridays" quando se trata de recrutar novos ativistas externos. Tentam sobretudo atrair e formar os jovens, evitando os tecnicismos científicos quando explicam as razões pelas quais a crise climática é um motivo de preocupação. Os sites das redes sociais, especialmente o Instagram e o Facebook, são perfeitos para esta tarefa: são o palco para a construção e manutenção do ativismo climático (Treré 2019). Na opinião de [M20m], estas plataformas "permitem a criação de tendências e (...) podem reunir novos apoios", ao apresentar por temas e enquadrar as alterações climáticas de acordo com a visão do movimento Fridays For Future (26 de outubro de 2020, reunião online). A este respeito, [F23m] fala de "novos conteúdos" quando se refere a hashtags, stories ou imagens: concebe estas possibilidades das redes sociais como ferramentas táticas e novas que permitem "cultivar ativistas desde tenra idade" (12 de outubro de 2020, assembleia presencial).

No que diz respeito à produção de conteúdos para as redes sociais, os "Fridays" recorrem a grupos específicos do WhatsApp e do Telegram onde, como explica [C14f], "agrupam" os conteúdos a publicar semanalmente nas páginas do Instagram e do Facebook (9 de dezembro de 2020, webinar), o que representa o elemento de bastidores do ativismo digital (Treré, 2019). Aí, os "Fridays" redigem o texto das publicações, escolhem os gráficos (fotografias, inscrições ou faixas) e discutem as hashtags a divulgar. A estratégia que adotam é a de tornar o conteúdo inteligível e interessante para um público que não é necessariamente sensível ou informado sobre as alterações climáticas. Conforme explica [C14f], "não é fácil (...) pegar numa informação muito complicada e torná-la muito simples" (9 de dezembro de 2020, webinar). É por isso que os "Fridays" tentam sempre partilhar publicações "cativantes e legíveis", repletas de emojis, que "tornam tudo tão... animado e revigorante!" ([C14f], como acima). De acordo com esta mesma lógica, [G25f] propôs a utilização de alguns "memes em romanaccio [dialeto de Roma] sobre os problemas que apresentámos às [instituições], sobre o que foi feito e o que não foi" (26 de outubro de 2020, assembleia online), evitando assim o efeito desmotivador dos conteúdos técnicos intensos e "fazendo uma pausa [com] conteúdos irónicos" ([C14f], 9 de dezembro de 2020, webinar). Uma lógica semelhante orienta a escolha de utilizar os stories do Instagram, que "são os que criam mais interações", e "vídeos curtos... com conceitos compreensíveis", uma vez que podem aproximar muitas pessoas do tema" ([C14f], como acima). De acordo com [G25f], "[devem] ser transmitidos aos media nacionais e locais múltiplos vídeos de alta qualidade e incisivos tendo em vista as greves", ao mesmo tempo que se tornam virais nas redes sociais; servem "para atrair diferentes pessoas e associações (...) para os protestos na praça", ao mesmo tempo que representam "o que fizemos e alcançámos até agora, e o que falta fazer" (4 de setembro de 2020, assembleia presencial).

Neste ciclo entre plataformas de palco e de bastidores (Treré 2019), depreendemos, portanto, crenças e critérios que orientam as estratégias de envolvimento externo, com as práticas dos media a serem incorporadas em práticas políticas mais amplas (Mattoni 2020), e as ações expressivas e personalizadas no centro da característica juvenil do movimento (Bennett 2012;

Vivienne 2016; Zhu et al. 2019). Se, na secção anterior, as redes sociais (em particular os serviços móveis de mensagens instantâneas) eram os ambientes dedicados à comunicação interna e às trocas de informações destinadas a manter os "Fridays" envolvidos, aqui estas plataformas (em particular os sites das redes sociais) são fundamentais para a comunicação externa destinada a envolver novos ativistas. Além disso, enquanto o cuidado com o conteúdo das redes sociais envolve os "Fridays" a nível interno, a produção de conteúdos mediáticos atrativos e fáceis de compreender capta outras pessoas a nível externo. Configura-se assim uma verdadeira ecologia das redes sociais do movimento Fridays For Future (Tréré 2019), com um sistema de comunicação bidirecional que combina a formação e a partilha de informações com a fruição e a socialização como uma estratégia híbrida e complexa, concebida principalmente para um público jovem.

Reuniões e autoformação

No entanto, como os ambientes digitais nunca são pensados ou vividos separadamente dos ambientes físicos, os "Fridays" realizam o mesmo trabalho de formação e de informação para o exterior, de uma forma divertida e sociável, através de reuniões presenciais. A dinâmica com as escolas é exemplar. As escolas do ensino básico e secundário "sempre foram uma prioridade para o movimento, tanto porque as praças são maioritariamente constituídas por estudantes, como porque uma mudança social advém de uma mudança cultural, da criação de uma nova consciência partilhada" ([K22f], 9 de dezembro de 2020, webinar). Convidados por alunos ou professores, os "Fridays" "vão sempre [às escolas] com uma abordagem muito aberta", sem qualquer apresentação ou palestra preparada. Em alternativa, "promovem um debate entre os alunos" ([K22f], como acima). Ao fazê-lo, os "Fridays" apresentam-se como proativos e respeitadores das dinâmicas escolares; não dão lições de sustentabilidade a partir do púlpito, mas integram-se "nas assembleias e nos coletivos", a fim de influenciar as práticas dos alunos com propostas a favor do clima, como a compra de produtos sem embalagem, a proposta de "viagens a aterros sanitários [e] parques nacionais" e a criação de grupos de trabalho destinados a analisar dados sobre as alterações climáticas ([C14f], 10 de julho de 2020, workshop presencial). Por outro lado, esforçam-se sempre por captar as necessidades quotidianas dos alunos e por se associarem à luta pelo clima. Por exemplo, [Z19m] sugeriu que se promovesse a digitalização dos livros para reduzir os custos anuais para os estudantes, mas [P23m] respondeu que "a produção de dispositivos eletrónicos é, de qualquer forma, intensiva em recursos" e, por conseguinte, "o melhor sistema poderia ser imprimir menos livros e partilhá-los", o que também desafiaria os lobbies editoriais (10 de julho de 2020, workshop presencial).

Interligar as dificuldades

Esta estrutura é reforçada por uma atitude de trabalho em rede que, mais uma vez, é por si só uma estratégia de envolvimento; perfeitamente implementada online e offline, permite aos "Fridays" interagir com comités e organizações que estão a travar batalhas relacionadas com o clima nos seus territórios locais. A natureza em rede das redes sociais e das suas audiências (boyd 2014) facilita esta dinâmica. Segundo [P23m], "temos sido abordados nas redes sociais por outras entidades (...) depois agimos em conjunto, e quando elas publicam nas redes sociais, nós partilhamos a publicação delas e, portanto, apoiamo-nos mutuamente" (26 de outubro de 2020, assembleia online). Foi o que aconteceu, por exemplo, com o comité de cidadãos de DeLiberiamo Roma (que promove resoluções de iniciativa popular para uma gestão de resíduos descentralizada, participativa e eficiente) e com a Valle Galeria (um local

perto de Roma que sofreu danos causados por instalações poluentes, onde ativistas locais denunciaram a inação e a má gestão das instituições). Estas organizações contactaram o movimento Fridays For Future em Roma através das redes sociais e, desde então, têm sido apoiadas pelo movimento. Os "Fridays" apoiaram a sua luta ao ponto de lhes cederem a palavra no palco da greve global do outono de 2020; como argumenta [C14f], "é sempre bom conhecer as lutas locais; caso contrário, apenas por 'pensar em grande', esquecemos as declinações locais do problema contra o qual lutamos" (26 de outubro de 2020, assembleia online). A lógica é, portanto, "pensar global, mas agir local" e reconhecer que a luta pelo clima tem a ver com a justiça social e com as desigualdades que estão na base da concentração e da má gestão dos recursos. É por isso que os "Fridays" aderem às lutas levadas a cabo por outros movimentos e convidam-nos a apoiar a luta pelo clima. Em várias ocasiões, juntaram os protestos do movimento Black Lives Matter (movimento internacional antirracista em defesa das comunidades negras) e o movimento NonUnaDiMeno (movimento feminista italiano de combate a todas as formas de violência de género) a intervenções relacionadas com o clima. Durante os preparativos para a greve global do outono de 2020, [J24m] sugeriu "criar a ação em conjunto com" múltiplas organizações aliadas (em vez de simplesmente "convidá-las" a irem para a praça) (4 de setembro de 2020, assembleia presencial) e, no rescaldo do protesto, propôs mesmo estabelecer reuniões semanais ou uma assembleia conjunta com elas (12 de outubro de 2020, assembleia presencial). Os "Fridays" entendem a luta pelo planeta como um interesse comum que implica a interseccionalidade de diferentes lutas e, por conseguinte, alianças com outras organizações e movimentos a nível local, nacional e internacional. Enquanto ativistas climáticos, constroem um sentimento de pertença, concentrando-se em conteúdos e narrativas que funcionam como recursos simbólicos (Literat e Kligler-Vilenchik 2019) para definir um público com a mesma opinião (Marchi e Clark 2021).

Protestar

A própria mobilização funciona como uma estratégia adequada de envolvimento externo, que se desdobra facilmente entre os domínios físico e digital (Vaccari et al. 2015; Dennis 2018) e espelha a natureza glocal e em rede do movimento (Castells 2009; Bennett e Segerberg 2012). Os "Fridays" entretêm e educam sobre a crise climática durante os protestos, envolvendo assim de forma eficaz tanto os ativistas de longa data como os recém-chegados na luta. Ao fazê-lo, também conseguem reduzir a distância em relação às formas tradicionais de participação política, conforme observado em alguns estudos sobre o ativismo juvenil (van Biezen, Mair e Poguntke 2012; Zukin et al. 2006). Por um lado, as ações semanais online e offline criam um sentido de presença, simplicidade e regularidade que transmite seriedade e pertença. Durante muitos meses, diferentes grupos locais do Fridays For Future fizeram greves às sextas-feiras, mas recentemente "passaram para os clássicos protestos da tarde, em que fazem cartazes, entoam refrões... fazem alguns discursos com o megafone: em suma, coisas simples!" ([M20m], 9 de dezembro de 2020, webinar). Para manter o ritmo e, ao mesmo tempo, manter a curiosidade do público-alvo, os "Fridays" criam algo novo todas as semanas. Desta forma, conseguem "atrair uma maior cobertura dos media e ganhar mais visibilidade" tanto para a crise climática como para o movimento ([L25f], 26 de outubro de 2020, reunião online). Portanto, a lógica que impulsiona a cultura de participação dos jovens, imbui a participação política (Jenkins et al. 2016). A título de exemplo, [M20m] menciona os "die-ins", que "são como *sit-ins*, mas, em vez de nos sentarmos, fingimos morrer", e "funerais para o futuro", ou seja, "encenar cortejos fúnebres em que o futuro morre" (9 de dezembro de 2020, webinar). Para o Dia das Bruxas, [K22f] propôs a criação de um "doçura ou travessura" sobre a crise climática, utilizando em

vez disso a expressão "planta ou petróleo", enquanto [C14f] sugeriu o lançamento de alguns desafios nas redes sociais (26 de outubro de 2020, reunião online). No momento das restrições impostas pela pandemia de Covid-19, a "cameretta tour" foi particularmente eficaz; tratava-se de "uma enorme ronda de transmissões ao vivo no Instagram", nas palavras de [M20m], em que os "Fridays" convidavam artistas, cientistas e personalidades conhecidas para falar sobre a crise climática, envolvendo assim os seus seguidores nas redes sociais (9 de dezembro de 2020, webinar). Em algumas cidades italianas, os "Fridays" conseguiram, inclusive, organizar alguns protestos simbólicos, mas ainda assim físicos, como as "greves dos sapatos", em que "recolheram dois mil pares de sapatos de familiares e amigos (...) e encheram metade da maior praça da cidade", demonstrando assim que muitas pessoas "gostariam de estar lá [mesmo que] não pudessem" ([M20m], como acima). Esta gama de protestos, que abrange protestos online e offline, simbólicos e materiais, mostra como os "Fridays" aproveitam a sua cultura participativa, que consiste em relações entre pares, criatividade e interesses culturais, para criar políticas participativas inovadoras (Jenkins et al. 2016; Zhu et al. 2019) que motivam continuamente os próprios e novos ativistas para se juntarem à luta contra a crise climática. A eficácia desta lógica baseada em "ser novidade e estar na moda" é particularmente clara quando todos os "Fridays" "começam a tweetar (...) a mesma coisa com a mesma hashtag" até que esta "acaba por virar uma tendência, ou seja, toda a gente vê que está (...) a ser falado [e] vai ver o que é" ([M20m], 9 de dezembro de 2020, webinar). Os "Fridays" constroem uma narrativa coletiva e alternativa sobre uma questão relacionada com o clima, explorando de forma criativa e contenciosa os recursos da plataforma (Comunello, Mulargia e Parisi 2016; Literat e Kligler-Vilenchik 2019).

Paralelamente a este tipo de ações semanais e rituais, os "Fridays" organizam greves globais bianuais em que a estratégia de envolvimento é informada pela descentralização e simultaneidade. A combinação destes dois elementos permite multiplicar os protestos, criando uma sensação de grande escala que, por sua vez, os torna apelativos para o público em geral e para os media tradicionais. Nestes casos, é necessário um esforço criativo em grande escala para atrair a participação de muitas pessoas para um local físico e/ou digital. Como recorda [M20m], na greve global do outono de 2019, os "Fridays" foram para a frente dos portões da Eni, em Roma, e "ficaram lá acorrentados durante oito horas; oito como os anos até o orçamento em matéria de carbono se esgotar" (9 de dezembro de 2020, webinar). Neste caso, a estratégia consistiu em chamar a atenção através de uma ação fisicamente arriscada e simbolicamente poderosa, ao passo que, noutros casos, as práticas alternativas de contestação podem ser igualmente eficazes, tal como demonstrou a massa crítica organizada para a greve global do outono de 2020. Durante as restrições da Covid-19, os 'Fridays' conseguiram criar momentos coletivos de presença partilhada, mesmo à distância, mobilizando muitas pessoas em ações em massa contra a crise climática. Recorda ainda que, durante a greve mundial da primavera de 2020, por exemplo, "queriam criar uma enorme massa humana em torno de Montecitorio (o edifício do Parlamento italiano), mas infelizmente não foi possível fazer as concentrações; por isso, [criaram] um serviço online onde as pessoas podiam pegar num pequeno ícone (...) e colocá-lo perto de Montecitorio, situando-se geograficamente no local ... [e gerando] encontros digitais", nos quais "conseguiram que muita gente participasse" ([M20m], como acima). Noutras ocasiões, por sua vez, os "Fridays" envolviam-se com o público social mais vasto, lançando uma espécie de concurso entre os seguidores do Fridays For Future: ou seja, pediram "às pessoas no Instagram que mostrassem a sua perceção das alterações climáticas através da partilha de vídeos e canções e, por fim, que apresentassem as suas ideias em stories em direto no Instagram" ([C14f], 10 de julho de 2020, workshop presencial). Desta forma, chamaram a atenção para as questões relacionadas com o clima, especialmente entre os

jovens que são mais atraídos por este tipo de conteúdos, atraindo simultaneamente novos ativistas para o grupo. Conseguiram fazê-lo entrelaçando a lógica do ativismo digital conectivo (Bennett e Segerberg 2012) com as necessidades expressivas subjacentes ao ativismo dos jovens online (Vivienne 2016).

Conclusão

Quando participávamos nas assembleias e protestos junto dos ativistas do Fridays For Future em Roma, vivenciávamos diretamente as estratégias de envolvimento analisadas acima. A nível interno, por exemplo, fomos socializados como "Fridays", aprendendo a etiqueta correta das reuniões, juntamente com aspetos técnicos relacionados com a regeneração urbana, as economias circulares e a mobilidade sustentável. Em paralelo, fizemos um brainstorming com os "Fridays" para discutir novas formas de sensibilizar mais pessoas para a causa, ao mesmo tempo que nos envolvemos em alianças estratégicas. A nossa análise reflete, portanto, a nossa experiência enquanto investigadores e ativistas que observaram e viveram as estratégias utilizadas pelos "Fridays" para envolver os recém-chegados, especialmente os jovens, mantendo vivo o seu próprio empenho e interesse. Por isso, além de destacar os objetivos de advocacia do movimento Fridays For Future - certamente a característica controversa do movimento - Neste capítulo centramos a nossa atenção nas suas estratégias de envolvimento, que constituem a característica identificadora sem precedentes do movimento.

As estratégias de envolvimento interno foram analisadas como o elemento subjacente aos bastidores do ativismo climático dos jovens. Desenvolvem-se entre os domínios online e offline, através de atividades individuais e coletivas e de dinâmicas de relações. Os "Fridays" envolvem-se na aprendizagem; aprendem através do estudo (dados e fontes técnicas), da realização de (campanhas e ações de protesto) e da interação (com outros ativistas que lutam a nível local e mundial). Os "Fridays" também mantêm o seu compromisso com o movimento quando se organizam e discutem de forma coletiva (de acordo com os valores da inclusão e da cortesia), e quando trabalham em conjunto em tarefas específicas (especializando-se, assim, enquanto se divertem e socializam). As estratégias de envolvimento externo representam o palco do ativismo climático do movimento Fridays For Future. Estas estratégias desenvolvem-se através da disponibilização de informação aos potenciais ativistas de forma simples e interativa. São também implementadas tanto online como offline de forma integrada, ocupando o espaço das redes sociais (pessoais e coletivas) e preenchendo-as com criatividade e curiosidade. Os conteúdos revigorantes e claros publicados nas redes sociais são combinados com um estilo igualmente simples, mas resolutivo de intervenção nas escolas e nos territórios locais, tornando os "Fridays" reconhecíveis precisamente pela sua capacidade de atravessar diferentes ambientes (físicos ou digitais) com o mesmo carácter juvenil. A estratégia passa por informar e entreter, aprender através da convivência, e a partir daí mobilizar as pessoas, alimentando o sentimento de pertença à mesma causa.

Este panorama de lógicas e práticas revela que os "Fridays", enquanto utilizadores das redes sociais, ancoram os seus protestos na criatividade e na sociabilidade, fazendo destas plataformas digitais parte integrante dos seus protestos. Ao mesmo tempo, como jovens estudantes que serão os principais afetados pelas consequências da crise climática, os 'Fridays' fundamentam as suas reivindicações em estudos científicos, combinando assim conhecimento técnico com ação política. A interação entre estas identidades e estratégias gera um movimento sério, mas fresco, que atua em vários contextos e que interage de forma flexível com diferentes

atores sob a égide do mesmo interesse genuíno: salvar o planeta e garantir assim um futuro sustentável para as próximas gerações.

Referências bibliográficas

- ▶ Aneris V. (2020), "Eni fined €5m for deceiving consumers over its 'green' diesel, Italian watchdog rules", Transport & Environment newsletter, disponível em: www.transportenvironment.org/discover/eni-fined-%E2%82%AC5m-deceiving-consumers-over-its-green-diesel-italian-watchdog-rules/ acessado em 23 de maio de 2022.
- ▶ Barnes S. B. (2008), "Understanding social media from the media ecological perspective", em Konijn E. A. et al. (eds), *Mediated interpersonal communication*, Routledge, Nova Iorque.
- ▶ Bennett W. L. (2012), "The personalization of politics: political identity, social media, and changing patterns of participation", *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 644(1), pp. 20-39.
- ▶ Bennett W. L. e Segerberg A. (2012), "The Logic of Connective Action", *Information, Communication & Society*, 15(5), pp. 739-768.
- ▶ Biezen I. (van), Mair P. e Poguntke T. (2012), "Going, going, ... gone? The decline of party membership in contemporary Europe", *European Journal of Political Research*, 51(1), pp. 24-56.
- ▶ Boellstorff T. (2012), "Rethinking digital anthropology", em Horst H. A. e Miller D. (eds), *Digital anthropology*, Berg, Londres, pp. 39-60.
- ▶ Boyatzis R. E. (1998), *Thematic analysis and code development: transforming qualitative information*, Sage Publications, Thousand Oaks.
- ▶ boyd d. (2014), *It's complicated: The social lives of networked teens*, Yale University Press, New Haven.
- ▶ Braun V. e Clarke V. (2006), "Using thematic analysis in psychology", *Qualitative research in psychology*, 3(2), pp. 77-101.
- ▶ Brünker F., Deitelhoff F. e Mirbabaie M. (2019), "Collective identity formation on instagram: investigating the social movement Fridays for Future", disponível em <https://arxiv.org/pdf/1912.05123.pdf>, acessado em 20 de julho de 2022.
- ▶ Busher H. e Fox A. (eds) (2019), *Implementing ethics in educational ethnography: regulation and practice*, Routledge, Abingdon.
- ▶ Castells M. (2009), *Communication power*, Oxford University Press, Oxford.
- ▶ Comunello F., Mulargia S. e Parisi L. (2016), "The 'proper' way to spread ideas through social media: exploring the affordances and constraints of different social media platforms as perceived by Italian activists", *The Sociological Review*, 64(3), pp. 515-532.
- ▶ Dennis J. (2018), *Beyond slacktivism: political participation on social media*, Palgrave Macmillan, Cham.
- ▶ Emerson R. M. (2004), "Working with 'key incidents'", em Seale C. et al. (eds), *Qualitative research practice*, Sage Publications, Thousand Oaks.
- ▶ Emerson R. M., Fretz R. I. e Shaw L. L. (1995), *Writing ethnographic fieldnotes*, University of Chicago Press, Chicago.

- ▶ Evensen D. (2019), "The rhetorical limitations of the #FridaysForFuture movement", *Nature Climate Change*, 9, pp. 428-430.
- ▶ Gardner B.G. e Neuber M. (2020), "Climate justice in a populist era: grievance politicization among Fridays for Future protesters in Germany" in Schäfer A. e Meiering D. (eds), *(Ent-)Politisierung? Die demokratische Gesellschaft im 21. Jahrhundert*, Nomos Verlagsgesellschaft, Baden Baden, pp. 173-204.
- ▶ Gil de Zúñiga H., Nakwon J. and Valenzuela S. (2012), "Social media use for news and individuals' social capital, civic engagement and political participation", *Journal of Computer-Mediated Communication*, 17(3), pp. 319-336.
- ▶ Gravante T. (2016), *Cuando la gente toma la palabra: medios digitales y cambio social en la insurgencia de Oaxaca*, Ediciones Ciespal, Quito.
- ▶ Guest G., MacQueen K. M. e Namey E. E. (2012), *Applied thematic analysis*, Sage, Thousand Oaks.
- ▶ Hao X., Wen N. e George C. (2014), "News consumption and political and civic engagement among young people", *Journal of Youth Studies*, 17(9), pp. 1221-1238.
- ▶ Jenkins H. et al. (2016), *By any media necessary: the new youth activism*, New York University Press, Nova Iorque.
- ▶ Kahne J., Lee N-J. e Feezell J. T. (2013), "The civic and political significance of online participatory cultures among youth transitioning to adulthood", *Journal of Information Technology and Politics*, 10(1), pp. 1-20.
- ▶ Kraemer J. (2016), "Doing fieldwork, BRB: locating the field on and with emerging media", em Sanjek R. e Tratner S.W. (eds), *eFieldnotes: the makings of anthropology in the digital world*, University of Pennsylvania Press, Philadelphia.
- ▶ Kühne R. W. (2019), *Climate change: the science behind Greta Thunberg and Fridays for Future*, OSF Preprints, disponível em <https://doi.org/10.31219/osf.io/2n6kj>, acedido em 23 de julho de 2022.
- ▶ Literat I. e Kligler-Vilenchik N. (2019), "Youth collective political expression on social media: the role of affordances and memetic dimensions for voicing political views", *New Media & Society*, 21(9), pp. 1988-2009.
- ▶ Loader B., Vromen A. e Xenos M. A. (2014), "The networked young citizen: social media, political participation and civic engagement", *Information, Communication & Society*, 17(2), pp. 143-150.
- ▶ Maher T. V. e Earl J. (2017), "Pathways to contemporary youth protest: the continuing relevance of family, friends, and school for youth micromobilization", *Studies in Media and Communications*, 14, pp. 55-87.
- ▶ Maier B. M. (2019), "'No Planet B': an analysis of the collective action framing of the social movement Fridays for Future", Tese de mestrado, Jönköping University, disponível em www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1393821/FULLTEXT01.pdf, acedido em 23 de julho de 2022.
- ▶ Marchi R. and Clark L. S. (2021), "Social media and connective journalism: the formation of counterpublics and youth civic participation", *Journalism: Theory, Practice and Criticism*, 22(2), pp. 285-302.

- ▶ Mattoni A. (2017), "A situated understanding of digital technologies in social movements: Media ecology and media practice approaches", *Social Movement Studies*, 16(4), pp. 494-505.
- ▶ — (2020), "A media-in-practices approach to investigate the nexus between digital media and activists' daily political engagement" *International Journal of Communication*, 14, pp. 2828-2845.
- ▶ Nairn K. et al. (2020), "Consent requires a relationship: rethinking group consent and its timing in ethnographic research", *International Journal of Social Research Methodology*, 23(6), pp. 719-731.
- ▶ Papacharissi Z. (2014), *Affective publics: sentiment, technology, and politics*, Oxford University Press, New York.
- ▶ Pink S. et al. (2016), *Digital ethnography: principles and practice*, Sage, Londres.
- ▶ Reyes-Carrasco P. M., Barrón Á. e Heras Hernández F. (2020), "Education for sustainable development and climate change: pedagogical study of the social movement Fridays For Future Salamanca", Oitava Conferência Internacional sobre Ecossistemas Tecnológicos para a Valorização da Multiculturalidade, outubro, Universidade de Salamanca, pp. 1031-1036.
- ▶ Rivas-de-Roca R. (2020), "La configuración del fenómeno ecologista# FridaysForFuture como proceso de opinión pública digital en España", *Dígitos: Revista de Comunicación Digital*, 6, pp. 79-100.
- ▶ Schinko T. (2020) "Overcoming political climate-change apathy in the era of #FridaysForFuture", *One Earth*, 2(1), pp. 20-23.
- ▶ Smith E. K., e Bognar J. (2019), *A window for climate action*, Open Access Repository SOAR, disponível em https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/65376/ssoar-2019-smith_et_al_A_Window_for_Climate_Action.pdf;jsessionid=A6FF1EF9D4C65A9F22E4734E6DF6773D?sequence=1, acedido em 22 de julho de 2022.
- ▶ Toret J. et al. (2015), "Tecnopolítica y 15M: la potencia de las multitudes conectadas", *Sociedad Red*, Editorial UOC, Barcelona.
- ▶ Treré E. e Barranquero A. (2018), "Tracing the roots of technopolitics: towards a North-South dialogue", in Caballero F.S. and Gravante T. (eds), *Networks, movements and technopolitics in Latin America: critical analysis and current challenges*, Palgrave Macmillan, Londres.
- ▶ Treré E. (2019), *Hybrid media activism: ecologies, imaginaries, algorithms*, Routledge, Abingdon.
- ▶ Trimonytė N. (2020), *New public diplomacy in the digital age: the case of "Fridays for Future"*, Tese de mestrado. Vytautas Magnus University, disponível em www.vdu.lt/cris/entities/etd/31cae458-2859-4a35-83c9-c767126ed850/details, acedido em 29 de agosto de 2022.
- ▶ Vaccari C. et al. (2015), "Political expression and action on social media: exploring the relationship between lower- and higher-threshold political activities among Twitter users in Italy", *Journal of Computer-Mediated Communication*, 20(2), pp. 221-239.
- ▶ Vavilov E. M. (2019), *Lessons about activism from a Swedish high school student: A rhetorical analysis of Greta Thunberg's public speeches on climate change*, Tese de

mestrado. Jönköping University, disponível em <http://hj.diva-portal.org/smash/get/diva2:1353725/FULLTEXT01.pdf>, acessado em 22 de julho de 2022.

- ▶ Vivienne S. (2016), *Digital identity and everyday activism: sharing private stories with networked publics*, Palgrave Macmillan, London.
- ▶ Wahlström M. et al. (2019), "Protest for a future: composition, mobilization and motives of the participants in Fridays For Future climate protests on 15 March, 2019 in 13 European cities", disponível em: <https://tinyurl.com/vvyv7c5>, acessado em 22 de julho de 2022.
- ▶ Xenos M., Vromen A. e Loader B. D. (2014), "The great equalizer? Patterns of social media use and youth political engagement in three advanced democracies", *Information, Communication & Society*, 17(2), pp. 151-167.
- ▶ Zubern L. (von) e Tulloch C. D. (2020), "Rebel with a cause: the framing of climate change and intergenerational justice in the German press treatment of the Fridays for Future protests", *Media, Culture & Society*, 43(1), pp. 23-47.
- ▶ Zhu A. et al. (2019), "Creative social media use and political participation in young people: The moderation and mediation role of online political expression", *Journal of adolescence*, 77, pp. 108-117.
- ▶ Zukin C. et al. (2006), *A new engagement? Political participation, civic life, and the changing American citizen*, Oxford University Press, Nova Iorque.

Capítulo 3

Os jovens e a justiça ambiental na UE: a Convenção de Aarhus de 1998

Chiara Scissa

Introdução

É essencial mobilizar a criatividade, os ideais e a coragem dos jovens de todo o mundo para construir uma parceria global, a fim de alcançar um desenvolvimento sustentável e garantir um futuro melhor para todos. (Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento, 1992, Princípio 21)

Pouco antes do início da pandemia de Covid-19, no âmbito do movimento Fridays For Future, milhares de jovens apelaram a ações concretas para fazer face aos graves efeitos das alterações climáticas e ao número crescente de catástrofes ambientais em todo o mundo. A Convenção de 1998 sobre o Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente (a seguir designada "Convenção de Aarhus" ou "convenção") promove a participação efetiva do público na preservação do ambiente e na proteção da saúde humana. A convenção pode igualmente abordar disposições potencialmente aplicáveis no atual contexto da Covid-19, como o acesso efetivo do público a informações relacionadas com as origens das pandemias e os seus impactos na biodiversidade, nos ecossistemas e na saúde humana, bem como procedimentos eficazes para a participação do público na tomada de decisões sobre estas questões (UNECE 2020).

Embora a UE e os seus Estados-Membros sejam partes na Convenção, o Comité de Cumprimento da Convenção de Aarhus - o mecanismo de monitorização ao abrigo da Convenção - concluiu que nem as instituições da UE nem o Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) cumpriram as disposições da Convenção, uma vez que as medidas para permitir que os membros do público revejam os atos administrativos ao abrigo do direito ambiental da UE continuaram a ser profundamente complexas (Milieu Consulting SPRL 2019: 77).

O presente documento visa destacar o papel que a Convenção de Aarhus pode desempenhar não só na preservação dos direitos fundamentais dos jovens ativistas ambientais - mesmo no contexto excecional da pandemia de Covid-19 - mas também explorar a forma como os jovens que estão individual e coletivamente empenhados na justiça ambiental podem beneficiar das disposições da convenção a nível da UE. Para o efeito, o contributo pretende também avaliar os impactos da proposta recentemente divulgada pela Comissão Europeia para facilitar a participação da sociedade civil na política ambiental da UE e a sua revisão, destacando igualmente a oportunidade da Comissão de envolver de forma proveitosa o público

jovem na promoção da transição climática no centro do Pacto Ecológico Europeu. A primeira secção destaca brevemente as ligações entre os danos ambientais e os direitos humanos, sublinhando a necessidade urgente de contrariar o agravamento das alterações climáticas e ambientais. O segundo explora as diferentes formas através das quais os jovens se envolvem em questões ambientais e o papel cada vez mais relevante que estão a desempenhar como agentes da mudança. A terceira secção centra-se na Convenção de Aarhus e nos benefícios que esta pode trazer aos jovens ativistas ambientais que, individual ou coletivamente, estão envolvidos em questões ambientais a nível da UE, enquanto a quarta analisa o ativismo ambiental durante a pandemia de Covid-19. Por último, avaliamos os impactos da recente proposta da Comissão Europeia para facilitar a participação da sociedade civil na política ambiental da UE e concluímos que são necessárias mais melhorias para que a UE cumpra plenamente os requisitos da Convenção de Aarhus em matéria de acesso à justiça e promova a participação significativa dos jovens na promoção da transição climática no centro do Pacto Ecológico Europeu.

Danos ambientais e direitos humanos

As alterações climáticas e as catástrofes ambientais contam-se entre os principais desafios do século XXI em matéria de direitos humanos, especialmente devido aos seus efeitos adversos que se fazem sentir, e se farão sentir, em todo o mundo sobre as gerações atuais e futuras (Sommaro 2021); Lambert 2020; Parlamento Europeu 2020a; Boyle 2012; Shelton 2009). As ameaças que as alterações climáticas representam para o usufruto adequado dos direitos humanos são agora amplamente reconhecidas, tanto a nível internacional como da UE. As alterações climáticas prejudicam o direito à vida, à saúde e a um nível de vida adequado, incluindo o acesso a alimentos, água, vestuário e habitação. Afetam o direito à educação, a um recurso efetivo e à reparação, o princípio da não discriminação e o direito à liberdade de expressão e de informação. As alterações climáticas prejudicam da mesma forma o direito à propriedade, à vida privada e familiar, bem como o direito à autodeterminação e ao desenvolvimento e o direito a um ambiente saudável, quando reconhecido (Bratspies 2017); Conselho dos Direitos Humanos da ONU 2019; Gutiérrez González 2019; Scissa 2021a), e são consideradas um "multiplicador de vulnerabilidades", especialmente para crianças e grupos jovens. De acordo com a UNICEF, por exemplo, 26 % dos 5,9 milhões de mortes anuais de crianças com idade inferior a cinco anos são atribuíveis a danos ambientais (UNICEF 2017). Entre eles, considera-se que a poluição atmosférica causa a morte de 570 000 crianças todos os anos. Dados recentes sugerem que mais de quinhentos milhões de crianças e jovens vivem em zonas com risco extremamente elevado de inundações, 115 milhões correm um risco elevado ou extremamente elevado de serem atingidos por ciclones tropicais e quase 160 milhões estão expostos a secas de gravidade elevada ou extremamente elevada (UNICEF 2019; UNICEF e OIM 2021). Os danos ambientais são motivo de especial preocupação no que respeita aos direitos das crianças e dos jovens, que herdarão um mundo com um ambiente danificado. De acordo com o relatório de 2013 publicado pelo Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC), em 2050, é mais provável que uma criança nascida em 2000 viva num planeta 0,8 °C a 2,6 °C mais quente do que em 1990, com um nível do mar 5 cm a 32 cm mais alto (IPCC 2013).

A proteção do ambiente e dos direitos humanos são elementos fundamentais para contrariar esta tendência crescente. Reforçam-se mutuamente, uma vez que, por um lado, o cumprimento

dos direitos humanos essenciais, consagrados tanto a nível internacional como da UE, conforme acima enumerado, depende da proteção do ambiente. Por outro lado, os direitos humanos permitem que as ações ambientais sejam realizadas de forma plena e democrática. Quanto aos direitos ambientais no contexto do direito comunitário, os indivíduos e as entidades coletivas gozam de direitos ambientais processuais e substantivos. Os "direitos processuais" referem-se aos mecanismos que permitem a participação pública em questões ambientais, garantindo que as pessoas possam expressar de forma eficaz as suas opiniões, preferências e preocupações durante o processo de tomada de decisões e em relação às decisões finais sobre o ambiente. Os "direitos substantivos" dizem respeito a interesses individuais e pessoais, como a proteção da saúde humana ou a preservação da água potável (Comissão Europeia 2018). Ambos os tipos de direitos são protegidos e promovidos ao abrigo da Convenção de Aarhus de 1998, a nível internacional e da UE, através da sua incorporação no direito comunitário.

Envolvimento dos jovens nas questões ambientais

De acordo com o inquérito divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), já em 2011 a grande maioria dos jovens mostrava-se sensível às alterações climáticas, apelando a mais informações e a informações mais fiáveis para prevenir os seus efeitos adversos (PNUA 2011; O'Brien, Selboe e Hayward 2018), enquanto o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) argumentava que cerca de meio milhão de jovens em todo o mundo tomaram medidas nos últimos anos para implementar e defender estratégias de mitigação e adaptação ao clima nas suas casas, escolas e comunidades. De acordo com o Peoples' Climate Vote 2020, lançado pelo PNUD em cooperação com a Universidade de Oxford - o maior inquérito à opinião pública sobre as alterações climáticas alguma vez realizado - cerca de 70% dos jovens com menos de 18 anos têm mais probabilidades de acreditar que as alterações climáticas são uma emergência global do que os outros grupos etários. No entanto, uma maioria substancial de pessoas mais velhas partilha da mesma opinião (PNUD e Universidade de Oxford 2021). É importante notar que os jovens representam a maior parte da população em diversos países em desenvolvimento e têm desempenhado um papel crescente na sensibilização social e ambiental sobre os danos irreversíveis causados pela economia baseada em combustíveis fósseis, por políticas insustentáveis e pelas causas humanas das mudanças climáticas. Outras formas e instrumentos de envolvimento ativo incluem a Declaração Global de Ação Climática da Juventude de 2019 (UNMGCY 2019), através da qual os jovens anunciaram um estado de emergência global, social e ecológico causado pelo agravamento dos impactos das alterações climáticas em todo o mundo. Apela aos Estados para que assumam as suas responsabilidades conjuntas, *inter alia*, no domínio da resiliência e adaptação climática, da transição energética, do financiamento climático inclusivo em termos de género e baseado nos direitos humanos, entre outros. Estima-se que, durante os primeiros três meses de 2020, cerca de 1,4 milhões de estudantes realizaram greves e manifestações em 112 países, exigindo ações urgentes, coordenadas e eficazes contra as alterações climáticas (Youth4Europe 2019).

De acordo com o inquérito do Eurobarómetro realizado em março de 2019 (Comissão Europeia 2019b), os jovens europeus com idades compreendidas entre os 15 e os 30 anos classificaram a educação ambiental e a proteção do clima como prioridades fundamentais a alcançar pelos seus municípios e Estados na UE. Em particular, o inquérito detetou um forte aumento da sensibilização e das ações no domínio do clima. De facto, 75% dos jovens inquiridos declararam ter participado em alguma forma de ativismo ambiental organizado,

desde a participação, a defesa e as ações políticas até ao envolvimento em organizações não governamentais (ONG) com um mandato ambiental. A crescente participação dos jovens no ativismo ambiental é igualmente evidenciada pelo aumento dos protestos de rua, greves e litígios relacionados com as alterações climáticas em diversos países da UE e além. Isto demonstra a forte determinação dos jovens em influenciar ativamente as ações climáticas, tanto a nível nacional como internacional, mesmo que os seus interesses e prioridades nem sempre sejam representados no panorama político. (Deželan 2018).

Muitos acreditam também que as alterações climáticas, o ambiente e os comportamentos ecológicos devem ser incentivados nas escolas e por meio delas. Nesse sentido, 56 % dos jovens entrevistados expressaram preocupação com a falta de acesso à educação e formação — tanto em termos quantitativos como qualitativos — incluindo as questões ambientais e as alterações climáticas. (Comissão Europeia 2019b). A educação ambiental é amplamente reconhecida como um fator essencial para alcançar a literacia ambiental, definida como "a capacidade de compreender e interpretar o estado de saúde dos sistemas ambientais e de tomar medidas adequadas para manter, restaurar ou melhorar a saúde desses sistemas" (Roth 1992: 8). Por sua vez, a educação ambiental incentiva os jovens e os adultos a melhorarem os seus conhecimentos, o seu empenho e as suas competências no sentido de adotarem comportamentos ambientalmente responsáveis (Goldman, Pe'er e Yavetz 2017: 2). Dada a ambição atual e futura da UE para se tornar o primeiro continente com impacto neutro no clima até 2050, o Pacto Ecológico Europeu deve incentivar uma participação significativa e inclusiva da sua população jovem.

De acordo com as Nações Unidas, os jovens são sempre agentes de mudança mais ativos e demonstraram uma grande sensibilidade para a proteção do ambiente, considerando-a também uma questão de justiça social (Nações Unidas 2013; Sarno 2021; Sze e Londres 2008; Londres 2007; Driskell 2002; Chawla et al. 2005). Ao analisarem as formas de envolvimento dos jovens no domínio do ambiente, tal como acima referido, os estudos identificaram que alguns grupos de jovens atuam diretamente no combate às alterações climáticas através de comportamentos individuais ecológicos e de atividades comunitárias informais, tais como eventos de sensibilização, programas educativos, campanhas de sustentabilidade, boicote e boicote à compra de alimentos e vestuário ("buycotting"). Outros juntam-se a organizações globais voluntárias, como a 350.org, Friends of the Earth e Climate Youth (Hayward e Selboe 2014; O'Brien, Selboe e Hayward 2018) ou colaboram com as autoridades locais através de programas ecológicos liderados pelo Estado (como serviços civis nacionais, corpos de solidariedade, etc.). Muitos estudantes empenhados em questões ambientais e climáticas contam com eleições em conselhos de estudantes ou noutras instituições de ensino, enquanto outros se envolvem politicamente a nível local ou internacional para direcionar o debate político para o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental e os direitos ecológicos. (O'Brien, Selboe e Hayward 2018); Partridge 2008; Nações Unidas 2013; Fisher 2016).

Além disso, há também uma aceitação cada vez maior de que existe uma "dinâmica crescente" para o envolvimento dos jovens nos debates relacionados com o clima (Sarno 2021). Notavelmente, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas realizada em 2019 (COP25), a UNESCO lançou a "Rede de Ação Climática da UNESCO para Jovens" (YoU-CAN - Youth UNESCO climate action network) com o objetivo de alavancar a ação climática liderada por jovens, apoiando os jovens e as redes de jovens existentes e reforçando as suas redes. Neste contexto, organizam anualmente a Conferência da Juventude antes de cada conferência COP, a fim de incentivar centenas de jovens ativistas ambientais de

todo o mundo a reforçarem o seu papel e os seus compromissos, a prepararem documentos de posição, a defenderem os interesses dos jovens na política climática e a darem voz às suas prioridades antes da Conferência sobre as Alterações Climáticas. Em setembro de 2021, a cimeira de Milão pré-COP26 acolheu a iniciativa "Youth4Climate: driving ambition" que reuniu cerca de 400 jovens de 197 países para elaborar propostas concretas de combate às alterações climáticas e discuti-las com os ministros participantes.

Por último, mas não menos importante, e acima de tudo para os objetivos deste trabalho, as ONG de jovens começaram recentemente a apresentar casos ambientais aos tribunais nacionais e supranacionais. Um exemplo emblemático ocorreu em 2018, quando o Supremo Tribunal colombiano reconheceu os direitos legais da floresta amazônica graças ao ativismo jurídico de 25 crianças e jovens, com idades compreendidas entre os 7 e os 26 anos, que processaram o Governo colombiano por violar o direito constitucional a um ambiente saudável e negligenciar as suas obrigações no combate às alterações climáticas ao abrigo do Acordo de Paris de 2015 (Supremo Tribunal de Justiça da Colômbia 2018).

Outro caso jurídico marcante envolve a Greenpeace Nordic Association e a Nature and Youth (também conhecida como Young Friends of the Earth Norway) - uma ONG com cerca de 7600 membros com menos de 25 anos - que interpôs um processo no Supremo Tribunal da Noruega (Supremo Tribunal da Noruega 2016). Eles alegaram que o governo falhou em proteger adequadamente os direitos humanos face às consequências das alterações climáticas, violando o direito a um ambiente saudável, à vida e à vida privada e familiar, garantidos pela Constituição norueguesa. Além disso, seis crianças e jovens adultos portugueses, entre os 8 e os 21 anos de idade, apresentaram uma queixa contra 33 membros do Conselho da Europa (27 Estados-Membros da UE, Reino Unido, Suíça, Noruega, Turquia, Rússia e Ucrânia) devido aos impactos contínuos e crescentes das alterações climáticas sobre o exercício dos seus direitos humanos, tanto no presente quanto no futuro (Clark, Liston e Kalpouzos 2020; Pyrkowski 2020). Este caso está atualmente em análise no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Mais recentemente, em 2021, grupos ambientalistas, incluindo o Fridays For Future e a Greenpeace, alcançaram um resultado inovador quando o Tribunal Constitucional Alemão declarou a lei climática alemã parcialmente inconstitucional, uma vez que não respeitava as liberdades civis e os direitos fundamentais das gerações futuras (Tribunal Constitucional Federal Alemão 2021).

Vários jovens ativistas ambientais recorrem a redes de organizações da sociedade civil e a advogados para apresentarem as suas queixas às autoridades judiciais. Algumas delas - como a Greenpeace, a Law Society Gazette, a National Lawyers Guild e a ClientEarth - disponibilizam peritos jurídicos que oferecem aconselhamento, representação e assistência jurídica e ajudam a financiar as despesas jurídicas. Estes casos demonstram claramente a capacitação contínua dos jovens enquanto agentes políticos ativos e defensores dos direitos humanos e ambientais.

Outro elemento que, lamentavelmente, confirma o papel crescente dos jovens nas questões ambientais é o número crescente de ameaças e atos de violência contra jovens ativistas ambientais, bem como o seu assassinato (Rueda 2021). De acordo com a Human Rights Watch, vários Estados-Membros da UE e do Conselho da Europa estão a olhar para os jovens ativistas ambientais com desconfiança, ao ponto de alguns terem sido incluídos na lista de pessoas suspeitas de terrorismo. Por exemplo, durante diferentes COP, a Polónia e a França ativaram medidas de emergência para combater o terrorismo, incluindo detenções de alguns ativistas ambientais (Tayler e Schulte 2019). Surpreendentemente, os assassinatos de defensores do ambiente duplicaram nos últimos 15 anos, atingindo níveis normalmente associados a zonas de guerra. Pelo menos

1 558 pessoas em 50 estados foram mortas entre 2002 e 2017 quando tentavam proteger o seu ecossistema (Butt et al. 2019). A proteção dos direitos humanos e a plena garantia da integridade física do ativismo ambiental dos jovens são, por conseguinte, de importância crucial. A este respeito, a Convenção de Aarhus desempenha um papel essencial.

Participação dos jovens na Convenção de Aarhus

A Convenção de Aarhus é um acordo internacional de referência centrado na proteção do ambiente, que: permite que os jovens, os adultos e as ONG ambientais tenham acesso a informações sobre o ambiente (primeiro pilar); promove a participação pública nas decisões ambientais (segundo pilar); e reconhece que isso melhora a qualidade e implementação das decisões, aumenta a consciência pública sobre questões ambientais e oferece ao público a oportunidade de expressar as suas preocupações através do acesso à justiça (terceiro pilar). A Convenção tem, portanto, o derradeiro objetivo intergeracional de proteger e melhorar o ambiente para o bem-estar das gerações presentes e futuras. Como referido, não se trata apenas de um simples acordo ambiental administrativo, mas sim da manifestação de "um direito humano ao ambiente na sua forma mais solene" (Jääskinen 2014: 89).

Estes três pilares correspondem aos direitos humanos, tal como definidos no Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e, especificamente no contexto ambiental, no Princípio 1 da Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano (Nações Unidas 1972a) e no Princípio 10 da Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento (Nações Unidas 1972b). A este respeito, é particularmente importante recordar o Princípio 21 desta última declaração, que reconhece que "a criatividade, os ideais e a coragem da juventude do mundo devem ser mobilizados para forjar uma parceria global, a fim de alcançar um desenvolvimento sustentável e assegurar um futuro melhor para todos." São também reafirmados no Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Justiça em Matéria Ambiental na América Latina e nas Caraíbas (o "Acordo de Escazú") (CEPAL 2018). Além disso, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável também se baseia nestes direitos. Na verdade, baseia-se numa abordagem que envolve todo o governo e toda a sociedade, o que significa que todos os agentes envolvidos na formulação de políticas, tanto a nível vertical como horizontal, assim como todas as partes da sociedade, devem ser proativamente incluídos na promoção do desenvolvimento sustentável. Na Agenda 2030, a comunidade internacional sublinha a importância de criar condições favoráveis à plena realização dos direitos e capacidades dos jovens, com especial destaque para a promoção da educação e das oportunidades de emprego, tal como reiterado no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, que se refere à educação de qualidade, inclusiva e equitativa. Especificamente, o ODS 16.7 apela aos governos para que garantam uma tomada de decisões reativa, inclusiva, participativa e representativa a todos os níveis, enquanto os ODS 16.10 e 12.8 apelam ao acesso público à informação. Mais relevante para os objetivos desta análise, as alterações climáticas ocupam um lugar central no ODS 13, que destaca a necessidade de promover mecanismos que aumentem a capacidade de planeamento e gestão eficazes em relação às alterações climáticas, especialmente para os países menos desenvolvidos e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, com um foco acentuado na juventude. Com o duplo objetivo de apoiar os governos e as autoridades públicas na promoção da transparência e da participação pública efetiva e de orientar as ONG ambientais, foram elaboradas orientações específicas sobre as boas práticas existentes no âmbito da convenção, nomeadamente as Recomendações de Maastricht sobre a promoção

da participação pública efetiva na tomada de decisões em matéria ambiental (UNECE 2015). Por último, a Declaração de Lucca de 2002 (UNECE 2002), adotada pelos ministros e chefes de delegações na primeira reunião das partes na Convenção de Aarhus, afirmou de forma emblemática que os três pilares da Convenção de Aarhus são elementos essenciais de uma boa governança e sustentabilidade, além de serem fundamentais para o funcionamento das democracias modernas que respondem às necessidades do público e respeitam os direitos humanos e o Estado de Direito.

Para capacitar adequadamente os jovens e permitir-lhes exercer os seus direitos humanos relacionados com o ambiente, as instituições da UE, a nível supranacional, e os Estados-Membros, a nível nacional, devem proporcionar-lhes o mais elevado nível de sensibilização, não só através da educação ambiental e em matéria de alterações climáticas, mas também da educação sobre os seus direitos processuais de acesso e obtenção de informações sobre questões ambientais. Nesse sentido, a convenção exige que todos os Estados Partes expliquem ao público as medidas teóricas e práticas previstas a nível nacional para garantir o acesso à informação, a participação na tomada de decisões e o acesso à justiça em questões ambientais. Para tal, a convenção também estabelece a necessidade de uma educação ambiental eficaz, visando garantir que jovens e adultos possuam o nível de compreensão necessário para enfrentar as alterações climáticas, tanto de forma individual como coletiva.

Mais especificamente, no seu preâmbulo, a convenção reconhece que todas as pessoas têm o direito de viver num ambiente propício à sua saúde e bem-estar (também referido no artigo 1.º) e o dever, tanto individualmente como em associação com outros, de proteger e melhorar o ambiente em benefício das gerações presentes e futuras. Para o efeito, cada Parte garantirá o direito de acesso à informação, de participação no processo de tomada de decisões e de acesso à justiça em matéria de ambiente ao público, ou seja, às pessoas singulares ou coletivas, associações, organizações ou grupos afetados ou suscetíveis de serem afetados pela tomada de decisões em matéria de ambiente, ou que nela tenham interesse, incluindo as ONG que promovem a proteção do ambiente e que satisfazem os requisitos previstos na legislação nacional (n.ºs 4 e 5 do artigo 2.º). Os três pilares da convenção são explicados em pormenor mais à frente.

Acesso às informações sobre o ambiente

Nos termos do n.º 3 do artigo 2.º, entende-se por informação ambiental qualquer informação sobre:

- a) O estado dos elementos do ambiente, como o ar e a atmosfera, a água, o solo, as terras, a paisagem e os sítios naturais, incluindo as terras húmidas, as zonas costeiras e marinhas, a diversidade biológica e os seus componentes, entre os quais os organismos geneticamente modificados, e a interação entre estes elementos; b) Os fatores, como as substâncias, a energia, o ruído, as radiações ou os resíduos, incluindo resíduos radioativos, as emissões, as descargas e outras libertações para o meio ambiente, que afetem ou possam afetar os elementos do ambiente mencionados no ponto a) supra, e as análises de custo-benefício e outras análises e pressupostos económicos utilizados na tomada de decisões sobre o ambiente; c) O estado da saúde e da segurança das pessoas, as condições de vida, os locais de interesse cultural e as construções, na medida em que sejam ou possam ser afetados pelo estado dos elementos do ambiente ou, através desses elementos, pelos fatores, atividades ou medidas referidos na alínea b) acima. (Convenção de Aarhus, artigo 2.º, n.º 3).

Uma disposição particularmente relevante para os jovens ativistas ambientais diz respeito à n.º 9 do artigo 3.º, que estabelece que o público deve exercer os direitos consagrados na convenção "sem discriminação em razão da cidadania, nacionalidade ou domicílio e, no caso de uma pessoa coletiva, sem discriminação em razão do local da sua sede social ou do centro efetivo das suas atividades". Por conseguinte, a recusa de uma autoridade pública em fornecer as informações ambientais solicitadas não pode ser fundamentada na nacionalidade ou cidadania do requerente ou da organização em que está envolvido. Além disso, quando o Estado recebe um pedido de acesso a informações sobre o ambiente, deve fornecer a resposta dentro de um mês e, em qualquer circunstância, este prazo não pode ultrapassar os dois meses após a apresentação do pedido. Se as informações solicitadas não puderem ser disponibilizadas por um ou mais motivos de recusa, conforme previsto no n.º 3 do artigo 4.º, esses motivos devem ser comunicados por escrito dentro do mesmo prazo.

Por conseguinte, o acesso à informação é um direito fundamental que sustenta tanto o direito de participação quanto o acesso à justiça. A aplicação deste direito passa não só pelos canais institucionais, mas também por meios de comunicação alternativos, como os jornais, os meios de comunicação social (televisão e rádio) ou os sites. A comunicação através das redes sociais pode revelar-se uma forma particularmente eficaz, não só para as autoridades públicas interagirem com os jovens, mas também para os jovens ativistas divulgarem notícias entre os seus pares, manterem-se atualizados, organizarem campanhas nas redes sociais e terem um acesso facilitado a informações ambientais relevantes.

A nível da UE, o primeiro pilar da Convenção de Aarhus é apoiado pela Diretiva 2003/4/CE (Parlamento Europeu e Conselho 2003), que estabelece uma aplicação mais abrangente do direito de acesso à informação. Por exemplo, a diretiva prevê o direito de acesso à informação detida não só pelas autoridades públicas, mas também por terceiros para essas autoridades (Lavrysen 2010: 659). Contém igualmente uma lista exaustiva de todos os casos em que os Estados-Membros podem recusar um pedido de informações. Embora os Estados-Membros não possam acrescentar mais exceções a essa lista, não são obrigados a transpor todos os itens para a sua legislação nacional, o que lhes permite oferecer um acesso ainda mais abrangente à informação a nível nacional do que o estipulado pela legislação da UE. Do mesmo modo, o artigo 7.º da Diretiva (divulgação de informação sobre o ambiente) prevê normas mais rigorosas do que as exigidas pela convenção. De facto, às categorias de informação a divulgar, acrescenta: o texto dos tratados internacionais e da UE relacionados com o ambiente; relatórios sobre a implementação desses tratados ou de políticas, planos e programas ambientais; dados ou resumos de dados resultantes da monitorização de atividades que impactam ou podem impactar o ambiente; autorizações com efeitos significativos no ambiente, assim como acordos ambientais; e, por fim, estudos de impacto ambiental e avaliações de risco ligados ao ambiente. Por sua vez, o Regulamento (CE) n.º 1367/2006/CE (Parlamento Europeu e Conselho 2006) - conhecido como "Regulamento Aarhus" - oferece mais pormenores sobre o acesso à informação detida pelas instituições e organismos da UE.

Participação do público na tomada de decisões sobre o ambiente

Os artigos 6.º a 8.º constituem o segundo pilar da Convenção de Aarhus. Estas disposições abrangem uma vasta gama de atividades políticas e regulamentares relacionadas com o ambiente propostas pelas autoridades públicas. Em particular, a participação do público em atividades específicas relacionadas com o ambiente inclui todas as atividades enumeradas no Anexo I (relativas, *nomeadamente*, ao setor da energia, à indústria mineral e química e à gestão de resíduos), bem como as atividades não enumeradas nesse anexo, que podem, no entanto, ter um efeito significativo no ambiente. Numa base casuística, os Estados Partes podem decidir não aplicar esta disposição se as atividades em causa servirem objetivos de defesa nacional. Os Estados devem assegurar uma notificação atempada e efetiva ao público em causa, bem como prazos razoáveis para a participação no processo de tomada de decisões daí decorrentes, que devem ter em conta o resultado da participação do público. Nos termos do artigo 7.º, cada Estado Parte adotará disposições práticas e/ou outras adequadas para que o público participe na preparação de planos e programas, bem como de políticas, relacionados com o ambiente. Foi argumentado que esta disposição, dada a sua amplitude, poderia ser aplicada também a planos e programas preparados para todos os setores com um impacto significativo no ambiente, como os transportes, a energia ou o turismo (Lavrysen 2010: 661). Por último, o artigo 8.º abrange a participação do público em relação a regulamentos e outras disposições juridicamente vinculativas relacionadas com o ambiente. A UE transpõe estas disposições para uma série de instrumentos de direito derivado relativos à política da água (Diretiva 2000/60/CE), às consultas do público em planos e programas ambientais (Diretiva 2001/42/CE) e ao já mencionado Regulamento Aarhus.

Acesso à justiça

O terceiro pilar da Convenção de Aarhus é delineado no artigo 9.º, que tem por objetivo aplicar as normas da convenção relativas ao acesso à informação e à participação do público, bem como as disposições da legislação ambiental nacional. O acesso à justiça em matéria ambiental significa permitir que o público, incluindo jovens, adultos e ONG com um mandato ambiental, tenha acesso a procedimentos jurídicos de revisão relativos a pedidos de informações sobre o ambiente (n.º 1 do artigo 9.º). O n.º 2 do artigo 9.º abrange os planos ambientais, os atos e programas administrativos, as políticas ambientais, as avaliações de impacto ambiental, as licenças industriais e a responsabilidade ambiental (Lavrysen 2010: 664). Por último, o n.º 3 do artigo 9.º exige o acesso a procedimentos de recurso relativamente a decisões, atos e omissões relacionados com o ambiente, compreendidos por particulares e autoridades públicas a nível internacional, comunitário ou nacional.

Em particular, estabelece a obrigação de garantir que qualquer pessoa que considere que o seu pedido de informação nos termos do artigo 4.º (acesso a informações sobre ambiente) foi ignorado, indevidamente recusado, total ou parcialmente, insuficientemente respondido ou tratado de forma inadequada, em conformidade com o disposto nesse artigo, tenha acesso a um procedimento de revisão perante um tribunal ou outro organismo independente e imparcial previsto por lei.

No que diz respeito a quem tem acesso à justiça e em que condições, há duas questões a considerar. Em primeiro lugar, nos termos do n.º 2 do artigo 9.º, o direito de acesso à justiça é concedido aos membros do público em causa que tenham um interesse legítimo ou, em

alternativa, que aleguem a violação de um direito, sempre que a legislação nacional exija esta condição, tendo sempre presente o objetivo da convenção. Para o efeito, o artigo prossegue afirmando que o interesse de qualquer ONG ambiental que cumpra esses requisitos será considerado suficiente para tal. Em segundo lugar, consciente dos elevados custos dos processos de recurso, o n.º 2 do artigo 9.º prevê igualmente o acesso a um processo preliminar de recurso administrativo antes de recorrer a um tribunal, que é gratuito ou pouco dispendioso. Este objetivo visa implementar plenamente os direitos da convenção, evitando ao mesmo tempo que sejam proibitivamente dispendiosos. Contudo, a possibilidade de aceder a uma instância que não seja um tribunal não substitui o direito de recurso perante uma autoridade judicial (Nações Unidas 2000: 130). No que diz respeito ao acesso à revisão dos atos abrangidos pelo n.º 3 do artigo 9.º, a convenção prevê procedimentos de revisão administrativa e judicial. Estas disposições são de extrema importância, especialmente no caso das ONG ambientais juvenis que não recebem fundos públicos ou patrocínios privados, mas que, no entanto, alegam que os seus interesses foram ignorados ou negligenciados.

Por último, o quarto e o quinto parágrafos do artigo 9.º estabelecem as normas mínimas gerais que devem caracterizar uniformemente o acesso à justiça. Em conformidade com esta disposição, os procedimentos de recurso devem dispor de vias de recurso adequadas e eficazes, incluindo, se for caso disso, reparação imperativa. Devem ser justas, equitativas, atempadas e não proibitivamente dispendiosas, devendo as decisões ser proferidas por escrito e ser acessíveis ao público.

De acordo com a atual prática jurídica da UE, as ONG ambientais podem apresentar um pedido de reexame interno ao abrigo do artigo 10.º do Regulamento Aarhus. Esta disposição visa facilitar o acesso à justiça para aquelas ONG que não teriam acesso direto ao TJUE nos termos do artigo 263.º, n.º 4, do TFUE (Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia), que permite a revisão judicial dos atos que dizem respeito de forma direta e individual a indivíduos e ONG, bem como dos atos regulamentares que não impliquem medidas de execução. Por outras palavras, as ONG que não conseguem contestar diretamente um ato da UE perante o Tribunal de Luxemburgo podem, no entanto, contestar diretamente as medidas de execução que o ato possa implicar a nível nacional. Além disso, as pessoas singulares e as ONG ambientais podem pedir a anulação de uma medida nacional alegadamente contrária à legislação ambiental da UE, solicitando ao tribunal nacional que apresente uma decisão prejudicial ao TJUE, nos termos do artigo 267.º.

Ativismo ambiental durante a pandemia de Covid-19

Aquando da eclosão da pandemia de Covid-19, o Comité de Cumprimento da Convenção de Aarhus mostrou-se preocupado com a possibilidade de os Estados Partes se sentirem tentados a introduzir e justificar restrições aos direitos garantidos pela Convenção fazendo referência à crise sanitária e económica nacional e mundial (Comité de Cumprimento da Convenção de Aarhus 2020). Para evitar essa possibilidade, o comité recordou que, mesmo em caso de crise, como a de Covid-19, os direitos previstos na Convenção continuam a ser vinculativos para todos os Estados Partes e que a sua promoção, proteção e aplicação não podem ser reduzidas ou restringidas. Todas as medidas tomadas para travar a proliferação da pandemia que, direta ou indiretamente, restringiram o direito de acesso à informação, à participação do público e ao acesso à justiça em matéria de ambiente "devem respeitar os compromissos internacionais, limitar-se a circunstâncias restritas, como a duração do

confinamento, ser proporcionais à situação pandémica e não discriminatórias e não pôr, de modo algum, em risco os próprios direitos" (ibid.: 4). Pelo contrário, as formas e os meios através dos quais os direitos eram aplicados podiam variar - por exemplo, ao preferir que as informações ambientais solicitadas fossem apresentadas em formato eletrónico em vez de em papel. O comité também destacou que, mesmo durante uma crise sanitária e económica mundial, e à luz dos princípios da não discriminação e da não penalização, as pessoas que exercem os seus direitos ao abrigo da convenção não devem ser penalizadas, perseguidas ou assediadas pelo seu envolvimento. Ao mesmo tempo, talvez fosse necessário adotar disposições especiais para garantir que os membros estrangeiros do público tenham acesso aos direitos previstos na convenção sem discriminação com base na cidadania, nacionalidade ou domicílio, especialmente em casos que possam ter impactos transfronteiriços. O comité concluiu o seu relatório recordando aos Estados Partes que qualquer falha na garantia do acesso efetivo à informação, da participação do público na tomada de decisões ou do acesso à justiça durante a crise sanitária e económica, bem como o acesso efetivo às comunicações, apresentações e consultas do próprio comité, pode ser contestada por membros do público em conformidade com o artigo 9.º. Esta interpretação é consistente com a jurisprudência relevante do TJUE. Por exemplo, no processo de 2008 *Dieter Janecek v. Freistaat Bayern*, o tribunal considerou que as pessoas coletivas e singulares podem invocar a legislação ambiental da UE que visa salvaguardar a saúde humana (TJUE 2008).

Em retrospectiva, o comité teve razão em manifestar as suas preocupações. De facto, o que se seguiu imediatamente à propagação do vírus foi uma multiplicação de declarações nacionais de estado de emergência, acompanhadas de restrições a vários direitos humanos e liberdades fundamentais, desde a liberdade de circulação até ao direito de reunião. Para além da confusão e da imprevisibilidade da pandemia, estas limitações em matéria de direitos humanos resultaram também em restrições aos direitos protegidos pela Convenção, que não podem ser reduzidos ou abreviados, como recordou o comité, mas cuja aplicação é extremamente oportuna e pertinente durante uma crise sanitária. De facto, e como vimos nas secções anteriores, o principal objetivo da Convenção de Aarhus é proteger o direito de viver num ambiente adequado à saúde e ao bem-estar de todos. Para o efeito, o n.º 3, alínea c), do artigo 2.º prevê o acesso efetivo do público às informações relativas ao estado da saúde e da segurança das pessoas, na medida em que estas são ou podem ser afetadas pelo estado dos elementos do ambiente ou, através desses elementos, pelos fatores, atividades ou medidas que afetam ou podem afetar o ambiente. Por conseguinte, a convenção é um instrumento adequado para solicitar às autoridades competentes informações sobre as origens das pandemias e os seus impactos na biodiversidade, nos ecossistemas e na saúde humana. O n.º 1, alínea c), do artigo 5.º subscreve este pressuposto e vai ainda mais longe, ao afirmar que: "No caso de uma ameaça iminente para a saúde humana ou para o ambiente, causada por atividades humanas ou causas naturais, toda a informação que possa permitir ao público tomar medidas para prevenir ou mitigar os danos resultantes da ameaça e que esteja na posse de uma autoridade pública é divulgada imediatamente e sem demora aos membros do público que possam ser afetados." Os jovens e adultos, a título individual ou coletivo, têm, portanto, o direito de solicitar informações relacionadas com a pandemia em curso, nos termos da Convenção de Aarhus. Os mesmos requisitos são aplicáveis a nível da UE, tal como descrito precisamente no Regulamento Aarhus e nas Decisões n.º 2119/98/CE e n.º 1786/2002/CE.

Desde o início da pandemia, têm sido apresentadas queixas em todo o mundo contra a violação ou limitação ilegal dos direitos da convenção (UNECE 2020). Como também mencionado pela UNECE, várias organizações ambientais neozelandesas alegaram que o seu governo estava a utilizar a Covid-19 como pretexto para centralizar a tomada de decisões sobre os projetos de gestão dos recursos locais, anulando assim a participação do público no processo de consulta (Voxy 2020). Entre os seus pedidos, solicitaram ao governo que subscrevesse a Convenção de Aarhus. Além disso, 10 ONG ambientais maltesas condenaram a decisão de prorrogar por mais três anos as licenças de desenvolvimento válidas até 2022, argumentando que o aviso legal não foi precedido da consulta pública exigida, que a convocatória da autoridade competente para audições públicas por via eletrónica foi discriminatória, uma vez que excluiu pessoas sem acesso a meios de comunicação eletrónicos, e que a pandemia global foi utilizada como desculpa para facilitar a indústria da construção, que se debatia com a crise económica causada pela Covid-19 (Calleja 2020). Além disso, três ONG pediram ao Tribunal Constitucional esloveno que analisasse a legitimidade das licenças de construção introduzidas como parte das medidas de emergência para combater a crise económica na sequência da pandemia de Covid-19. Segundo estas organizações, essas medidas impedem a participação das ONG no processo de consulta, violando assim a Constituição eslovena, o direito da UE e a Convenção de Aarhus (UNECE 2020). Por último, uma ONG ucraniana denunciou as alterações propostas à lei nacional sobre a avaliação do impacto ambiental durante o pico da crise sanitária, alegando que estas limitavam a discussão pública das atividades planeadas exclusivamente a comentários e sugestões por escrito, excluindo a possibilidade de audições públicas durante o período de confinamento (ibid.).

Conclusões

O comité emitiu dois relatórios sobre o estado da Convenção de Aarhus a nível da UE, em 2011 e 2017, respetivamente. Em ambos os casos, como também reiterado por um estudo externo publicado em outubro de 2019 para a Comissão Europeia (Milieu Consulting SPRL 2019), concluiu-se que as instituições da UE não cumpriram os n.os 3 e 4 do artigo 9.º da Convenção de Aarhus relativos ao acesso à justiça por parte dos membros do público, porque nem o Regulamento de Aarhus nem a jurisprudência do TJUE garantiram às ONG um acesso adequado à justiça em matéria de ambiente, especialmente no que diz respeito à revisão administrativa e judicial dos atos ambientais não legislativos adotados pelas instituições ou organismos da UE que são juridicamente vinculativos ou têm um efeito externo. Na sua resolução de janeiro de 2020 sobre o Pacto Ecológico Europeu, o Parlamento Europeu apoiou as conclusões do comité, sublinhando que garantir a participação pública e o acesso à justiça é essencial para o cumprimento dos direitos fundamentais e para a promoção da aplicação do Pacto Ecológico, pelo que exortou a Comissão a assegurar o cumprimento pela UE das suas obrigações internacionais (Parlamento Europeu 2020b).

Em resposta a estas críticas, a Comissão Europeia publicou contextualmente uma proposta de alteração do Regulamento de Aarhus e uma comunicação, onde reconhece que: "O público é e deve continuar a ser uma força motriz da transição ecológica e deve ter os meios para participar de forma mais ativa no desenvolvimento e na aplicação de novas políticas." (Comissão Europeia 2020b: 1). Na sua comunicação anterior que estabelece o Pacto Ecológico Europeu, a Comissão já salientou o papel e a importância da participação do público, afirmando que tanto a participação ampla e consistente do público na promoção e aplicação de políticas e

legislação ambientais, como a aplicação adequada do direito ambiental da UE, são essenciais para que a transição seja bem-sucedida e para que seja justa e inclusiva (Comissão Europeia 2019a: 2). A concretização do Pacto Ecológico está, por conseguinte, significativamente ligada à concretização da Convenção de Aarhus a nível da UE.

Na sua proposta de alteração do Regulamento Aarhus, a Comissão sugeriu, em primeiro lugar, o alargamento da definição de atos administrativos de modo a incluir tanto os atos de âmbito individual, que se dirigem direta ou individualmente a pessoas singulares ou coletivas, como os atos de âmbito geral, em conformidade com a maioria dos atos ambientais adotados pelas instituições da UE. Em segundo lugar, propôs o alargamento do procedimento de recurso administrativo previsto no n.º 1, alínea g), do artigo 2.º não só aos atos adotados ao abrigo do direito do ambiente, na sua forma atual, mas também a todos os atos administrativos que violem o direito comunitário do ambiente, independentemente do seu objetivo político. Por último, propôs alargar os prazos para os pedidos das ONG ambientais (de seis para oito semanas) e para as respostas da Comissão (de 12 para 16 semanas), a fim de melhorar a qualidade do processo de recurso administrativo.

Embora relevante, foi observado que a proposta da Comissão deixa ainda por resolver algumas das falhas assinaladas pelo comité (Hadjiyianni 2020). Entre outros pontos, continua a excluir-se o acesso do público em geral, para além das ONG ambientais reconhecidas, aos procedimentos de revisão administrativa; isto pode afetar especialmente os jovens que não pertencem a organizações formais. A Comissão justificou parcialmente esta omissão com o facto de a convenção prever um acesso privilegiado à justiça para as ONG, em comparação com os indivíduos, dada a sua estrutura e posição profissional mais elevada. Além disso, segundo a Comissão, esta disposição não seria cumprida se as pessoas tivessem acesso aos procedimentos de recurso judicial e administrativo, o que não é exigido pela Convenção.

Embora seja verdade que o n.º 3 do artigo 9.º da Convenção de Aarhus não exija literalmente que a UE e os seus Estados-Membros permitam tanto a revisão administrativa quanto judicial, também não os impede de o fazer (Lanceiro 2011; Scissa 2021b). Além disso, é amplamente aceite que os Estados Partes podem introduzir medidas que ofereçam padrões mais elevados de proteção dos direitos do que os previstos na convenção, como é coerentemente referido no n.º 5 do artigo 3.º da Convenção. É igualmente importante sublinhar que o facto de existir a mera possibilidade de solicitar ao tribunal nacional que submeta um reenvio prejudicial ao TJUE não significa que os juízes nacionais o façam automaticamente. Além disso, um procedimento deste tipo não só parece ser extremamente dispendioso, como também pode demorar anos e - especialmente no contexto das questões ambientais e climáticas - o tempo é muitas vezes essencial para evitar irregularidades.

Curiosamente, estas falhas foram confirmadas mais uma vez pelo comité no início de janeiro de 2021 (Comité de Cumprimento da Convenção de Aarhus 2021). Apesar de saudar os avanços significativos e positivos apresentados na proposta, o comité ainda identifica algumas lacunas. Entre outros aspetos, reitera a necessidade de a UE garantir o acesso aos processos de recurso não só às ONG, mas também a outros membros do público. Mais importante ainda, reafirma que não existe uma base jurídica na Convenção de Aarhus para limitar o âmbito da revisão a atos com efeitos jurídicos "vinculativos".

Parece, portanto, que são necessárias melhorias adicionais para que a UE se alinhe perfeitamente com os requisitos da convenção. Além disso, as alterações mais amplas sugeridas pelo Comité de Cumprimento integrariam as ações previstas pelo Pacto Ecológico relativas à participação

do público. Embora seja indubitavelmente verdade que todas as instituições devem colaborar com a sociedade civil da UE para concretizar o Pacto Ecológico, a ambição de uma UE com impacto neutro no clima não pode ser alcançada sem a participação constante e abrangente de todos os cidadãos da UE - jovens e adultos - bem como de pessoas singulares e organizações públicas e privadas, em todas as fases do Pacto Ecológico, desde a sua conceção até à sua implementação e acompanhamento. Tal como a Comissão reconheceu: "O público é e deve continuar a ser uma força motriz da transição; deve ter os meios para participar ativamente no desenvolvimento e na implementação de novas políticas." (Comissão Europeia 2020: 1). Por exemplo, o Pacto Europeu para o Clima (COM(2020) 788 final) apoia a participação proativa do público nas ações climáticas, que se limitam, no entanto, à partilha de informações, à inspiração e à criatividade, deixando de lado o envolvimento do público através da consulta nos processos de elaboração de políticas e através da revisão administrativa e judicial (Scissa 2021b).

Em suma, para que a UE cumpra plenamente as obrigações que lhe incumbem por força da Convenção de Aarhus e promova amplamente a proteção do ambiente, deve ter devidamente em conta o papel social e político dos jovens que defendem as questões ambientais e reconhecer a sua importância através da proteção e promoção dos seus direitos.

Referências bibliográficas

- ▶ Comité de Cumprimento da Convenção de Aarhus (2017), Conclusões e recomendações do Comité de Cumprimento relativas ao cumprimento da Convenção de Aarhus pela União Europeia, adotadas em 17 de março de 2017 (ACCC/C/2008/32(EU)) www.unece.org/fileadmin/DAM/env/pp/compliance/CC-57/ece.mp.pp.c.1.2017.7_for_web.pdf.
- ▶ Comité de Cumprimento da Convenção de Aarhus (2020), Relatório do Comité de Cumprimento sobre a sua sexagésima sétima reunião, Genebra. https://unece.org/sites/default/files/2021-05/ece.mp_pp_c.1.2020.5_advance_unedited.pdf.
- ▶ Comité de Cumprimento da Convenção de Aarhus (2021), Projeto de parecer do Comité de Cumprimento da Convenção de Aarhus à União Europeia sobre a aplicação do pedido ACCC/M/2017/3: https://unece.org/sites/default/files/2021-02/M3_EU_advice_12.02.2021.pdf.
- ▶ Boyle A. (2012), "Human rights and the environment: where next?", *European Journal of International Law*, 23(3), pp. 613-642.
- ▶ Bratspies R. (2017), "Claimed not granted: finding a human right to a healthy environment", *Transnational Law and Contemporary Problems*, 26(2), pp. 263-380.
- ▶ Butt N. et al. (2019), "The supply chain of violence", *Nature Sustainability*, 2, pp. 742-747.
- ▶ Calleja L. (2020), "NGOs condemn PA's 'Covid-19 crisis' extension of development permits for construction industry", *MaltaToday*, 1 de abril, disponível em www.maltatoday.com.mt/environment/environment/101404/ngos_condemn_covid19_extension_development_permits_construction#.YCuQZWKhPb, acedido em 22 de julho de 2022.
- ▶ Chawla L. et al. (2005), "Don't just listen – do something! Lessons learned about governance from the 'growing up in cities' project", *Children, Youth and Environments* 15(2), pp. 53-88.
- ▶ Clark P., Liston G. e Kalpouzos I. (2020), "Climate change and the European Court of Human Rights: the Portuguese youth case", EJIL: Talk! (blogue do *European Journal*

of International Law), 6 de outubro, disponível em www.ejiltalk.org/climate-change-and-the-european-court-of-human-rights-the-portuguese-youth-case, acedido em 25 de julho de 2022.

- ▶ TJUE (Tribunal de Justiça da União Europeia) (2008), acórdão de 25 de julho, *Dieter Janecek v. Freistaat Bayern*, Processo C-237/07, disponível em <https://curia.europa.eu/juris/document/document.jsf?jsessionid=62B67DBFF6BC3AD527DC377485E39B3A?text=&docid=68148&pageIndex=0&doclang=EN&mode=lst&dir=&occ=first&part=1&cid=120385>, acedido em 22 de julho de 2022.
- ▶ Deželan T. (2018), "Derailing modern democracies: the case of youth absence from an intergenerational perspective", *Annales - Series historia et sociologia*, 28(4), pp. 811-826.
- ▶ Driskell D. (2002), *Creating better cities with children and youth: a manual for participation*, UNESCO, Paris/Earthscan, Abingdon.
- ▶ CEPAL (Comissão Económica para a América Latina e as Caraíbas) (2018), Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Justiça em Matéria Ambiental na América Latina e nas Caraíbas ("Acordo de Escazú"), adotado em Escazú, Costa Rica, disponível em www.cepal.org/en/escazuagreement, acedido em 25 de julho de 2022.
- ▶ Comissão Europeia (2018), *Guia do cidadão para o acesso à justiça em matéria de ambiente*, Direção-Geral do Ambiente, Luxemburgo.
- ▶ — (2019a), Comunicação da Comissão sobre o Pacto Ecológico Europeu, COM(2019) 640 final, 11 de dezembro, Bruxelas.
- ▶ — (2019b), "How do we build a stronger, more united Europe? The views of young people", *Flash Eurobarometer* No. 478, disponível em https://data.europa.eu/euodp/en/data/dataset/S2224_478_ENG, acedido em 25 julho de 2022.
- ▶ — (2020a), Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 1367/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de setembro de 2006, relativo à aplicação das disposições da Convenção de Aarhus às instituições e órgãos comunitários, COM(2020) 642 final, 14 de outubro, Bruxelas.
- ▶ — (2020b), Comunicação da Comissão sobre a melhoria do acesso à justiça em matéria de ambiente na UE e nos seus Estados-Membros, COM(2020) 643 final, 14 de outubro, Bruxelas.
- ▶ Parlamento Europeu (2020a), "Draft report on the effects of climate change on human rights and the role of environmental defenders on this matter (2020/2134(INI))", Parlamento Europeu, disponível em www.europarl.europa.eu/doceo/document/AFET-PR-655925_EN.pdf, acedido em 25 de julho de 2022.
- ▶ — (2020b), Resolução do Parlamento Europeu, de 15 de janeiro de 2020, sobre o Pacto Ecológico Europeu (2019/2956 (RSP)), *Jornal Oficial da União Europeia*, 7 de julho de 2001, C 270/1, Luxemburgo.
- ▶ Parlamento Europeu e Conselho (2003), Diretiva 2003/4/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro de 2003, relativa ao acesso do público às informações sobre ambiente e que revoga a Diretiva 90/313/CEE do Conselho, *Jornal Oficial da União Europeia*, 14 de fevereiro de 2003, L 41/26, Luxemburgo.

- ▶ Parlamento Europeu e Conselho (2006), Regulamento (CE) n.º 1367/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de setembro de 2006, relativo à aplicação das disposições da Convenção de Aarhus sobre o acesso à informação, participação do público no processo de tomada de decisão e acesso à justiça em matéria de ambiente às instituições e órgãos comunitários, conhecido como "Regulamento Aarhus", *Jornal Oficial da União Europeia*, 25 de setembro de 2006, L 264/13 Luxemburgo.
- ▶ Fisher S. R. (2016), "Life trajectories of youth committing to climate activism", *Environmental Education Research*, 22(2), pp. 229-247.
- ▶ Tribunal Constitucional Federal Alemão (2021), decisão de 24 de março de 2021 sobre a Lei das Alterações Climáticas, processo 1 BvR 2656/18 e outros, disponível em www.bundesverfassungsgericht.de/SharedDocs/Entscheidungen/EN/2021/03/rs20210324_1bvr265618en.html;jsessionid=38A6477C098F16F8D4EC443FBA1D0858.2_cid319, acessado em 25 de julho de 2022.
- ▶ Goldman D., Pe'er S. e Yavetz B. (2017), "Environmental literacy of youth movement members: is environmentalism a component of their social activism?", *Environmental Education Research*, 23(4), pp. 486-514.
- ▶ Gutiérrez González A. (2019), "The right to a clean and healthy environment: GMOs in Mexico and the European Union", *Mexican Law Review*, 11(2), pp. 91-113.
- ▶ Hadjiyianni I. (2020), "Multi-level Governance in Action: Access to Justice in Light of the Aarhus Convention and its Implementation in the EU Legal Order" 26(4) *European Public Law*, pp.889-920.
- ▶ Hayward B. e Selboe E. (2014), "Supporting resilient global citizenship in a changing climate: lessons from Norway, Samoa and New Zealand", in *The challenges of climate change: children on the front line*, Gabinete de Investigação da UNICEF, Florença.
- ▶ IPCC (Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas) (2013), *Climate change 2013: the physical science basis*, disponível em www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/03/WG1AR5_SummaryVolume_FINAL.pdf, acessado em 25 de julho de 2022.
- ▶ Jääskinen (2014), "Conselho da União Europeia e outros contra Vereniging Milieudefensie e Stichting Stop Luchtverontreiniging Utrecht", C-401/12 P, conclusões do advogado-geral do Tribunal de Justiça de 8 de maio de 2014, Serviço de Publicações da União Europeia, Luxemburgo.
- ▶ Lambert E. (2020), "The environment and human rights: introductory report to the High-Level Conference on Environmental Protection and Human Rights", Conselho da Europa, 27 de fevereiro, Estrasburgo.
- ▶ Lanceiro R. (2011), "The review of compliance with the Aarhus Convention of the European Union", em Chiti E. e Mattarella B. G. (eds), *Global administrative law and EU administrative law relationships, legal issues and comparison*, Springer, Heidelberg.
- ▶ Lavrysen L. (2010), "The Aarhus Convention: between environmental protection and human rights", em Liège, Strasbourg, Bruxelles: *parcours des droits de l'homme*, Anthemis, Limal.
- ▶ London J. K. (2007), Power and pitfalls of youth participation in community-based action research, *Children, Youth and Environments*, 17(2), pp. 406-432.
- ▶ Milieu Consulting SPRL (setembro de 2019), "Study on EU implementation of the Aarhus Convention in the area of access to justice in environmental matters", relatório

final, DG Ambiente, disponível em 07.0203/2018/786407/SER/ENV.E.4, acessado em 22 de julho de 2022.

- ▶ O'Brien K., Selboe E. and Hayward B. M. (2018), "Exploring youth activism on climate change: dutiful, disruptive, and dangerous dissent", *Ecology and Society*, 23(3).
- ▶ Partridge E. (2008), "From ambivalence to activism: young people's environmental views and actions", *Youth Studies Australia*, 27(2), pp. 18-25.
- ▶ Pyrkowski S. (2020), "Six Portuguese children and young adults sue 33 countries over climate change", in *Human Rights Pulse*, 6 de novembro, disponível em www.humanrightspulse.com/mastercontentblog/six-portuguese-children-and-young-adults-sue-33-countries-over-climate-change, acessado em 25 de julho de 2022.
- ▶ Roth C. E. (1992), *Environmental literacy: its roots, evolution and directions in the 1990s*, ERIC/CSMEE Publications, Columbus.
- ▶ Rueda M. (2021), "The child environmentalist receiving death threats in Colombia", *BBC News*, 27 de janeiro, disponível em www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-55803205, acessado em 25 de julho de 2022.
- ▶ Sarno G. S. (2021), *Youth-driven climate justice is key to achieving the Paris goals*, Istituto Affari Internazionale, disponível em www.iai.it/sites/default/files/iaicom2132.pdf, acessado em 25 de julho de 2022.
- ▶ Scissa C. (2021a), "The right to a healthy environment as an EU normative response to Covid-19: a theoretical framework", in Heschl L. et al. (eds), *European Yearbook on Human Rights*, Intersentia, Cambridge.
- ▶ Scissa C. (2021b), "What room for the 1998 Aarhus Convention in the European Green Deal? An analysis of the possible reluctance of the Court of Justice", *Rivista Quadrimestrale di Diritto dell' Ambiente*, 1, disponível em www.rqda.eu, acessado em 25 de julho de 2022.
- ▶ Shelton D. (30 de novembro de 2009), "Human rights and environment: past, present, and future linkages and the value of a declaration", UNEP-OHCHR, High-level experts meeting on the new future of human rights and the environment: moving the global agenda forward, Nairobi, 20 de novembro-1 de dezembro de 2009, projeto de documento de referência.
- ▶ Sommario E. (2021), "When climate change and human rights meet: A brief comment on the UN Human Rights Committee's *Teitiota* decision", in *Questions of International Law e-journal*, disponível em www.qil-qdi.org/wp-content/uploads/2021/02/04_HR-in-Climate-Litigation_SOMMARIO_FIN.pdf, acessado em 25 de julho de 2022.
- ▶ Supremo Tribunal de Justiça da Colômbia (2018), Acórdão de 5 de abril sobre a proteção das gerações futuras e da floresta amazônica, informação em inglês disponível em www.escri-net.org/caselaw/2019/stc-4360-2018, acessado em 25 de julho de 2022.
- ▶ Supremo Tribunal da Noruega (2016), Processo *Greenpeace Nordic Association v. Ministry of Petroleum and Energy*, resumo do processo disponível em <http://climatecasechart.com/non-us-case/greenpeace-nordic-assn-and-nature-youth-v-norway-ministry-of-petroleum-and-energy>, acessado em 25 de julho de 2022.
- ▶ Sze J. e London J. K. (2008), "Environmental justice at the crossroads", *Sociology Compass*, 2(4), pp. 1331-1354.

- ▶ Tayler L. e Schulte C. (2019), "Targeting environmental activists with counterterrorism measures is an abuse of the law", *Human Rights Watch*, 29 de novembro, disponível em www.hrw.org/news/2019/11/29/targeting-environmental-activists-counterterrorism-measures-abuse-law, acessado em 25 de julho de 2022.
- ▶ PNUD e Universidade de Oxford (2021), "Peoples' climate vote", disponível em www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/climate-and-disaster-resilience-/The-Peoples-Climate-Vote-Results.html, acessado em 25 de julho de 2022.
- ▶ UNECE (2002), "Lucca Declaration", 12 de agosto, disponível em <https://digitallibrary.un.org/record/473613#record-files-collapse-header>, acessado em 25 de julho de 2022.
- ▶ — (2015), *Maastricht recommendations on promoting effective public participation in decision-making in environmental matters*, disponível em https://unece.org/fileadmin/DAM/env/pp/Publications/2015/1514364_E_web.pdf, acessado em 25 de julho de 2022.
- ▶ — (2020), "Environmental democracy in times of Covid-19", Blogue do Secretário Executivo da UNECE, 5 de junho, disponível em <https://unece.org/general-unece/news/environmental-democracy-times-covid-19>, acessado em 25 de julho de 2022.
- ▶ PNUA (2011), #YouthStats: Environment and Climate Change, disponível em www.un.org/youthenvoy/wp-content/uploads/2015/06/YouthStatsEnvironmentandClimateChange.pdf, acessado em 25 de julho de 2022.
- ▶ Conselho dos Direitos Humanos da ONU (2019), "Right to a healthy environment: good practices", relatório do Relator Especial sobre a questão das obrigações em matéria de direitos humanos relacionadas com o usufruto de um ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável, 30 de dezembro, A/HRC/43/53, disponível em <https://undocs.org/en/A/HRC/43/53>, acessado em 25 de julho de 2022.
- ▶ UNICEF (2017), "Danger in the air: How air pollution may be affecting the brain development of young children around the world", documento de trabalho, novembro de 2017, UNICEF, Nova Iorque, disponível em www.unicef.org/media/60096/file, acessado em 25 de julho de 2022.
- ▶ — (2019), "An environment fit for children: UNICEF's approach to climate change", UNICEF, Nova Iorque, disponível em www.unicef.org/media/73331/file/An-Environment-Fit-for-Children-2019.pdf, acessado em 25 de julho de 2022.
- ▶ UNICEF e OIM (2021), "Climate mobility and children: a virtual symposium", relatório de síntese do workshop realizado em 3-4 de novembro de 2020, UNICEF, Nova Iorque, disponível em www.unicef.org/globalinsight/reports/climate-mobility-and-children-virtual-symposium, acessado em 25 de julho de 2022.
- ▶ Nações Unidas (1972a), Declaração sobre o ambiente humano, Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (5-16 de junho de 1972), Estocolmo.
- ▶ — (1972b), Declaração do Rio sobre ambiente e desenvolvimento, Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (5-16 de junho de 1972), disponível em www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_CONF.151_26_Vol.I_Declaration.pdf, acessado em 25 de julho de 2022.
- ▶ — (2000), *The Aarhus Convention: an implementation guide*, Nações Unidas, Nova Iorque e Genebra.
- ▶ — (2013), "Youth in action on climate change: inspirations from around the world", iniciativa-quadro conjunta das Nações Unidas sobre crianças, jovens e alterações

climáticas, disponível em https://unfccc.int/resource/docs/publications/publication_youth_2013.pdf, acessado em 25 de julho de 2022.

- ▶ UNMGCY (Grupo Principal da ONU para Crianças e Jovens) (setembro de 2019), Global youth climate action declaration, disponível em www.unmgcy.org/global-youth-climate-action-declaration-preamble, acessado em 25 de julho de 2022.
- ▶ Voxy (2020), "Fast track on the wrong track with democracy heist - ECO", *Voxy.co.nz*, 4 de maio, disponível em www.voxy.co.nz/politics/5/364006, acessado em 25 de julho de 2022.
- ▶ Youth4Europe (2019), "EU priorities according to young Europeans", disponível em <https://youthforeurope.eu/eu-priorities-according-to-young-europeans>, acessado em 25 de julho de 2022.

Ensaio

Mudança de sistema e não mudança climática! Como é que podemos transformar os sistemas em conjunto?

Nora Marion Wilhelm

Destruição ambiental, aumento das desigualdades sociais, pandemias globais - os desafios que a humanidade enfrenta são graves. Os nossos sistemas e os efeitos que geram estão a ameaçar a sobrevivência da nossa espécie neste planeta. Já é mais que tempo de reconhecermos que os métodos antigos não serão suficientes para enfrentar estes desafios. Mas se as nossas ferramentas testadas e comprovadas não foram capazes de enfrentar os desafios globais ao ritmo e à escala necessários para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e, por exemplo, limitar o aquecimento global a 1,5 °C, como podemos inverter os efeitos das alterações climáticas? É urgente que não nos limitemos a analisar os sintomas, mas que abordemos as causas profundas. Existem abordagens sistémicas promissoras, muitas vezes impulsionadas pela geração mais jovem. Muitos jovens estão desiludidos com a forma como os atuais decisores políticos estão a lidar com a crise global. Ativistas do movimento Fridays For Future marcham com cartazes onde se lê "mudança de sistema e não mudança climática". Mas o que é que implica, efetivamente, a mudança de sistema? E como é que o podemos fazer?

A mudança de sistema pode ser definida como uma mudança na forma como um sistema funciona (Hassan 2014), por exemplo, afetando as "regras, funções, relações ou recursos" que o regem (USAID 2016). Isto significa uma mudança na lei, por exemplo, declarando a igualdade de género, permitindo que as pessoas se casem independentemente da identidade de género e da orientação sexual, ou implementando uma lei fiscal de CO₂. No entanto, não basta uma alteração da lei. Por exemplo, a Constituição suíça contém há muito tempo um artigo sobre a igualdade entre homens e mulheres, mas ainda estamos longe de o conseguir. A Suíça é o quarto país da OCDE com pior desempenho no índice "glass ceiling" (teto de vidro) da revista *The Economist*, que mede a igualdade de género no local de trabalho (*The Economist* 2020), porque outras barreiras sistémicas, como a fiscalidade, a falta de estruturas de acolhimento de crianças a preços acessíveis, a desigualdade salarial e os estereótipos conservadores de género, continuam a existir. Para ilustrar de outra forma, um sistema também pode ser transformado se forem construídas relações cruciais (como as que existem entre as elites com poder de decisão e os beneficiários de um determinado programa) ou se os papéis mudarem (como os antigos beneficiários - por exemplo, refugiados ou jovens - serem mandatados por órgãos

governamentais para decidirem sobre programas que atendam às suas necessidades). Uma perspectiva baseada na teoria dos sistemas ajuda-nos a analisar as interconexões entre os diferentes elementos de um dado sistema — seja ele micro, macro ou intermédio — e a explorar as formas como este muda, ou pode mudar.

A mudança mais poderosa num sistema é a alteração das "lógicas, normas e tradições institucionais" (Nicholls e Murdock 2012) ou, por outras palavras, dos paradigmas que sustentam esse sistema (Meadows 2008; Scharmer 2018). Por exemplo, dada a velocidade das alterações climáticas, já é claro que o paradigma linear sobre o qual toda a nossa economia está assente não pode ser mantido. Sendo a única espécie a gerar resíduos que a natureza não consegue reabsorver e reutilizar, finalmente assistimos ao conceito de economia circular ganhar força nos últimos anos. Esta transição de um paradigma linear para um paradigma circular tem implicações profundas não só para a economia, mas também para o funcionamento das nossas sociedades e até para a nossa forma de pensar.

Partindo do princípio de que existe um consenso geral quanto à necessidade de mudança, a questão que se coloca é: como é que podemos conseguir uma mudança dos sistemas? Muitos dos desafios atuais exigem novas formas de colaboração e uma nova forma holística de pensar para resolver as suas causas profundas. Em suma, temos de tirar partido das colaborações intersectoriais para abordar coletivamente as causas profundas. Nenhum ator, organização ou setor pode enfrentar sozinho estes desafios. Os representantes de todas as partes do sistema devem reunir-se para encontrar soluções. Este trabalho deve ser baseado numa abordagem sistémica para abordar as causas profundas, em vez de apenas combater os sintomas. Um elemento fundamental é afastarmo-nos de políticas do tipo "penso rápido". Por exemplo, no que diz respeito ao plástico dos oceanos, uma retórica típica é: "Vamos tirar o plástico dos oceanos!" Depois, celebramos as pessoas que organizam limpezas de praias e oceanos e que transformam o plástico recolhido em calças de ioga ou outros produtos. Embora este seja um trabalho importante e bem-intencionado, é necessário discutir como impedir que o plástico chegue ao oceano desde o início, abordando este problema de forma sistémica. Trabalhos importantes como este motivam menos pessoas, pois são menos visíveis, mais complexos e menos valorizados pela sociedade. Se quisermos ver uma mudança significativa, teremos de redirecionar o nosso foco, energia e financiamento, que atualmente se centram quase exclusivamente nos sintomas, para as causas profundas. Há jovens extraordinários a dedicar toda a sua energia e paixão a encontrar novas formas de reduzir significativamente os resíduos.

Além disso, precisamos de experimentar para encontrar soluções, em vez de elaborar planos lineares. Uma característica fundamental dos sistemas é que não podem ser controlados, nem podemos compreendê-los completamente. O melhor que podemos fazer, ao trabalharmos em conjunto em todos os setores, é encontrar pontos de alavancagem para a mudança. Depois, criamos em conjunto aquilo a que chamamos de "protótipos": pequenas experiências de possíveis soluções para compreender e avaliar se terão impacto ou não. Neste processo, é fundamental dar espaço ao fracasso. Quando confrontados com a complexidade, depois de muita observação e reflexão sobre a dinâmica dos sistemas, devemos testar e observar como o sistema responde. Em seguida, podemos reagir ao adaptar o nosso protótipo e promover o seu crescimento proporcional. O planeamento linear em silos (centrado nos sintomas) não nos ajuda a abordar as causas profundas e, para resolver o problema, é altura de tentarmos outra estratégia.

Estes conhecimentos levaram-me a cofundar a [Collaboratio Helvetica](#) no início de 2017 em conjunto com um grupo de pessoas bastante jovens com ideias semelhantes. Após vários anos a trabalhar na participação dos jovens e na cidadania ativa, tentando envolver os jovens em diferentes instituições e sistemas, reconheci que, embora este seja um trabalho valioso, o mais importante é trabalhar para mudar os próprios sistemas. A Collaboratio Helvetica é uma iniciativa que catalisa a mudança sistémica para a transformação social da Suíça. Cultivamos um ecossistema de inovação intersectorial, gerimos diferentes programas de reforço de capacidades e capacitamos outros com os nossos conhecimentos e recursos. Em conjunto com os nossos parceiros, reunimos atores de todos os setores em "laboratórios de inovação social" em torno dos desafios complexos contidos na Agenda 2030 para cocriar soluções. Além de contribuir para a transformação do nosso país, fazemos parte de um movimento global e de um laboratório que pode inspirar e apoiar outros inovadores sociais em todo o mundo.

Para construirmos um mundo melhor em conjunto, não precisamos que os líderes "ouçam" os jovens ou que nos "incluam" (o que normalmente significa uma mera consulta, sem seguimento em termos de ação).

Os jovens enfrentam constantemente o preconceito relacionado com a sua idade, e isto é particularmente verdade para as jovens mulheres, pessoas de cor e indivíduos com diferentes tipos de corpo e capacidades.

Também não temos tempo para que os jovens de hoje trabalhem para chegar a posições de poder nos sistemas atuais - é da responsabilidade dos detentores do poder da atualidade agir.

Para aqueles que têm poderes de decisão, ouvir e cocriar não só com os jovens, mas também com pessoas radicalmente diferentes, é um primeiro passo crucial para a mudança dos sistemas, a fim de garantir um mundo mais justo e sustentável. Cabe aos líderes - e não apenas aos jovens e aos agentes da mudança - desafiar o status quo. E se precisarem de inspiração para o fazer, basta perguntar aos jovens.

Referências bibliográficas

- ▶ Hassan Z. (2014), *The social labs revolution*, Berrett-Koehler, São Francisco.
- ▶ Meadows, D. H. (2008), *Thinking in systems: a primer*, Chelsea Green, White River Junction.
- ▶ Nicholls A. e Murdock A. (2012), "The nature of social innovation", em Nicholls A. e Murdock A. (eds), *Social innovation blurring boundaries to reconfigure markets*, Palgrave Macmillan, Basingstoke, pp.1-30.
- ▶ Scharmer O. (2018), *The Essentials of Theory U*, Berrett-Koehler, San Francisco.
- ▶ *The Economist* (2020), "Iceland leads the way to women's equality in the workplace", 4 de março, disponível em www.economist.com/graphic-detail/2020/03/04/iceland-leads-the-way-to-womens-equality-in-the-workplace, acedido em 25 de julho de 2022.
- ▶ USAID (2016), "The 5Rs framework in the program cycle", nota técnica, disponível em https://usaidlearninglab.org/sites/default/files/resource/files/5rs_techncial_note_ver_2_1_final.pdf, acedido em 25 de julho de 2022.

Capítulo 4

Pluralizar o imaginário democrático: a juventude para além do cânone liberal-democrático

*Sérgio Miguel Seno da Silva Xavier*³

"[Os jovens] exigem uma mudança radical de pensamento e de práticas".

Livro Branco sobre a Juventude, Comissão Europeia (2001)

Introdução

Este capítulo resulta essencialmente de uma revisão interdisciplinar da literatura e procura reforçar a compreensão do "imaginário democrático" dos jovens. Explora a forma como a democracia liberal restringe o pluralismo democrático, limitando assim o surgimento de possibilidades democráticas alternativas.

O capítulo começa por analisar a formação histórica e a vigência atual da democracia liberal hegemónica, a partir da queda do Muro de Berlim em 1989. Em segundo lugar, define-se o conceito de "imaginário democrático", articulando noções de diferentes disciplinas, como a filosofia, a psicologia, a sociologia e a literatura. Em terceiro lugar, o capítulo analisa o Livro Branco sobre a Juventude (União Europeia 2001a) após 20 anos da sua aplicação, centrando-se em especial em dois domínios: a problematização da filiação da política de juventude ao cânone liberal-democrático e a construção de uma crítica aos modelos de consórcio de triangulação dos jovens. No final, são tiradas algumas conclusões, decorrentes dos principais problemas abordados.

Muitos dos autores analisados - como Antonio Gramsci, Michel Foucault, Chantal Mouffe ou Boaventura Sousa Santos - não se enquadram na área dos estudos sobre a juventude, explorando os domínios mais amplos da sociologia, da filosofia ou da teoria política. As conclusões da última secção inspiram-se na experiência empírica do autor no terreno,⁴ dentro e fora do âmbito de análise do presente capítulo.

3. Este capítulo foi escrito no seguimento - e incluindo argumentos defendidos - da palestra "Unlearning European youth work and disengaging the XXI century liberal democracy dystopia" durante o evento Offenburg Talks#3 em novembro de 2020.

4. O autor tem mais de 10 anos de experiência como técnico de juventude, envolvido em ações de formação, processos de consulta e aconselhamento sobre políticas de juventude.

A democracia liberal é o fim da história?

Na noite de 9 de novembro de 1989, centenas de milhares de berlinenses reuniram-se nos seis postos de controlo do muro que dividia Berlim Ocidental e Oriental. Após 28 anos de divisão e de protestos intensos, foi-lhes finalmente concedido o direito de circular livremente entre as zonas oriental e ocidental da cidade. "Nós somos o povo!"⁵ era o cântico que ecoava nas ruas. Foi uma declaração clara contra o regime político soviético e uma exigência clara de uma nova ordem democrática. A vontade popular de liberdade foi celebrada de forma um tanto inusitada semanas depois, na véspera de Ano Novo, quando o ator americano David Hasselhoff - conhecido internacionalmente pelo seu papel principal na série televisiva "Knight Rider"⁶ - cantou o seu maior êxito "looking for freedom" em direto na televisão, a partir do ponto central onde o muro caiu, rodeado pela multidão.

A queda do Muro de Berlim foi o acontecimento catalisador de muitas narrativas históricas e de transformações subsequentes. Simbolizava o fim da Cortina de Ferro, o fim da Guerra Fria, o "fim da União Soviética" e o "fim da divisão mundial entre o Oriente e o Ocidente". Para Francis Fukuyama⁷ significou a consagração de uma velha profecia hegeliana⁸ - o "fim da história", "o ponto final da evolução ideológica da humanidade e a universalização da democracia liberal ocidental como a forma final de governo humano" (Fukuyama 1989: 4).

Para além dos "finais", a queda do Muro de Berlim também precipitou alguns começos. Foi a concretização final de um projeto com 300 anos, com que a vasta elite intelectual iluminista⁹ fantasiou - uma ordem generalizada onde os valores do racionalismo, universalismo, direitos e liberdades individuais poderiam prosperar em compatibilidade (Williams 2018) com os impérios coloniais em curso da época. Esta é uma das razões pelas quais, para compreender plenamente a história do Muro de Berlim, é imprescindível algum conhecimento da história da democracia liberal.

A partir do século XVIII, os pensadores liberais¹⁰ seguiram o projeto do Iluminismo através da sua articulação com uma ideia muito mais antiga de organização sociopolítica - a tradição ateniense da democracia. Criado num ambiente imperialista - aparentemente em compatibilidade¹¹ com as sangrentas guerras revolucionárias de Napoleão no século XIX - o liberalismo orientou o processo de democratização mais fundamental do mundo, desencadeando inúmeras

5. "Wir sind das Volk!" em alemão.

6. David Hasselhoff interpretou o papel principal de Michael Knight na série americana Knight Rider (1982-86), onde - juntamente com *KITT*, o seu carro moderno, indestrutível e artificialmente inteligente - lutava contra os criminosos numa cruzada para levar o "mundo perigoso" à justiça.

7. Francis Fukuyama é considerado um neoconservador e, para além da sua atividade académica, teve influência em vários governos, como o de Reagan, nos Estados Unidos, e o de Muammar Kadhafi, na Líbia.

8. Hegel é o epítome da ideia da centralidade ocidental da história. O "Ocidente", como a civilização supostamente mais desenvolvida, foi incumbido da missão de "civilizar" o mundo não ocidental.

9. Como o existencialismo racional de Descartes, o moralismo universalista de Kant ou o absolutismo centrado no governo de Rousseau.

10. Como Adam Smith, Jeremy Bentham, Alexis de Tocqueville ou John Stuart Mill.

11. O Código Napoleónico foi adotado em 1804 e continua em vigor como Código Civil francês oficial, após constantes alterações. Teve grande influência no desenvolvimento da legislação de muitos Estados formados após as guerras napoleónicas, tanto na Europa como fora dela.

revoluções,¹² três "vagas de democracia"¹³ (Huntington 1991) e uma Declaração Universal dos Direitos Humanos, estabelecendo o patamar definitivo para a modernidade, o sufrágio universal e o acesso universal à educação. O projeto revolucionário liberal-democrático cresceu ao longo de três séculos, de ação em ação, encontrando o seu lugar definitivo com a queda do Muro de Berlim, que levou consigo a principal ideologia adversária - o comunismo soviético.

A competição global e imperialista pelo poder na ordem mundial chegou ao fim, dando lugar a uma nova hegemonia. O modelo de democracia liberal - ou "democracia", tal como é apresentado no discurso popular e político - ganhou uma narrativa de "vitória ocidental sobre o despotismo" (Sayyid 2014: 74), o estatuto da solução suprema e final para a liberdade e a igualdade para a humanidade. O "Ocidente" consolidou a sua posição central em relação a todo o "resto" (Dussen 2016) - até aos dias de hoje. Independentemente do carácter paradoxal da relação entre o liberalismo e as tradições democráticas (Mouffe 2000), após Berlim, surgiu um novo começo. No "fim da História" de Fukuyama, a democracia liberal parecia destinada a totalizar todo o sucesso civilizacional, sob um cânone hegemónico, infinito e incontestado.

Jacques Derrida (1994) exprime perfeitamente como e porquê a visão adotada neste capítulo diverge da de Fukuyama:

Porque é preciso colocar em clara evidência, numa altura em que alguns têm a audácia de neo-evangelizar em nome do ideal de uma democracia liberal que se realizou finalmente como o ideal da história humana: nunca a violência, a desigualdade, a exclusão, a fome e, portanto, a opressão económica afetaram tantos seres humanos na história do mundo e da humanidade. Em vez de entoarmos o advento do ideal da democracia liberal e do mercado capitalista na euforia do fim da história, em vez de festejarmos o "fim das ideologias" e o fim dos grandes discursos emancipatórios, não descuremos nunca este facto evidente, macroscópico, feito de inúmeros e singulares locais de sofrimento: nenhum grau de progresso permite ignorar que nunca antes, em números absolutos, tantos homens, mulheres e crianças foram subjugados, privados de alimentos ou exterminados na Terra. (p. 9)

Já passou algum tempo desde a atuação catártica de Hasselhoff no Muro de Berlim. Alguns séculos suportaram o colonialismo imperial ocidental (Mbembe 2001; Quijano 2007). Atualmente, existem fortes preocupações sobre o neoliberalismo incontestado (Harvey 2005) e sobre a crescentedesigualdade socioeconómica (Oxfam 2016). A destruição ininterrupta do planeta está mais clara do que nunca (Salleh 2010). No mundo atual, a consciência global do racismo estrutural (Goldberg 2015) está a florescer,¹⁴ enquanto a crise dos refugiados europeus deverá aumentar (Maier 2021), após 10 anos de impasse político. A igualdade de género continua a depender da aplicação de regimes de quotas (Butler 1990), e o populismo e a liderança autoritária e de extrema-direita estão a explorar o ceticismo das pessoas em relação às instituições democráticas (Pasquino 2008). Os algoritmos das redes sociais estão a influenciar

12. A Revolução Americana (1775-83) abriu caminho para a Revolução Francesa (1789-99), para as revoluções liberais da América Central e Latina e para a mais forte vaga revolucionária da Europa - as Revoluções de 1848, que abrangeram mais de 50 países.

13. De acordo com Huntington, ocorreram três grandes transições de regimes não-democráticos para regimes democráticos ao longo da história. A primeira no século XIX com o sufrágio masculino branco nos Estados Unidos, a segunda após a Segunda Guerra Mundial e a terceira nos anos 1970, a partir da Revolução dos Cravos em Portugal.

14. Um caso paradigmático é o do movimento "Black Lives Matter", criado em 2013 nos Estados Unidos, cujo alcance se alargou através de inúmeras ações globais, nomeadamente após o assassinato de George Floyd por um agente da polícia de Minneapolis, em maio de 2020.

os resultados eleitorais (Lyon 2015) e a pandemia de Covid-19 - mais uma preocupação para a extinção humana - saturou globalmente os visuais de uma distopia iminente.

Neste momento, no "fim da história", é possível imaginar outras possibilidades democráticas? Qual é o papel possível dos jovens na procura de soluções democráticas alternativas para as promessas não cumpridas das democracias liberais?

O "imaginário democrático" e a "abordagem radical"

Depois de Alice atravessar o espelho (Carroll 1871), descobre que, para além do simples reflexo da sua casa, existe um mundo completamente diferente - um mundo oposto. É-lhe concedido que seja um peão no jogo de xadrez que orienta os acontecimentos mundiais. É aí que conhece a Rainha Branca, com quem Alice aprende algo sobre a imaginação:

Alice riu-se. "Não vale a pena tentar", disse ela: "não se pode acreditar em coisas impossíveis".

"Atrevo-me a dizer que não tens tido muita prática", disse a Rainha. "Quando eu tinha a tua idade, fazia-o sempre meia hora por dia. Por vezes, já tinha acreditado em seis coisas impossíveis antes do pequeno-almoço". (p. 59)

A metáfora de Carroll ajuda-nos a compreender como a imaginação pode ser um desafio. Mesmo no mundo do espelho - um território que transcende a realidade, onde o tempo anda para trás e os ovos que falam existem - Alice acha impossível acreditar em "coisas impossíveis". Por outro lado, Carroll também sugere que imaginar o "impossível" foi importante para que a Rainha Branca se tornasse uma voz da maturidade¹⁵ e ocupasse uma posição poderosa no tabuleiro de xadrez do seu mundo.

De um ponto de vista mais científico, a psicologia cognitiva aborda a imaginação como a capacidade de "representação mental de coisas que não são atualmente vistas ou percebidas" (Sternberg e Sternberg 2017). Recentemente, tem crescido o interesse em estudar uma condição neurológica oposta - a incapacidade de visualizar imagens mentais, ou "afantasia" (Zeman, Dewa e Della Sala 2015).

O conceito de imaginação tem sido abordado nas ciências sociais de várias formas e com diferentes motivações. É importante considerar, pelo menos, uma distinção fundamental nestas abordagens. Uma abordagem Bordieua, alinhada com a noção de "habitus" (Bourdieu 1995), explica o fenómeno do "imaginário" como uma consequência - ou reprodução - da estrutura social contingente. Por exemplo, Charles Taylor (2003) define "imaginários sociais" como as "formas como as pessoas imaginam a sua existência social, como se enquadram com os outros... as expectativas que são normalmente satisfeitas e as noções e imagens normativas mais profundas que estão subjacentes a essas expectativas". Outros são mais literais na sua compreensão do conceito, definindo-o como o resultado de representações coletivas da realidade (Castoriadis 1975) ou mesmo utilizando o conceito de "realidade social" (Searle 1996).

Uma abordagem sociológica diferente preocupa-se com a alavancagem que a "realidade" exerceu sobre a "teoria", tornando "difícil para as nossas teorias darem conta do que está a acontecer e, em última análise, serem diferentes da realidade que supostamente teorizam"¹⁶

15. No mesmo diálogo, a Rainha Branca afirma ter mais de 101 anos.

16. Tradução livre do autor.

(Santos 2013: 26). Ao cunhar a "imaginação sociológica", Charles Wright Mills (1959) abriu caminho para outras conceitualizações contemporâneas, como a de Anthony Giddens (2009: 6): "A imaginação sociológica exige, acima de tudo, que nos distancie das rotinas familiares das nossas vidas diárias, para as podermos observar de uma nova perspectiva." Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985:152) escrevem sobre a importância de uma abordagem radical em relação às lutas sociais contemporâneas: "Não há, portanto, nada de inevitável ou natural nas diferentes lutas contra o poder... a luta contra a subordinação não pode ser o resultado da própria situação de subordinação."

A base adotada neste ensaio relaciona-se mais com este pluralismo transformador, não se baseando necessariamente nas abordagens universalistas e racionais baseadas no consenso, que são amplamente difundidas nas democracias deliberativas em geral e nos espaços representativos em particular. Para efeitos deste capítulo, o "imaginário democrático" pode ser definido como a capacidade de conceitualizar, visualizar e representar possibilidades democráticas que vão além da realidade democrática atual, gerando uma multiplicidade de entendimentos e propostas alternativas correlacionadas. Do mesmo modo, a noção oposta de "afantasia social" poderia ser descrita como a reprodução das contingências normativas e epistêmicas do atual aparelho social. Em contextos liberal-democráticos, o imaginário democrático refere-se ao conjunto de alternativas ao status quo liberal-democrático, enquanto a afantasia social forma o arquivo reprodutivo da realidade liberal-democrática, que não é necessariamente democrática.

Para que o imaginário democrático exista, e porque implica a exploração plural para além da realidade democrática atual, é necessária a "abordagem radical" referida por Laclau e Mouffe. Uma perspectiva radical sobre o atual status quo democrático significa olhar para além do dogma do "fim da história" e criar novas teorias sobre as possibilidades do futuro. Alargar o conjunto das possibilidades democráticas para o futuro pode exigir mais do que o exercício de imaginar o que é realista (Coussée 2014). Pode exigir o exercício carrolliano de "imaginar o impossível" - a ideia radical de que ainda são possíveis democracias melhores, para além do modelo liberal hegemônico, contra qualquer fim da história proclamado.

O "Efeito Greta Thunberg" (Sabherwal et al. 2021) mostra como os jovens podem ocupar uma posição criativa singular para a abordagem radical, sendo capazes de envolver a mais ampla comunidade global, se encontrarem as raras condições para o fazer. Uma dessas condições é a rejeição do preconceito contra o "radical". Documentos amplamente divulgados (por exemplo, União Europeia 2017) e iniciativas intergovernamentais (por exemplo, Conselho da Europa 2015; Radicalisation Awareness Network 2017) que associam o termo "radical" a "violento" - mesmo em casos que sugerem uma abordagem cuidadosa (por exemplo, García López e Pašić 2018) - utilizam narrativas que acabam por empurrar o pensamento radical para a marginalidade ou para a esfera da criminalidade. Embora as preocupações globais com o extremismo violento possam ter bases sólidas, a associação discursiva com o "radical" é amplamente discutível, levantando questões como até que ponto as políticas preventivas estão a "educar ou controlar" (Mattsson, Hammarén e Odenbring 2016) ou até que ponto estas políticas são formas de "criminalização informal" (Onursal e Kirkpatrick 2021). No setor da juventude, o preconceito contra o "radical" configura um paradoxo. Os jovens são frequentemente vistos como a esperança transformadora para o presente e o futuro de um mundo repleto de desafios. No entanto, o seu pensamento está a ser limitado para "prevenir" problemas mundiais como a "radicalização". Será que os jovens têm acesso às ferramentas para mudar seja o que for?

Este paradoxo conduz a uma contradição notável. Os valores comuns do setor da juventude,¹⁷ tais como "educativo, capacitador, participativo, expressivo e inclusivo" (Conselho da Europa 2017) não conseguem atingir o radical, seja por razões normativas ou morais. A posição radical exige, de facto, um esforço, riscos e compromissos extraordinários: o esforço de pensar para além das soluções que uma parte esmagadora da população está a triangular¹⁸ e a reproduzir; os riscos de ostracismo público (Williamson 2006: 184); e o compromisso de se desvincular e abdicar de processos fundamentais de desenvolvimento e inclusão social, como a educação, como acontece no caso de Greta Thunberg.¹⁹ Como será discutido na próxima secção, o fracasso do setor da juventude em alcançar e apoiar os jovens empenhados em reter o mundo constitui uma injustiça do presente europeu, da qual quase ninguém se pode orgulhar. O preconceito contra o radical pode estar a ter consequências que transcendem o entendimento liberal-democrático e pode muito bem ser a fonte de embaraços desconcertantes nos tempos vindouros.

Duas décadas do Livro Branco sobre a Juventude: 20 anos de participação política triangulada dos jovens

Talvez o documento mais influente na integração da participação política no domínio da juventude - e na formação da ideia de uma "política de juventude" europeia (Williamson 2008: 11-12) - seja o Livro Branco sobre a Juventude da Comissão Europeia de 2001, que abrangeu "uma consulta sem precedentes" que envolveu "jovens de todas as origens, as organizações de juventude, a comunidade científica, responsáveis políticos e respetivas administrações" (União Europeia 2001a: 11). Em resposta ao crescente euroceticismo²⁰ - e em consonância com o Livro Branco sobre a Governança da Comissão Europeia (União Europeia 2001b), publicado no mesmo ano, o Livro Branco sobre a Juventude procurou resolver o fosso cada vez maior entre os jovens e as instituições, "fazendo dos jovens intervenientes de pleno direito nas nossas sociedades" (União Europeia 2001a: 4).

O Livro Branco sobre a Juventude influenciou inúmeras políticas nas últimas décadas, tanto a nível nacional como internacional. Atualmente, a participação política dos jovens na Europa - mesmo a considerada mais inovadora (Crowley e Moxon 2017) - consolidou os modelos triangulados como uma prática, caracterizada pelo envolvimento das autoridades públicas em processos de consulta/diálogo no âmbito das políticas públicas. No âmbito da narrativa do Livro Branco sobre a Juventude de "fazer dos jovens intervenientes de pleno direito nas nossas sociedades", o "triângulo mágico" foi proposto ao setor da juventude (Chisholm 2006) juntamente com um "diálogo estruturado" (União Europeia 2009), um "quadrilátero"

17. Tal como definido por Yael Ohana (2020), "líderes juvenis, portadores de projetos, organizações de juventude, ministérios responsáveis pela juventude e funcionários públicos responsáveis pela política de juventude, Agências Nacionais, instituições europeias, multiplicadores e ativistas juvenis associados aos programas institucionais, formadores e as suas associações representativas ou os agrupamentos que formam e até os próprios jovens". (p. 12)

18. Uma análise da triangulação dos jovens é desenvolvida mais adiante.

19. No seu discurso mais popular, Greta Thunberg diz "Eu devia estar na escola", referindo-se ao ano letivo que faltou para poder envolver os líderes mundiais na Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas em 2019.

20. Em particular, a rejeição do Tratado de Nice pela Irlanda no referendo de 2001 deu origem a uma preocupação significativa com o euroceticismo na UE. Isto pode ser observado em várias iniciativas políticas europeias da época, como o Livro Branco sobre a Governança da Comissão Europeia, de 2001.

(Centro Norte-Sul do Conselho da Europa 2019), um "50-50" (Conselho da Europa 2018), todos apresentando as autoridades públicas como atores essenciais nos processos de participação política dos jovens.

Em resumo, a metodologia da triangulação, caracterizada por reunir diferentes representantes do setor da juventude para a conceção de soluções em nome dos jovens,²¹ ganhou progressivamente o estatuto de legitimidade imaculada dos processos de cooperação, onde todos estão devidamente representados e, por conseguinte, participam direta ou indiretamente. Ao longo dos 20 anos que se seguiram à publicação do Livro Branco sobre a Juventude, os modelos triangulados prosperaram e conduziram ao que atualmente pode ser descrito como um momento de "crista da onda" para a política de juventude - e a participação política dos jovens - na Europa:

- a. a UE renovou a sua Estratégia para a Juventude para 2019-27, resultante de - e promovendo - um diálogo estruturado, originando outros instrumentos triangulados de "governança participativa" (União Europeia 2018: 6), como o Diálogo da UE com a Juventude (União Europeia 2019) ou os 11 Objetivos para a Juventude Europeia (European Youth Goals) (Conselho Nacional da Juventude da Áustria 2018);
- b. o Conselho da Europa lançou a sua Estratégia 2030 para o Setor da Juventude, após quatro anos de um processo triangular, com o objetivo de "envolver os jovens nos valores do Conselho da Europa" (Conselho da Europa 2020);
- c. o novo programa Erasmus+ da UE²² lançou recentemente a sua janela 2021-27, que inclui um aumento do orçamento, uma Ação-Chave 2 renovada centrada na "cooperação entre organizações e instituições" e uma dotação orçamental de 30 % para a sua Ação-Chave 3 de apoio ao "desenvolvimento e cooperação de políticas" (EACEA 2021).

Poder-se-ia partir do princípio de que as preocupações que partiram do Livro Branco sobre a Juventude - como o euroceticismo - iriam apresentar melhorias ao fim de 20 anos. No entanto, tal não parece ser necessariamente o caso. Como mostra a Figura 1, desde 2001, a desconfiança na UE aumentou (de 40% em 2001 para 48% em 2020), e a tendência linear confirma esta inclinação. A fraca participação eleitoral na UE,²³ o processo Brexit²⁴ e o populismo crescente na Europa são elementos concretos que contribuem fortemente para esta tendência intrigante.

21. Incluindo os jovens que representam os jovens, como é frequentemente o caso das organizações europeias ou nacionais de juventude.

22. Particularmente desde 2007, o programa *Erasmus+* - designado na altura por Juventude em Ação - tem vindo a financiar vários projetos de participação política baseados em modelos de triangulação, tais como os Projetos Democracia Jovem, os processos de Diálogo Estruturado e, após 2014, as ações de Apoio ao Desenvolvimento de Políticas e Cooperação.

23. Em 1999, a taxa de participação nas eleições da UE foi de 49,5%, atingindo o valor mais baixo de 42,9% em 2014 e 50,7% em 2019 (www.europarl.europa.eu).

24. No caso do referendo sobre o Brexit em 2016, os números mais favoráveis (Bruter e Harrison 2016) mostram uma participação de 64% dos jovens entre os 18 e os 24 anos, com uma estimativa de 70% a votarem contra o Brexit, a percentagem mais elevada registada por grupo etário. Contudo, estes jovens foram também os mais ausentes das sondagens, em comparação com todos os outros grupos etários.

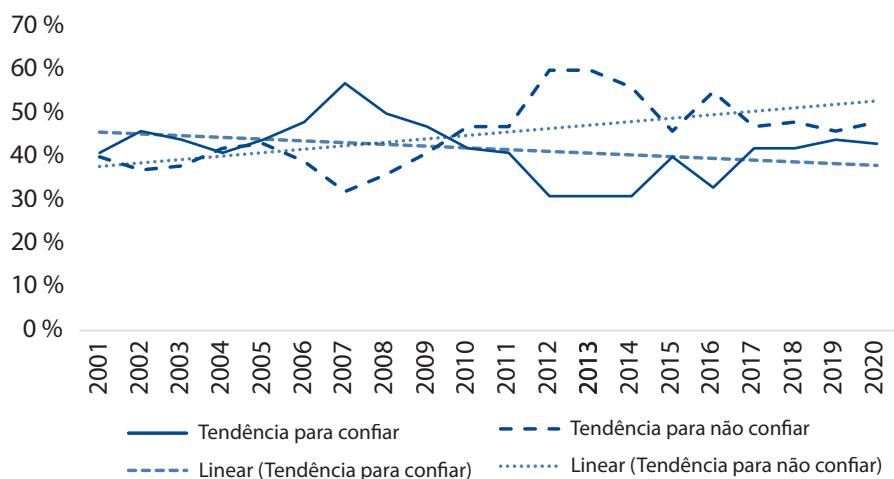


Figura 1. Confiança na UE, tal como registada pelo Eurobarómetro Standard (edições da primavera de 2001-19, edição de verão de 2020).

Estes factos podem levar a muitas perguntas. Não terá sido a ideia de uma melhor governação na Europa o caminho para evitar o ceticismo popular e envolver ainda mais os cidadãos no projeto europeu, começando pelos jovens? Serão estes 20 anos parte de uma mudança cada vez mais lenta nos problemas mais profundos das democracias europeias? Haverá algo de errado na praxis da participação política dos jovens na Europa? Uma coisa é certa: o Livro Branco sobre a Juventude desempenhou um papel fundamental na integração da participação política triangulada dos jovens europeus no século XXI, resultando em inúmeras práticas no domínio da juventude. Durante os últimos 20 anos, o triângulo foi ganhando cada vez mais importância no setor, mas será que está a funcionar? Para quem?

Embora existam diferenças substanciais entre os referidos modelos triangulados,²⁵ e embora a sua crítica não seja necessariamente nova (Williamson 2006; Zentner 2016; Nico 2017), todas partilham um terreno problemático relevante para este capítulo. Na secção seguinte, são apresentadas e analisadas diferentes dimensões - ainda que interligadas - deste terreno problemático: hegemonia liberal-democrática e violência política, consenso liberal-democrático e pluralidade razoável.

25. Por exemplo, algumas abordagens são mais centradas nos jovens do que outras, algumas fornecem mais profundidade de complexidade do que outras e algumas estão mais preocupadas com o contexto do que outras.

Hegemonia liberal-democrática e violência política

Não é de surpreender que o Livro Branco sobre a Juventude considere os poderes públicos como elementos centrais e irrevogáveis da participação política dos jovens. São também considerados como os principais responsáveis pela construção de uma proximidade entre a sociedade e os jovens: "Incumbe às autoridades públicas colmatar o fosso existente entre a vontade de expressão dos jovens e as modalidades e estruturas propostas pelas nossas sociedades." (União Europeia 2001a: 14). Esta inevitabilidade é transferida para os modelos contemporâneos de triangulação da juventude, que fazem das instituições - ou "políticas" - elementos essenciais da agência política dos jovens. Mas há um ângulo que raramente é abordado no circuito do triângulo. Os modelos de triangulação dos jovens demonstram pouca preocupação com a posição de poder ocupada pelas autoridades públicas, baseadas nas suas visões particulares - codificadas - da sociedade.

Embora se possa admitir que a estabilidade e a funcionalidade sociais exigem a diferenciação do poder e dos papéis dos diferentes atores sociais, se a estrutura de poder permitir o domínio de uma visão específica - universalizada - do mundo, então configura-se um problema fundamental: a hegemonia. Antonio Gramsci (1971) afirmou que a "hegemonia social" compreende duas dimensões:

1. O consentimento "espontâneo" dado pela ... população à direção geral imposta à vida social pelo grupo fundamental dominante; este consentimento é "historicamente" causado pelo prestígio (e consequente confiança) de que o grupo dominante goza devido à sua posição e função no mundo.
2. O aparelho de poder coercivo do Estado que impõe "legalmente" a disciplina aos grupos que não "consentem", ativa ou passivamente. (p. 12)

A título póstumo, e a partir do seu próprio contexto de fascismo,²⁶ Gramsci explica como o modelo liberal-democrático viria mais tarde a dominar globalmente a "vida social". Para ele, as ideias iluministas legitimaram um processo de colonização globalizado, gerando poder e acumulação económica nos "grupos dominantes" (neste caso, as nações ocidentais).

Após a época de Gramsci, a "posição" de superioridade global do Ocidente foi "historicamente" consolidada pelas revoluções liberais e, mais tarde, com a prestigiosa vitória sobre o comunismo soviético. Eventualmente, as marés violentas do colonialismo transformaram-se na democracia liberal, que atualmente configura a "função" central de proteger e promover o que se chama de liberdade (Freedom House 2018) e o que se chama de dignidade humana (Nações Unidas 1948) no mundo. Embora a discussão desta terminologia esteja fora do âmbito deste capítulo, é importante destacar que, atualmente, as funções centrais das democracias liberais são desempenhadas oficialmente através de instituições internacionais como as Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia, o Conselho da Europa ou a maioria dos Estados nacionais europeus e os seus governos locais.

26. O fascismo de Mussolini em Itália (1922-45) é considerado o primeiro regime fascista da história. Gramsci foi um dos fundadores e líderes do partido comunista de Itália. Esteve preso durante 11 anos pelo regime de Mussolini por razões políticas, o que conduziu aos seus principais escritos e à sua morte aos 46 anos de idade.

Gramsci também aponta como a condição hegemónica pode gerar "poder coercivo", exercido através de uma "disciplina legalmente imposta" sobre aqueles que não "consentem". Por um lado, comenta a naturalização da violência do Estado, seja através de leis ou de punições concretas. Por outro lado, ilustra como esta violência impede a transformação social, mesmo que o não consentimento aconteça de forma passiva, como no caso de imaginar soluções sociopolíticas diferentes, baseadas em visões diferentes do mundo.

Um século depois, 14 anos antes da queda do Muro de Berlim, Michel Foucault (1975) descreve as instituições como "mecanismos" contínuos de poder soberano, que disciplinam e subjugam os indivíduos através de "formas dóceis de violência política" (pp. 195-228). As implicações desta assimetria de poder, como Foucault brilhantemente detalha, vão muito além de simples "lacunas" de comunicação, ou obstáculos a "opiniões", ou "tensões" (Williamson 2006; Zentner 2016; Nico 2017), que são descritores comuns em modelos de triangulação de jovens. De facto, "introduz os corpos numa maquinaria, obriga-os a uma economia" (Foucault 1975: 210), ao "menor custo", à "força máxima" e à "resistência mínima". A concetualização de Foucault da metodologia do poder político moderno está, de alguma forma, relacionada com a definição de guerra do General Clausewitz: "tornar [o adversário] incapaz de mais resistência" (1989: 75).

À semelhança de Foucault, alguns anos mais tarde, Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron iriam explorar a questão do poder, em particular sob o ângulo da educação. Entendem o poder simbólico como uma imposição de significados, legitimada através da ocultação das relações de poder entre os diferentes atores sociais (Bourdieu e Passeron, 1977: 4). O poder simbólico conduz à violência simbólica, que Bourdieu define como "a violência exercida com cumplicidade tácita entre as suas vítimas e os seus agentes, na medida em que ambos permanecem inconscientes de a ela se submeterem ou de a exercerem" (Bourdieu 1999: 17).

Os conhecimentos de Gramsci, Foucault, Bourdieu e Passeron são úteis para descodificar o que está além de uma compreensão mais simples das dinâmicas de poder existentes atualmente no domínio da juventude europeia. A condição hegemónica das instituições democrático-liberais que atuam no campo da juventude vincula-as a uma visão normativa - disciplinadora - do mundo, traduzida em aspetos mais tangíveis como práticas (por exemplo, a triangulação juvenil), políticas (por exemplo, o Livro Branco sobre a Juventude) ou menos tangíveis como narrativas (incluindo o fim da história ou a necessidade de prevenção da radicalização). O poder simbólico que o aparelho liberal-democrático exerce sobre os jovens torna extremamente difícil o envolvimento político da sociedade sem se submeter ou exercer a imposição hegemónica. Torna-se até extremamente difícil estar completamente consciente dessa submissão.

Esta é talvez a principal razão pela qual o apoio institucional amigável no domínio da juventude pode ser, em muitos aspetos, desejável, mas não é imparcial e raramente estará em pé de igualdade com os jovens em termos de poder. Enquanto órgãos e agentes das normas liberal-democráticas, as instituições e os representantes públicos exercem um poder hegemónico sobre a sociedade civil, em particular sobre os que não têm poder, incluindo um grande número de jovens. A sofisticação do aparelho disciplinar pode torná-lo menos visível, menos tangível, mas não elimina a violência política - ou "simbólica" -, própria da condição hegemónica.

O Livro Branco sobre a Juventude coloca a tónica na autonomia dos jovens: "A autonomia é uma reivindicação básica dos jovens. Essa autonomia assenta nos meios à sua disposição e, em primeiro lugar, nos meios materiais" (União Europeia 2001a: 13). No entanto, esta autonomia

desdobra-se numa lógica de conformação a uma dinâmica socioeconómica particular - o mercado de trabalho (liberal). A participação dos jovens é considerada muito valiosa, mas cabe ao modelo económico (liberal) incluir os jovens, em vez de adotar uma perspetiva em que os jovens questionem o modelo.²⁷

Este centrismo liberal vai mais longe, ao fazer da autonomia dos jovens um meio de contribuir "para a evolução económica e social de toda a sociedade" (ibid.: 40). Além disso, a importância económica que os jovens podem trazer para a sociedade facilmente se transfigura - no mesmo documento - numa relação de dependência em relação ao mercado de trabalho, por dar sentido à vida dos jovens: "O emprego é um elemento essencial quando se trata de permitir que os jovens ocupem o seu lugar na sociedade." (ibid.: 37). Em suma, no início do século XXI, a política europeia de juventude baseou-se na ideia de que os jovens precisam mais de apoio para encontrar um emprego do que de apoio para questionar e encontrar alternativas ao modelo de trabalho globalizado ou ao sistema económico e às desigualdades subjacentes.

Embora as estratégias de emprego e de espírito empresarial não sejam pioneiras²⁸ no Livro Branco sobre a Juventude, este tem a importância primordial de fazer florescer a retórica do emprego nas políticas europeias de juventude, até hoje. Um exemplo recente é a Garantia para a Juventude "reforçada" (Conselho da União Europeia 2020), que teve o seu próprio processo de consulta triangular (Comissão Europeia 2020a). A sua antecessora - a Garantia para a Juventude (Conselho da União Europeia 2013) - foi amplamente implementada no continente com a colaboração - triangulada - de governos nacionais e locais, investigadores no domínio da juventude, organizações de juventude e técnicos socioeducativos, tendo conseguido "fazer a ponte" entre 24 milhões de jovens e o mercado de trabalho (Comissão Europeia 2020b). No entanto, até que ponto o sucesso estatístico anunciado destes programas de "inclusão económica" reflete algum sucesso na inclusão das ideias dos jovens no modelo hegemónico de desenvolvimento económico?

Os objetivos dos dois ciclos da Garantia para a Juventude são semelhantes. O objetivo original é "ajudar a facilitar a transição do desemprego, da inatividade ou da educação para o trabalho" (Conselho da União Europeia 2013). Com efeito, o ciclo tem por objetivo "garantir que todos os jovens com menos de 30 anos recebam uma oferta de emprego, formação contínua, aprendizagem ou estágio de qualidade" (Conselho da União Europeia 2020). Ao conformar certos jovens²⁹ numa sociedade de produção (liberal), estas iniciativas políticas "colmatam o fosso", como sugere o Livro Branco de 2001, entre os jovens e os "métodos e estruturas" existentes.

27. Um dos resultados do processo de consulta que levou ao Livro Branco sobre a Juventude abordou, em particular, a questão da integração no mercado de trabalho. Foi afirmado que se trata, na verdade, de um desejo dos jovens, que precisam de orientação: "Os jovens estão muito preocupados com as oportunidades que o mercado de trabalho lhes proporciona. Estão conscientes de que a melhor maneira de se integrarem na sociedade consiste em arranjar emprego. e gostariam de ser orientados e guiados no seu processo de inserção a longo prazo no mercado de trabalho". (União Europeia 2001a: 38).

28. O Tratado fundador da UE estabelece claramente o objetivo de "crescimento económico ... economia social de mercado altamente competitiva, pleno emprego e progresso social" (União Europeia 1992, n.º 3, artigo 3.º consolidado em 2012). Cinco anos mais tarde, foi lançada a primeira Estratégia Europeia de Emprego no âmbito do processo do Luxemburgo. Em 2000, o Conselho Europeu de Lisboa - que deu origem ao Tratado de Lisboa - tinha definido o novo objetivo estratégico da União para a década de: "tornar-se no espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social" (Conselho Europeu 2000, I.5).

29. Muitas vezes classificados como "NEET": não estudam, não trabalham, nem fazem formação.

O inserção produtiva no mercado de trabalho e no modelo hegemónico de desenvolvimento económico é aqui a prioridade, em vez da crítica do modelo hegemónico de trabalho e desenvolvimento económico, independentemente dos problemas daí decorrentes ainda por resolver dentro e fora das democracias liberais, como a desigualdade global.³⁰

Para além da crítica (Williamson 2014), pode afirmar-se que as iniciativas da Garantia para a Juventude respondem ao conhecido lema de Peter Lauritzen para o trabalho com jovens: "proporcionar aos jovens oportunidades para moldarem o seu próprio futuro" (2008). No entanto, estão a ser dadas aos jovens oportunidades para moldarem o seu próprio futuro, ou apenas os futuros prescritos pelas democracias liberais? O Livro Branco faz dos "jovens intervenientes de pleno direito nas nossas sociedades", ou apenas atores que defendem - e não desafiam - a ordem liberal-democrática estabelecida?

As iniciativas da Garantia para a Juventude são exemplos - entre muitos outros, sob muitas formas diferentes - de como a política de juventude pode paradoxalmente relegar a participação social dos jovens e dos técnicos de juventude,³¹ a um espaço cada vez mais reduzido de não contestação, onde o projeto liberal-democrático hegemónico perdura e prospera. Estas são algumas das razões pelas quais qualquer modelo de triangulação de jovens que não aborde seriamente as questões de poder é inevitavelmente centrado nas instituições. Uma visão simplificada - ou cega - sobre o poder institucional serve necessariamente a reprodução liberal-democrática, em vez de possíveis transformações democráticas, ou o imaginário democrático. Em última análise, a não compreensão do modo como os poderes hegemónicos operam no setor da juventude - através das instituições públicas, mas não exclusivamente - corresponde ao envolvimento em formas de violência simbólica, sejam elas mais ou menos visíveis, ou mais ou menos autoconscientes.

Consenso liberal-democrático e pluralismo razoável

O Livro Branco sobre a Juventude aborda amplamente o tema da "diversidade" e afirma envolver uma diversidade sem precedentes de jovens no seu processo de consulta. Os resultados deste processo apontam para a necessidade de a política europeia "esforçar-se por preservar a pluralidade das culturas e modos de vida na Europa" (União Europeia 2001a: 52). Embora a diversidade seja identificada como uma prioridade (e como um problema), há aspetos das lutas dos jovens que parecem estar ausentes do Livro Branco. Talvez uma das questões mais significativas, que não pode ser ignorada, sejam as aspirações anticapitalistas e antiglobalização, especialmente tendo em conta os acontecimentos que ocorreram na Europa no mesmo ano em que o Livro Branco foi publicado.

Após a queda do Muro de Berlim, ocorreram em todo o mundo uma série de eventos antiglobalização e anticapitalismo. Na Europa, Londres foi palco de vários desses eventos,

30. Vários autores da área da economia política defendem que o modelo hegemónico de desenvolvimento da economia e do trabalho reproduz e perpetua as desigualdades, onde o neoliberalismo é preponderante (por exemplo, Harvey 2005; Stiglitz 2013; Piketty 2014; Acemoglu e Robinson 2015).

31. Por uma questão de clareza, referimo-nos aqui aos que desempenham a atividade de trabalho com jovens, e não necessariamente aos jovens trabalhadores.

como quando a Spiral Tribe³² organizou uma festa de rua na zona de Docklands em 4 de junho de 1992, onde cerca de 1 000 pessoas dançaram e recuperaram temporariamente uma zona urbana da cidade. Em abril de 1994, o movimento Critical Mass³³ organizou uma manifestação, com 90 pessoas a ocupar rotundas chave através do ciclismo, também na cidade de Londres. Em julho de 1996, os números tinham aumentado, com cerca de 10 000 pessoas - do grupo Reclaim the Streets³⁴ - a ocupar a autoestrada M41 em Londres. Em 18 de junho de 1999, cerca de 5 000 pessoas protestaram no Carnival Against Capital (ou "J18"), ocupando a Ponte Southwark em Londres, coincidindo com a 25.ª Cimeira do G8 em Colónia. A iniciativa ganhou força a nível mundial, envolvendo mais de 40 cidades e milhares de ativistas. Em 16 de outubro de 1999, nove países europeus organizaram um protesto simultâneo contra as leis de imigração na Europa, ao mesmo tempo que decorria a Cimeira do Conselho Europeu em Tampere.

Em 2001 - o ano do Livro Branco sobre a Juventude - os protestos do Mayday Monopoly convergiram para Oxford Circus, paralisando a cidade de Londres. Seis semanas mais tarde, a 16 de junho, três manifestantes foram baleados pela polícia sueca durante a Cimeira da UE em Gotemburgo; foi a primeira vez que foram utilizadas armas de fogo no âmbito de uma manifestação anticapitalista. Quatro semanas mais tarde, em 20 de julho, cerca de 200 000 manifestantes reuniram-se sob a égide do movimento No Global na Cimeira do G8 em Génova. Foram mobilizados cerca de 20 000 polícias armados, incluindo a polícia militar, o que levou a uma escalada de violência bem documentada e à primeira vítima de sempre neste tipo de manifestação: o jovem de 23 anos Carlo Giuliani. A cimeira foi "marcada pela pior violência na história do movimento anticapitalista" (Dodson 2003).

É certo que o Livro Branco faz referência a divergências sobre a globalização e o capitalismo, referindo, por exemplo, que os jovens e as associações juvenis consideram que a "afirmação vigorosa de um espaço de liberdade e de direitos é hoje muito mais necessária do que a de uma Europa económica" (União Europeia 2001a: 53) e que "contestam algumas das suas consequências em nome da justiça social, da abertura aos outros e de um desenvolvimento qualificado de 'duradouro'" (p. 10). No entanto, é evidente que o Livro Branco não responde proporcionalmente às aspirações anticapitalistas e antiglobalização dos jovens, despluralizando o imaginário democrático e alargando o fosso que o documento pede para ser colmatado. Também não aborda todas as outras realidades juvenis que não se identificam com o sistema dominante, como os coletivos de ocupação (Mikkelsen e Karpantschof 2008), as comunas e as comunidades autónomas (Tummers 2016), ou as subculturas juvenis (Wasiak 2012).

32. A Spiral Tribe, ou "SP23", era um coletivo musical e artístico que organizava festas rave e festivais no início dos anos 90 no Reino Unido, tornando-se progressivamente muito populares e uma grande influência no cenário "techno". Fizeram digressões na Europa e nos Estados Unidos até ao final da década de 1990.

33. As origens do movimento Critical Mass remontam a Estocolmo, na década de 1970, onde eram organizados passeios de bicicleta com centenas de participantes. O primeiro passeio do movimento Critical Mass propriamente dito aconteceu em setembro de 1992, em São Francisco, e chamava-se Commute Clot. Desde então, muitas iniciativas espontâneas tiveram lugar em cidades do Norte Global, e o movimento continua ativo hoje em dia.

34. O Reclaim the Streets foi criado em 1991, a partir de iniciativas de protesto antirrodoviário em Londres, espalhando-se depois pelo resto do Reino Unido e por todo o mundo. O grupo organizou dezenas de protestos não violentos e ainda hoje está ativo.

Além disso, a única proposta do Livro Branco parece ser uma que aceita a inevitabilidade do projeto liberal-democrático e se conforma com ele. Apesar de ter havido um processo de consulta específico, o método utilizado para contornar a possibilidade de ideias antiglobalização na Europa foi a utilização de uma espécie de citação autocanonizada (União Europeia 2001a: 11) do Presidente da Comissão Europeia na altura, Romano Prodi: "Quer queiramos quer não, a globalização está presente. A nossa tarefa é controlá-la, utilizá-la em benefício da humanidade". Isto é reforçado pela afirmação de que o fracasso em "colmatar o fosso (...) sob pena de alimentar o défice de cidadania, ou até de encorajar a contestação" (p. 10), como se o protesto se tivesse transformado em algo ameaçador e indesejável para as democracias, 11 anos depois das manifestações "nós somos o povo" sobre a liberdade, que levaram à célebre queda do Muro de Berlim.

A "invisibilização" e o silenciamento das conceções anticapitalistas/antiglobalização da democracia são talvez naturalizados por uma maioria, dada a proliferação de rótulos atribuídos a estes movimentos, tais como violentos, anárquicos, terroristas ou radicais (como já foi discutido anteriormente) que, no fim de contas, podem levar à categorização de "antidemocráticos". Por outro lado, embora - no âmbito de atos maioritariamente pacíficos - existam relatos concretos de ataques ocasionais a propriedades maioritariamente privadas, continua a ser muito difícil para a maioria considerar sem pudor as respostas supostamente democráticas, como a brutalidade policial contra manifestantes pacíficos, como algo "democrático", mesmo que formalmente pertençam ao âmbito da agência liberal-democrática.

Um discurso mais confortável - neutro - passa pela distinção entre "razoabilidade" e "irracionalidade", em que a razoabilidade é a chave para a construção do consenso, e o consenso é a ferramenta para a inclusão e a depuração da pluralidade de ideias no teatro democrático deliberativo. A dimensão problemática - e paradoxal - da "pluralidade razoável" é que a sua agência inclusiva se restringe à exclusão de aspirações consideradas "irracionais", como as alternativas não canonizadas previstas nos imaginários democráticos.

Tal como no Livro Branco, os modelos de triangulação de jovens, apesar das tensões conhecidas (por exemplo, Zentner 2016), parecem procurar uma solução de consenso ideal - neutra -, aparentemente sem exceção. Há referências à importância da diversidade dos atores e ao valor de "utilizar a diferença de forma positiva", "interesses divergentes" e "diálogo múltiplo" (Chisholm 2006). No entanto, tal como o Livro Branco, os modelos triangulados não abordam o dissenso e a pluralidade que este produz.

A ênfase no consenso como metodologia está sólida e maciçamente presente na prática, desde as bases até aos eventos de alto nível, como a recente 3.ª Convenção Europeia sobre o Trabalho com Jovens (JUGEND für Europa 2020) - um exemplo paradigmático do consórcio triangulado. O triângulo de atores - sendo a comunidade de prática central neste caso - reuniu-se para construir um resultado consensual. Facilitadores, relatores, contactos, coordenadores e editores estabeleceram os múltiplos pontos de controlo do processo de consulta, procurando a legitimidade através do consenso.

Uma explicação plausível para este foco na construção de consensos é a expressão hegemónica dos valores liberais do racionalismo e do universalismo, que formam limites normativos e epistémicos para a agência dos jovens e para aqueles que trabalham no setor. Mouffe (2000) apresenta um argumento pormenorizado sobre a forma como o consenso liberal atua como uma política simbólica de exclusão, sob a narrativa da "neutralidade":

Negar o carácter inerradicável do antagonismo e visar um consenso racional universal - esta é a verdadeira ameaça à democracia. De facto, isto pode levar a que a violência não seja reconhecida e seja ocultada por apelos à "racionalidade", como ocorre muitas vezes no pensamento liberal que disfarça as fronteiras necessárias e as formas de exclusão por detrás de pretensões de "neutralidade". (p. 22)

O argumento de Mouffe gravita em torno da ideia de que, ao estabelecer um modelo consensual para os indivíduos,³⁵ estabeleça-se um território de "razoabilidade", seleccionando quem entra e quem sai. Como consequência da hegemonia liberal-democrática, as "pessoas razoáveis" acabam por ser as que concordam com os princípios do liberalismo político, ou as que são capazes de se destacar em ambientes liberalizados. Assim, a pluralidade de qualquer abordagem consensual fica estruturalmente comprometida, mesmo quando se mostra preocupada com a "inclusão", a "diversidade" ou a "divergência". É por esta razão que as iniciativas baseadas em modelos de deliberação democrática podem conduzir discretamente a práticas e políticas de exclusão. O consenso liberal-democrático é o processo legitimado para a exclusão de tudo o que está para além do cânone liberal-democrático, incluindo o imaginário democrático.

Quatro conclusões

Os pontos seguintes constituem observações conclusivas sobre as questões exploradas neste capítulo. Uma vez que muitas das conclusões apelam a mudanças organizacionais e práticas, os principais interessados incluem todos os que trabalham no setor da juventude, no âmbito do triângulo, tais como organizações intergovernamentais, agências nacionais, centros de recursos, decisores políticos no domínio da juventude, investigadores no domínio da juventude e ONG internacionais e locais de juventude. No entanto, os pontos que se seguem podem também ser úteis para outras pessoas em posição de "torcer" o triângulo, como jovens, formadores de jovens, facilitadores, líderes de jovens e grupos informais de jovens. Pluralizar o imaginário democrático juvenil para além do cânone liberal é um esforço extraordinário, mas necessário se o objetivo comum for alcançar melhores possibilidades democráticas.

Rejeitar o preconceito do radical, quebrar o cânone liberal, alongar a história e expandir o imaginário democrático

As sociedades democráticas contemporâneas exigem o empenho de todos na identificação e resolução dos problemas sociais. Problemas estruturais como o racismo, o patriarcado ou a desigualdade social são reproduzidos no âmbito do status quo democrático-liberal, que foi canonizado como definitivo e infinito. A partir da sua posição criativa singular, os jovens podem desempenhar um papel fundamental na contestação do status quo e na imaginação de soluções alternativas - urgentes - democráticas.

35. Tal como defendem os estudiosos da democracia pró-deliberativa, como Jürgen Habermas e John Rawls.

No entanto, imaginar alternativas para além da natureza reprodutiva da atual realidade hegemónica é extraordinariamente difícil e desafia uma teoria sociológica solidamente fundamentada. As múltiplas formas de contingência canónica têm impacto no imaginário dos jovens, restringindo-o ao status quo liberal-democrático. Os modelos de participação triangulados incluem a filiação liberal-democrática e narrativas - tais como a democracia liberal como o "fim da história" - que restringem o território epistémico para a imaginação. Se os jovens são vistos como produtos e agentes do cânone liberal-democrático, não há espaço para o imaginário democrático, apenas para as possibilidades liberal-democráticas.

Para alargar o imaginário democrático, é necessária uma abordagem radical. O papel do setor da juventude é identificar e perturbar as contingências da imaginação, começando pelo seu próprio registo canónico. Romper com o cânone liberal-democrático significa rejeitar o "fim da história", e antes esticar a história, avançando, sem esquecer os problemas do passado que desencadeiam os problemas da atualidade.

Permitir a "imaginação do impossível" significa rejeitar o preconceito do "radical" e dar prioridade à reterorização da sociedade pelos jovens. Para além do seu próprio futuro, os jovens precisam do apoio do setor da juventude para salvaguardar o seu papel na definição do futuro das suas sociedades, seja dentro ou fora do cânone liberal-democrático. A "mudança radical" que os jovens exigiram na altura da publicação do Livro Branco destina-se a garantir uma mudança radical e não a garantir o controlo e a submissão dos próprios "radicais".

Identificar e anular a violência simbólica, recalibrar o poder e criar espaços seguros para o imaginário democrático

Embora o poder seja um fenómeno essencialmente intangível, afeta estruturalmente os processos sociais, educativos e políticos. O modelo de sociedade liberal-democrática ocidental globalizou-se nos últimos séculos, estabelecendo agora uma posição hegemónica. Este poder hegemónico estabelece uma visão dominante do mundo, que é compatível com problemas estruturais como o racismo, o patriarcado, a desigualdade social e a destruição do meio ambiente. Através de uma sofisticação disciplinar contínua, as hegemonias implicam formas incontestadas de violência simbólica, servindo o objetivo político de manter um status quo. Devido à sua articulação constitucional com as normas democráticas liberais, as instituições e os representantes públicos atuam como agentes contínuos do poder hegemónico e, por conseguinte, da violência simbólica. Isto é particularmente importante no setor da juventude, no qual se encontram muitos dos grupos sociais mais impotentes e onde operam muitas políticas.

Há pouca ou nenhuma preocupação com o poder hegemónico nos modelos triangulados de participação dos jovens. Esta visão simplificada do poder favorece o centrismo institucional e serve necessariamente a reprodução liberal-democrática, em vez das "transformações sociais" a que o discurso político frequentemente se refere. A multiplicidade de políticas europeias de juventude baseadas na participação triangulada está, paradoxal e discretamente, a encolher a agência social dos jovens para espaços de não-contestação, nos quais perdura a hegemonia do projeto liberal-democrático.

Para além da vigilância e do escrutínio dos jovens, a salvaguarda do espaço para o imaginário democrático exige que o setor da juventude compreenda profunda e continuamente como o poder hegemónico afeta a imaginação dos jovens. As ações concretas incluem a identificação

e a anulação da violência simbólica institucional nas atividades dos jovens, nomeadamente nos processos educativos e políticos. As iniciativas contra-hegemónicas podem incluir espaços seguros para compreender, falar e escrever sobre o poder, ao mesmo tempo que se inventam metodologias para o recalibrar radicalmente.

Aprender a lidar com o dissenso e a acolher a pluralidade

A teoria da democracia deliberativa está amplamente integrada, resultando na prática maciça da construção de consensos entre diferentes iniciativas participativas, incluindo no setor da juventude. Esta expressão hegemónica dos valores liberais do racionalismo e do universalismo define um território de "razoabilidade", do qual são excluídas as pessoas ou opiniões "irracionais", num processo entendido como legítimo.

Ao integrar práticas de construção de consensos nos modelos de triangulação, o setor da juventude reproduz a incapacidade liberal-democrática de abordar o dissenso e a pluralidade. O pluralismo exige mais do que trigonometria cartesiana. Para a pluralização do imaginário democrático, o setor da juventude pode desenvolver uma crítica do consenso e explorar o dissenso. O setor da juventude pode acolher metodologias pluralistas, dando à diversidade e à inclusão um significado político tangível.

Compreender o impacto do discurso (antes de o alterar)

O discurso estabelece o universo epistémico onde se desenvolvem as práticas e os significados. Se o discurso for dominado por uma perspetiva específica - como a ordem liberal-democrática - torna-se epistemicamente restritivo, colocando limites à imaginação baseados no conhecimento. Abrir as fronteiras epistémicas do imaginário democrático exige uma compreensão profunda do impacto do discurso. Para além da adaptação e da sofisticação do discurso, o setor da juventude pode desenvolver uma visão do seu jargão, olhando por baixo do denso véu liberal-democrático.

Referir-se à democracia liberal como "democracia", afirma o projeto liberal-democrático como a única e exclusiva possibilidade democrática. O reconhecimento de que as democracias modernas configuram uma hipótese - entre muitas outras - para a organização das sociedades permite e valida o amplo leque de alternativas democráticas e o imaginário democrático dos jovens.

Se - nas políticas públicas europeias de juventude - a "participação política" se refere tendencialmente a iniciativas trianguladas de cariz liberal, isso conduz à despolitização do imaginário democrático dos jovens. O mesmo se aplica ao discurso da "transformação", que remete frequentemente para a reprodução da ordem liberal-democrática e dos respetivos problemas estruturais.

Agradecimentos

Este capítulo beneficiou do feedback e das incansáveis contribuições da equipa editorial, Howard Williamson, Pierre Julien e Teresa Ferreira, a quem estou muito grato. Obrigado pelas horas que passaram no meu imaginário.

Referências bibliográficas

- ▶ Acemoglu D. e Robinson J. A. (2015), *Porque falham as nações – as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*, Círculo de Leitores, Lisboa.
- ▶ Conselho Nacional da Juventude da Áustria (2018), "European youth goals", disponível em: www.youth-goals.eu, acessado em 5 de agosto de 2022.
- ▶ Bourdieu P. (1995), *Outline of a theory of practice*, Cambridge University Press, Cambridge.
- ▶ — (1999), *On television*, The New Press, Nova Iorque.
- ▶ Bourdieu P. e Passeron J.-C. (1977), *Reproduction in education, society and culture*, Sage, Londres.
- ▶ Bruter M. e Harrison S. (2016), "EU referendum: breaking indifference: how age affected voting", London School of Economics, disponível em www.lse.ac.uk/about-lse/connect/connect-2017/eu-referendum-breaking-indifference, acessado em 5 de agosto de 2022.
- ▶ Butler J. (1990), *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, Routledge, Nova Iorque.
- ▶ Carroll L. (1871), *Through the looking-glass*, Macmillan, Londres.
- ▶ Castoriadis C. (1975), *The imaginary institution of society*, MIT Press, Cambridge.
- ▶ Chisholm L. (2006), "Youth research and the youth sector in Europe: perspectives, partnerships and promise", em Milmeister M. e Williamson H. (eds), *Dialogues and networks: organising exchanges between youth field actors*, Editions Phi, Luxembourg.
- ▶ Clausewitz C.V. (1989), *On war*, Princeton University Press, New Jersey.
- ▶ Conselho da Europa (2015), "Action plan on the fight against violent extremism and radicalisation leading to terrorism", CM(2015)74-addfinal, Comité de Ministros Conselho da Europa, Estrasburgo.
- ▶ — (2017), Recomendação CM/Rec(2017)4 do Comité de Ministros aos Estados-Membros sobre o trabalho com jovens, Conselho da Europa, Estrasburgo.
- ▶ — (2018), "Together have your say!", relatório sobre o seminário de formação "50-50" para especialistas das autoridades nacionais e locais da Ucrânia que trabalham com jovens e representantes de organizações não governamentais de juventude, Conselho da Europa, Estrasburgo.
- ▶ — (2020), Estratégia 2030 do Setor da Juventude, disponível em <https://rm.coe.int/ys-strategy-with-resolution-2/16809f4458>, acessado em 5 de agosto de 2022.
- ▶ Conselho da União Europeia (2013), Recomendação do Conselho, de 22 de abril de 2013, relativa ao estabelecimento de uma Garantia para a Juventude, *Jornal Oficial da União Europeia*, 26 de abril de 2013, C 120/1, Luxemburgo.
- ▶ — (2020), Recomendação do Conselho de 30 de outubro de 2020 relativa a «Uma ponte para o emprego - Reforçar a Garantia para a Juventude» e que substitui a Recomendação do Conselho, de 22 de abril de 2013, relativa ao estabelecimento de uma Garantia para a Juventude, *Jornal Oficial da União Europeia*, 4 de novembro de 2020, C 372/1, Luxemburgo.
- ▶ Coussée F. (2014), "Escaping or shaping reality? On youth, extremism and democracy", *Coyote*, 20, pp. 6-11.

- ▶ Crowley A. e Moxon D. (2017), "New and innovative forms of youth participation in decision-making processes", Conselho da Europa, Estrasburgo.
- ▶ Derrida J. (1994), *Specters of Marx: The state of the debt, the work of mourning and the new international*, Routledge, Londres.
- ▶ Dodson S. (2003), "History of anti-capitalism protests" *The Guardian*, 30 de abril.
- ▶ Dussen J. (van der) (2016), *Studies on Collingwood, history and civilization*, Springer Cham, pp. 341-365.
- ▶ EACEA (Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura) (2021), "The new Erasmus+ programme for 2021-2027 has launched!", disponível em www.eacea.ec.europa.eu/news-events/news/new-erasmus-programme-2021-2027-has-launched-2021-03-25_en, acedido em 5 de agosto de 2022.
- ▶ Comissão Europeia (2020a), Stakeholder consultation synopsis report (ST 9338 2020 Add. 2), publicado em paralelo com a Proposta de Recomendação do Conselho relativa a «Uma ponte para o emprego — Reforçar a Garantia para a Juventude» e que substitui a Recomendação do Conselho, de 22 de abril de 2013, relativa ao estabelecimento de uma Garantia para a Juventude, COM(2020)277 final, Comissão Europeia, Bruxelas.
- ▶ — (2020b), "Comissão lança Apoio ao emprego dos jovens: uma ponte para o emprego da próxima geração", disponível em https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP_20_1193, acedido em 5 de agosto de 2022.
- ▶ Conselho Europeu (2000), "Conselho Europeu de Lisboa 23 e 24 de março de 2000: Conclusões da Presidência", disponível em www.europarl.europa.eu/summits/lis1_en.htm, Parlamento Europeu, Estrasburgo.
- ▶ União Europeia (1992), Tratado da União Europeia, União Europeia, Maastricht.
- ▶ — (2001a), Livro Branco sobre a Juventude, União Europeia, não publicado no *Jornal Oficial da União Europeia*, disponível em <https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/summary/white-paper-on-youth.html>, acedido em 5 de agosto de 2022.
- ▶ — (2001b), Governança europeia: Um Livro Branco, COM(2001)428 final, *Jornal Oficial da União Europeia*, 12 de outubro de 2001, C 287/1, Luxemburgo.
- ▶ — (2009), Resolução do Conselho, de 27 de novembro de 2009, sobre um quadro renovado para a cooperação europeia no domínio da juventude (2010-2018), *Jornal Oficial da União Europeia*, 19 de dezembro de 2009, C 311/1, Luxemburgo.
- ▶ — (2017), *The contribution of youth work to preventing marginalisation and violent radicalisation: a practical toolbox for youth workers and recommendations to policy makers*, Serviço das Publicações da União Europeia, Luxemburgo.
- ▶ — (2018), Resolução do Conselho da União Europeia e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros reunidos no Conselho sobre um quadro para a cooperação europeia no domínio da juventude: Estratégia da União Europeia para a Juventude 2019-2027, *Jornal Oficial da União Europeia*, 18 de dezembro de 2018, C456/1, Luxemburgo.
- ▶ União Europeia (2019), Diálogo da UE com a Juventude, disponível em https://youth.europa.eu/get-involved/eu-youth-dialogue/what-eu-youth-dialogue_pt, acedido em 5 de agosto de 2022.
- ▶ Foucault M. (1975), *Discipline and punish: the birth of prison*, Penguin Books, Londres.

- ▶ Freedom House (2018), *Freedom in the world 2018: democracy in crisis*, disponível em <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2018>, acedido em 5 de agosto de 2022.
- ▶ Fukuyama F. (1989), "The End of History?", *The National Interest*, 16, pp. 3-18.
- ▶ García López M. A. e Pašić L. (2018), "Youth work against violent radicalisation: theory, concepts and primary prevention in practice", ,Parceria UE-Conselho da Europa para a Juventude, Estrasburgo.
- ▶ Giddens A. (2009), *Sociology* (6.ª ed.), Polity Press, Cambridge.
- ▶ Goldberg D. T. (2015), *Are we all postracial yet? Debating race*, Polity Press, Cambridge.
- ▶ Gramsci A. (1971), *Selections from the prison notebooks*, International Publishing Company, New York .
- ▶ Harvey D. (2005), *A brief history of neoliberalism*, Oxford University Press, New York.
- ▶ Huntington S. P. (1991), *The third wave: democratization in the late twentieth century*, University of Oklahoma Press, Oklahoma.
- ▶ JUGEND für Europa (2020), 3.ª Convenção Europeia sobre o Trabalho com Jovens, disponível em <https://pjp-eu.coe.int/en/web/youth-partnership/eywc-2020>.
- ▶ Laclau E. e Mouffe C. (1985), *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*, Verso, Londres.
- ▶ Lauritzen P. (2008), "Defining youth work" (2006), em Ohana Y. e Rothmund A. (eds), *Eggs in a pan: speeches, writings and reflections by Peter Lauritzen*, Publicações do Conselho da Europa, Estrasburgo, pp. 369-370.
- ▶ Lyon D. (2015), *Surveillance after Snowden*, Polity Press, Cambridge.
- ▶ Maier S. (2021), "The Covid-19 pandemic: crisis and opportunity for a different approach to EU-Afghanistan migration management", em Chand B. e Danner L. (eds), *New challenges and opportunities in European-Asian relations*, Palgrave Macmillan, Cham, pp. 213-234.
- ▶ Mattsson C., Hammarén N. e Odenbring Y. (2016), "Youth 'at risk': a critical discourse analysis of the European Commission's Radicalisation Awareness Network – Collection of approaches and practices used in education", *Power and Education*, 8(3), pp. 251-265.
- ▶ Mbembe A. (2001), *On the postcolony*, University of California Press, Berkeley.
- ▶ Mikkelsen F. e Karpantschov R. (2008), "Youth as a political movement: development of the squatters' and autonomous movement in Copenhagen", *International Journal of Urban and Regional Research*, 25(3), pp. 593-608.
- ▶ Mills C. W. (1959), *The sociological imagination*, Oxford University Press, Nova Iorque.
- ▶ Mouffe C. (2000), *The democratic paradox*, Verso, Londres.
- ▶ Nico M. (2017), "Triangles and pyramids, or something like that: an analysis of the youth sector based on applicants' responses and profiles", Parceria União Europeia-Conselho da Europa para a Juventude, disponível em <https://pjp-eu.coe.int/documents/42128013/47262391/Triangles+and+Pyramids+-+Analysis+of+Applicants+Responses.pdf/da8f9c63-3830-f13a-0611-70f18e835d7d>, acedido em 5 de agosto de 2022.

- ▶ Centro Norte-Sul do Conselho da Europa (2019), "Broadening the space for youth, peace and security", Seminário Quadrilogue, 14-15 de junho de 2019, Hammamet, Tunísia, Nota concetual, Centro Norte-Sul do Conselho da Europa, Lisboa.
- ▶ Ohana Y. (2020), *What's politics got to do with it? European youth work programmes and the development of critical youth citizenship*, JUGEND für Europa, Bona.
- ▶ Onursal R. e Kirkpatrick D. (2021), "Is extremism the 'new' terrorism? The convergence of 'extremism' and 'terrorism' in British parliamentary discourse", *Terrorism and Political Violence*, 33(5), pp. 1-23.
- ▶ Oxfam (2016), *An economy for the 1%: how privilege and power in the economy drive extreme inequality and how this can be stopped*, Oxfam, Oxford.
- ▶ Pasquino G. (2008), "Populism and democracy", em Albertazzi D. e McDonnell D. (eds), *Twenty-first century populism: the spectre of western European democracy*, Palgrave Macmillan, Londres, pp. 15-29.
- ▶ Piketty T. (2014), *Capital in the twenty-first century*, The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge.
- ▶ Quijano A. (2007), Coloniality and modernity, *Cultural Studies*, 21(2-3), pp. 168-178.
- ▶ Radicalisation Awareness Network (2017), "The role of youth work in the prevention of radicalisation and violent extremism", RAN Centre of Excellence, Amsterdam.
- ▶ Sabherwal A. et al. (2021), "The Greta Thunberg Effect: familiarity with Greta Thunberg predicts intentions to engage in climate activism in the United States, *Journal of Applied Social Psychology*, 51(4), pp. 321-333.
- ▶ Salleh A. (2010), "From metabolic rift to 'metabolic value': reflections on environmental sociology and the alternative globalization movement", *Organization and Environment*, 23(2), pp. 205-219.
- ▶ Santos B. d. S. (2013), *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, Almedina, Coimbra.
- ▶ Sayyid S. (2014), *Recalling the caliphate - decolonization and world order*, Hurst, Londres.
- ▶ Searle J. R. (1996), *The construction of social reality*, Penguin, Londres.
- ▶ Sternberg R. J. e Sternberg K. (2017), *Cognitive psychology* (7th edn), Cengage Learning, Boston.
- ▶ Stiglitz J. E. (2013), *The price of inequality*, W. W. Norton & Company, Nova Iorque.
- ▶ Taylor C. (2003), *Modern social imaginaries*, Duke University Press, Durham.
- ▶ Tummers L. (2016), "The re-emergence of self-managed co-housing in Europe: a critical review of co-housing research", *Urban Studies*, 53(10), pp. 2024-2040.
- ▶ Nações Unidas (1948), *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, Nações Unidas, Nova Iorque.
- ▶ Wasiak P. (2012), "'Illegal guys': a history of digital subcultures in Europe during the 1980s", *Zeithistorische Forschungen - Studies in Contemporary History*, 9(2), pp. 257-276.

- ▶ Williams D. (2018), "Liberalism, colonialism and liberal imperialism", *East Central Europe*, 45(1), pp. 94-118.
- ▶ Williamson H. (2006), "The research, policy and practice triangle: potential and problems" in Milmeister M. and Williamson H. (eds), *Dialogues and networks: organising exchanges between youth field actors*, Editions Phi, Luxemburgo, pp. 172-185.
- ▶ — (2008), *Supporting young people in Europe – Volume 2: lessons from the "second seven" Council of Europe international reviews of national youth policy*, Conselho da Europa, Estrasburgo.
- ▶ — (2014), "Scientist: 'A youth guarantee cannot create jobs'", *Euractiv Greece*, disponível em www.euractiv.com/section/social-europe-jobs/interview/scientist-a-youth-guarantee-cannot-create-jobs, acessado em 5 de agosto de 2022.
- ▶ Zeman A., Dewa M. e Della Sala S. (2015), "Lives without imagery - congenital aphantasia", *Cortex*, 73, pp. 378-380.
- ▶ Zentner M. (2016), "Observations on the so-called 'magic triangle' or: where has all the magic gone?", in Siurala L. et al. (eds), *The history of youth work in Europe - Volume 5: autonomy through dependency*, Publicações do Conselho da Europa, Estrasburgo.

Capítulo 5

"Voz dos jovens", diálogo e democracia

Dan Moxon

Introdução

Este capítulo apresenta uma exploração crítica do conceito de "voz dos jovens" - um elemento crucial, mas pouco explorado, da participação dos jovens. Ao longo do livro, o autor baseia-se em avanços teóricos recentes sobre a voz nos estudos sobre a infância. A participação das crianças e a participação dos jovens têm uma longa história de informação mútua, mas muitas das novas ideias sobre a "voz das crianças" ainda não foram transpostas para os estudos sobre os jovens. Com base nisto, o capítulo descreve várias formas como o setor da juventude pode entender a "voz dos jovens" como um conceito.

Em primeiro lugar, são explorados os diferentes conceitos de uma voz que "representa" uma geração - e os desafios da sua criação. Falarão dos debates atuais no âmbito da política de juventude sobre as formas de participação dos jovens que "representam" os jovens de forma mais eficaz.

Em seguida, analisamos um modelo de diálogo entre os jovens e os responsáveis políticos, que se afasta do conceito de representação. Em vez disso, centra-se na colaboração e na criação de um entendimento mútuo entre os jovens e os decisores políticos. Ao explorar uma abordagem dialógica da voz dos jovens, questionarei até que ponto é possível e desejável uma ênfase tão forte na representação no âmbito da participação dos jovens.

A ligação entre a voz dos jovens e a participação dos jovens

"Voz dos jovens", "voz dos alunos", "voz dos estudantes" e outros são termos utilizados regularmente no domínio da participação. Em muitos projetos, a palavra "voz" é mesmo utilizada em vez da palavra "participação" (Tisdall 2012). A "voz das crianças" refere-se normalmente à participação de pessoas com menos de 18 anos. No entanto, a expressão "voz das crianças e dos jovens" também é utilizada em países onde o trabalho com jovens se centra nos adolescentes. Muitos modelos de participação utilizados pelo setor da juventude, como a "escada" de Hart (1992), são teorias de participação infantil. Mas a voz, por si só, não é suficiente para ser considerada participação (Lundy 2007). Em vez disso, é um conceito essencial no domínio da participação dos jovens. Outros incluem agência, competência, autonomia, cidadania, direitos, protagonismo, democracia, espaço e ação (Hartung 2017; Percy-Smith e Thomas 2010; Thomas 2007).

O conceito de voz dos jovens não é a mesma coisa que a voz falada de um jovem. A "voz dos jovens" é uma metáfora que tem uma relação com a comunicação no contexto da participação dos jovens. É uma expressão da capacidade de ação dos jovens. Através da voz dos jovens, o

conhecimento sobre a vida dos jovens é comunicado a outra parte, como um decisor político. Este conhecimento pode incluir opiniões políticas, valores dos jovens ou experiências de vida, e muitas outras coisas. A metáfora da voz dá frequentemente ênfase a expressões claramente articuladas e bem formuladas (Wyness 2013a). No setor da juventude, é frequentemente dada prioridade a recomendações políticas bem elaboradas ou a debates articulados. Mas a "voz" também pode incluir outros métodos de expressão, como as artes visuais (Eldén 2013; Lomax 2015). O silêncio, os gritos e os suspiros (Spyrou 2018), bem como as emoções (Kraftl e Horton 2007), também podem desempenhar um papel a par das palavras faladas.

A voz dos jovens pode ser tanto coletiva como individual. Um jovem exprime a sua voz individual de jovem quando faz coisas como votar ou participar num protesto. Isto significa que participam na tomada de decisões públicas para exprimir os seus pontos de vista.³⁶ O termo "voz dos jovens" também pode referir-se a algo que representa os interesses políticos coletivos dos jovens enquanto grupo (Thomas 2007). Isto inclui as organizações de jovens e os conselhos de juventude, bem como "novas formas" de participação (Crowley e Moxon 2017), como a participação digital ou os movimentos sociais. Diz-se que as declarações ou posições que estes elementos criam são "a voz dos jovens"; são uma espécie de voz coletiva da juventude.

O que é reconhecido como "voz dos jovens" tem uma forte carga política. O termo significa um objetivo político de legitimar as opiniões dos jovens nos sistemas políticos (Skelton 2013; Cook-Sather 2015; McLeod 2011). No entanto, o que os decisores políticos escolhem reconhecer como voz dos jovens é frequentemente moldado pelos discursos institucionais dominantes e pelos métodos de participação utilizados (ver Bragg 2001; 2007; e Thomson e Gunter 2006). Quando as vozes dos jovens não estão em conformidade com as ideias dos detentores do poder sobre quem são os jovens e o que devem dizer, estes são frequentemente excluídos (Kallio 2012). Uma parte inerente à voz dos jovens é a dinâmica do poder geracional, que afeta os pontos de vista e o tipo de mensagens que são politicamente reconhecidos.

Esta politização deve-se, em parte, ao facto de a voz dos jovens não ser um conceito teórico claro. As teorias sobre o que é a voz dos jovens e como é criada não estão desenvolvidas. A investigação sobre os jovens tem-se centrado na identificação das diferentes formas de participação dos jovens e das tendências do seu envolvimento democrático. No entanto, há pouca investigação sobre a forma como isto se relaciona com o que é dito ou expresso através da participação. Não temos uma teoria clara sobre o que é realmente a voz dos jovens. Sabemos muito sobre a forma como os jovens estão envolvidos na participação, mas pouco sobre a forma como isso se relaciona com as mensagens políticas que daí resultam.

Será que existe uma voz universal dos jovens?

Os jovens não partilham uma única voz indiferenciada. É totalmente errado argumentar que toda uma geração tem uma visão idêntica e homogénea sobre um tema. Os jovens não estão ligados por uma "mente de colmeia", como as abelhas operárias, através da qual podem formar uma opinião única sobre questões políticas. Afirmar que existe uma voz ou um ponto de vista

36. Também é possível falar de jovens que exprimem individualmente a sua voz na tomada de decisões privadas. Este aspeto é normalmente considerado parte das políticas e práticas de participação das crianças, mas não das políticas e práticas de participação dos jovens. Um exemplo seria o caso de um menor que se encontra num lar de acolhimento e que exprime a sua opinião durante um processo judicial sobre a sua guarda.

genérico, universal e totalmente homogéneo dos jovens sobre um determinado tema não é plausível. Tal como acontece com qualquer grupo de pessoas, as opiniões, os valores e as crenças individuais variam entre os jovens; além disso, a própria juventude e o conceito de ser jovem estão social e culturalmente situados. O que significa ser jovem na Rússia do século XVIII é muito diferente da América do século XXI. A experiência dos jovens não é estática; não há razão para supor que as opiniões e os interesses de um jovem urbano, educado, de direita e afluente, na Alemanha, coincidirão com os de uma jovem de esquerda, menos educada, que vive no Brasil, simplesmente porque é jovem.

Apesar desta falha fundamental, partes do setor da juventude e da defesa dos jovens utilizam este conceito de "voz universal dos jovens". Ocorre normalmente quando os resultados de uma iniciativa ou projeto de participação são designados como "a voz de uma geração" ou "a perspectiva dos jovens". Isto alarga a voz expressa por um pequeno número de participantes no projeto e apresenta-a como sendo comumente partilhada por toda uma geração. Afirma que quaisquer resultados e vozes criados por esse projeto de participação são acordados de forma homogénea por todos os jovens do mundo. Um exemplo literal deste facto é o "guia de bolso para decisores políticos" da Fundação Internacional da Juventude (Sharma e Simms 2015). Com base numa análise dos resultados de 25 cimeiras internacionais de jovens, este guia proclama que "os jovens de todo o mundo querem universalmente a mesma coisa", seguido de uma série de afirmações sobre o que é em concreto. No entanto, qualquer pessoa que tenha participado nas 25 cimeiras de jovens terá provavelmente assistido a uma quantidade razoável de debate e desacordo entre os participantes. Depois de comparar o guia de bolso com os European Youth Goals (Objetivos para a Juventude Europeia) - um resultado de consultas a 50 000 jovens - podem ser observadas muitas diferenças entre as duas declarações sobre a voz dos jovens; se houvesse algo como uma voz universal dos jovens, não seria esse o caso.

A voz dos jovens como ponto de vista geracional

Embora a ideia de uma voz universal dos jovens seja imperfeita, não é necessário rejeitar totalmente o conceito de perspectiva partilhada ou de uma voz coletiva dos jovens. Em vez disso, podemos considerar a ideia de um "ponto de vista geracional". A teoria feminista do ponto de vista há muito que explora as vozes coletivas das mulheres, e esta teoria é diretamente relevante para a voz dos jovens. Os teóricos do ponto de vista ligam o poder ao género e às vozes, da mesma forma que o poder e a voz dos jovens estão ligados. Geralmente, os teóricos modernos do ponto de vista rejeitam a ideia de que as mulheres têm uma experiência totalmente universal do mundo ou uma voz homogénea (ver Ramazanoglu e Holland 2002). Em vez disso, defendem que as mulheres têm uma posição comum a partir da qual falam. Este ponto de vista é enquadrado pelo facto de ser marginalizado nas relações de género. Independentemente das suas experiências pessoais da condição feminina, o fator comum partilhado com outras mulheres é fazer parte de um grupo que detém menos poder em resultado das relações de género. Pode ser apresentado um argumento semelhante para a juventude. O significado de ser jovem varia consoante o tempo, o espaço, a cultura e a experiência pessoal (Jones 2009). Mas uma característica que define a juventude é o facto de ser marginalizada nas relações intergeracionais e nas ordens geracionais (ver Alanen 2009). Os jovens veem os seus direitos negados e são destituídos de poder por aqueles que são mais velhos do que eles.

Um elemento importante da teoria do ponto de vista é a interseccionalidade (por exemplo, ver Hill-Collins 1990). A interseccionalidade diz-nos que o ponto de vista dos jovens não pode

ser considerado isoladamente. A juventude é atravessada por questões de género, classe, deficiência e muitas outras categorias sociais. Cada um destes fatores contribui para as várias identidades e relações de poder que os jovens vivem. Um jovem fala do ponto de vista da "juventude", mas também fala como "uma jovem mulher" ou como "um jovem negro". Estas posições diversificadas criam diferenças de pontos de vista e de voz no seio da população jovem e dão origem a grupos variados com as suas próprias "vozes dos jovens". Estas vozes podem ter pontos comuns ou diferenças entre si. A teoria interseccional (Hill-Collins 1990) diz-nos que nenhum grupo pode dar uma visão completa e exata do mundo ou de ser jovem. Do seu ponto de vista, têm uma visão parcial do mundo e da juventude. Este ponto de vista tem por base as suas próprias experiências e é intersetado pela juventude e por outros elementos da sua identidade.

A ideia de pontos de vista intersectoriais dos jovens pode informar os projetos de participação dos jovens de três formas. Em primeiro lugar, devemos ter o cuidado de não fazer generalizações sobre as opiniões de todos os jovens com base nos resultados do trabalho de participação. Qualquer projeto que pretenda mostrar uma voz que é "universalmente partilhada" por toda uma geração deve ser tratado com ceticismo. Em segundo lugar, temos de estar conscientes de como as opiniões e experiências dos jovens podem variar dependendo dos géneros, etnias e outros grupos sociais. Há diferentes vozes que se cruzam no seio de uma voz juvenil; ao homogeneizar os pontos de vista dos jovens, corremos o risco de excluir vozes que já são marginalizadas. Em terceiro lugar, os projetos de participação podem ainda identificar experiências e vozes coletivas entre os seus participantes. A coletivização é uma parte importante da atribuição de um nome e da identificação da marginalização dos jovens, e não é impedida pela falta de uma voz universal dos jovens. No entanto, a maioria dos projetos deve ser cautelosa ao afirmar que os resultados do seu projeto se estendem significativamente para além das vozes dos jovens envolvidos e dos seus contactos pessoais imediatos. São muito poucos os projetos para jovens que podem afirmar, de forma razoável, que representam a voz de um grande número de jovens ou de populações de jovens.

A voz dos jovens como uma representação coletiva

Embora não possamos partir do princípio de que todos os jovens partilham os mesmos pontos de vista e opiniões, continua a existir um espaço para a representação coletiva da voz dos jovens. De facto, é útil do ponto de vista político - tanto para os jovens como para os decisores políticos - envolver-se com as vozes de jovens que possam, de alguma forma, representar toda uma população de jovens de um território específico (como um país ou uma cidade). No entanto, no setor da juventude, nem sempre é claro como pode ser formada essa representação coletiva da voz dos jovens. Nos últimos anos, o nosso setor tem assistido a debates sobre a representatividade dos vários projetos e abordagens.

Este debate é frequentemente realizado com recurso a uma terminologia vaga e a pressupostos sobre quem "estende mais a mão" (Pirvulescu et al. 2019). Muitas organizações e projetos de jovens veem o seu trabalho ser rejeitado por não aderirem aos pressupostos dos decisores políticos sobre aquilo que as vozes dos jovens devem dizer ou como devem soar. A sociedade civil juvenil, em particular, tem sido criticada pelos decisores políticos por não ser representativa, sem que se tenha explorado substancialmente o que isso significa. Os decisores políticos idealizam, com provas limitadas, formas alternativas de participação, nomeadamente digitais, assumindo que são mais representativas.

Neste debate, confundem-se, por vezes, dois aspetos distintos da representação:

- ▶ Representação "demográfica" da voz: até que ponto os participantes envolvidos se assemelham a uma secção transversal da população jovem; até que ponto são uma "representação descritiva" (Pitkin 1967) da população jovem; e até que ponto podemos estar confiantes de que as suas opiniões correspondem ao grupo mais alargado.
- ▶ Representação "democrática" da voz: a medida em que os princípios e processos democráticos foram utilizados no projeto. O projeto tem estruturas "formalistas" e atividades de representação "substanciais" (ibid.)? Os jovens são capazes de selecionar os seus representantes e de os responsabilizar através de processos formais? As representações de jovens participam em atividades substanciais para promover os interesses dos representados?

Podemos entender a representação demográfica como um conceito informado através da investigação sobre jovens baseada em inquéritos e consultas em grande escala. Uma vez que é impraticável distribuir inquéritos por toda a população de jovens, estes inquéritos são dados a uma "amostra representativa". Por exemplo, o Barómetro da Juventude Finlandês (Myllyniemi e Kiilakoski 2018) inquiriu 1 901 jovens na Finlândia sobre a sua atitude em relação à Europa. Os investigadores certificaram-se de que a idade, o sexo e a língua materna dos jovens participantes correspondiam ao que seria obtido se todos os jovens da Finlândia recebessem esse inquérito. Por conseguinte, diz-se que os jovens inquiridos são "representativos", do ponto de vista estatístico ou demográfico, da população jovem finlandesa. O inquérito revelou que 66% dos jovens inquiridos consideravam que a Finlândia teria algo a ganhar com a adesão à UE.

Podemos comparar esta situação com o trabalho da Alliansi (o equivalente finlandês a um Conselho Nacional da Juventude). Enquanto organização para a juventude democraticamente representativa, a Alliansi organizou uma Cimeira Europeia da Juventude para debater o lugar da Finlândia na UE. A Cimeira da Juventude e a sua declaração (Alliansi 2020) partiram do princípio de que os jovens finlandeses apoiavam a UE, explorando, em vez disso, de forma bastante aprofundada, a forma como a relação da Finlândia com a UE deveria evoluir para se adequar aos jovens. A Alliansi, através do seu processo democrático, procurou encontrar uma posição comum acordada entre os participantes relativamente à política da UE. Na sua cimeira, a Alliansi (2020: 3) considerou também um determinado nível de representação descritiva (Pitkin 1967). A organização selecionou os participantes com base na "representação mais equilibrada possível em termos de género, localização geográfica, idade, formação académica, grupos minoritários e participação em diferentes organizações", como forma de garantir que representavam um microcosmo da população jovem em geral. No entanto, a principal reivindicação de representação da Alliansi é a sua representação formalista democrática. Através das suas estruturas associativas, qualquer organização de jovens na Finlândia tem o direito de influenciar as posições e a liderança da Alliansi. Assim, qualquer jovem na Finlândia pode, potencialmente, influenciar as posições da Alliansi, ao aderir a uma organização de jovens e contribuir para o seu trabalho.

É claro que, tal como em qualquer outra estrutura, existe um potencial de melhoria tanto no inquérito do Barómetro da Juventude como no trabalho da Alliansi. Ambos estão limitados pelas suas restrições de financiamento e de recursos. O inquérito, por exemplo, poderia também ter tido em conta os antecedentes no que diz respeito aos rendimentos ao selecionar os participantes, com o objetivo de eliminar qualquer preconceito em relação a uma determinada classe social. Quanto à Alliansi, os seus membros admitem tanto organizações dirigidas por técnicos de juventude como organizações dirigidas por jovens. Consequentemente, as suas declarações de posição podem ser afetadas pelos interesses profissionais tanto dos técnicos de juventude como dos jovens; no entanto, a distinção entre os dois é complexa. Nenhum

dos projetos parece dar muita voz aos 33% de jovens que não acreditam que a adesão à UE seja benéfica. O grupo de jovens do partido populista de direita, os True Finns (Verdadeiros Finlandeses), transmite a mensagem de que uma pequena parte dos jovens finlandeses é muito anti-UE. Mas é injusto criticar amplamente a Alliansi ou o inquérito do Barómetro da Juventude por estas limitações. Ambos os projetos são alguns dos melhores exemplos do seu género na Europa. No entanto, ao identificar estas limitações, podemos ver que ser "representativo" não é um estado absoluto de perfeição, mas algo que é sempre alvo de trabalho contínuo. Qualquer tentativa de representar os pontos de vista de toda uma geração tem os seus limites. Existem muitos outros debates no âmbito da teoria política sobre a natureza da representação, que estão para além do âmbito deste capítulo.

Mais importante ainda, as duas abordagens baseiam-se em formas diferentes de representar a voz. Ambas empregam valores diferentes no que diz respeito à elaboração de políticas, à democracia e aos jovens. O inquérito do Barómetro da Juventude identifica as opiniões comuns ou maioritárias dos jovens em toda a Finlândia, proporcionando conhecimentos valiosos. No entanto, a forma como esta opinião é formada ou o que os jovens finlandeses pretendem da UE não é aprofundada. Em contrapartida, o relatório da Alliansi aborda a complexidade das políticas. Podemos ter menos certezas quanto ao número de jovens finlandeses que concordariam com todos os aspetos da declaração da cimeira de Alliansi. Contudo, isso não é um problema; A Alliansi proporciona um processo democrático através do qual os jovens finlandeses podem coletivizar a sua voz para ter influência sobre os assuntos públicos. Este processo envolve discussão, debate e compromisso, e contribui para uma democracia saudável. O evento pode ser visto como uma forma de democracia deliberativa, organizada para informar a representação democrática dos pontos de vista dos jovens por parte da organização. Em contrapartida, o inquérito do Barómetro da Juventude não tem como objetivo permitir qualquer tipo de coletivização política para ajudar os jovens a influenciar o debate público. Em última análise, não devemos esperar que a voz das organizações democráticas de juventude se pareça e soe como os resultados de uma investigação baseada em inquéritos. Não devemos fazer julgamentos dos dois tipos de voz representativa com base nos mesmos critérios.

A medida em que a Alliansi, ou qualquer projeto para jovens, representa democraticamente a voz dos jovens depende do grau de integração do processo democrático no mesmo. O projeto deve ser democraticamente responsável perante os jovens que pretende representar. Embora muitos projetos para jovens utilizem aspetos da tomada de decisão democrática, apenas alguns apresentam responsabilidade democrática perante toda a população jovem. A responsabilização exige que os jovens da população representada saibam o que é o projeto, como se envolver com ele e como o responsabilizar. Isto pode significar uma liderança eleita, independência do Estado, financiamento suficiente para operar à escala e ser aberto, inclusivo e não discriminatório. Na sua maioria, serão os conselhos de jovens, os parlamentos de jovens e as grandes iniciativas estruturadas que poderão reivindicar a representação democrática da totalidade das populações de jovens.

São muito poucos os projetos de participação que podem afirmar que representam a voz dos jovens com base apenas na demografia. A maioria dos projetos de participação baseia-se em eventos de pequenos grupos. Mesmo com um grupo de participantes muito diversificado, raramente se pode ter a certeza de que as opiniões dos participantes são as mesmas que as da população jovem. Para o efeito, o Barómetro da Juventude finlandês segue os princípios da metodologia científica. Para tal, é necessário que esteja disponível um grande número de participantes, perguntas precisas e cálculos estatísticos. Estas condições simplesmente não

se verificam na maioria dos formatos de participação. De um modo geral, é necessário ter cuidado para não confundir as duas formas de representação e a forma como são alcançadas.

A voz dos jovens enquanto diálogo dos jovens

Até agora, falei da voz como uma posse. Partimos do princípio de que as vozes são fixas e imutáveis, que estão dentro de alguém, à espera de serem expressas. Tal, pode ser descrito como uma abordagem monológica da voz (Linell 1998). O monologismo pressupõe que a voz é uma mensagem enviada pelo orador para o ouvinte. Esta mensagem pode, num cenário ideal, ser transmitida (Shannon e Weaver 1948) de um para o outro sem sofrer alterações. O monologismo pressupõe que o ato de comunicação não afeta nem altera a voz.

Muitos modelos teóricos populares de participação, como a "escada" de Hart (1992), o "caminho para a participação" de Shier (2001) ou o modelo de Lundy (2007), utilizam acriticamente uma ideia monológica da voz. Estes modelos são têm uma grande influência no setor da juventude. O conceito de voz nestes modelos deriva do artigo 12.º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, que tem sido de extrema influência, agindo como uma âncora normativa para os conceitos de participação (Hartung 2017; Wyness, 2013a). A própria convenção não utiliza o termo "voz", embora o artigo 12.º fale da criança "com capacidade de discernimento", que tem "o direito de exprimir livremente a sua opinião". O Comentário Geral sobre o artigo 12.º (ONU 2009) refere-se em cinco ocasiões a crianças que "expressam as suas opiniões" ou algo semelhante, descrevendo o artigo 12.º como o "direito a ser ouvido". Consequentemente, estes discursos estão amplamente difundidos no domínio da participação dos jovens. Conduzem a uma compreensão de que a voz é fundamentalmente monológica, baseada na possibilidade de as crianças e os jovens transmitirem uma opinião independente aos decisores. Assim, o monologismo dá a impressão de que a função de um projeto de participação é extrair ou recolher a voz dos jovens e enviá-la para os decisores. Diz-se aos decisores que devem "ouvir a voz dos jovens" e que os jovens devem ser "ouvidos".

Muitos estudiosos da participação infantil (por exemplo, Spyrou 2018; Komulainen 2007; Pinkney 2010; James 2007; Mannion 2007; Moxon 2021) atualmente criticam a voz monológica. Defendem que é incorreto assumir que a voz de uma criança ou de um jovem é imutável e não é influenciada pelas pessoas que os rodeiam ou pelo contexto em que a participação ocorre. O pressuposto de que o significado é mantido ou formado internamente dentro de uma pessoa, e depois expresso pela voz, ignora a complexidade das relações e interações que ocorrem durante a comunicação e a interação com terceiros. O monologismo ignora a possibilidade de que a compreensão e³⁷ os pontos de vista dos jovens podem ser desenvolvidos através e durante a interação e o debate. Como resultado desta crítica, os estudiosos da participação na infância (por exemplo, Fielding 2007; Graham e Fitzgerald 2010; Lodge 2005; Mannion 2007; Spyrou 2018; Wyness 2013b; Moxon 2021) apelaram a um foco no diálogo intergeracional ou numa abordagem dialógica no domínio da participação das crianças e dos jovens.

Embora o termo "diálogo" seja utilizado no setor da juventude (por exemplo, o Diálogo da UE com a Juventude), não existem modelos teóricos sobre o que se entende por "diálogo dos jovens" ou "diálogo intergeracional" e como este se relaciona com a participação dos jovens. Os teóricos do trabalho com jovens, como Batsleer (2008), registaram o valor do diálogo após Freire (1972) como uma forma de educação não formal. O potencial do diálogo intercultural,

37. Ou de qualquer indivíduo, independentemente da idade.

nomeadamente em contextos de resolução de conflitos, é também identificado (Conselho da Europa 2008). Estudiosos como Gretschel et al. (2014) e Crowley e Moxon (2017) apresentaram a democracia deliberativa como uma forma de participação dos jovens: um modelo que pressupõe uma forma específica de debate inspirado na teoria da ação comunicativa de Habermas (1984). No entanto, nenhuma destas áreas de trabalho incidiu sobre um conceito mais amplo de diálogo e sobre a forma como este funciona para criar reivindicações de "voz dos jovens" no contexto da participação dos jovens. A posição comum adotada é que o diálogo é uma forma desejável de comunicação a estabelecer, mas o que se entende exatamente por diálogo e como funciona é pouco explorado.

Termos como "diálogo" e "dialógico" podem ser utilizados de três formas. Em primeiro lugar, o termo "diálogo" pode simplesmente referir-se a toda e qualquer comunicação num sentido muito geral. Em segundo lugar, o termo pode ser utilizado para implicar uma forma de comunicação mais específica e privilegiada, sustentada por ideias sobre as formas de comunicação valorizadas, os respetivos objetivos e a forma como a comunicação deve ser conduzida (Carbaugh, Boromisza-Habashi e Xinmei 2006, citados em Slep e Sener 2013). Por último, o termo diálogo, ou talvez mais precisamente, "dialógico", pode ainda referir-se a uma perspetiva epistémica centrada na compreensão relacional e intersubjetiva da comunicação e da criação de significado (ver Linell 1998, 2009; Marková 2003; Todorov 1984). É nesta última perspetiva que gostaria de explorar o que uma abordagem do diálogo³⁸/dialógica à voz dos jovens pode significar.

A utilização de uma abordagem dialógica à voz dos jovens começa com o reconhecimento de que toda a comunicação envolve (pelo menos) duas pessoas que criam significado em conjunto. A voz - em vez de ser algo que pertence e é expresso pelo jovem - é um ato social e relacional que ocorre entre interlocutores (Mazzei e Jackson 2009; Moxon 2021). O termo dialogismo significa reconhecer que tanto o jovem como o outro interlocutor estão a interagir em conjunto para produzir significado e conhecimento (Marková 2003). Através desta interação, criam ideias e compreensões partilhadas relativamente a um tópico, desenvolvendo ideias que não são unilaterais (Barrow 2010; Bertrand 2014; Birch et al. 2017; Cruddas 2007). Tal, pode ser contrastado com as abordagens monológicas da voz descritas acima, nas quais os jovens enviam as suas ideias/conhecimentos aos decisores, mas estes não contribuem para o conhecimento produzido (Linell 1998). Nas abordagens dialógicas, partimos do princípio de que ambas as partes têm uma determinada compreensão prévia, mas criam novos conhecimentos entre si durante o diálogo. Ambas as pessoas podem mudar e fazer evoluir a sua compreensão ao longo do processo e desenvolve-se uma compreensão partilhada entre elas.

Desenvolver um entendimento partilhado ou mútuo não significa necessariamente chegar a um acordo ou a um consenso, ou mesmo a uma posição final sobre um determinado tema. O diálogo nem sempre tem como objetivo resolver as diferenças entre os participantes (Carbaugh, Boromisza-Habashi e Xinmei 2016). Por conseguinte, os projetos participativos baseados no diálogo não têm de conduzir a uma espécie de recomendação final ou a uma

38. A utilização comum do termo "diálogo" implica uma discussão alargada frente a frente. No entanto, os teóricos do diálogo (por exemplo, Linell 1998, 2009) têm defendido fortemente que toda a comunicação é dialógica. A exploração deste tema vai além do âmbito do presente artigo.

tomada de posição com a qual todos os participantes tenham concordado³⁹ (Birch et al. 2017). Os participantes podem desenvolver entendimentos partilhados sem deixar de reconhecer as diferenças entre as posições de cada um (por exemplo, Barrow 2010; Birch et al. 2017). Os teóricos da dialógica defendem que é profundamente inatingível alcançar um entendimento totalmente idêntico entre indivíduos (ver Todorov 1984). São alcançados momentos de compreensão generalizadamente partilhada, mas existem sempre algumas diferenças profundas de compreensão e conhecimento entre os participantes (Linell 2009: 88). Através do diálogo, trabalhamos de forma imperfeita em direção a um significado partilhado, mas nunca o alcançamos (Cruddas 2007). Nos projetos de participação, o diálogo é um processo generativo contínuo que gera de forma contínua novos significados (Graham e Fitzgerald 2010). Aquilo que foi dito antes, e o que pode ser dito depois, molda a forma como os significados e as compreensões se desenvolvem (Todorov 1984). As ideias podem tornar-se mais fixas ou fossilizadas (Moscovici 1984) com o passar do tempo, mas estão constantemente sujeitas a mudanças, novas interpretações e novos desenvolvimentos. As formas anteriores como os tópicos são abordados constituem tanto um recurso como uma limitação para os participantes se basearem à medida que o diálogo progride ao longo da vida de um projeto de participação (Moxon 2021).

O diálogo que ocorre no âmbito de um projeto de participação de jovens não existe isoladamente do diálogo noutras áreas da vida dos participantes. Todos os participantes, desde os jovens aos decisores, passando pelos técnicos de juventude, estão imersos numa teia de linguagem (Derrida 1982) que se estende ao longo das suas vidas. O debate e a interação que têm noutros locais informam os entendimentos que os participantes trazem para os projetos de participação dos jovens e as formas como são capazes de falar sobre um tópico. Diversos estudos (por exemplo, Bertrand 2014; Gillen e Cameron 2017) mostraram que aquilo que as crianças e os jovens dizem é frequentemente composto por frases e significados apropriados de discussões anteriores com outros oradores. Este fenómeno (conhecido como "heteroglossia/polifonia", Todorov 1984) não é específico das crianças e dos jovens. Salienta que a expressão de qualquer orador contém as "vozes" de vários oradores anteriores, uma vez que estamos inerentemente a reutilizar e a reapropriar-nos de vozes passadas quando falamos.

Assim, o contexto discursivo e os discursos mais amplos em que ocorrem os projetos de participação dos jovens fazem parte da forma como os entendimentos podem ser construídos e expressos em qualquer projeto. Qualquer estilo, forma ou cenário particular de um projeto de participação dos jovens acarreta um conjunto de entendimentos, discursos e terminologia pré-construídos que tanto limitam como permitem o que pode ser expresso nesse projeto (Moxon 2021). Por exemplo, Bragg (2001; 2007) e Thompson e Gunter (2006) mostraram que as reivindicações de voz dos conselhos executivos escolares, em vez de serem neutras, são frequentemente produzidas por e no âmbito dos discursos políticos dominantes das instituições educativas. Kallio (2012) demonstrou que os projetos participativos concebidos para

39. Aqui podemos ver um contraste com as abordagens da democracia deliberativa, em que o objetivo é geralmente chegar a um acordo e a um consenso. A deliberação é uma forma de diálogo, mas nem todo o diálogo representa uma deliberação.

ouvir as vozes das crianças só o fazem de formas distintas, e sobre determinadas questões, quando as coisas que as crianças dizem estão em conformidade com o discurso da infância avançado na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

Numa perspetiva dialógica, a voz dos jovens consiste naquilo que as pessoas dizem nos contextos de participação dos jovens, em conjunto com o contexto mais alargado em que esses elementos são expressos (Moxon 2021). O contexto e a natureza de um projeto são uma parte intrínseca da forma como as coisas são discutidas e daquilo que é dito. Adotar uma abordagem dialógica num projeto de participação dos jovens significa afastar-se dos debates sobre qual é a representação mais correta e verdadeira, e sobre "aquilo que os jovens querem" (ver Hadfield e Haw 2001; Spyrou 2018). Em alternativa, trata-se de reconhecer que cada estilo ou modo de envolvimento com os jovens e que fazer trabalho de participação faz parte da própria voz dos jovens. Cada instância de voz e diálogo é única para o ambiente em que ocorre (Todorov 1984). O tempo, o lugar, o espaço e o discurso em torno de qualquer iniciativa de participação dos jovens são elementos que determinam a forma como as coisas são expressas e aquilo que é dito.

Uma última parte do diálogo é o papel do reconhecimento mútuo (Marková 2003) e a forma como os interlocutores se identificam mutuamente. O próprio conceito de voz dos jovens assenta no facto de uma das partes ser reconhecida como jovem e a outra como de um elemento diferente (normalmente um "adulto" ou um "decisor"). Para que a voz dos jovens tenha lugar, é fundamental um reconhecimento básico destas identidades sociais e organizacionais (Arnot e Reay 2007). Adicionalmente, o reconhecimento (Benjamin 1988) é um processo contínuo que ocorre ao longo do diálogo. Os participantes negociam e mantêm as suas identidades uns com os outros, o que afeta o que é dito e os entendimentos partilhados a que se chega (Graham e Fitzgerald 2010). A negociação contínua das identidades geracionais, juntamente com outras interseções como o género, a sexualidade e os antecedentes profissionais ou organizacionais, podem influenciar o processo e os resultados do diálogo no âmbito de projetos participativos (Moxon 2021).

Um modelo de diálogo para a participação dos jovens

Com base nos argumentos acima apresentados, gostaria de elaborar um modelo de diálogo dos jovens orientado para projetos de participação dos jovens. Baseia-se na investigação que desenvolveu um modelo semelhante no âmbito da participação infantil (Moxon 2021), que se baseou nas teorias do dialogismo (por exemplo, Marková 2003; Todorov 1984), bem como num estudo de caso qualitativo de oito meses sobre um projeto de participação dos jovens baseado em debates em pequenos grupos entre jovens e decisores.

O modelo (Figura 1) considera a voz como um ato social e relacional que ocorre entre duas pessoas. Percebe a voz - ou a vocalização - como uma interação entre indivíduos, em vez de ser propriedade de um indivíduo ou um produto da interação. Para que exista a voz dos "jovens", uma pessoa tem de ser reconhecida como jovem e a outra como decisor político, ou outro elemento da participação dos jovens. Os seus pontos de vista de "jovem" e de "decisor político" são também intersetados por outras identidades, como o género ou a classe social. A forma como as partes se veem - o reconhecimento mútuo - é parte integrante do diálogo. Através do reconhecimento, as suas identidades/pontos de vista são mantidos e, posteriormente, negociadas durante a interação, afetando o que pode ser dito e a forma como se produz o significado entre eles.

Contexto

P. ex.: enquadramento da organização, contexto político, a língua e o discurso, experiências dos participantes e relações anteriores, hora e local.

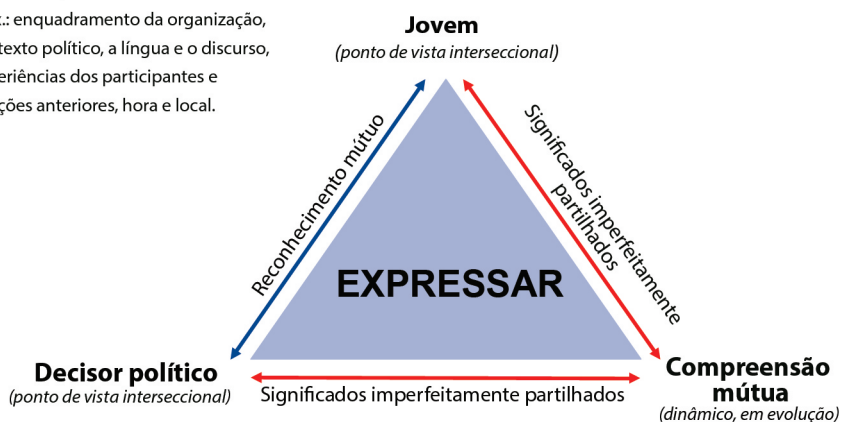


Figura 1. Um modelo de diálogo dos jovens para iniciativas de participação da juventude

À medida que o diálogo avança, surgem significados imperfeitamente partilhados entre os participantes. A compreensão mútua e as novas ideias evoluem continuamente. Estas não provêm de uma pessoa ou de outra, mas surgem entre pessoas, como resultado da sua interação única. Os entendimentos e significados passados regulam, e fornecem recursos para, os novos, mas os entendimentos são dinâmicos e não fixos. A compreensão mútua não significa necessariamente um acordo entre os participantes sobre um determinado tópico, ou uma completa comunhão de entendimentos. Em vez disso, é um conceito partilhado do que é dito e conhecido entre os participantes.

As comunicações e interações em que os participantes estiveram envolvidos noutras momentos das suas vidas contribuem para a forma como as coisas são ditas e a forma como se constrói o significado. Assim, o contexto em que a interação ocorre é uma parte fundamental da forma como as compreensões são construídas e da forma como a interação ocorre. O contexto político e organizacional, a interação anterior dos participantes, o momento e o local em que a interação ocorre e o conteúdo discursivo mais amplo contribuem para o diálogo. Deste modo, embora o diagrama mostre duas pessoas a interagir, trata-se de um segmento de uma cadeia de interação mais ampla e complexa que se estende pela vida dos participantes, todos eles ligados entre si.

O potencial de percecionar a voz dos jovens como diálogo é o facto de permitir que as iniciativas de participação dos jovens desenvolvam estilos de envolvimento que podem não ser possíveis com abordagens monológicas (por exemplo, Hart 1992). Fornece alternativas à ideia de que as iniciativas de participação dos jovens são, sobretudo, uma disputa de poder e de tomada de decisões entre os jovens e os decisores políticos, em que um tem de convencer o outro do seu ponto de vista. Em alternativa, podemos explorar a comunicação e a criação de significado entre ambas as partes, que é colaborativa e interativa, e que ocorre através das suas interações, envolvendo os seus vários pontos de vista, as identidades e o contexto envolvente. Para o setor da juventude, explorar projetos baseados no diálogo pode ser libertador. Existem diversos estilos de trabalho, como a participação deliberativa e o orçamento participativo, que já se enquadram neste conceito. Para estes projetos, a adoção do diálogo como conceito pode libertá-los da obrigação de produzir vozes "representativas" dos jovens. Em vez disso,

podem concentrar-se na qualidade do conhecimento e da compreensão produzidos e no seu valor para a política e para o bem público. Tal, por sua vez, pode permitir que os jovens tenham maior influência através de projetos de participação dos jovens.

Conclusão

Neste capítulo, explorei o que se entende por voz dos jovens e qual o papel da comunicação na participação dos jovens. Identifiquei quatro conceitos de voz dos jovens.

O primeiro foi a "voz universal dos jovens", segundo o qual todos os jovens partilham uma opinião comum sobre os temas, pelo simples facto de serem jovens. Nenhum académico sério que incida sobre a voz, nos estudos sobre a infância e os jovens ou noutros domínios, apoiaria tal teoria. Os avanços na teoria feminista dissiparam completamente essa noção. Consequentemente, é difícil para os projetos de participação dos jovens de pequena escala afirmarem com confiança que os pontos de vista dos participantes refletem o que grupos mais vastos de jovens pensam e sentem. A voz universal dos jovens tem pouca credibilidade na participação dos jovens para além dos slogans de campanha. Em alternativa, podemos falar das vozes dos jovens a partir do segundo conceito de voz - um "ponto de vista geracional". Neste ponto, as perspetivas dos jovens sobre o mundo são enquadradas pela sua marginalização nas relações intergeracionais e interseccionadas por outras identidades. Esta abordagem da voz reconhece que os "jovens" não representam um grupo homogêneo com uma só voz; no entanto, podem existir pontos comuns resultantes da sua falta de acesso ao poder. É um conceito de voz mais adequado ao trabalho de participação dos jovens ativistas e de base; útil para quem procura permitir que os jovens examinem, revelem e desafiem as estruturas de poder geracionais. Neste tipo de trabalho, os pontos de vista geracionais permitem a identificação e a expressão de experiências comuns entre os participantes. No entanto, o objetivo é criar ação e mudança social e não representação. O direito fundamental dos jovens de associarem-se e defenderem mudanças políticas não depende da necessidade de representarem corretamente todos os jovens.

A terceira abordagem à voz, a "representação coletiva", pretende refletir o apoio ou as opiniões de todos os jovens de um determinado território ou comunidade. São poucos os projetos podem afirmar com credibilidade que o fazem, uma vez que é necessário o envolvimento de um número relativamente elevado de jovens. Existem muitos debates sobre o que é a representação, no entanto ultrapassam o âmbito deste capítulo (ver Pitkin 1967). No setor da juventude, a representação da voz é trabalhada de duas formas - representação "demográfica" e representação "democrática". A primeira identifica os pontos de vista comuns entre os jovens, ao passo que a segunda proporciona uma representação democrática e formal dos seus interesses. Ambas as abordagens produzem relatos diferentes sobre "o que os jovens querem", mas nenhuma é mais exata ou verdadeira do que a outra. O processo de produção de voz e de representação é uma parte inerente da voz que é gerada. Não existe um processo "neutro" para fornecer uma representação das vozes coletivas dos jovens que não seja afetada pela forma como é produzida. Além disso, qualquer tentativa de representar a voz terá sempre limites, lacunas e vozes individuais que não foram ouvidas. A representação é algo que é trabalhado, e não alcançado de forma perfeita. Os modelos de representação coletiva continuam a ser a melhor abordagem para envolver as vozes das populações de jovens na elaboração de políticas. A representação democrática, em particular, permite a transferência de poder das instituições políticas para a sociedade civil jovem.

A quarta abordagem, o "diálogo dos jovens", baseia-se na forma como as ideias e os conhecimentos evoluem em colaboração no âmbito de um debate. Representa uma forma de concetualizar as iniciativas de participação dos jovens que não se baseiam na crença de que os jovens devem transmitir um conjunto fixo de ideias aos decisores políticos. Em vez disso, revela a forma como a interação pode permitir que os decisores e os jovens criem novas soluções políticas e novas ideias entre si. De uma forma imediata, é mais útil para formas de participação baseadas em discussões alargadas, como a coprodução, os modelos deliberativos e a cogestão. Contudo, toda a comunicação e, portanto, todas as formas de participação, podem ser entendidas de forma dialógica (Linell 1998). Os conceitos dialógicos disponibilizam uma forma de valorizar as iniciativas de voz dos jovens pela utilidade das ideias geradas e pela sua capacidade de informar uma mudança política e social significativa. Alterar os objetivos percecionados da participação dos jovens desta forma pode permitir o desenvolvimento de novas formas e métodos. Ao mesmo tempo, confere aos projetos existentes que "ouvem as vozes dos jovens" um conceito de voz que é mais teórica e empiricamente fundamentado do que os implícitos em muitas teorias populares relativas à participação dos jovens.

Referências bibliográficas

- ▶ Alanen L. (2009), "Generational Order", em Qvortrup J., Corsaro W. A. e Honig M-S. (eds), *The Palgrave Handbook of Childhood Studies*, Palgrave Macmillan, Londres, pp. 159-174.
- ▶ Alliansi (2020), "A New Generation of Europe", EU Youth Summit Declaration, Alliansi, Finland.
- ▶ Arnot M. e Reay D. (2007), "A sociology of pedagogic voice: power, inequality and pupil consultation", *Discourse*, 28(3), pp. 311-325.
- ▶ Barrow W. (2010), "Dialogic, participation and the potential for philosophy for children", *Thinking Skills and Creativity*, 5(2), pp. 61-69.
- ▶ Batsleer J. (2008), *Informal learning in youth work*, SAGE Publications, Londres.
- ▶ Benjamin J. (1988), *The bonds of love: psychoanalysis, feminism and the problems of domination*, Pantheon Books, New York.
- ▶ Bertrand M. (2014), "Reciprocal dialogue between educational decision makers and students of color: opportunities and obstacles", *Educational Administration Quarterly*, 50(5), pp. 812-843.
- ▶ Birch J. et al. (2017), "Participating together: dialogic space for children and architects in the design process", *Children's Geographies*, 15(2), pp. 224-236.
- ▶ Bragg S. (2001), "Taking a joke: learning from the voices we don't want to hear", *Forum*, 43(2), pp. 70.
- ▶ - (2007), "Student voice and governmentality: the production of enterprising subjects?", *Discourse*, 28(3), pp. 343-358.
- ▶ Carbaugh D., Boromisza-Habashi D. e Xinmei G. (2006), "Dialogue in cross-cultural perspective", em Alto N. e Reuter E. (eds), *Aspects of Intercultural Dialogue*, SAXA Verlag, Köln, pp. 27-46.
- ▶ Cook-Sather A. (2015), "Dialogue across differences of position, perspective, and identity: reflective practice in/on a student-faculty pedagogical partnership program", *Teachers College Record*, 117(2) pp. 1-29.

- ▶ Conselho da Europa (2008), Livro Branco sobre o Diálogo Intercultural: "Viver Juntos em Igual Dignidade", Comité de Ministros, Conselho da Europa, Estrasburgo.
- ▶ Crowley A. e Moxon D. (2017), "New and innovative forms of youth participation in decision-making processes", Conselho da Europa, Estrasburgo.
- ▶ Cruddas L. (2007), "Engaged voices: dialogic interaction and the construction of shared social meanings", *Educational Action Research*, 15(3), pp. 479-488.
- ▶ Derrida J. (1982), *Margins of philosophy*, University of Chicago Press, Chicago.
- ▶ Eldén S. (2013), "Inviting the messy: drawing methods and 'children's voices'", *Childhood*, 20(1), pp. 66-81.
- ▶ Fielding M. (2007), "Beyond voice: new roles, relations, and contexts in researching with young people", *Discourse*, 28(3), pp. 301-310.
- ▶ Freire P. (1972), *Pedagogy of the oppressed* [traduzido por Myra Bergman Ramos], Herder, Nova Iorque [Original em português *Pedagogia do oprimido*, Afrontamento, Porto, 1968].
- ▶ Gillen J. e Cameron C. (2017), "Negotiating citizenship: a young child's collaborative meaning-making constructions of beavers as a symbol of Canada", *Language and Education*, 31(4), pp. 330-350.
- ▶ Graham A. e Fitzgerald R. (2010), "Progressing children's participation: exploring the potential of a dialogical turn" *Childhood*, 17(3), pp. 343-359.
- ▶ Gretscher A. et al. (2014), *Youth participation good practices in different forms of regional and local democracy*, Finnish Youth Research Network, Helsínquia.
- ▶ Habermas J. (1984) *The theory of communicative action*, Boston, Beacon press.
- ▶ Hadfield M. e Haw K. (2001), "'Voice', young people and action research", *Educational Action Research*, 9(3), pp. 485-502.
- ▶ Hart R. A. (1992), *Children's participation: from tokenism to citizenship*, *Innocenti Essay No. 4*, Centro Internacional de Desenvolvimento Infantil da UNICEF, Florença.
- ▶ Hartung C. (2017), *Conditional citizens: rethinking children and young people's participation*, Springer, Nova Iorque.
- ▶ Hill-Collins P. (1990), *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*, Routledge, New York.
- ▶ James A. (2007), "Giving voice to children's voices: practices and problems, pitfalls and potentials", *American Anthropologist*, 109(2), pp. 261-272.
- ▶ Jones G. (2009), *Youth: key concepts*, Polity Press, Cambridge.
- ▶ Kallio K. (2012), "De-subjugating childhoods by listening to the child's voice and childhoods at play", *Acme*, 11(1), pp. 81-109.
- ▶ Komulainen S. (2007), "The ambiguity of the child's 'voice' in social research", *Childhood*, 14(1), pp. 11-28.
- ▶ Kraftl P. e Horton J. (2007), "The health event: everyday, affective politics of participation", *Geoforum*, 38(5), pp. 1012-1027.
- ▶ Linell P. (1998), *Approaching dialogue: talk, interaction and contexts in dialogical perspectives*, John Benjamins Publishing, Amsterdam.
- ▶ — (2009), *Rethinking language, mind, and world dialogically*, IAP, Charlotte.

- ▶ Lodge C. (2005), "From hearing voices to engaging in dialogue: problematising student participation in school improvement", *Journal of Educational Change*, 6(2), pp. 125-146.
- ▶ Lomax H. (2015), "Seen and heard? Ethics and agency in participatory visual research with children, young people and families", *Families, Relationships and Societies*, 4(3), pp. 493-502.
- ▶ Lundy L. (2007), "'Voice' is not enough: conceptualising Article 12 of the United Nations Convention on the Rights of the Child", *British Educational Research Journal*, 33(6), pp. 927-942.
- ▶ Mannion G. (2007), "Going spatial, going relational: why listening to children and children's participation needs reframing", *Discourse*, 28(3), pp. 405-420.
- ▶ Marková I. (2003), *Dialogicality and social representations*, Cambridge University Press, Cambridge.
- ▶ Maybin J. (2006), *Children's voices: talk, knowledge and identity*, Springer, Nova Iorque.
- ▶ Mazzei L. e Jackson A. (2009), "Introduction: the limit of voice", in Jackson A. and Mazzei L. (eds), *Voice in qualitative inquiry: challenging conventional, interpretative, and critical conceptions in qualitative research*, Routledge, Londres, pp. 1-14.
- ▶ McLeod J. (2011), "Student voice and the politics of listening in higher education", *Estudos Críticos em Educação*, 52(2), pp. 179-189.
- ▶ Moscovici S. (1984), "The phenomenon of social representations", em Farr R. M. e Moscovici S. (eds), *Social representations*, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 3-69.
- ▶ Moxon D. (2021), *Understanding children and young people's voice as intergenerational dialogue within the context of children and young people's participation*, UCLAN, Preston.
- ▶ Myllyniemi S. e Kiilakoski T. (2018), *Influence on the edge of Europe – Youth Barometer 2018: Resumo*, Sociedade Finlandesa de Investigação sobre a Juventude, Finlândia.
- ▶ Percy-Smith B. e Thomas N. (2010), *A handbook of children and young people's participation: perspectives from theory and practice*, Routledge, Abingdon.
- ▶ Pinkney S. (2010) "Participation and emotions: Troubling encounters between children and social welfare professionals", *Children and Society*, 25 (1), pp. 37-46.
- ▶ Pirvulescu C. et al. (2019), "A seat at the table for everyone", SALTO Participation and Information Resource Centre, Estónia.
- ▶ Pitkin H. F. (1967), *The concept of representation*, University of California Press, Oakland.
- ▶ Ramazanoglu C. e Holland J. (2002), *Feminist methodology: challenges and choices*, Sage, Londres.
- ▶ Shannon C. e Weaver W. (1948), *A mathematical theory of communication*, University of Illinois Press, Urbana.
- ▶ Sharma R. e Simms E. (2015), *What youth want: a pocket guide for policymakers*, Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais e Fundação Internacional da Juventude, Washington.
- ▶ Shier H. (2001), "Pathways to participation: openings, opportunities and obligations", *Children and Society*, 15(2), pp. 107-117.
- ▶ Skelton T. (2013), "Young people, children, politics and space: a decade of youthful political geography scholarship 2003-13", *Space and Polity*, 17, pp. 123-136.

- ▶ Slep F. e Sener O. (2013), *Dialogue Theories*, The Dialogue Society, Londres.
- ▶ Spyrou S. (2018), *Disclosing childhoods*, Springer, Londres.
- ▶ Thomas N. (2007), "Towards a theory of children's participation", *International Journal of Children's Rights*, 15(2), pp. 199-218.
- ▶ Thomas N. (2012), "Love, rights and solidarity: studying children's participation using Honneth's theory of recognition", *Childhood*, 19(4), pp. 453-466.
- ▶ Thomson P. e Gunter H. (2006), "From 'consulting pupils' to 'pupils as researchers': A situated case narrative", *British Educational Research Journal*, 32 (6), pp. 839-856
- ▶ Tisdall K. (2012), "The challenge and challenging of childhood studies? Learning from disability studies and research with disabled children", *Children and Society*, 26(3), pp. 181-191.
- ▶ Todorov T. (1984), *Mikhail Bakhtin: the dialogical principle*, Manchester University Press, Manchester.
- ▶ Nações Unidas (2009) Comentário Geral n.º 12 (2009) "O direito da criança a ser ouvida", Nações Unidas, Genebra.
- ▶ Wyness M. (2013a), "Global standards and deficit childhoods: the contested meaning of children's participation", *Children's Geographies*, 11(3), pp. 340-353.
- ▶ Wyness M. (2013b), "Children's participation and intergenerational dialogue: bringing adults back into the analysis", *Childhood*, 20(4), pp. 429-442.

Ensaio

A voz que faltava: como as escolas polacas ignoram a voz dos alunos

Antoni Antoszek

A pandemia de Covid-19 teve um impacto devastador nos adolescentes de todo o mundo. Estudos realizados nos Estados Unidos mostram que, nos meses mais angustiantes da pandemia, o número de suicídios e de tentativas de suicídio entre os adolescentes aumentou substancialmente (Hill et al. 2020). A frequência com que os jovens recorreram aos serviços de urgência dos hospitais por motivos de saúde mental também aumentou para os 31% (Leeb et al. 2020). A situação era ainda pior nos países menos ricos: De acordo com um relatório da UNICEF, durante a pandemia, 27% dos jovens da América Latina e das Caraíbas sofreram de ansiedade e 15% de depressão, sendo a deterioração da situação económica a causa mais frequentemente apontada (UNICEF 2020).

Na Europa, a transição para o ensino à distância foi a mudança induzida pela pandemia mais acentuada na vida dos jovens. Não é de surpreender que uma mudança tão substancial tenha produzido os seus próprios problemas - tanto para o pessoal escolar como, talvez mais crucialmente, para os próprios alunos. Na Polónia - de onde sou e onde frequento atualmente o ensino secundário - quando a pandemia de Covid-19 atirou milhões de estudantes para o ensino à distância, o sistema educativo já era criticado há anos, tanto por professores como por pais e alunos. Tradicionalmente, os alunos não só eram considerados pelos políticos como não sendo suficientemente responsáveis para participarem nas consultas, como também eram ignorados quando apontavam problemas no setor da educação que lhes diziam diretamente respeito. O que a pandemia conseguiu foi apenas expor a natureza arcaica do sistema educativo polaco e o seu tratamento dos alunos como objetos.

Durante anos, o ensino escolar na Polónia serviu sobretudo como moeda de troca em campanhas eleitorais (um tema perfeito para apelar às emoções do eleitorado, pois quem não se preocupa com o bem-estar dos seus filhos?), embora seja um sistema cuja adaptação ao século XXI exija um debate colaborativo. O sociólogo Przemysław Sadura analisou as principais reformas que o sistema educativo polaco sofreu até 2015 e descobriu que, apesar da grande dificuldade em identificar um denominador comum das reformas, devido às diferentes situações que acompanharam as mudanças introduzidas, no final havia uma semelhança fundamental. Sadura (2017) escreve: "Cada uma das reformas discutidas foi parcialmente preparada por peritos e depois introduzida sem debates comunitários aprofundados ou, muito menos, sem uma consulta pública mais ampla."

Com a chegada ao poder em 2015, o governo conservador do partido Lei e Justiça anunciou uma reforma profunda do sistema educativo. Como salienta Sadura, a reforma foi efetuada de forma precipitada e sem uma investigação e um debate com os peritos adequados (ibid.). As consultas públicas, incluindo junto dos estudantes, foram ignoradas quase por completo. Robert Dorczak (2020), depois de analisar a forma como a reforma foi introduzida, observa que:

As autoridades utilizam técnicas de manipulação, fazem uso do acesso ao conhecimento e da oportunidade de definir o tom no debate público para impor a sua opinião aos outros participantes no debate. O debate sobre a reforma da educação e o sistema educativo em geral é, por vezes, tratado de forma instrumental, como um elemento ao serviço da luta política.

Não é de surpreender que a implementação de uma reforma sem mérito e mal preparada tenha afetado negativamente o bem-estar dos alunos. Em 2018, o então Provedor dos Direitos da Criança publicou um extenso relatório sobre a situação dos alunos das primeiras turmas reformadas, segundo o qual 80% dos alunos relataram problemas com o excesso de material de estudo e cerca de 30% relataram ter de aprender sozinhos o material necessário que, devido à falta de tempo, não era abordado nas escolas (Lewicka-Zelent et al. 2018). Os peritos foram unânimes em considerar que a reforma constituiu um retrocesso em termos de adaptação do sistema às necessidades amplamente expressas pelos alunos. Pelas mesmas razões, os problemas decorrentes do ensino à distância - que na Polónia foi obrigatório para a maioria dos níveis de ensino, primeiro de março a junho de 2020 e depois de outubro de 2020 até ao momento da redação do presente relatório (março de 2021) - eram inevitáveis.

Justyna Suchecka, uma das jornalistas de educação mais proeminentes da Polónia, deixa claro que a transição para o ensino à distância apenas expôs as falhas do sistema educativo polaco que foram ignoradas durante anos. Salienta a passividade das instituições do Estado quando se trata de procurar soluções para implementar eficazmente a aprendizagem em formato e-learning:

Quando o ano letivo terminou, por volta de 20 de junho, e soubemos que em setembro teríamos de voltar à escola, não foi feito qualquer preparativo! ... Chegou setembro e o mesmo [Ministro da Educação] já sabia que [o ministério] não tinha feito nada para preparar as escolas para o regresso de 4,5 milhões de alunos. (Suchecka e Sutowski 2021)

Salienta que especialmente as necessidades dos alunos foram completamente ignoradas, tratando-os como objetos e não como sujeitos da sua aprendizagem e afirma com amargura: "Para o Primeiro-ministro e os ministros responsáveis pela gestão da crise pandémica, é importante que as folhas de cálculo estejam de acordo, não o que as crianças vão sentir" (ibid.).

Os primeiros relatórios sobre o impacto do ensino à distância nas escolas não se centravam nos alunos. Assim, em maio e junho de 2020, dois meses após a introdução do formato e-learning na Polónia, decidi verificar de forma independente como os alunos avaliam este tipo de ensino. O resultado das minhas entrevistas foi uma reportagem "E-learning exam" publicada em novembro de 2020 na revista *Pismo*, para a qual optei deliberadamente por me concentrar nas opiniões dos alunos e praticamente não pedi a intervenção de adultos (Antoszek 2020). O que mais me surpreendeu nas respostas dos alunos foi a quase ausência de opiniões extremas e inqualificáveis, do tipo que na altura dominava a maior parte da cobertura mediática e que afirmava que o ensino à distância ou era algo tranquilo e sem problemas ou era desastroso e não permitia uma aprendizagem "normal". Perante uma nova realidade de ensino e aprendizagem, os media revelaram-se uma fonte de informação

pouco fiável sobre as experiências dos alunos. Em vez disso, os analistas aparentavam utilizar as vozes dos estudantes para confirmar noções preconcebidas sobre o impacto da política, deturpando as opiniões dos alunos e desperdiçando uma grande oportunidade para um debate político honesto e substantivo que poderia ter sido verdadeiramente benéfico para todos os envolvidos - alunos e corpo docente.

Os alunos que entrevistei fizeram uma avaliação mais matizada e salientaram tanto as falhas como as vantagens do ensino à distância. De um modo geral, concordaram que a ensino o distância trouxe necessariamente mudanças positivas a várias características irracionais da sua experiência educativa pré-pandemia, como os horários rígidos e sobrecarregados das aulas ou o facto de as escolas polacas ignorarem notoriamente os ritmos circadianos naturais dos adolescentes, obrigando-os a começar as aulas de manhã cedo, quando simplesmente não conseguem trabalhar eficazmente. No entanto, os meus entrevistados também chamaram a atenção para a implementação precipitada e irrefletida do ensino à distância. O sentimento predominante entre os alunos era o de terem sido ignorados durante todo o processo de tomada de decisão (ibid.).

A principal conclusão da minha reportagem é uma citação do relatório "Entre a pandemia de Covid-19 e a educação do futuro", publicado em setembro de 2020:

A pandemia colocou em evidência as lacunas e as fraquezas do sistema educativo. ... Apenas através do que aprendemos com a crise é que poderemos reconstruir o sistema educativo para que seja capaz de responder com flexibilidade a futuras emergências. (Czapliński et al. 2020)

Esta opinião foi partilhada por Justyna Suchecka, acima mencionada. No entanto, não é possível criar um sistema aperfeiçoado sem consultar os alunos. Não é possível abordar seriamente o tema da educação quando os alunos são tratados pelos decisores mais como um incómodo do que como protagonistas. Quando finalmente lhes é dada a oportunidade de falar, os alunos são capazes de formular reflexões maduras e importantes sobre as mudanças necessárias. Um dos poucos relatórios a incorporar efetivamente o feedback dos alunos é o relatório de 2019 "Citizens' narrative on education" (Narrativa dos cidadãos sobre a educação) (Adamowicz et al. 2019). É o resultado de cerca de 150 debates realizados em todo o país entre professores, pais e alunos sobre o que pode ser melhorado no sistema educativo. Os resultados gerados foram exigências claras e concretas, como por exemplo a alteração do sistema de classificação. No entanto, o Ministério da Educação não só não apoiou de forma alguma esta iniciativa privada, como também não utilizou uma única vez as conclusões do documento, ignorando por completo a sua existência. De facto, no site oficial da reforma educativa de 2017, a palavra "aluno" aparece apenas duas vezes, e nunca no contexto da realização de qualquer consulta a este grupo (Ministério da Educação e Ciência 2020).

O governo tratou os alunos de forma semelhante no contexto do ensino à distância. Por exemplo, há anos que tanto os professores como os alunos têm vindo a apontar a sobrecarga do currículo de base - e a reforma de 2017, em vez de resolver este problema, acrescentou horas adicionais de disciplinas obrigatórias ao currículo de base para os alunos do ensino secundário. O ensino à distância, que em algumas escolas pressupôs a redução do tempo de aulas, tornou praticamente impossível para os alunos e professores reverem toda a matéria do currículo básico exigido - uma proeza que, mesmo antes da pandemia, beirava o milagroso. O

governo estava e está bem ciente destes problemas: em outubro de 2020, o primeiro-ministro anunciou que o currículo básico seria modificado durante o período de ensino à distância para diminuir ligeiramente a carga sobre os alunos (Głos Nauczycielski 2020). No entanto, no momento da redação do presente documento (final de março de 2021), não foi tomada qualquer medida sobre esta questão.

Os alunos estão exaustos. Ano após ano, o seu ativismo fica cada vez mais escasso, à medida que a resignação e o sentimento de serem ignorados se instalam. Quando, em 2019, um grupo de alunos se reuniu em frente ao gabinete do superintendente da escola em Lublin, no leste da Polónia, para protestar contra as disposições de um novo projeto de lei que diminuía o acesso a escolas de qualidade no distrito, tudo o que ouviram do superintendente foi que "nem todos os sonhos se tornam realidade" (Pospischil 2019). Em outubro de 2020, realizaram-se dois grandes protestos estudantis, nos quais os alunos foram para a escola vestidos de preto. A primeira das ações de protesto teve como objetivo expressar o desacordo com a nomeação (que acabou por se concretizar) de um novo Ministro da Educação (Szczygielska-Jakubowska 2020). O novo ministro era conhecido pelas suas declarações homofóbicas e sexistas (Malinowski 2019), incluindo que "estas pessoas [pessoas LGBT] não são iguais às pessoas normais" e que os direitos humanos são "um par de idiotices" (Kociejko 2020). Na segunda ação de protesto, os estudantes criticaram o governo por continuar a ignorar as crescentes exigências de reintrodução do ensino à distância, uma vez que o número de infeções por Covid-19 estava a aumentar drasticamente (Kromer 2020). Ambos os acontecimentos não foram noticiados pela maioria dos media.

Um relatório sobre o ensino à distância refere:

O choque que o sistema escolar sofreu quando foi abruptamente confrontado com a necessária transição para o ensino à distância expôs as suas muitas deficiências e pontos fracos: a fraqueza do sistema educativo, a fraqueza da forma como a educação é realizada, tanto em termos de adaptação das possibilidades tecnológicas atuais ao trabalho da escola, à educação, como a fraqueza da nossa educação em termos de currículo e de metodologia. (Jarosz 2020)

No entanto, será impossível mudar este sistema enquanto os alunos continuarem a ser ignorados. Também será impossível se as reformas do sistema educativo continuarem a ser feitas de forma populista, resolvendo problemas fictícios em vez de considerar as necessidades e aspirações reais dos vários atores envolvidos na educação. Será impossível se não houver um debate político complexo e alargado que envolva consultas com os estudantes e que resulte em soluções reais que os tenham em conta. A pandemia constituiu um último apelo para iniciar esse processo.

Referências bibliográficas

- ▶ Adamowicz M. et al. (2019), "Raport z Narad Obywatelskich o Edukacji" [O relatório sobre as consultas aos cidadãos em matéria de educação], Fundacja STOCZNIA, Varsóvia.
- ▶ Antoszek A. (2020) "Egzamin z e-lekcji" [Exame de aprendizagem eletrónica], *Pismo* 35(11), pp. 77-82.
- ▶ Czapliński P. et al. (2020), *Między pandemią Covid-19 a edukacją przyszłości* [Entre a pandemia de Covid-19 e a educação do futuro], *Fundacja gospodarki i administracji publicznej*, Cracóvia.

- ▶ Dorczak R. (2020)' "System edukacji w dyskursie władzy - krytyczna analiza dyskursu władz oświatowych wokół reformy edukacji w Polsce z 2017 roku" [O sistema educativo no discurso das autoridades - Uma análise crítica do discurso das autoridades educativas sobre a reforma educativa de 2017 na Polónia], *Przegląd Socjologiczny* 69(4), pp. 135-157.
- ▶ Głos Nauczycielski (2020)' "Rząd zapowiada częściowy lockdown w szkołach" [O governo anuncia um confinamento parcial nas escolas], disponível em <https://glos.pl/rzad-zapowiada-czesciowy-lockdown-w-szkolach>, acessado em 5 de agosto de 2022.
- ▶ Hill R. et al. (2020)' "Suicide ideation and attempts in a pediatric emergency department before and during Covid-19", *Pediatrics* 147(3), disponível em <https://pediatrics.aappublications.org/content/147/3/e2020029280>, acessado em 5 de agosto de 2022.
- ▶ Jarosz E. (2020), "Okiem pedagoga". Em Turska-Kawa A., Stępień-Lampa N. e Grzywna P. (2020), "Obawy rodziców i nauczycieli wobec nowych form edukacji w okresie pandemii SARS-COV-2. Studium województwa śląskiego" [Receios dos pais e dos professores em relação às novas formas de educação na altura da pandemia de SARS-COV2. Estudo da voivodia da Silésia], *Fundacja Pro Silesia*, Katowice.
- ▶ Kocejko B. (2020)' "'Oni nie są równi normalnym ludziom': Brunatna kampania sztabu Dudy przeciw osobom LGBT" ["Não são iguais às pessoas normais": Duda's team's brownshirt campaign against LGBT people], *OKO.Press*, disponível em <https://oko.press/oni-nie-sa-rowni-normalnym-ludziom-brunatna-kampania-sztabu-dudy-przeciw-osobom-lgbt/>, acessado a 5 de agosto de 2022.
- ▶ Kromer O. (2020)' "'Czarny protest' polskich uczniów. W poniedziałek nie chcą iść do szkół. Boją się o swoje babcie i dziadków" [O "protesto negro" dos estudantes polacos. Não querem ir à escola na segunda-feira. Estão preocupados com as avós e os avôs], *Gazeta Wyborcza*, disponível em <https://warszawa.wyborcza.pl/warszawa/7,54420,26388472,uczniowie-protestuja-przed-chaosem-w-sprawie-koronawirusa-w.html>, acessado a 5 de agosto de 2022.
- ▶ Leeb R. T. et al. (2020)' "Mental health-related emergency department visits among children aged <18 years during the Covid-19 Pandemic - United States, 1 de janeiro a 17 de outubro, 2020", disponível em <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33180751/>.
- ▶ Lewicka-Zelent A. et al. (2018), "Sytuacja uczniów klasy VII zreformowanej szkoły podstawowej" [A situação dos alunos do sétimo ano na escola primária reformada], *Rzecznik Praw Dziecka*, Warszawa.
- ▶ Malinowski P. (2019)' "Poseł PiS Przemysław Czarnek: Kobiety zostały stworzone do rodzenia dzieci" [O deputado Przemysław Czarnek, responsável pelo Direito e a Justiça: As mulheres foram criadas para dar à luz crianças], *Rzeczpospolita*, disponível em www.rp.pl/Prawo-i-Sprawiedliwosc/191019345-Poseł-PiS-Przemysław-Czarnek-Kobiety-zostaly-stworzone-do-rodzenia-dzieci.html, acessado em 5 de agosto de 2022.
- ▶ Ministério da Educação e Ciência (2020), "Reforma edukacji" [Reforma da educação], disponível em www.gov.pl/web/edukacja-i-nauka/reforma-edukacji, acessado em 5 de agosto de 2022.
- ▶ Pospischil A. (2019)' "'Reforma nas skrzywdziła': Lubelscy uczniowie przyszli ze skargą do kuratorium" ["A reforma prejudicou-nos": Alunos de Lublin apresentaram queixa no gabinete do superintendente], *Gazeta Wyborcza*, disponível em <https://lublin.>

wyborcza.pl/lublin/7,48724,24975828,reforma-nas-skrzywdzila-lubelscy-uczniowie-przyszli-ze-skarga.html, acessado a 5 de agosto de 2022.

- ▶ Sadura P. (2017), *Państwo, szkoła, klasy* [Estado, escola, turmas], Wydawnictwo Krytyki Politycznej, Varsóvia.
- ▶ Suchecka J. e Sutowski M. (2021) "Suchecka: Szkoły nie są dla nas miejscem edukacji, lecz magazynami do przechowywania dzieci" [Suchecka: Para nós, as escolas não são locais de educação, mas sim revistas para armazenar crianças], *Krytyka Polityczna*, disponível em <https://krytykapolityczna.pl/kraj/rozmowa-sutowski-suchecka-szkoly-nie-sa-dla-nas-miejscem-edukacji-lecz-w-pierwszej-kolejnosci-przechowalniami/>, acessado em 5 de agosto de 2022.
- ▶ Szczygielska-Jakubowska A. (2020) "Czarny protest uczniów i nauczycieli przeciw nowemu ministrowi edukacji" [O protesto negro dos alunos e professores contra o novo ministro da educação], *Gazeta Wyborcza*, disponível em <https://bydgoszcz.wyborcza.pl/bydgoszcz/7,48722,26378058,w-calej-polsce-trwaja-czarne-protesty-mlodziezy-i-nauczycieli.html>, acessado em 5 de agosto de 2022.
- ▶ UNICEF (2020), "The impact of Covid-19 on the mental health of adolescents and youth", disponível em www.unicef.org/lac/en/impact-covid-19-mental-health-adolescents-and-youth, acessado em 5 de agosto de 2022.

Capítulo 6

Participação política dos jovens europeus: o papel dos valores liberais e do contexto democrático

Dragan Stanojević, Bojan Todosijević e Zoran Pavlović

Introdução

"[A] noção de participação política encontra-se no centro do conceito de Estado democrático" (Kaase e Marsh 1979: 28).

A participação política dos jovens é um tema de investigação popular na ciência política e na literatura sociológica, e é provável que continue a sê-lo, com as suas questões antigas: os jovens de hoje estão a tornar-se politicamente mais, ou menos, esclarecidos/corruptos/passivos/ativos do que - ou, para ser conciso, são diferentes das - gerações mais velhas? É pouco provável que se chegue a um consenso geral sobre o que caracteriza os jovens no domínio político, simplesmente porque os tempos estão (sempre) a mudar, citando um certo autor premiado com o Nobel.⁴⁰

A literatura recente refere, de facto, a observação de determinadas mudanças/especificidades na visão política dos jovens. A título de exemplo, embora na segunda metade do século XX se tenha assistido a um declínio da participação eleitoral na população em geral (Macedo et al. 2005; Blais 2007), esta tendência foi mais acentuada entre os jovens (Fieldhouse, Tranmer e Russell 2007). Em consonância com estas conclusões, os jovens parecem cada vez menos interessados em envolver-se noutras formas convencionais de participação, tais como ter uma participação ativa em partidos políticos, participar em campanhas políticas, contactar diretamente os políticos ou aderir a sindicatos (Norris 2003; Furlong e Cartmel 2012; Henn e Foard 2014).

No entanto, outros autores referem que, nas últimas duas décadas, a afluência às urnas nas eleições tem sido estável e relativamente elevada entre os jovens europeus, e que estes consideram esta forma de participação como a mais importante forma de envolvimento nas sociedades democráticas (Pilkington e Pollock 2015).

Independentemente de a participação dos jovens nas formas convencionais de participação política estar ou não a diminuir, alguns estudos mostram que os jovens estão - de forma desproporcionada - cada vez mais envolvidos em formas não convencionais de participação, como protestos, boicotes, ativismo online, petições e associações de cidadãos (por exemplo,

40. "The Times They Are a-Changin'" é um famoso álbum de Bob Dylan lançado em 1964.

Marsh, O'Toole Jones 2007; Xenos, Vromen e Loader 2014; Renström, Aspernäs e Bäck 2020; Norris 2003; Furlong e Cartmel 2012; Henn e Foard 2014; Fieldhouse, Tranmer e Russell 2007). No entanto, neste domínio também não existe consenso entre os investigadores. A título de exemplo, Pilkington e Pollock (2015) não registam um aumento significativo da participação não convencional dos jovens, e Fox (2015) conclui que os *millennials* britânicos são uma geração caracterizada pela apatia e alienação política, tanto em relação às formas de participação convencionais como não convencionais.

Quadro teórico

Embora a maior parte da investigação continue a comparar as gerações mais jovens e mais velhas em termos de níveis médios de participação, a questão dos fatores determinantes da participação política dos jovens é, pelo menos, igualmente importante. Quer o nível de participação política dos jovens esteja ou não a mudar e seja diferente do das gerações mais velhas, torna-se óbvio que existem grandes diferenças entre as gerações mais jovens. Alguns jovens são politicamente ativos, enquanto outros são passivos.

Além disso, a investigação empírica mostra a heterogeneidade dos resultados: estudos efetuados em diferentes períodos e em diferentes países tendem a apresentar resultados incoerentes. Por outras palavras, não são muitas as relações documentadas de forma consistente em diferentes contextos. As observações tendem a mostrar o contrário: as diferentes relações variam consoante os contextos. Por exemplo, as variáveis macro/contextuais têm um papel significativo na explicação das variações na atividade de protesto (ver Dalton, van Sickle e Weldon 2010).

Todos estes elementos sugerem que é importante estudar continuamente a participação política dos jovens - uma vez que as conclusões anteriores podem tornar-se rapidamente obsoletas - e estudá-la tendo em conta o contexto social e político. Assim, a questão de investigação relevante já não é apenas a de saber se os jovens são mais ou menos ativos nas várias formas de participação. Trata-se, antes, de saber em que condições e em que domínios podem os jovens tornar-se mais ou menos ativos.

No presente documento, a nossa preocupação centra-se nos fatores que explicam as diferenças individuais em várias formas convencionais e não convencionais de participação política. Ao nível individual, centramo-nos em diversas variáveis importantes que provaram ser relevantes na explicação de várias formas de participação convencional e não convencional, como a idade, o género, o nível de educação e de rendimento e as orientações ideológicas (Burns, Schlozman e Verba 2001); Dalton, van Sickle e Weldon 2010; Dauphinais, Barkan e Cohn 1992; Oni et al. 2017).

Embora o papel dos indicadores socioeconómicos básicos esteja relativamente bem estudado, incluímos essas variáveis como variáveis de controlo, mas também por razões substanciais. Estas variáveis são frequentemente consideradas como constituindo o "modelo básico" da participação (por exemplo, Verba e Nie 1972; Brady, Verba e Schlozman 1995), e é importante controlar os seus efeitos para demonstrar o valor explicativo adicional que outras variáveis podem ter.

No entanto, o nosso principal foco de investigação relativamente aos fatores de previsão a nível individual é o papel das orientações ideológicas. Alguns estudos (Kirbiš 2013; Dalton, van Sickle e Weldon 2010; Welzel e Deutsch 2012) indicam que determinadas orientações

ideológicas estão associadas a diferentes níveis de participação democrática. Uma longa linha de investigação sugere que a dimensão abstrata do autoritarismo versus libertarianismo (ou liberalismo em alguns estudos) tem uma influência consistente e significativa nas atitudes políticas, incluindo a participação (Adorno et al. 1950; Inglehart 1990; Kriesi 1998; Flanagan e Lee 2003; van der Waal, Achterberg e Houtman 2007; Kirbiš 2013). Kirbiš (2013), por exemplo, conclui que, na Europa, "os 'autoritários' têm menos probabilidades de serem politicamente ativos".

Recuando um pouco mais na história, o inspirador *Ação política: participação em massa em cinco democracias ocidentais* (Barnes e Kaase 1979) concluiu que o apoio à participação em protestos está intimamente relacionado com o apoio a valores democráticos (o oposto de autoritários). Uma mudança para formas de participação mais diretas, não institucionalizadas e debilmente coordenadas, no sentido de uma participação política "desafiadora das elites" e não "orientada para as elites", também é considerada como estando enraizada numa mudança de valores de materialista para pós-materialista (Inglehart 1990; Inglehart e Welzel, 2005), que é vista como equivalente à dimensão autoritárialibertária (Flanagan 1987; Flanagan e Lee 2003; Achterberg 2006).

A participação em atividades políticas não convencionais está fortemente relacionada com a aceitação dos valores pró-sociais, emancipatórios e democráticos (Inglehart 1990; Inglehart e Welzel 2005; Welzel 2013; Welzel e Deutsch 2012). No entanto, estes valores parecem estar mais difundidos entre os jovens em praticamente todas as sociedades do mundo (Inglehart e Welzel 2005; Welzel 2013).

Optámos por duas dimensões atitudinais específicas que podem ser consideradas como facetas da dimensão ideológica autoritária-libertária mais ampla: atitudes em relação aos direitos LGBT e aos refugiados e imigrantes. É importante notar que se trata de dois temas politicamente "quentes": ambos os temas têm sido muito proeminentes nos últimos anos em toda a Europa e são amplamente cobertos pelos media, pelo que é provável que a maioria das pessoas tenha uma opinião sobre estes assuntos e que eles sejam relevantes tanto para as formas convencionais como não convencionais de participação política: existem partidos políticos que representam pontos de vista diferentes sobre estas questões; existem ONG ativas neste domínio; os temas estão presentes no espaço político online; e são também objeto de protestos de rua.

A dimensão ideológica liberal-autoritária abstrata é operacionalizada de diferentes formas na literatura, e atitudes em relação aos direitos LGBT, refugiados e imigrantes estão frequentemente entre essas abordagens. A título de exemplo, a aceitação da homossexualidade tem sido repetidamente utilizada na medição da orientação autoritarismo-liberalismo (de Regt, Mortelmans e Smits 2011; Pavlović, Todosijević e Komar 2019). A tolerância em relação à homossexualidade é apenas um indicador dos valores emancipatórios, descritos como uma orientação pró-cívica e pró-liberal (Welzel 2013). Do mesmo modo, o etnocentrismo e o preconceito étnico foram concebidos como alguns dos elementos centrais do autoritarismo desde a sua conceção (Adorno et al. 1950; Altemeyer 1996).

De um modo geral, seria expectável que os jovens com uma orientação mais liberal ou libertária fossem mais ativos a nível político, em consonância, entre outros, com a conclusão de Kirbiš (2013) de que, na Europa, o "público de orientação pró-democrática se revelou mais envolvido a nível político do que os autoritários" (p. 243).

Embora esta hipótese seja menos controversa no que respeita às atitudes anti-LGBT, a sua aplicabilidade é mais problemática no que respeita às atitudes anti-imigração.

A crise dos migrantes (ou refugiados) marcou deixou uma marca profunda nas sociedades europeias na última década. Em muitos países, a esfera política tornou-se altamente polarizada em torno desta questão, como demonstrado pelo surgimento, e sucesso, de numerosos partidos políticos populistas de direita que a exploram (Norris e Inglehart 2019). Não só esta tem sido uma questão política muito proeminente, como também tem afetado os jovens, talvez mais do que as gerações mais velhas. Por exemplo, pode induzir um sentimento mais forte de competição por recursos (como empregos e posições sociais) para os jovens, uma vez que estes estão lançados no caminho para garantir a sua própria posição social. Ao mesmo tempo, as organizações de jovens têm sido proeminentes e ativas no campo pró-imigração (por exemplo, Pisani et al. 2018). Por conseguinte, é menos óbvio se é expectável que uma maior participação - convencional ou não convencional - esteja associada a uma posição autoritária sobre esta questão (atitudes mais fortes contra imigrantes/refugiados).

Esta ambiguidade torna esta questão de investigação ainda mais importante e oportuna. De qualquer modo, a nossa seleção das duas orientações ideológicas (demonstradas pelas atitudes em relação à população LGBT e em relação aos imigrantes/refugiados) parece adequada para o estudo da participação política dos jovens.

A associação da participação ativa com a dimensão autoritária-liberal pode indicar futuras mudanças ideológicas na política europeia. Se os jovens com atitudes anti-imigração forem mais ativos, tal poderá conduzir a mais políticas anti-imigração, por exemplo. Por conseguinte, vale a pena ter em conta as implicações do nosso estudo na vida real.

Tal como referido anteriormente, o contexto parece ser relevante para várias formas de participação. Para as questões políticas que estudamos aqui, e para estudar a participação dos jovens, há uma variável contextual que parece ser particularmente relevante: o nível de democratização de um país. O nível de democratização (ou a qualidade da democracia) é obviamente relevante para a participação política (Inglehart e Welzel 2005); Dalton, van Sickle e Weldon 2010; Dalton e Welzel, 2014; Welzel, Inglehart e Deutsch 2005).

As instituições políticas, enquanto contexto em que a participação política ocorre, podem estar configuradas de forma a não permitir facilmente níveis elevados de participação (Tarrow 1996; McAdam, McCarthy e Zald 1996). Assim, uma menor democratização pode tornar os cidadãos mais passivos, especialmente no que diz respeito às formas convencionais de participação.

Em sistemas políticos abertos e democráticos, as formas convencionais de participação são supostamente mais significativas, o que deveria incentivar a participação (em contextos menos democráticos, os cidadãos podem concluir que não vale a pena votar). Contudo, os sistemas democráticos também podem estimular protestos, manifestações e desobediência civil - por outras palavras, formas de participação não convencionais (Dalton, van Sickle e Weldon 2010) - porque são abertos e os cidadãos têm menos motivos para recear repercussões. Assim, é possível que a democracia gere mais democracia. Por exemplo, a mobilização política para apoiar vários grupos desfavorecidos pode ganhar mais força quando existe um nível relativamente elevado de democracia na sociedade em geral.

Em geral, seria de esperar que um contexto mais democrático estivesse positivamente associado a todas as formas de participação.

De acordo com os debates teóricos e com os resultados de investigações anteriores, o presente documento baseia-se nas seguintes questões de investigação.

- ▶ Que formas de participação política são mais ou menos populares entre os jovens (sem os comparar com os adultos)? Esperamos que o tipo de participação mais formal - votar nas eleições - seja o mais praticado.
- ▶ Quais são os principais fatores sociodemográficos preditores das várias formas de participação política? De acordo com a literatura, prevemos que a idade e a educação sejam os fatores de previsão mais significativos de uma maior participação.
- ▶ De que forma as atitudes dos jovens em relação aos direitos LGBT e aos imigrantes estão associadas a várias formas de participação política? Formulamos a hipótese de que as orientações mais liberais estão associadas a uma maior participação.
- ▶ Qual é a relação entre o contexto sociopolítico (nível de desenvolvimento das instituições democráticas) e as diferentes formas de participação política dos jovens? A nossa hipótese é que um nível mais elevado de democratização está associado a uma participação mais ativa, particularmente no que diz respeito a formas não convencionais de participação.

Dados e conceção da investigação

Para analisar a relação entre os diferentes tipos de ativismo político dos jovens, os valores e as características do contexto sociopolítico, utilizámos dados da nona ronda do Inquérito Social Europeu (ESS - *European Social Survey*). Os dados do Inquérito Social Europeu permitem a comparação de diferentes sociedades europeias e contêm um número suficiente de indicadores para medir vários aspetos da participação na vida política. Os dados do Inquérito Social Europeu foram recolhidos em amostras representativas de grupos populacionais com 15 anos ou mais em 29 países europeus no período de 2018-2020. Para efeitos do presente estudo, utilizámos um conjunto com idades compreendidas entre os 15 e os 30 anos. Para os indicadores do contexto social, utilizámos o índice de democracia da *The Economist* (2021) Intelligence Unit.

Variáveis de resultado

A investigação sobre a participação política dos jovens classifica frequentemente as formas de participação política como convencionais/formais/antigas ou não convencionais/informais/novas.

Embora consideremos que estas categorias não devam ser fixas, uma vez que várias formas de participação anteriormente novas se tornaram, ou estão a tornar-se, padrão, adotámos, no entanto, esta distinção, uma vez que nos pareceu útil para a apresentação dos nossos resultados. Por conseguinte, no presente documento, centramo-nos em nove formas específicas de participação política.

As formas "convencionais" de participação incluídas são:

1. votar nas eleições nacionais (participação eleitoral);
2. usar um crachá de campanha;
3. contactar um político;
4. ser ativo num partido político ou num grupo de ação.

As formas "não convencionais" de participação incluídas são:

5. participação online;
6. participação em manifestações;

7. assinar petições;
8. participação na trabalho das organizações da sociedade civil - "OSC";
9. boicote de produtos.

Cada atividade foi medida através de uma pergunta específica com respostas "sim" e "não" (e, no caso da votação, também a resposta "não elegível para votar", que foi excluída da análise). A pergunta sobre a participação nas eleições era 1) "Atualmente, algumas pessoas não votam por um motivo ou outro. Votou nas últimas eleições nacionais [do país]?" As perguntas sobre as outras formas de participação eram as seguintes: "Existem diferentes formas de tentar melhorar a situação no [país] ou de ajudar a evitar que as coisas corram mal. Durante os últimos 12 meses, fez alguma das seguintes ações?" 2) "usou ou exibiu um crachá/etiqueta de campanha"; 3) "contactou um político, um funcionário do governo ou da administração local"; 4) "trabalhou num partido político ou num grupo de ação"; 5) "publicou ou partilhou algo sobre política online, por exemplo, em blogues, através do e-mail ou em redes sociais como o Facebook ou o Twitter"; 6) "participou numa manifestação pública lícita"; 7) "assinou uma petição"; 8) "trabalhou noutra organização ou associação da sociedade civil"; e 9) "boicotou determinados produtos".

Variáveis predictoras

Como variáveis independentes, utilizámos duas escalas que exprimem atitudes liberais versus autoritárias/conservadoras em relação aos direitos de membros de duas populações minoritárias que estão atualmente na linha da frente do debate político e social: a população LGBT e os imigrantes.

A atitude em relação aos direitos LGBT foi medida utilizando uma escala composta por três perguntas: 1) "As pessoas gays e as lésbicas devem ser livres de viver a sua própria vida como quiserem"; 2) "Se um familiar próximo fosse gay ou lésbica, sentir-me-ia envergonhado"; 3) "Os casais de gays e lésbicas devem ter os mesmos direitos de adotar crianças que os casais heterossexuais". As respostas a cada pergunta incluíam escalas de cinco pontos (1-5) do tipo Likert. Para formar uma escala composta (intervalo 3-15), a escala da segunda pergunta é invertida de modo a que todas as respostas apontem na mesma direção; assim, quanto mais elevada for a pontuação, mais baixo será o grau de atitudes liberais em relação à população LGBT. A fiabilidade da escala para a totalidade da amostra, o alfa de Cronbach, é de 0,83.

A escala utilizada para medir as atitudes anti-imigração é composta por duas perguntas: 1) "Diria que a vida cultural do [país] é geralmente prejudicada ou enriquecida pela chegada de pessoas de outros países para viverem aqui?"; e 2) "O [país] torna-se um lugar pior ou melhor para viver devido à vinda de pessoas de outros países para viverem aqui?". As respostas foram dadas utilizando escalas de 11 pontos (0-10). O intervalo total da escala baseia-se em duas perguntas que, quando resumidas, podem assumir um valor de 0 a 20; quanto mais elevada for a pontuação, mais positiva ou liberal é a atitude em relação aos imigrantes.

Para descrever o contexto sociopolítico, utilizámos o índice de democracia da *The Economist Intelligence Unit*, que é composto por cinco dimensões: processo eleitoral e pluralismo político; eficácia do governo; participação;⁴¹ cultura política; e liberdades. Abrange um total

41. As principais variáveis contextuais incluem, entre outros aspetos, a medida de participação. Uma vez que a incluímos, gostaríamos de acrescentar uma nota. O indicador de participação abrange vários domínios, como a afluência às urnas e a disponibilidade para participar em manifestações devidamente autorizadas. No entanto, são expressos como a taxa de participação média nas eleições legislativas desde 2000 (acima de 70%/50-70%/abaixo de 50%) ou como disposição baixa/moderada/elevada para participar em manifestações. Como tal, continuam a ser medidas agregadas ou macro, justificando assim o tratamento como variável contextual.

de 60 indicadores e representa uma média ponderada de pareceres de peritos, sondagens de opinião pública e dados demográficos. O intervalo de pontuações para os países da amostra é de 5,77-9,81.

Outro indicador

Como variáveis de controlo, utilizámos os seguintes indicadores sociodemográficos: idade do inquirido; género (o género masculino é a categoria de referência); educação (número de anos passados no sistema de ensino); e o rendimento mensal total do agregado familiar.

Método e resultados

Para a análise dos dados, utilizámos modelos logísticos binários de intercepção aleatória em vários níveis, com uma amostra de 29 países. Desta forma, foi possível separar os efeitos do contexto social das características individuais dos inquiridos e identificar os fatores individuais e sociais que moldam os padrões de comportamento político dos jovens. A ponderação pós-estratificação envolvendo pesos de conceção foi utilizada para ponderar os dados, mantendo assim a relativa uniformidade do tamanho das amostras individuais e permitindo a comparabilidade de diferentes contextos sociais.

Análises descritivas

Os dados descritivos sobre as variáveis de participação são apresentados no Quadro 1. Existem variações significativas no grau de participação dos jovens nas últimas eleições nacionais (parlamentares) realizadas nos países europeus ("afluência às urnas"). A percentagem mais baixa de jovens que votam encontra-se na Chéquia (43,3%), em França (43,1%) e na Suíça (43,7%), enquanto a mais elevada se encontra nos países escandinavos- Suécia (86,6%), Islândia (72,9%), Dinamarca (82,7%) e Noruega (79,1%). A percentagem de jovens ativos em várias organizações da sociedade civil ("OSC") varia entre cerca de 1% e 30%; é mais baixa em Chipre, na Eslováquia e na Hungria e mais elevada nos países escandinavos e nos Países Baixos. A percentagem de jovens que assinam uma petição varia entre cerca de 5% na Hungria e em Chipre e mais de 40% nos países nórdicos (Islândia, Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia). O contacto com políticos é relativamente raro entre os jovens, sendo menos comum na Bulgária, Eslováquia, Chipre e Hungria e mais comum na Letónia, Bélgica, Portugal, Noruega e Suécia. Torna-se um pouco mais comum nos países da Europa Ocidental e do Norte do que na Europa Oriental e do Sul. A participação no trabalho dos partidos políticos é muito reduzida e, de todas as formas de participação, é sem dúvida a menos praticada. Os países com a percentagem mais baixa de ativismo partidário entre os jovens são a Hungria, a Bulgária, a Itália e a Lituânia; os países com a percentagem mais elevada são a Islândia, o Montenegro, a Espanha e a Sérvia. Nos Balcãs, este tipo de ativismo é provavelmente o resultado de redes clientelistas que monopolizaram recursos, especialmente no setor público (Stanojević, Gundogan e Babović 2016). A participação em campanhas ("campaign badge") apresenta grandes diferenças, sendo menos praticada na Hungria, Eslovénia e Chipre. A participação aumentou nos países escandinavos. Também aqui se pode observar um determinado padrão: esta forma de ativismo é mais comum na Europa do Norte e Ocidental e menos comum na Europa do Sul e Oriental.

Quadro 1. Distribuição das variáveis-chave da participação política por país

	Participação eleitoral	Político contactado	Ativo no partido político ou grupo de ação	Crachá de campanha	OSC ¹	Petições	Manifestações	Boicotes	Envolvimento online
Áustria	73.9	13.3	4.9	5.3	14.0	32.2	12.0	28.6	27.0
Bélgica	69.2	15.7	2.9	7.7	17.8	25.5	5.0	13.8	27.9
Bulgária	62.0	1.5	1.5	3.2	2.0	7.7	7.9	5.2	7.4
Croácia	49.3	5.1	3.8	4.6	9.0	34.4	9.5	8.7	10.5
Chipre	49.2	3.6	2.6	2.0	1.0	7.7	5.1	6.6	8.7
Chéquia	43.3	8.5	2.7	11.0	5.0	24.1	14.3	15.0	22.2
Dinamarca	82.7	12.8	3.3	12.8	25.9	42.9	11.1	27.7	30.2
Estónia	48.8	10.3	3.3	7.7	4.3	14.6	2.9	9.1	23.0
Finlândia	71.8	8.5	2.3	22.1	26.5	43.5	7.3	42.2	27.6
França	43.1	7.7	5.9	14.5	13.8	37.7	16.5	30.0	30.5
Alemanha	76.9	10.6	2.2	8.8	24.6	36.3	12.9	34.2	28.2
Hungria	57.9	4.0	0.0	1.2	1.4	4.1	4.1	3.2	6.4
Islândia	72.9	14.3	11.1	39.3	28.7	43.2	25.8	38.8	24.6
Irlanda	49.0	11.1	3.8	15.3	9.2	29.7	14.3	13.5	22.7
Itália	76.2	7.0	1.5	7.7	5.5	14.0	9.7	5.6	21.7

	Participação eleitoral	Político contactado	Ativo no partido político ou grupo de ação	Crachá de campanha	OSC ¹	Petições	Manifestações	Boicotes	Envolvimento online
Letónia	65.2	19.0	2.9	8.8	12.7	14.5	5.2	4.6	29.1
Lituânia	45.6	6.3	1.7	3.5	3.0	19.6	6.9	5.2	17.4
Montenegro	70.7	10.3	10.9	7.6	8.8	19.6	7.9	6.7	10.0
Países Baixos	76.1	12.3	2.7	6.2	30.2	26.3	4.9	9.6	17.3
Noruega	79.1	15.3	6.3	47.0	22.1	45.1	18.1	29.0	33.1
Polónia	55.5	5.9	2.8	8.1	6.9	13.1	4.4	5.6	8.8
Portugal	54.7	15.6	5.2	8.5	21.7	35.1	10.8	8.1	27.8
Sérvia	57.4	7.0	7.0	2.8	17.9	23.8	8.6	11.8	19.3
Eslováquia	45.7	2.3	1.8	3.2	1.4	29.9	6.3	3.6	7.7
Eslovénia	49.2	10.7	2.4	2.0	8.7	13.6	4.0	7.9	15.8
Espanha	70.5	12.3	7.4	12.3	20.4	24.3	25.3	13.7	34.7
Suécia	86.6	14.7	2.8	17.2	28.6	47.7	14.7	47.4	42.3
Suíça	43.7	7.2	3.7	6.9	12.4	29.1	6.9	19.6	15.7
Reino Unido	55.2	7.3	3.1	8.8	7.2	40.5	6.3	14.8	28.9

1. OSC – Participação em organizações da sociedade civil.

As manifestações públicas devidamente autorizadas como forma de ativismo juvenil estão presentes de forma significativa em alguns países, como a Espanha e a Islândia; esta conjuntura está menos presente na Noruega, França, Suécia, Chéquia e Irlanda; por sua vez, a sua presença é ainda menor na Eslovénia, Hungria, Estónia e Polónia. A participação dos jovens politicamente ativos online é aproximadamente a mesma, uma vez que entre 6% e 42% deles publicaram ou partilharam algo sobre política online.

Globalmente, duas características dos dados apresentados parecem óbvias. Existem grandes variações nos níveis de participação política entre os países. As diferenças regionais são claras: os níveis médios de participação política tendem a ser mais baixos nas regiões da Europa de Leste ou nos países pós-comunistas, tal como argumentado por Kirbiš (2013).

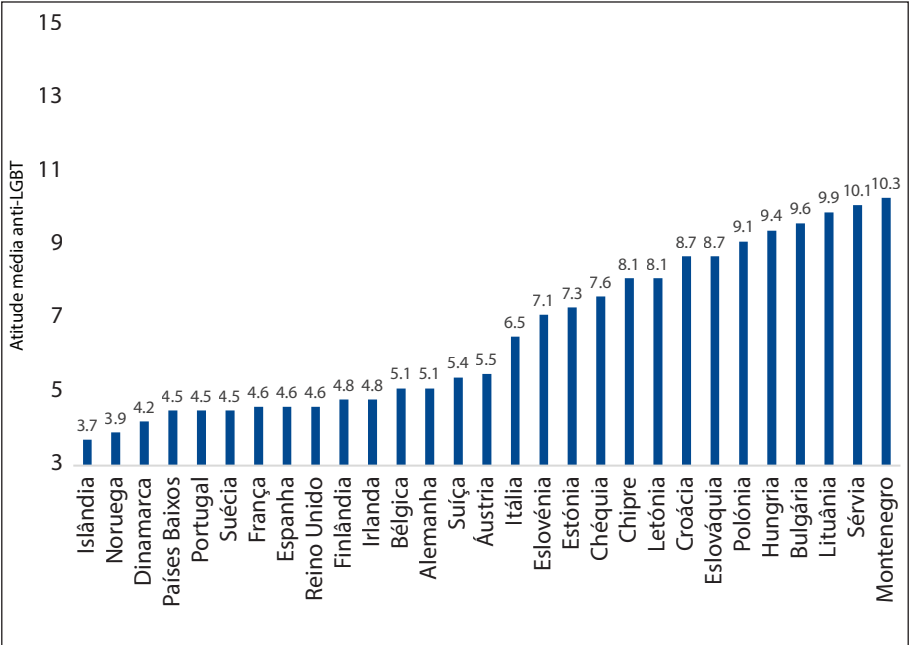


Figura 1. Atitude anti-LGBT média dos jovens em diferentes países europeus

Como mostra a Figura 1, existem também variações significativas entre os países em termos da atitude média anti-LGBT. Os jovens dos países escandinavos e da Europa Ocidental expressam, em média, menos opiniões anti-LGBT do que os jovens da Europa Oriental (países ex-socialistas). Os países da Europa de Leste podem ser vistos como tendo uma atitude menos positiva em relação à população LGBT e aos seus direitos. Esta situação pode ser explicada por várias razões, tais como o legado pós-socialista, o subdesenvolvimento económico e a cultura política tradicionalista e autoritária. No entanto, testar por completo o papel destes fatores ultrapassa o âmbito do presente documento.

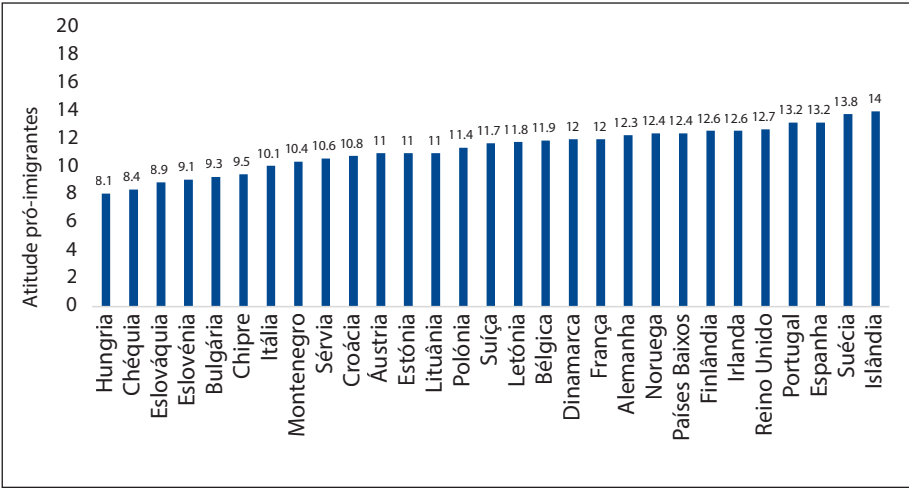


Figura 2. Atitude média dos jovens pró-imigração em diferentes países

Como mostra a Figura 2, no que diz respeito à atitude em relação aos refugiados e imigrantes, os jovens da Hungria, Chéquia, Eslováquia, Eslovénia e Bulgária são, em média, menos positivos em relação aos imigrantes do que os seus pares da Islândia, Suécia, Espanha e Portugal. Em geral, a ordenação dos países é semelhante em ambas as dimensões. Os antigos países comunistas da Europa de Leste demonstram atitudes mais autoritárias.

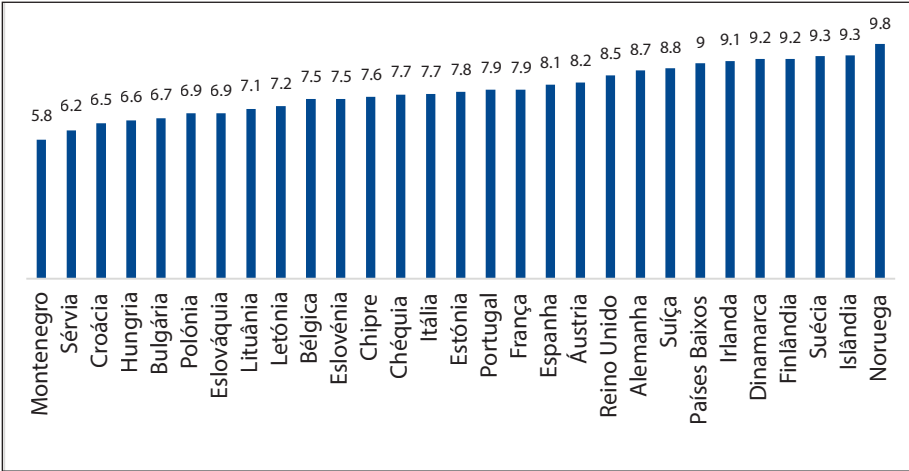


Figura 3. Pontuações médias no Índice de democracia da *The Economist Intelligence Unit*

A Figura 3 mostra que as jovens democracias - os antigos países socialistas - têm as pontuações mais baixas no índice de democracia; os países da Europa Central, Meridional e Ocidental estão no meio; e os países nórdicos registam as pontuações mais elevadas. No momento, podem ser reconhecidas possíveis associações entre o contexto social e as características individuais, as orientações ideológicas e os comportamentos no domínio político.

Análise

Começamos por apresentar os resultados relativos às formas convencionais de participação política. Note-se que as análises foram efetuadas com base numa subamostra de inquiridos com idades compreendidas entre os 15 e os 30 anos, que podem ser designados por "jovens", "juventude" ou "adultos emergentes".

A primeira variável apresentada no Quadro 2 é a variável "participação eleitoral". Quase todos os coeficientes associados às variáveis de nível individual atingiram o nível de significância estatística adotado. Em média, os jovens do sexo masculino votam com mais frequência do que as jovens do sexo feminino. Existe uma associação positiva entre o voto e um estatuto socioeconómico relativamente mais elevado, tal como indicado pelas variáveis "educação" e "rendimento do agregado familiar". As atitudes liberais, tanto em relação aos direitos LGBT como em relação aos imigrantes/refugiados, estão também associadas a uma maior afluência às urnas. Os jovens europeus que têm atitudes mais liberais em relação à população LGBT, bem como os que têm atitudes mais positivas em relação aos imigrantes, votam com mais frequência. Os resultados mostram igualmente que um contexto mais ou menos democrático na Europa não é um fator significativo de previsão da participação eleitoral. Parece que a forma mais básica de participação convencional tem uma maior relação com a questão de recursos e atitudes individuais do que com o contexto sociopolítico.

A segunda variável de participação é o contacto com políticos ou funcionários públicos. A probabilidade desta atividade aumenta com a idade, sendo que os jovens do sexo masculino a praticam mais frequentemente do que as jovens do sexo feminino. Com cada ano de escolaridade e aumento do rendimento familiar, aumenta a probabilidade de os jovens entrarem em contacto direto com políticos ou funcionários. Quanto à afluência às urnas, este tipo de atividade é mais frequentemente praticado por aqueles que têm atitudes mais liberais em relação à população LGBT e aos imigrantes/refugiados. O indicador contextual não apresentou significância estatística, o que indica que a já baixa variabilidade deste fenómeno não está sistematicamente relacionada com o nível de desenvolvimento das instituições democráticas.

Ser ativo num partido político ou num grupo de ação - a terceira variável - está positivamente associado ao género: a participação das mulheres nesta forma de ativismo político é relativamente menos frequente. No que diz respeito ao estatuto socioeconómico, apenas a educação está associada ao ativismo nos partidos políticos (o rendimento não está). Mais uma vez, as atitudes mais liberais em relação aos imigrantes/refugiados são mais frequentes entre aqueles que estão politicamente mais ativos. No entanto, desta vez, uma atitude mais liberal em relação à população LGBT não se revelou um indicador significativo deste tipo de atividade. Aparentemente, o contexto sóciopolítico expresso pela qualidade da democracia também não explica as diferenças individuais no ativismo político partidário.

A quarta variável de participação convencional - ter utilizado ou exibido um crachá ou autocolantes de campanha - não está relacionada com nenhuma das características sociodemográficas incluídas. No entanto, está estatisticamente relacionada de forma significativa com as orientações ideológicas dos jovens. Os jovens que são mais liberais em termos da sua atitude em relação à população LGBT e que têm uma atitude mais positiva em relação aos imigrantes estão mais dispostos a envolver-se politicamente usando um crachá de campanha. Esta atividade está também associada ao grau de democracia do país e é a única variável convencional de participação política que o faz. Por outras palavras, quanto mais democrático for um país, mais os jovens estão dispostos a apoiar as campanhas políticas usando um crachá de campanha.

Quadro 2. Modelos de regressão logística para a participação política convencional

	Participação eleitoral			Político contactado		Ativo no partido político ou grupo de ação		Crachá de campanha	
	Coef.	Coef. Exp.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.
Interceção	-4.026***	0.018	-3.816***	0.022	-4.274***	0.014	-2.347***	0.096	
Idade	.107***	1.113	.034**	1.035	-0.02	0.98	-0.014	0.986	
Feminino (ref. masculino)	-.123*	0.884	-.407***	0.666	-.261*	0.77	0.142	1.153	
Anos de escolaridade	.138***	1.148	.050***	1.051	.105***	1.11	0.018	1.018	
Rendimento	.029*	1.029	.032*	1.033	0.021	1.021	-0.011	0.989	
Variáveis ideológicas									
Escala anti-LGBT	-.137**	0.872	-.232***	0.793	-0.049	0.953	-.227***	0.797	
Escala pró-imigração	.091*	1.095	.192***	1.211	.170*	1.184	.231***	1.260	
Variável contextual									
Índice de democracia	0.155	0.918	0.066	1.068	-0.083	0.924	.464***	1.591	
ICC	0.086		0.027		0.072		0.078		
N1 ¹	5333		7072		7077		7077		
N2 ²	29		29		29		29		

1. Número de casos - indivíduos

2. Número de casos - países

Fonte: ESS 2020, jovens (15-30), ponderados por ponderação pós-estratificação.

***p < 0.001; **p < 0.01; *p < 0.05.

No Quadro 3, apresentamos os resultados relativos às cinco formas não convencionais de participação política. No primeiro modelo, efetuamos uma análise da participação em organizações da sociedade civil. Os resultados mostram que a participação diminui com a idade, enquanto os elementos do sexo masculino estão significativamente mais envolvidos do que os elementos do sexo feminino. A educação está associada a este tipo de envolvimento; quanto mais longo é o percurso no sistema educativo, mais frequente é o envolvimento em organizações da sociedade civil. Além disso, existe uma relação positiva entre as atitudes liberais em relação aos direitos LGBT, as atitudes favoráveis em relação aos imigrantes e a participação em organizações da sociedade civil, o que indica que as orientações ideológicas são condições muito importantes para o envolvimento em ONG e associações.

No que respeita à variável de nível macro, existe uma relação positiva entre o grau de democracia do país e o nível de participação na sociedade civil, pelo que, em países com instituições democráticas mais desenvolvidas, os jovens estão mais envolvidos nas organizações da sociedade civil.

O segundo modelo diz respeito ao grau de participação numa manifestação pública devidamente autorizada nos 12 meses anteriores. Os resultados mostram que a participação nas manifestações diminui com a idade e aumenta com cada ano de escolaridade, mas não apresenta uma associação com o rendimento do agregado familiar. Os que têm uma orientação mais liberal estão mais dispostos a participar em manifestações. No entanto, as diferenças no grau de democracia do país não conseguem explicar as diferenças na participação em manifestações.

No terceiro modelo, analisámos as probabilidades de alguém assinar uma petição nos 12 meses anteriores. Os resultados indicam que a idade, o sexo e o rendimento do agregado familiar não estão associados a esta atividade, ao passo que um percurso escolar mais longo aumenta a probabilidade de assinar uma petição. Os que têm atitudes mais liberais também apresentam uma maior probabilidade de o fazer. Este tipo de protesto está bem estudado e os dados aqui apresentados estão em consonância com conclusões anteriores (por exemplo, Welzel, Inglehart e Deutsch 2005); Dalton, van Sickle e Weldon 2010). Tal como no segundo modelo, o coeficiente da variável contextual não atingiu o nível de significância estatística.

O quarto modelo analisa se os inquiridos publicaram ou partilharam algo sobre política online nos 12 meses anteriores. Os resultados indicam que os jovens do sexo masculino são mais ativos politicamente na Internet do que as jovens do sexo feminino e que o nível de educação está positivamente associado ao ativismo online, bem como a atitudes liberais em relação aos direitos LGBT e a uma atitude positiva em relação aos imigrantes/refugiados. Por último, a probabilidade de envolvimento online aumenta com o grau de democracia do país.

O quinto modelo analisa os fatores associados ao boicote de certos produtos ("buycotts"). A probabilidade de boicote aumenta com a idade, o que está provavelmente relacionado com o aumento do poder de compra dos jovens, bem como com a evolução dos hábitos de consumo. Quanto mais longo o percurso dos jovens no sistema educativo, maior a probabilidade de boicotar certos produtos; as decisões de compra incluem cada vez mais a consideração das conotações ideológicas e de valor associadas. Os jovens que têm atitudes mais liberais estão mais dispostos a utilizar estas estratégias políticas para exprimir uma atitude política. Por último, o contexto democrático está estatisticamente relacionado com os boicotes. Nos países com um sistema mais democrático, esta atividade é mais generalizada.

Quadro 3. Modelos de regressão logística para a participação política não convencional

	OSC ¹			Manifestações			Assinar petições			Envolvimento online			Boicote a produtos		
	Coef.	Coef. Exp.		Coef.	Coef. Exp.		Coef.	Coef. Exp.		Coef.	Coef. Exp.		Coef.	Coef. Exp.	
Interceção	-2.714***	0.066		-2.968***	0.051		-2.948***	0.052		-2.302***	0.1		-4.052***	0.017	
Idade	-.044***	0.957		-.021*	0.979		0.006	1.006		0.009	1.009		.026**	1.027	
Sexo: Feminino (ref. masculino)	-.307***	0.736		-.080	0.923		0.084	1.087		-.198**	0.821		0.003	1.003	
Anos de escolaridade	.113***	1.120		.083***	1.087		.110***	1.116		.069***	1.071		.099***	1.105	
Rendimento	0.023	1.024		-0.025	0.975		0.018	1.018		-0.012	0.988		0.022	1.022	
Variáveis ideológicas															
Escala anti-LGBT	-.194***	0.824		-.232***	0.793		-.377***	0.686		-.303***	0.739		-.278***	0.757	
Escala pró-imigração	.153***	1.165		.376***	1.456		.209***	1.232		0.009	1.009		.197***	1.218	
Variável contextual															
Índice de democracia	.444**	1.483		.142	1.152		0.233*	1.262		.205**	1.227		.537**	1.711	
ICC	0.17			0.087			0.079			0.031			0.102		
N1 ²	7080			7080			7071			7067			7067		
N2 ³	29			29			29			29			29		

1. OSC - Participação em organizações da sociedade civil

2. Número de casos - indivíduos

3. Número de casos - países

Fonte: ESS 2020, jovens (15-30), ponderados por ponderação pós-estratificação.

***p < 0.001; **p < 0.01; *p < 0.05.

Discussão e conclusões

A fim de analisar os fatores individuais e contextuais associados a diferentes tipos de participação política entre os jovens na Europa, utilizámos os dados da nona ronda do Inquérito Social Europeu (ESS - *European Social Survey*) e aplicámos uma abordagem analítica multinível. Em primeiro lugar, observámos que as formas de participação política dos jovens europeus são a) diversificadas e b) existem diferenças significativas entre os países.

Descritivos

Os jovens europeus participam em diferentes formas de ativismo político, mas em diferentes graus: cada uma das nove atividades examinadas é praticada por alguns, mas nenhuma atividade é praticada por todos. Como seria de esperar, a votação é de longe a forma mais popular de participação. O nível mais elevado é registado na Suécia: 86,6% da subamostra de jovens votou nas eleições anteriores. Outras atividades relativamente frequentes são a assinatura de petições, o boicote a produtos e a publicação de conteúdos online.

As diferenças entre países são também notáveis, e envolvem tanto formas convencionais como não convencionais de participação. Os jovens, em particular na região do Norte da Europa, parecem ser ativos a níveis acima da média na maioria dos aspetos, mas são óbvias as variações dentro de cada região. No entanto, a discussão das diferenças entre países ultrapassa o âmbito do presente documento.

Controlos e dados sociodemográficos

Os padrões dos fatores de previsão sociodemográficos significativos das formas de participação convencionais e não convencionais são, na sua maioria, semelhantes e podem ser discutidos em conjunto. Os resultados obtidos para os fatores de previsão de nível individual correspondem, em geral, às nossas expectativas, com algumas exceções. Por exemplo, a participação eleitoral é prevista pela idade mais avançada (apesar de a amostra ser limitada a jovens), género masculino, educação e rendimento. Cada um destes coeficientes corresponde ao esperado se os compararmos com os resultados da meta-análise de Smets e van Ham (2013) sobre os fatores de previsão da participação. Um desvio a este respeito é a atividade de utilização de um crachá de campanha, em que nenhuma variável socioeconómica provou ser um fator de previsão significativo. A razão pode estar na especificidade cultural desta atividade, conforme demonstrado pela grande variação na frequência destas atividades entre países. Por exemplo, esta atividade é relativamente comum nos países da Europa do Norte e Ocidental, mas rara na Europa Oriental. Na Noruega, quase 47% dos jovens usaram crachás de campanha, enquanto em países como a Sérvia, a Hungria e a Eslováquia, os números são inferiores a 3%.

A variável "idade" apresentou alguns resultados inesperados. Embora "os jovens adultos sejam notoriamente abstmios" (Smets e van Ham 2013: 348), os resultados mostram que a idade está positivamente correlacionada com o voto nas eleições. A idade também está associada ao contacto com políticos e ao boicote de produtos; está negativamente associada à participação em organizações da sociedade civil e à participação em protestos. A idade é um dos fatores de previsão mais estáveis da participação (Smets e van Ham 2013; Blais, Gidengil e Nevitte 2004), uma vez que reflete a entrada gradual na política convencional e a necessidade de criar um hábito de participação (por exemplo, de votar, Miller e Shanks 1996; Verba e Nie 1972).

O boicote de produtos ("Buycotts"), enquanto expressão de preferências políticas, implica um certo nível de independência económica que acompanha assumir papéis de adultos, como a conclusão da escolaridade, a entrada no mercado de trabalho e a independência financeira. No entanto, as associações negativas da idade com a participação em associações e manifestações são mais intrigantes. É possível que a participação em manifestações seja menos compatível com os papéis e responsabilidades dos adultos. No entanto, não está claro o que poderá explicar a diminuição da participação nas organizações da sociedade civil com o aumento da idade. É necessária uma investigação mais aprofundada para determinar se estes resultados são fiáveis.

Os resultados relativos à educação sugerem que este facto é de especial relevância para a participação política em geral. A educação é um recurso fundamental e facilita a participação política (por exemplo, Smets e van Ham 2013; Persson 2015; Brady, Verba e Schlozman 1995). Permite uma melhor compreensão do mundo da política e da sociedade. Além disso, um nível de educação superior - especialmente o ensino universitário - oferece mais opções para o envolvimento em várias formas de associações e ações ad hoc e, como tal, representa um elemento fundamental e um "quadro de recrutamento" para o ativismo dos jovens (Flanagan et al. 2012; Persson 2015).

Embora a "diferença de género" na participação tenha sido referida na literatura (por exemplo, Paxton, Kunovich e Hughes 2007), entre os adultos, o género não é um indicador fiável da participação eleitoral (Smets e van Ham 2013). De acordo com os nossos resultados, os elementos do sexo masculino jovens europeus estão mais envolvidos em várias formas de participação do que os elementos do sexo feminino jovens da Europa. Os homens tendem a votar com mais frequência, estão mais dispostos a contactar os políticos e a participar no trabalho dos partidos políticos e de outras associações, e estão mais frequentemente ativos na Internet. Não há nenhuma forma de participação em que as mulheres estejam mais envolvidas do que os homens. Os resultados apoiam assim a tese de que a socialização específica das mulheres - mas também as barreiras sistémicas em muitos países - conduzem a um menor interesse e envolvimento (por exemplo, Inglehart, Norris e Ronald 2003; Pfanzelt e Spies 2018; Milbrath e Goel 1977).

Em geral, as associações observadas entre as variáveis socioeconómicas e demográficas apoiam o "modelo de recursos" da participação (por exemplo, Smets e van Ham 2013; Brady, Verba e Schlozman 1995; Nygård, Söderberg e Nyman-Kurkiala 2016; Verba e Nie 1972). A essência do modelo é captada por Verba e Nye, por exemplo, que concluem que aqueles que participam na política são os que possuem as competências, o tempo e o dinheiro necessários (Verba e Nie 1972; Brady, Verba e Schlozman 1995).

Orientações ideológicas

A relação entre as orientações ideológicas e a participação revela ligações interessantes. Ao analisar a população jovem, as atitudes mais positivas dos inquiridos em relação aos direitos LGBT e aos imigrantes estão associadas a um maior envolvimento em quase todas as formas de participação política. Aqueles que têm uma atitude mais liberal nestas duas questões são mais frequentemente ativos a nível político e cívico. Ser liberal significa atribuir mais importância aos direitos humanos e às liberdades, ter aspirações de liberdade mais intensas e valorizar mais a utilidade da liberdade (por exemplo, Welzel 2013). Assim, confirmarmos a nossa hipótese de inicial.

Esta constatação é consistente com a visão emancipatória e baseada em valores das causas do ativismo político não convencional. Questionar e desafiar, em vez de seguir e cumprir, são por vezes vistos como a norma para os cidadãos democráticos da atualidade, mas tal pode vir de ambos os lados do espectro político. No que respeita à participação eleitoral entre os adultos, por exemplo, a ideologia esquerda-direita não está consistentemente associada à participação (Smets e van Ham 2013). No entanto, a ideologia pode ser associada, dependendo de um determinado tempo e lugar. Aparentemente, no final da segunda década do século XXI, os jovens liberais apresentam uma maior tendência para ser um pouco mais ativos a nível político.

Especulámos que as atitudes anti-imigração, em particular, poderiam estar associadas a um maior ativismo, dada a proeminência da recente crise migratória, que coincidiu com os anos de formação política das nossas amostras de jovens. No entanto, os resultados mostraram que, de facto, as posições liberais em ambas as dimensões ideológicas estudadas são caracterizadas por uma participação média mais elevada.

No entanto, é necessária mais investigação para determinar se esse aumento de ativismo entre os jovens liberais também se aplica a outras questões políticas (por exemplo, questões socioeconómicas de esquerda-direita), ou se apenas se aplica aos que se encontram na dimensão do libertarianismo-autoritarismo.

Contexto

O contexto sociopolítico - por outras palavras, o nível de democratização da política - está associado a variações na participação política de várias formas interessantes. Em primeiro lugar, o nível de democratização parece ser mais importante para a participação em atividades não convencionais (organizações da sociedade civil, boicotes, publicação na Internet) do que nas formas formais e mais convencionais (o único coeficiente significativo diz respeito ao uso culturalmente específico de crachás de campanha e/ou à colocação de autocolantes).

É possível que, no contexto europeu, as instituições democráticas de base estejam relativamente bem estabelecidas e seguras, independentemente do facto de um país estar classificado numa posição mais baixa ou mais alta em termos de qualidade da democracia. O voto, o contacto com os políticos e o ativismo partidário são atividades ao alcance de todos em cada um dos países estudados, pelo que o nível global de democratização não está associado a estas formas de participação. Talvez as diferenças entre os níveis de democracia na Europa não sejam tão notórias que permitam que o suposto efeito passivizador da democracia imperfeita se materialize, pelo menos em termos de votação e de atividades convencionais semelhantes.

Os jovens dos países mais desenvolvidos a nível democrático participam com relativamente mais frequência em atividades políticas não convencionais, como o trabalho em organizações da sociedade civil, a publicação online e o boicote a produtos. A associação entre a participação em organizações da sociedade civil e o nível de democracia apoia a ideia de que um dos pré-requisitos básicos para o funcionamento de um sistema democrático é uma sociedade civil desenvolvida. Ao contrário do voto, a participação nas organizações da sociedade civil é autosseleccionada e, normalmente, tem em conta a orientação ideológica da organização. Embora os jovens com atitudes anti-LGBT possam participar mais nas igrejas (que não são abrangidas pela categoria "OSC"), é mais comum encontrar jovens com opiniões liberais sobre o género entre os participantes em organizações da sociedade civil. Este facto indica também

a importância de analisar formas específicas de participação, e não apenas as convencionais e não convencionais.

A explicação para a maior frequência de participação não convencional em contextos mais democráticos pode residir no facto de os jovens dos países mais desenvolvidos a nível democrático terem mais oportunidades e canais de participação estabelecidos, infraestruturas adequadas, instituições mais recetivas e uma socialização política que lhes permite participar nos processos políticos, em comparação com países onde os procedimentos democráticos ainda estão a ser estabelecidos e as infraestruturas cívicas ainda estão a ser construídas - por outras palavras, precisamente porque vivem em sociedades que lhes permitem fazê-lo. Também é possível que o facto de crescer numa sociedade mais democrática crie uma cultura política ativista e também expectativas e exigências democráticas. Este facto pode refletir a tendência das pessoas para "protestar porque podem" (Dalton, van Sickle e Weldon 2010: 72) - por outras palavras, não porque são privadas, mas porque são motivadas principalmente pela procura de mais direitos e liberdades (Barnes e Kaase 1979); Inglehart 1990; Inglehart e Welzel 2005; Welzel 2013; Norris 2002; Dalton, van Sickle e Weldon 2010; Welzel e Deutsch 2012; Verba, Sclozman e Brady 1995). No entanto, é necessária mais investigação para analisar se isto significa que as sociedades mostram maior resistência à mudança numa direção liberal, o que criaria uma procura de maior ativismo político.

Globalmente, as nossas conclusões são claras. Os preditores socioeconómicos da participação dos jovens são basicamente os mesmos que os utilizados para a população em geral (para o resumo relativo ao voto, por exemplo, ver Smets e van Ham 2013). Em particular, a idade e a educação são preditores particularmente consistentes da participação, enquanto o género o é em menor grau. Mais interessante é o facto de a participação política dos jovens não parecer ser neutra do ponto de vista ideológico. As posições liberais em relação aos direitos LGBT e aos imigrantes estão associadas a um maior ativismo em todos os setores. Por último, o contexto político democrático é uma variável macro que prevê algumas formas de ativismo, em particular as não convencionais. Com base nos resultados obtidos, é viável dizer algo sobre o futuro da política europeia? Não com toda a certeza. No entanto, se a participação política global continuar a ser mais elevada entre os setores liberais do público, o quadro político da Europa daqui a 20 ou 30 anos poderá ser diferente do das últimas décadas, caracterizadas como foram pela viragem conservadora dos anos 80 (por exemplo, Ignazi 1992) e pelo retrocesso cultural dos anos 2000 (Norris e Inglehart 2019). Por outro lado, se envelhecer e ser sábio significa também tornar-se mais conservador,⁴² não são de esperar grandes alterações no panorama político.

Para investigação futura, sugerimos que se examine o papel de outras dimensões atitudinais e ideológicas para além das incluídas neste estudo. Por exemplo, vale a pena analisar a dimensão clássica esquerda-direita. Seria importante examinar a influência de outras variáveis de nível macro e as suas interações com as variáveis de nível micro. Por exemplo, acrescentar indicadores da inclusão institucional dos direitos e liberdades LGBT poderia afetar o papel da dimensão ideológica LGBT. Embora a metodologia do Inquérito Social Europeu utilize os indicadores clássicos de participação política, seria útil considerar outras formas de participação e motivações dos jovens para se empenharem na vida política, como a participação digital, os agrupamentos subculturais,

42. Como originalmente expresso por Batbie (Alpert 2016: 647): "Aquele que não é republicano aos vinte anos obriga-nos a duvidar da generosidade do seu coração; mas aquele que, depois dos trinta, persiste, obriga-nos a duvidar da solidez da sua mente." Anselme Polycarpe Batbie (jurista académico francês do século XIX).

os desempenhos artísticos e a utilização alternativa dos espaços públicos. Para além da frequência da participação, é igualmente importante prestar atenção à motivação subjacente à participação. A participação, por exemplo, pode ser motivada por razões clientelistas. Assim, o contexto democrático pode estar relacionado não só com a manifestação, mas também com a motivação subjacente.

Referências bibliográficas

- ▶ Achterberg P. (2006), "Class voting in the new political culture: economic, cultural and environmental voting in 20 western countries", *International Sociology*, 21(2), pp. 237-261.
- ▶ Adorno et al. (1950), *The authoritarian personality*, Harper and Row, Nova Iorque.
- ▶ Alpert J. S. (2016), "If you are not a liberal when you are young, you have no heart, and if you are not a conservative when old, you have no brain", *The American journal of medicine*, 129(7), pp. 647-648.
- ▶ Altemeyer B. (1996), *The authoritarian specter*, Harvard University Press, Cambridge.
- ▶ Barnes S. H. e Kaase M. (eds) (1979), *Political action: mass participation in five Western democracies*, Sage, Beverly Hills.
- ▶ Blais A. (2007), "Turnout in elections", em Dalton R. J e Klingemann H. D. (eds), *The Oxford handbook of political behavior*, Oxford University Press, Oxford, pp. 621-635.
- ▶ Blais A., Gidengil E. e Nevitte N. (2004), "Where does turnout decline come from?", *European journal of political research*, 43(2), pp. 221-236.
- ▶ Brady H. E., Verba S. e Scholzman K. L. (1995), "Beyond SES: A resource model of political participation", *American political science review*, 89(2), pp. 271-294.
- ▶ Burns N., Scholzman L. e Verba S. (2001), *The private roots of public action*, Harvard University Press, Cambridge, MA.
- ▶ Dalton R., Siddle A. (van) e Weldon S. (2010), "The individual-institutional nexus of protest behaviour", *British Journal of Political Science*, 40(1), pp. 51-73.
- ▶ Dalton R. e Welzel C. (2014), *The civic culture transformed: from allegiant to assertive citizens*, Cambridge University Press, Nova Iorque.
- ▶ Dauphinais P. D., Barkan E. S. e Cohn S. F. (1992), "Predictors of rank-and-file feminist activism: evidence from the 1983 General Social Survey", *Social Problems*, 39, pp. 332-344.
- ▶ Fieldhouse E., Tranmer M. e Russell A. (2007), "Something about young people or something about elections? Electoral participation of young people in Europe: evidence from a multi-level analysis of the European Social Survey", *European Journal of Political Research*, 46, 797-822.
- ▶ Flanagan S. C. (1987), Changing values in industrial societies revisited: towards a resolution of the values debate, *American Political Science Review*, 81(4), pp. 1303-1319.
- ▶ Flanagan S. C. e Lee A. R. (2003), The new politics, culture wars, and the authoritarian-libertarian value change in advanced industrial democracies, *Comparative Political Studies*, 36(3), pp. 235-270.

- ▶ Flanagan S. C. et al. (2012), Political incorporation and the protracted transition to adulthood: the need for new institutional inventions, *Parliamentary Affairs*, 65(1), pp. 29-46.
- ▶ Fox S. (2015), "Apathy, alienation and young people: the political engagement of British millennials", tese de doutoramento, Universidade de Nottingham.
- ▶ Furlong A. e Cartmel F. (2012), "Social change and political engagement among young people: generation and the 2009/2010 British Election Survey", *Parliamentary Affairs*, 65(1), pp. 13-28.
- ▶ Henn M. e Foard N. (2014), "Social differentiation in young people's political participation: the impact of social and educational factors on youth political engagement in Britain", *Journal of Youth Studies*, 17(3), pp. 360-380.
- ▶ Ignazi P. (1992), "The silent counter-revolution: hypotheses on the emergence of extreme right-wing parties in Europe", *European Journal of Political Research*, 22(1), pp. 3-34.
- ▶ Inglehart R. (1990), *Culture shift in advanced industrial society*, Princeton University Press, Princeton.
- ▶ Inglehart R., Norris P. e Ronald I. (2003), *Rising tide: gender equality and cultural change around the world*, Cambridge University Press, Cambridge.
- ▶ Inglehart R. e Welzel C. (2005), *Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence*, Cambridge University Press, Cambridge.
- ▶ Kaase M. e Marsh M. (1979), "Political Action: A Theoretical Perspective", In Barnes S.H. e Kaase M. (eds.), *Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies*, Sage, Londres, pp. 27-56.
- ▶ Kirbiš A. (2013), "Political participation and non-democratic political culture in western Europe, east-central Europe and post-Yugoslav countries", em Demetriou K. N (ed.), *Democracy in transition: political participation in the European Union*, Springer, Berlin.
- ▶ Kriesi H. (1998), "The transformation of cleavage politics: the 1997 Stein Rokkan lecture", *European Journal of Political Research*, 33(2), pp. 165-185.
- ▶ Macedo S. et al. (2005), *Democracy at risk: how political choices undermine citizen participation, and what we can do about it*, Brookings Institution Press, Washington.
- ▶ Marsh D., O'Toole T. e Jones S. (2007), "The context and consequence of political participation: citizenship and governance in the UK", *Young people and politics in the UK*, Palgrave Macmillan, Londres, pp. 31-58.
- ▶ McAdam D., McCarthy J. D. and Zald M. (1996), "Introduction: opportunities, mobilizing structures, and framing: toward a synthetic comparative perspective on social movements", in McAdam D., McCarthy J. D. and Zald M. (eds), *Comparative perspectives on social movements*, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 1-20.
- ▶ Milbrath L. e Goel M. (1977), *Political participation: how and why do people get involved in politics?*, Rand McNally, Chicago.
- ▶ Miller W. E. e Shanks J. M. (1996), *The new American voter*, Harvard University Press, Cambridge, MA.
- ▶ Morris D. S. e Morris J. S. (2013), "Digital inequality and participation in the political process: real or imagined?", *Social Science Computer Review*, 31(5), pp. 589-600.

- ▶ Norris P. (2002), *Democratic phoenix: reinventing political activism*, Cambridge University Press, Cambridge.
- ▶ - (2003), "Young people and political activism: from the politics of loyalties to the politics of choice?", comunicação apresentada no simpósio do Conselho da Europa intitulado "Young people and democratic institutions: from disillusionment to participation", Estrasburgo, 27-28 de novembro.
- ▶ Norris P. e Inglehart R. (2019), *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*, Cambridge University Press, Cambridge.
- ▶ Nygård M. Söderberg P. e Nyman-Kurkiala P. (2016), "Patterns and drivers of political participation among ninth-graders: evidence from a Finnish regional survey", *Young*, 24(2), pp. 118-138.
- ▶ Oni A. et al. (2017), "Empirical study of user acceptance of online political participation: integrating civic voluntarism model and theory of reasoned action", *Government Information Quarterly*, 34(2), pp. 317-328.
- ▶ Pavlović Z., Todosijević B. e Komar O. (2019), "Education, authoritarianism, and party preference in the Balkans", *Problems of Post-Communism*, 66(6), pp. 402-417.
- ▶ Paxton P., Kunovich S. e Hughes M. M. (2007), "Gender in politics", *Annual Review of Sociology*, 33, pp. 263-284.
- ▶ Persson M. (2015), "Education and political participation", *British Journal of Political Science*, 45(3), pp. 689-703.
- ▶ Pfanzelt H. e Spies D. (2018), "The gender gap in youth political participation: evidence from Germany", *Political Research Quarterly* 2019, 72(1) pp. 34-48.
- ▶ Pilkington H. e Pollock G. (2015), "'Politics are bollocks': youth, politics and activism in contemporary Europe", *The Sociological Review*, 63(S2), pp. 1-35.
- ▶ Pisani M. et al. (eds) (2018), *Between insecurity and hope: reflections on youth work with young refugees*, Youth Knowledge Book No. 24, Conselho da Europa e Comissão Europeia, Publicações do Conselho da Europa, Estrasburgo.
- ▶ Regt S. (de), Mortelmans D. e Smits T. (2011), "Left-wing authoritarianism is not a myth, but a worrisome reality: evidence from 13 eastern European countries", *Communist and Post-Communist Studies*, 44(4), pp. 299-308.
- ▶ Renström E. A., Aspernäs J. e Bäck H. (2020), "The young protester: the impact of belongingness needs on political engagement", *Journal of Youth Studies*, pp. 1-18.
- ▶ Smets K. e Ham C. (van) (2013), "The embarrassment of riches? A meta-analysis of individual-level research on voter turnout", *Electoral studies*, 32(2), pp. 344-359.
- ▶ Stanojević D., Gundogan D. e Babović M. (2016), "Clientelistic relations between political elite and entrepreneurs in Serbia" *Sociologija*, LVIII(2).
- ▶ Tarrow S. (1996), "States and opportunities: the political structuring of social movements", in McAdam D., McCarthy J. D. and Zald M. (eds), *Comparative perspectives on social movements*, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 41- 61.
- ▶ *The Economist* (2021), "Democracy index 2020": in sickness and in health?" Relatório da Economist Intelligence Unit, disponível em www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2020/, acessado em 10 de agosto de 2022.

- ▶ Verba S. and Nie N. H. (1972), *Participation in America: political democracy and social equality*, Harper and Row, Nova Iorque.
- ▶ Verba S., Scholzman K. and Brady H. (1995), *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*, Harvard University Press, Cambridge.
- ▶ Waal J. (van der), Achterberg P. e Houtman D. (2007), "Class is not dead-it has been buried alive: class voting and cultural voting in postwar western societies (1956-1990)", *Politics and Society*, 35(3), pp. 403-426.
- ▶ Welzel C. (2013), *Freedom rising: human empowerment and the quest for emancipation*, Cambridge University Press, Cambridge.
- ▶ Welzel C. e Deutsch F. (2012), "Emancipative values and non-violent protest": the importance of 'ecological' effects", *British Journal of Political Science*, 42(2), pp. 465-479.
- ▶ Welzel C. Inglehart R. e Deutsch F. (2005), "Social capital, voluntary associations and collective action: which aspects of social capital have the greatest 'civic' payoff?", *Journal of Civil Society*, 1(2), pp.121-146.
- ▶ Xenos M., Vromen A. e Loader B. D. (2014), "The great equalizer? Patterns of social media use and youth political engagement in three advanced democracies", *Information, Communication & Society*, 17(2), pp. 151-167.

Ensaio

Jovens transnacionais europeus a tecer o destino da Europa

Narcis George Matache

Introdução

Aalborg (Denmark), novembro de 2013. Em frente a uma mesa de voto, uma jovem eslovaca é entrevistada. O jornalista dinamarquês pergunta: "Como foi a experiência de votar na Dinamarca?", ao que a mulher eslovaca responde com lágrimas nos olhos: "Nunca pensei sentir a alegria da democracia; é a primeira vez que voto e estou contente por o ter feito num país onde o meu voto conta realmente." A conversa decorreu em inglês e teve eco em relatos dos media de muitos outros distritos eleitorais onde, para surpresa dos funcionários das mesas de voto, não falantes de dinamarquês se apresentaram para votar. Avançando no tempo, maio de 2020, na mesma cidade. Um grupo diversificado de pessoas juntou-se na praça pública com cartazes erguidos, com desenhos e mensagens escritas em inglês, tais como "O aborto é um direito" e "O meu corpo, a minha escolha". À sua frente, três oradores tentam incentivar o público com o mesmo discurso em três línguas (dinamarquês, inglês e polaco) - um discurso sobre as leis antiaborto na Polónia. A marcha é gravada em vídeo, são tiradas fotografias e os media polacos tomam conhecimento do protesto na Dinamarca.

Duas imagens comoventes de jovens a tecer o destino da Europa. Enquanto participante nesses eventos, compreendi o significado e o poder dos cidadãos europeus trans, os primeiros verdadeiros cidadãos europeus. Em 2019, cerca de 17,1 milhões de cidadãos da então UE28 viviam noutro país - com 45% deles a instalarem-se na Alemanha e no Reino Unido (Busquets Guàrdia 2019). O número médio de europeus que vivem noutro país aumentou de 2,4% em 2010 para 3,3% em 2020 (Eurostat 2021). Esta crescente circulação de cidadãos na UE criou a base para uma Europa Unida.

A raiz do poder: direitos eleitorais no Estado de acolhimento

O direito de voto e de elegibilidade nas eleições locais e regionais no Estado de acolhimento foi instituído em 1994, através da Diretiva 94/80/CE do Conselho (Conselho da União Europeia, 1994). A maioria dos que fazem uso deste direito podem ser designados por "transnacionais europeus". No entanto, não existe uma definição oficial para este termo. Utilizo-o para descrever os cidadãos europeus que vivem num Estado-Membro da UE que não o seu Estado de origem. Na minha opinião, existem dois tipos de transnacionais europeus: os "acordados" e os "adormecidos". "Acordados" se conhecem os seus direitos

eleitorais e estão dispostos a utilizá-los para exercer influência, e "adormecidos" se não conhecem os seus direitos eleitorais e consideram-se hóspedes no Estado de acolhimento. Para ser designado por "acordado", um transnacional europeu tem de completar a corrida de obstáculos que se situa entre a descoberta dos seus direitos eleitorais e o exercício de influência tanto no Estado de acolhimento como no Estado de origem.

Estudo de caso: Aalborg (Dinamarca)

Em menos de uma década, a antiga cidade industrial de Aalborg tornou-se uma cidade cosmopolita totalmente ligada à realidade europeia. A chegada de estudantes e trabalhadores de toda a Europa colocou a cidade no caminho da internacionalização, tornando-se a cidade europeia mais feliz e mais segura, bem como a mais diversificada da Dinamarca. À medida que mudavam o que estava à sua volta, os jovens recém-chegados tomavam consciência do seu poder político e começavam a interessar-se por moldar também o lugar que tinham deixado para trás.

Descobri os meus direitos eleitorais quando estava na Dinamarca e quis ter mais influência na tomada de decisões a nível local. Queria partilhar este conhecimento com outros transnacionais europeus, mas foi mais difícil do que esperava. Comecei a trabalhar nesta questão em 2012 e, embora se tenham registado alguns progressos, continuam a existir inúmeros obstáculos. O primeiro obstáculo, e o mais difícil de ultrapassar, é a falta de confiança na política e nos políticos. A maioria dos transnacionais europeus não está satisfeito com a situação nos seus Estados de origem e culpa a corrupção do sistema político. Para remediar esta relação, utilizámos a seguinte fórmula em Aalborg: organizar eventos não políticos (como eventos culturais e desportivos), onde os cidadãos pudessem encontrar-se com os políticos; organizar reuniões de informação com conclusões concretas; e fazer promessas que se tornaram realidade. A criação de confiança tem sido um processo lento e meticuloso, mas com efeitos a longo prazo.

Uma vez reconquistada a confiança na política, surge o obstáculo da motivação. "Porque é que um recém-chegado deve ter o poder de decidir o destino da sociedade local?" era uma pergunta que ouvíamos com frequência. O nosso argumento sempre foi: "Todos respiram o mesmo ar, bebem a mesma água, utilizam os mesmos transportes públicos, os filhos frequentam a mesma escola, passam os fins-de-semana nas mesmas áreas naturais, vão aos mesmos eventos culturais". E também: "Pagam impostos aqui, porque é que não podem participar na tomada de decisões?

Depois de terem sido persuadidos a exercer o seu direito de voto, colocam-se outras questões. Em que é que estou a votar? Em quem devo votar? Porque é que os políticos não falam dos meus problemas? Como é que eu voto? Estas perguntas revelam uma série de obstáculos: falta de conhecimento sobre o funcionamento dos conselhos locais e regionais; materiais políticos, debates e discursos numa língua difícil de compreender; falta de diálogo entre os políticos locais e os transnacionais europeus e um processo de votação difícil de entender. Uma verdadeira corrida de obstáculos, mas que trouxe inovações para o cenário político dinamarquês.

Enquanto em 2012 a campanha que eu liderava era a única que utilizava o inglês (debates, discursos e materiais) e tentava efetivamente falar com os transnacionais europeus, em 2021 tivemos campanhas políticas multilingues em toda a Dinamarca. Se em 2012, ver um debate

em inglês entre políticos dinamarqueses locais era uma anomalia, em 2021 tornou-se normal em quase todas as cidades.

Ao longo dos anos, vimos o primeiro partido político a acolher falantes não dinamarqueses; o primeiro clube político para não dinamarqueses locais; a primeira iniciativa local de não dinamarqueses a ser aprovada no Conselho Municipal; o primeiro não dinamarquês eleito nas eleições universitárias; e o primeiro não dinamarquês a candidatar-se ao conselho regional. Esta série de estreias não teve apenas impacto em Aalborg, mas abriu caminho para o resto do país. O panorama político mudou de zero candidatos transnacionais europeus às eleições locais em 2013 para cinco em 2017 e mais de 30 em 2021. Tudo isto mostra que o número de transnacionais europeus que agora estão "acordados" aumentou, bem como o seu desejo de influência e de mudança.

A praça da cidade tornou-se um local onde a democracia era praticada regularmente - o "novo normal" significava ver romenos e húngaros a protestarem juntos contra Orbán; Alemães e polacos a marcharem juntos contra Kaczyński; e europeus não dinamarqueses e dinamarqueses a segurarem cartazes uns ao lado dos outros, exigindo mais empregos para estudantes. As redes sociais, como o Facebook, desempenharam outro papel importante neste processo, como fonte de informação e plataforma de organização local e da diáspora. Jovens romenos da Dinamarca envolveram-se na criação de movimentos políticos na Roménia. Jovens húngaros da Dinamarca organizaram protestos em Budapeste a favor da liberdade de imprensa. E a lista continua...

Conclusão

A juventude representa o futuro de um país e a força motriz para desafiar o status quo. Cada país tem uma realidade cuidadosamente elaborada, que pode gerar apatia ou revolta entre os jovens. Se essa realidade for considerada injusta, os desafiantes do status quo têm duas opções: lutar ou fugir. Mas se se pudesse fazer as duas coisas? Esta é a história dos indivíduos que nasceram num Estado-Membro, mas vivem noutro. Ligados a ambas as realidades, estão a reformular a democracia no Estado de acolhimento, influenciando simultaneamente o desenvolvimento da democracia no seu Estado de origem. Separados, representam os primeiros cidadãos europeus a ter o poder de tecer em conjunto as diferentes realidades europeias.

Com o poder da cidadania europeia, os transnacionais europeus põem em causa os traços fundamentais do cenário político do Estado de acolhimento (linguagem do discurso político e das campanhas, contexto dos atores políticos, agenda política, etc.) e forçam a entrada de questões do seu estado de origem nessa realidade. Ao mesmo tempo, os avanços tecnológicos e a liberdade de circulação permitem-lhes continuar a lutar contra as injustiças no seu país de origem e forçar mudanças fundamentais nos valores da sociedade. Estas duas realidades são tecidas e ancoradas numa realidade emergente, a realidade europeia. Não podendo ser subjugados por nenhum Estado, experimentam uma liberdade sem precedentes, que utilizam para alimentar a luta contra os "velhos costumes", influenciando assim as duas realidades.

Referências bibliográficas

- ▶ Busquets Guàrdia A. (2019), "Expat vote – How many Europeans live abroad: a look at citizens living in other EU countries, in graphics and charts", *Político*, disponível em www.politico.eu/article/expat-vote-how-many-europeans-live-abroad/, acedido em 10 de agosto de 2022.
- ▶ Conselho da União Europeia (1994), Diretiva 94/80/CE do Conselho, de 19 de dezembro de 1994, que estabelece as regras de exercício do direito de voto e de elegibilidade nas eleições autárquicas dos cidadãos da União residentes num Estado-membro de que não tenham a nacionalidade, *Jornal Oficial da União Europeia*, 31 de dezembro, L 368, Luxemburgo.
- ▶ Eurostat (2021), "EU citizens living in another member state: statistical overview", disponível em https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=EU_citizens_living_in_another_Member_State_-_statistical_overview.

Capítulo 7

A "cidadania europeia" e a participação democrática dos jovens: um estudo de caso da Finlândia

Maija Lehto

Introdução

O debate societal sobre a participação dos jovens desde o início do novo milénio tem sido baseado principalmente em duas premissas. Por um lado, tem-se observado uma crescente preocupação pública com o declínio evidente da participação cívica e política tradicional – como o voto em eleições ou o envolvimento regular em movimentos políticos e organizações da sociedade civil – o que gerou a ideia generalizada de que os jovens estão cada vez menos interessados em questões cívicas e políticas, colocando em risco o bom funcionamento da democracia (Bennett 1998; Dalton 2008; Norris 2004). Por outro lado, as novas práticas de participação dos jovens, que se desenvolvem fora das ideologias, estruturas ou instituições políticas convencionais e estão associadas a espaços sociais entre as esferas pública e privada, despertaram a curiosidade e desafiaram a narrativa do desinteresse cívico e político dos jovens (Bennett 1998; Dalton 2008; Inglehart 1997; Norris 2004; O'Toole 2015). No entanto, as novas práticas de participação também provocaram polémica. Embora estas práticas possam, sem dúvida, capacitar os jovens ao ampliar o seu leque de atividades cívicas e políticas e fortalecer a sua agência (Dalton 2008: 92; Norris 2004: 3-5), o tipo de cultura política que se distancia das formalidades habituais da participação democrática também pode estar associado à fragmentação da sociedade e à deterioração do tecido social (Putnam 2000; Somers 2008), além de diminuir o compromisso social com as normas de responsabilidade pública na salvaguarda dos direitos (Somers 2008). A pluralização e a transformação das abordagens e dos mecanismos de participação dos jovens têm sido, de facto, associadas a uma crescente desconfiança em relação ao funcionamento dos processos democráticos convencionais (Inglehart 1997). Estarão os jovens a afastar-se das questões de interesse público ou a encontrar novas formas de se capacitarem em termos cívicos e políticos?

As questões e os dilemas relativos à participação dos jovens refletem a evolução das relações entre os cidadãos e as comunidades cívicas e políticas nas sociedades contemporâneas. Embora as várias reivindicações por direitos, identidades e alianças para além do Estado como principal referência de pertença e participação sejam cada vez mais reconhecidas, as definições tradicionais de subjetividade política, agência, quadros e relações de poder têm sido cada vez mais questionadas (Benhabib 2004; Isin 2009; Somers 2008). As práticas de participação, e também a compreensão do próprio conceito de cidadania, estão a sofrer

transformações (Isin 2009: 368-372). Este fenómeno é frequentemente descrito nas ciências sociais como a transição da sociedade moderna para a sociedade tardo-moderna, ocorrida desde a segunda metade do século XX, referindo-se à maturação e reorganização das forças sociais que originalmente moldaram a ordem social moderna (Giddens 1990; Giddens 1991; Hall 1999: 26). Muitos teóricos da sociedade tardo-moderna sublinham a mudança fundamental na relação entre o indivíduo e a sociedade, nomeadamente a crescente autonomia do indivíduo em relação às estruturas sociais. A título de exemplo, a teoria da "modernização reflexiva" afirma que quanto mais a modernização avança, maior a capacidade dos indivíduos para refletir sobre as suas condições sociais e para as mudar (Beck, Giddens e Lash 1995: 236). Por outro lado, os pontos de vista críticos sobre a "reflexividade" tardo-moderna argumentam, por exemplo, que essa disposição capacitada é acessível apenas a alguns privilegiados e não deve ser considerada universalmente aplicável (Skeggs 2014: 111-115). Como a cidadania é considerada o principal mecanismo de solidariedade social sobre as estruturas de exclusão (Turner 1997: 5), a sua ligação a este debate acontece através das questões de moralidade e justiça social.

Este capítulo analisa a forma como o conceito de cidadania europeia, tal como é entendido e utilizado no contexto do trabalho com jovens europeus, em particular os programas de mobilidade transnacional para fins de aprendizagem da UE no domínio da juventude,⁴³ enquadra os ideais e as práticas éticas e normativas da participação dos jovens na modernidade tardia. A tónica é colocada na forma como a cidadania europeia se desenvolve efetivamente para os jovens e, subsequentemente, como esta se relaciona com as tendências contemporâneas da moralidade cívica e política.

A contribuição baseia-se na investigação empírica realizada na Finlândia sobre a formação discursiva das "disposições de cidadania" europeia dos jovens finlandeses, no âmbito dos programas de mobilidade transnacional para fins de aprendizagem da UE no domínio da juventude (Lehto 2020). O estudo centrou-se na forma como a subjetividade e a agência cívica e política dos jovens se manifestaram (ou não) durante o programa de mobilidade para fins de aprendizagem e como isso moldou as suas identidades cívicas e políticas - especificamente, a dimensão europeia dessas identidades. O principal objetivo da investigação era saber se o conceito de cidadania europeia e as práticas que lhe estão associadas poderiam ultrapassar os dilemas específicos relativos à participação democrática dos jovens e à sua ação política efetiva, prevalentes nos quadros modernos e tardo-modernos, e proporcionar aos jovens uma nova disposição de cidadania construtiva e capacitadora. O estudo teve como objetivo contribuir para o debate sociológico sobre a mudança do conceito, da ética e das práticas de cidadania da sociedade moderna para a sociedade tardo-moderna, e sobre a forma como este processo se relaciona com os mecanismos de reprodução ou de combate à desigualdade estrutural. O estudo centrou-se no contexto finlandês, mas as conclusões podem ser potencialmente aplicáveis a qualquer outro país europeu com tendências semelhantes de participação dos jovens e com acesso aos programas de mobilidade transnacional para fins de aprendizagem da UE no domínio da juventude.

43. Neste capítulo, refere-se principalmente ao programa Erasmus+ (2014-20) no domínio da juventude e ao seu antecessor, o programa Juventude em Ação (2007-13), salvo indicação em contrário.

A cidadania europeia na cooperação transnacional no domínio da juventude: uma "ideia dinâmica e complexa"

A cidadania europeia ou cidadania da UE, enquanto conceito jurídico, refere-se aos direitos dos cidadãos da UE, definidos pela primeira vez no Tratado da União Europeia, ou "Tratado de Maastricht" (União Europeia 1992). Neste contexto, no núcleo da cidadania europeia estão o direito à livre circulação e à participação na vida política e democrática da UE. No entanto, a forma como o conceito foi adotado nas políticas e práticas europeias de juventude ultrapassa o quadro político e institucional da UE e o aspeto dos direitos jurídicos. Por exemplo, a Parceria UE-Conselho da Europa para a Juventude refere-se à cidadania europeia como uma "ideia dinâmica e complexa" em que a abordagem da cidadania em geral é uma "prática social" (Parceria UE-Conselho da Europa para a Juventude 2017: 7 e 13). No contexto dos programas de mobilidade transnacional para fins de aprendizagem da UE no domínio da juventude - especialmente o programa Juventude em Ação 2007-2013, no qual o conceito foi o mais explicitamente prevalecente e mais eloquentemente elaborado - a cidadania europeia é então referida como um "termo concetual amplo" (Comissão Europeia 2013). Os projetos Juventude em Ação, de acordo com o guia do programa Juventude em Ação, devem incentivar os jovens a "refletir sobre 'temas europeus', 'a sociedade europeia emergente e os seus valores' e 'as características essenciais da sociedade europeia', bem como a 'desempenhar um papel ativo nas suas comunidades' e na 'construção da Europa atual e futura'. Os projetos com uma dimensão europeia 'não devem apenas 'descobrir a Europa', mas também - e sobretudo - procurar construí-la" (ibid.).

Assim, para além de ser dinâmico e orientado para a prática, o conceito de cidadania europeia tem também uma conotação fortemente normativa e baseada em valores que implica um papel específico que os jovens devem assumir em relação à cidadania europeia - nomeadamente, um papel "ativo" (Lehto 2020). Por outras palavras, espera-se que os jovens assumam o papel de agentes cívicos ou políticos em vez de responderem ou se adaptarem às condições sociais existentes na Europa. Desde o início do novo milénio, a participação e a "cidadania ativa" - a cidadania como uma prática ativa - têm sido, em geral, conceitos centrais nas políticas e programas para a juventude, tanto do Conselho da Europa como da UE (Hoikkala 2009: 6). Houve uma mudança de ênfase após a crise financeira de 2008, passando da promoção da participação e da cidadania per se para a luta contra as implicações negativas da recessão económica - nomeadamente o desemprego crescente e as lacunas de competências, e as preocupações de segurança, incluindo o aumento do extremismo radical (Hoskins, Kerr e Liu 2016: 250-252; Hoskins 2018: 3-4). No entanto, tanto a participação como a "cidadania ativa" têm persistido no vocabulário das políticas e programas europeus para a juventude, ressurgindo, por exemplo, na Estratégia da UE para a Juventude 2019-27 (União Europeia, s.d.) e na nova edição do programa Erasmus+ 2021-27 (União Europeia 2021).

Para examinar em maior detalhe a compreensão e a adoção da cidadania europeia nos programas de mobilidade transnacional para fins de aprendizagem da UE no domínio da juventude, a próxima secção analisa o contexto social em mudança e a concetualização da cidadania na transição da sociedade moderna para a sociedade tardo-moderna, a forma como isso influenciou as expectativas normativas para a cidadania juvenil contemporânea e alguns dos dilemas éticos relacionados. A secção seguinte apresenta o enquadramento do estudo de caso, examina o conceito de cidadania europeia no contexto da tipologia de Lance Bennett (1998) das disposições de cidadania na sociedade moderna e tardo-moderna e apresenta um

exemplo empírico de como a cidadania europeia funciona na prática. A conclusão aborda a questão do potencial ainda não utilizado da cidadania europeia para promover a participação e a inclusão dos jovens na sociedade europeia.

A ética e a política da disposição de cidadania tardo-moderna: a promessa da cidadania europeia

Desagregação e reconcetualização da cidadania moderna

A teoria da cidadania de Theodore Marshall, de 1950, como força contrária à desigualdade social, foi integrada nas ciências sociais do pós-guerra (Somers 2008: 162). A teoria de Marshall foi canonizada precisamente na sociologia, em que a perspectiva da cidadania se centra na justaposição dos direitos sociais versus a distribuição desigual de recursos escassos e as identidades sociais que lhes estão associadas (Turner 1997: 5-6). De acordo com Marshall (1950), a cidadania é constituída por direitos cívicos, políticos e sociais que foram adquiridos e institucionalizados através do desenvolvimento histórico do Estado moderno. A cidadania marshalliana está nomeadamente enraizada no sistema político das democracias liberais ocidentais soberanas, que se comprometem a garantir o bem-estar básico dos cidadãos e, consequentemente, a reduzir o impacto da classe social na economia de mercado capitalista (Turner 1997: 5).

Um elemento importante da tradição marshalliana é a incorporação da justiça social no conceito de cidadania, que na teoria política tinha sido até agora analisado principalmente como um estatuto jurídico (Somers 2008: 162). Como afirma Margaret Somers, a cidadania é, na sua essência, um conceito moral, e a premissa da cidadania, partindo da formulação de Hannah Arendt (1951), é um "direito a ter direitos", decorrente do reconhecimento de um indivíduo na sua comunidade cívica e política como um igual moral, digno de direitos (Somers 2008: 6 e 25). Por conseguinte, para ser reconhecido - para se tornar um cidadão - é necessário, em primeiro lugar, pertencer a uma comunidade cívica e política. A perspectiva que enfatiza a inclusão e o reconhecimento como premissa ontológica da cidadania une a dicotomia perpétua com cidadania e os direitos humanos (ibid.: 7). Não é relevante considerar os direitos como bens individuais; quaisquer direitos materializam-se apenas como bens públicos em relação ao exercício do poder numa comunidade cívica e política (ibid.: 5).

Nas democracias liberais ocidentais, a cidadania democrática - participação na democracia política - tem-se apoiado convencionalmente numa relação equilibrada entre as reivindicações de direitos dos sujeitos políticos, as instituições que salvaguardam esses direitos e uma sociedade civil e uma esfera pública funcionais que facilitem o debate social e responsabilizem as instituições (ibid.). O legado é o facto de tanto a tradição republicana como a tradição liberal da cidadania na teoria política - em que a tradição republicana sublinha a responsabilidade cívica e a liberal sublinha a salvaguarda dos direitos - reconhecerem estes elementos centrais na equação da cidadania democrática.

A crescente interdependência global e a mobilidade transnacional puseram em causa o Estado enquanto unidade política soberana e as identidades coletivas que dele derivam (Benhabib 2004; Isin 2009). A expressão "cidadania desagregada" significa que as reivindicações de direitos, os privilégios de direitos e as identidades coletivas que lhes estão associadas atualmente já não são negociados ou adquiridos num espaço cívico, político e social unificado; em vez disso,

existem processos paralelos de política desterritorializada (Benhabib 2004: 144; Isin 2009: 368). Ao mesmo tempo, tem havido um apelo a uma nova forma de conceitualizar a cidadania nas ciências sociais que vá além da tríade Marshalliana estática ou da divisão liberal-republicana, como uma "instituição dinâmica" que produz e governa a subjetividade política (Isin 2009: 371). A forma como a cidadania se manifesta num contexto específico é influenciada por discursos ético-políticos e culturais, dos quais os mais dominantes se institucionalizaram em estruturas societais, políticas e modos de funcionamento que determinam a inclusão e a exclusão societais (ibid.: 368-372). Essencialmente, a(s) cidadania(s) deve(m) ser considerada(s) como formações históricas fluidas e construções ético-políticas, em vez de concepções abstratas (ibid.: 368-369).

Neste quadro, a cidadania a nível individual não deve ser entendida como uma categoria estática de pertença, mas antes como formações em processos discursivos contínuos. De acordo com Mouffe (1992), a cidadania é uma identidade que se forma em relação à "respublica" - um espaço público de uma comunidade política. A institucionalização da cidadania no período histórico em questão molda a subjetividade e a ação cívica e política, gerando consequências concretas de inclusão e exclusão, privilégios e desvantagens em diferentes contextos; no entanto, os sujeitos também podem desafiar esses limites (Huovinen 2013: 36-37). Tal, remete para a natureza essencial das avaliações morais coletivas de quem merece os direitos como quadro básico da cidadania (Somers 2008). Estas avaliações morais são questionadas e postas em causa na transição da sociedade moderna para a sociedade tardo-moderna, o que se torna particularmente visível na análise da evolução da cidadania dos jovens.

Navegar pela ética e pelas práticas da cidadania juvenil na modernidade tardia

Bennett (1998) exemplifica a mudança na ética e nas práticas de cidadania da sociedade moderna para a sociedade tardo-moderna através de uma tipologia analítica de duas disposições de cidadania. O "cidadão cumpridor" refere-se ao cidadão ideal da sociedade moderna, que conhece as agendas dos partidos políticos, vota nas eleições, participa em atividades cívicas e políticas organizadas, conhece as estruturas e o funcionamento das instituições políticas relevantes e segue as principais notícias para se manter a par dos desenvolvimentos relevantes. Por outro lado, o "cidadão atualizado" da sociedade tardo-moderna é consciente das suas escolhas de consumo e de estilo de vida, pratica um ativismo descentralizado e baseado em causas, questiona as representações das notícias dominantes e procura fontes de informação alternativas. Ao passo que o "cidadão cumpridor" alinha-se com as estruturas e os mecanismos existentes de atividade política e de informação, o "cidadão atualizado" reflete sobre eles de forma crítica e pondera a motivação, a legitimidade e as consequências das diferentes perspetivas (Bennett, Wells e Rank 2009). Isto reflete-se nos currículos e na prática da educação cívica. Por exemplo, na Finlândia, a ética universal dos direitos humanos e a responsabilidade global substituíram a moralidade patriótica e, do mesmo modo, a ênfase passou da transmissão da ideologia nacional para o incentivo à participação ativa e à reflexão crítica dos jovens (Nivala 2006: 84-87). Isto é ainda mais evidente em diferentes contextos educativos não formais, como no trabalho com jovens, onde os jovens têm mais hipóteses de influenciar o conteúdo dos programas em que participam, ou mesmo de serem os autores dessas atividades (Kurki 2006: 173-174).

No entanto, da mesma forma que a noção de sociedade tardo-moderna é considerada uma versão mais desenvolvida e transformada da sociedade moderna e não uma ordem social inteiramente nova, a ética e as práticas "atualizadoras" estão, em muitos aspetos, interligadas e são complementares da ética e das práticas de "dever", pelo que não podem ser totalmente separadas, quer num sentido normativo, quer num sentido empírico. No entanto, é possível observar uma diferença entre gerações: as gerações mais jovens estão mais inclinadas a "atualizar" a ética e as práticas de cidadania do que as gerações mais velhas (Bennett, Wells e Rank 2009). Os jovens finlandeses demonstram interesse e responsabilidade em relação a questões globais, como as alterações climáticas ou o desenvolvimento sustentável, em detrimento de preocupações estritamente nacionais, e muitos jovens finlandeses também se relacionam com a Europa de forma positiva (Myllyniemi et al. 2019: 5-6; Ronkainen 2019: 187-188). O alargamento da perspetiva das questões locais e nacionais para as questões transnacionais ocorre em conjunto com a proliferação do envolvimento global, descentralizado e baseado em causas e das redes e comunicações virtuais entre os jovens (Hoikkala 2009: 14-19; Myllyniemi et al. 2019: 5-6).

A evolução da ética e das práticas da cidadania juvenil teve implicações para o tipo de papel que os jovens podem ou devem desempenhar na sociedade contemporânea. É evidente que se espera que um cidadão da sociedade moderna - ou de uma sociedade com uma ética e práticas de cidadania "cumpridora", de acordo com a tipologia de Bennett (1998) - esteja consciente e participe; no entanto, reconheceu-se que a agência autónoma requer maturidade jurídica e psicológica, independência económica e condições e estruturas sociais favoráveis para exercer a sua cidadania. Por conseguinte, o debate sociológico sobre a ética da cidadania tem convencionalmente associado a plena capacidade cívica e política à idade adulta. Esta perspetiva exclui particularmente os menores, mas potencialmente também muitos jovens adultos, que ainda não terminaram os seus estudos ou que, por qualquer outro motivo, ainda não atingiram a autossuficiência. O papel dos jovens tem sido, acima de tudo, aprender sobre o funcionamento da sociedade e sobre as virtudes cívicas socialmente reconhecidas, e esforçar-se por atingir a maturidade e a independência (Hoikkala 2009: 10).

A cidadania no contexto da sociedade tardo-moderna, e a "atualização" da ética e das práticas de cidadania de acordo com a tipologia de Bennett (1998), alargou o cenário da atividade cívica e política para abranger áreas da vida que eram anteriormente consideradas apolíticas; nomeadamente, o estilo de vida e as escolhas quotidianas são entendidos como uma ação cívica e política (Bennett, Wells e Rank 2009: 107). Conclui-se, portanto, que os jovens, mais do que aprendizes exclusivos da cidadania futura, já são considerados sujeitos políticos no momento presente. O alargamento das causas e dos mecanismos da potencial atividade cívica e política também abriu aparentemente um número infinito de possibilidades de participação e de mudança para os jovens; não só isso - o potencial cívico e político inerente a todas as atividades cria a responsabilidade de um cidadão virtuoso de aproveitar e utilizar esse potencial (Lehto 2020). O ethos de "cidadania ativa" incorporado na educação cívica contemporânea reflete esta nova disposição de cidadania capacitada e responsável dos jovens (ibid.) e contrasta com a relativamente fraca influência cívica e política dos jovens enquanto grupo etário na sociedade moderna (Hoikkala 2009: 10).

Nos bastidores da "cidadania ativa" tardo-moderna: a narrativa neoliberal da moral cívica e política

No entanto, embora o valor de "atualizar" a ética e as práticas de cidadania seja reconhecido (Dalton 2008; Norris 2004), as formas como a participação dos jovens através do ethos da "cidadania ativa" conduz realmente a uma agência política efetiva também podem ser ambíguas (Eliasoph 2011; Lehto 2020). Além disso, embora o contexto socioeconómico influencie o acesso dos jovens a uma cidadania plena na sociedade moderna (Hoikkala 2009), os dados revelam que a cidadania tardo-moderna dos jovens não parece ter superado estes desafios, antes pelo contrário. Os jovens que têm uma melhor situação sócioeconómica ainda aparentam ser cívica e politicamente mais ativos do que os seus pares desfavorecidos, e são mais propensos a adotar disposições de cidadania cosmopolita e transnacional associadas ao privilégio socioeconómico (Faas 2007; Hoskins 2018). As transições não lineares e frequentemente comprometidas da juventude para a idade adulta registadas na era tardo-moderna, devido ao aumento da precariedade no mercado de trabalho, intensificam ainda mais a desigualdade já persistente na cidadania da sociedade moderna (Hoikkala 2009: 11-14). A ética e as práticas de "atualização" da cidadania não conduzem, por si só, à emancipação democrática dos jovens; na verdade, poderão ter o efeito contrário?

Somers (2008) argumenta que se registou uma mudança fundamental no discurso político relativamente à forma como a cidadania democrática deve ser adquirida e mantida. Nomeadamente, houve uma mudança de ênfase no sentido de realçar o papel dos cidadãos na concretização da sua agência cívica e política e, através disso, na modelação das suas condições sociais. Isto corresponde ao facto de o sujeito "reflexivo" tardo-moderno ganhar poder de ação em comparação com o sujeito moderno, que é pressionado pelas estruturas sociais (Beck, Giddens e Lash 1995: 236). O conceito de "política de identidade" refere-se à organização de reivindicações e alianças políticas com base em categorias de identidade, em vez de ideologias políticas e estratificação social a nível macro (Garza 2019). Devido a uma série de movimentos políticos e sociais na era moderna que procuravam o reconhecimento dos direitos dos grupos oprimidos, uma variedade de identidades marginalizadas tornou-se mais visível, o que inevitavelmente promoveu a pluralização e a democratização das sociedades nos tempos modernos (Mouffe 1992; Turner 1997: 8). Atualmente, quando o cenário para a negociação da cidadania se tornou mais confuso, abriu-se uma variedade de meios e caminhos para novas políticas de identidade, o que ainda pode ter o potencial de despertar a subjetividade política adormecida, levando à capacitação e inclusão dos marginalizados e à transformação das condições sociais.

No entanto, uma vez que a cidadania também "transbordou" cada vez mais para a prossecução de interesses privados em espaços sociais comercializados, que funcionam de acordo com uma lógica diferente da dos espaços cívicos e políticos (Somers 2008), as políticas de identidade têm uma nova base. Neste contexto, as identidades que procuram reconhecimento, mesmo que aparentemente cívico ou político, assumem a forma de uma mercadoria, para além ou em vez de um agente político. A "política" das identidades orientadas para o consumo tem como objetivo ganhar ou acumular valor, o que funciona como base para as reivindicações de direitos; neste contexto, os sujeitos dependem dos recursos para "politizar" a sua identidade pessoal, o que os coloca não só numa relação desigual, mas também antidemocrática (Skeggs 2014: 324-330). A privatização e a comercialização da cidadania refletem a proliferação do sistema de valores neoliberal, no qual o direito a ter direitos depende dos recursos e do

estatuto do indivíduo, uma vez que o "direito a ter direitos" e a agência política efetiva se tornam um privilégio em vez de um direito humano universal incondicional (Somers 2008).

O ethos da "cidadania ativa", em que é possível operacionalizar a agência assumida sem os outros pilares da cidadania democrática, reduz a atividade cívica e política e a agência a uma simulação de cidadania democrática em vez de a demonstrar efetivamente. A desagregação e a privatização da cidadania - juntamente com o ethos da "cidadania ativa", que, à primeira vista, sugere um maior empoderamento - dificultam a identificação dos fatores sociais que incapacitam certas subjetividades cívicas e políticas e a sua agência, pelo que as estruturas e relações de poder subjacentes permanecem mais provavelmente invisíveis (ibid.). Embora a cidadania democrática pareça estar ao alcance de todos, está a ficar ainda mais fora do alcance de alguns. O conceito de "narrativa de conversão" (ibid.: 3) também descreve a forma como o discurso político neoliberal se tornou predominante em esferas convencionalmente dominadas por discursos de cidadania democrática, como a educação cívica. O discurso do sujeito onipotente que dá provas de uma "cidadania ativa" virtuosa e que, por isso, tem poder e está integrado na sociedade, pode ser caracterizado como uma narrativa de conversão, uma vez que atribui a culpa da marginalização e da exclusão cívica e política à imoralidade individual e não às condições estruturais do sistema.

Poderá a cidadania europeia, enquanto conceito normativo, oferecer uma síntese democrática das disposições de cidadania dos jovens "cumpridora" e "atualizadora"?

Introdução do estudo de caso

O estudo empírico (Lehto 2020) foi construído em torno da hipótese de que a cidadania europeia - tal como entendida nos programas de mobilidade transnacional para fins de aprendizagem da UE no domínio da juventude - contém elementos de disposições de cidadania juvenil tardo-modernas, quando examinadas e desconstruídas analiticamente através da lente da tipologia de Bennett (1998), e que poderia funcionar como uma síntese progressiva de ambas as disposições, conduzindo a uma maior capacitação democrática dos jovens.

O estudo baseou-se em 14 entrevistas semiestruturadas a antigos participantes em projetos do Serviço Voluntário Europeu - ao abrigo dos programas Erasmus+ (2014-20) e Juventude em Ação (2007-13) - que tinham completado 2-12 meses de serviço voluntário em 14 países europeus diferentes. O objetivo do Serviço Voluntário Europeu era apoiar a aprendizagem não formal e a cidadania ativa dos jovens através do voluntariado transnacional (Comissão Europeia 2017; Comissão Europeia 2013). O Serviço Voluntário Europeu foi descontinuado em 2018, altura em que surgiram oportunidades semelhantes no âmbito do novo Corpo Europeu de Solidariedade.

A análise do discurso, em particular a análise crítica do discurso e a nova análise retórica, foram os principais quadros metodológicos para a interpretação dos dados (Lehto 2020). A análise do discurso centra-se na atividade simbólica, nomeadamente na linguagem, enquanto prática social de criação de significado. Baseia-se na premissa de que, por um lado, os discursos - especialmente aqueles que têm convenções institucionalizadas e hegemónicas de conhecimento, estruturas e práticas sociais - moldam a perceção dos sujeitos que os reproduzem, mas que, por outro lado, os sujeitos também têm o potencial de questionar e transformar as convenções, estruturas e práticas estabelecidas, adaptando os discursos (Suoninen 2016: 233-242). A análise crítica do discurso, em particular, tem como objetivo tornar visíveis os mecanismos subtis de poder que funcionam através dos discursos (Fairclough 2015: 26). Este conceito de poder baseia-se no entendimento de Foucault (1982) do poder como um processo produtivo que convida os sujeitos a reforçar determinadas práticas sociais. De acordo com esta perspetiva, o poder não está na posse de ninguém, mas atua através de sujeitos aparentemente livres, na medida em que estes se adaptam voluntariamente às práticas dominantes (ibid.: 220).

No estudo de caso, a cidadania - e a cidadania europeia em particular - foram entendidas como instituições sociais específicas do contexto, sustentadas por discursos ético-políticos e culturais institucionalizados, que produzem uma subjetividade cívica e política que permite ou impede a agência (Isin 2009: 368-372). A cidadania democrática (enquanto valor constitutivo das democracias liberais, como os países da UE) foi considerada como uma interação entre as reivindicações de direitos, as instituições que asseguram os direitos, a sociedade civil e a esfera pública, garantindo a legitimidade das instituições (Somers 2008: 5); por conseguinte, presumiu-se que a ação política efetiva no sentido da cidadania democrática só seria possível nas condições em que os elementos mencionados estivessem adequadamente implementados e reconhecidos (Lehto 2020). As identidades cívicas e políticas foram consideradas como construções discursivas enquadradas pelas fronteiras das subjetividades e da agência cívica e política (Huovinen 2013: 36-37); por conseguinte, a premissa era que a agência política efetiva num determinado contexto de cidadania produziria principalmente identidades cívicas e políticas, que seriam percebidas como morais ou virtuosas pelos próprios sujeitos e pela sociedade que os rodeia (Lehto 2020).

Como é que a cidadania europeia, enquanto conceito normativo, se manifesta através da tipologia de Bennett?

Embora o conceito de cidadania europeia implique um alargamento da cidadania do nível nacional para o nível europeu, ultrapassa a disposição de cidadania da sociedade moderna para um contexto geográfico mais vasto. Baseia-se marcadamente na ética e nas práticas da disposição de cidadania juvenil tardo-moderna, uma vez que incentiva a participação reflexiva e crítica na sociedade europeia como um todo, e não apenas através dos processos de tomada de decisão nos sistemas representativos (ibid.). Tal, manifesta-se na forma como a cidadania europeia é articulada principalmente como a prática ativa de muitos aspetos, tais como "tomar consciência", "refletir", "estar envolvido", "discutir", "desempenhar um papel ativo" na sociedade europeia em diferentes esferas e níveis (ibid.); Comissão Europeia 2017; Comissão Europeia 2013). As atividades apoiadas pelos programas relacionados com a promoção da cidadania europeia dos jovens são também muitas vezes localizadas e baseadas em causas, pelo que a disposição para a cidadania europeia deve formar-se principalmente no processo de participação ativa numa comunidade local e na sociedade civil de um país

estrangeiro; por conseguinte, o "europeísmo" na forma como a cidadania deve ser praticada está principalmente implícito, ou continua a ser descoberto pelos sujeitos cívicos e políticos - neste caso, os próprios voluntários (Lehto 2020). Isto também significa que, em vez de procurar reproduzir uma única ideologia, incentiva éticas e práticas de cidadania reflexivas e produtivas, como as do quadro tardo-moderno, em vez de reiterar e reproduzir as éticas e práticas de cidadania do quadro moderno (ibid.). Do mesmo modo, a tónica educativa é colocada na aquisição de competências cívicas e sociais de aplicação geral, em vez de um ensino tradicional sobre o funcionamento das estruturas e instituições relevantes da UE e sobre a forma de utilizar o mecanismo de participação democrática existente (ibid.); Comissão Europeia 2017; Comissão Europeia 2013).

Dito isto, no contexto dos programas da UE, o conceito de cidadania europeia é, no entanto, influenciado pelo quadro jurídico, cívico, político, cultural e normativo específico da UE; por conseguinte, a prática da cidadania europeia é assumida como tendo lugar num quadro particular defendido pelas instituições políticas relevantes e pelo espaço público que lhes está associado (Lehto 2020), apesar de a UE ter sido ocasionalmente criticada por falta de transparência e de demonstrações cívicas e sociais (Jolly 2005: 12). Assim, por mais que os jovens sejam convidados a "construir a Europa atual e futura" (Comissão Europeia 2013: 4) como forma de praticar a cidadania europeia, já existem "caraterísticas essenciais da sociedade europeia" (ibid.: 4) que colocam a prática num contexto histórico da Europa cívica e política. Praticar a cidadania europeia neste contexto específico não deve ser equiparado à participação através de um estilo de vida ou de escolhas de consumo no quadro da economia de mercado global, em grande parte não regulamentada e politicamente desligada, em comparação com muitas outras formas inovadoras de participação dos jovens da era tardo-moderna (Bennett, Wells e Rank 2009; Lehto 2020). Para compreender e participar na cidadania europeia, apesar de parecer basear-se principalmente na ética e nas práticas de "atualização", o conceito sugere que é necessário aderir também à ética e às práticas de cidadania "cumpridoras" que lhe estão associadas. Mais uma vez, de acordo com a ética da cidadania distintiva da sociedade moderna, a cidadania europeia é vista como uma competência e uma virtude, que os jovens podem adquirir através de atividades educativas ou, neste caso específico, através da mobilidade transnacional para fins de aprendizagem (Lehto 2020). No entanto, ao mesmo tempo, o conceito sugere uma forte capacidade de ação dos jovens na atualidade, o que é característico da disposição para a cidadania na modernidade tardia (ibid.).

Como funciona a cidadania europeia na prática: a Europa dos cidadãos cosmopolitas, individualistas e autónomos - e o seu lado oposto

Os jovens do estudo exprimiram a sua subjetividade cívica e política e a sua relação com o contexto local e europeu durante o período de mobilidade para fins de aprendizagem através de dois continuums dicotómicos: desapego e compromisso, individualidade e comunalidade. Ambos os continuums pareciam moralmente ambivalentes para eles. No contexto do período de mobilidade para fins de aprendizagem, os jovens identificaram-se principalmente com disposições em discursos que assinalam distanciamento e individualidade, enquanto associaram os discursos que significam compromisso e comunidade a outros sujeitos, nomeadamente às populações locais durante o período de mobilidade para fins de aprendizagem (ibid.).

Embora os jovens tenham percebido que a mobilidade para fins de aprendizagem e o voluntariado em geral eram muito significativos para eles, sentiram que não tinham acesso à subjetividade cívica e política e, consequentemente, tinham uma ação marginal. A falta de acesso à subjetividade cívica e política no ambiente local deveu-se provavelmente à natureza temporária da sua estadia, o que levou, e ao mesmo tempo explicou, o nível relativamente baixo de ligação, empenho e integração na realidade cívica e política local. É de salientar que os jovens residiram no estrangeiro durante alguns meses num contexto muito privilegiado, em que os seus direitos sociais normais e a sua subsistência básica foram assegurados pela participação no programa de mobilidade para fins de aprendizagem, o que os protegeu mais uma vez da volatilidade de serem estrangeiros. A posição privilegiada foi, por um lado, uma mais-valia para eles, mas, por outro lado, poderia tê-los distanciado ainda mais da urgência de formular reivindicações de direitos cívicos e políticos, de encontrar causas relevantes para promover e, através disso, de demonstrar uma ação cívica e política mais eficaz (ibid.).

Este posicionamento é característico de muitas disposições cosmopolitas no mundo contemporâneo, na medida em que a inclusão e a participação num contexto local estrangeiro se torna frequentemente um acessório em vez de uma necessidade para os sujeitos privilegiados, enquanto, ao mesmo tempo, os sujeitos menos privilegiados estão vinculados ao (des) reconhecimento cívico e político num contexto geográfico específico (Benhabib 2004; Skeggs 2014). O benefício trazido pela disposição cosmopolita ao transcender as localidades geográficas pode explicar porque, neste contexto específico, os discursos que significam compromisso cívico e político e comunhão, que de outra forma eram considerados pelos jovens como uma forma moral de os cidadãos se relacionarem com a sociedade, por vezes assumiram uma conotação negativa. Embora os jovens reconhecessem o valor da agência cívica e política enquanto tal, aperceberam-se de que os habitantes locais estavam sobrecarregados por laços e responsabilidades cívicas e políticas "pesadas", bem como por tradições sociais e culturais nas quais os laços e as responsabilidades estavam enraizados, dos quais a disposição de desapego os libertava (Lehto 2020).

Os jovens não exprimiram uma subjetividade cívica ou política explícita a nível europeu. De facto, quando questionados diretamente, a maioria não sabia como a cidadania europeia, enquanto instituição cívica e política, se poderia manifestar ou funcionar na prática no contexto da mobilidade para fins de aprendizagem. Os elementos da cidadania europeia, que consistem em reivindicações de direitos, instituições, esfera pública e sociedade civil relevantes no contexto europeu - ou, por outras palavras, a cidadania europeia democrática - não se materializaram suficientemente para lhes permitir reconhecer, formular conscientemente ou avançar com reivindicações cívicas ou políticas (ibid.).

Apesar disso, os jovens estavam familiarizados e adotaram a identidade de cidadãos europeus tal como articulada e transmitida pelo programa em que participaram. A ausência temporária e inconsequente de agência cívica e política no contexto local da mobilidade para fins de aprendizagem, que os próprios jovens reconheceram, não constituiu uma ameaça moral para a sua identidade de cidadãos europeus, uma vez que foi compensada pelo empenho na aquisição de competências cívicas e políticas através de atos de participação, independentemente do impacto que esses atos tiveram ou não tiveram. O entrelaçamento concetual da participação e da educação na compreensão normativa da cidadania europeia no contexto dos programas poderia ter encorajado ainda mais a perceção dos jovens de que a demonstração de atividade cívica e política por si só era considerada como parte constituinte da prática de uma cidadania europeia virtuosa, se motivada por objetivos educativos. Por conseguinte, a identidade de

cidadão europeu estava de acordo com o ideal de como os jovens deveriam manifestar a "cidadania ativa" no contexto europeu. No entanto, combinada com a falta de uma agência evidente durante o período de mobilidade para fins de aprendizagem, o "europeísmo" da cidadania dos jovens foi articulada mais como um recurso moral individualista do que como uma expressão do direito enquanto "bem público" (ibid.).

Como é possível que a adoção de uma cidadania europeia desligada de uma ação cívica e política efetiva tenha parecido tão harmoniosa e moralmente incontroversa? O estudo de caso sugere que os jovens se identificaram efetivamente com a cidadania europeia, tal como definida no contexto dos programas. No entanto, o interessante foi o facto de a hipótese inicial do estudo de que a cidadania europeia tem o potencial de ser uma síntese progressiva das disposições de cidadania moderna e tardo-moderna - conduzindo a uma maior capacitação e inclusão cívica e política dos jovens - não ter sido confirmada. Em vez disso, os resultados empíricos indicaram uma falta de continuidade, em vez de complementaridade, entre as duas disposições, sugerindo que a disposição de cidadania europeia adotada pelos jovens incorporava inteiramente a ética e as práticas de "atualização", o que acabou por a separar de objetivos ou abordagens comuns tangíveis. A disposição para a cidadania europeia estava ligada à capacitação dos jovens, mas não necessariamente através de meios ou fins cívicos e políticos. Isto indica um possível défice democrático na forma como a cidadania europeia é vivida, o que, mais uma vez, reflete uma mudança mais fundamental de valores e normas relativamente à cidadania tardo-moderna do que a tipologia de Bennett (1998) pressupõe. Se a agência cívica e política efetiva não é uma condição de uma disposição de cidadania virtuosa, o que tal significa para o ideal de cidadania democrática (Lehto 2020)?

Os sonhos e as ambições dos jovens de se tornarem móveis e adquirirem novas competências são, naturalmente, aceitáveis e até recomendáveis. Só se torna questionável quando uma identidade europeia cívica e politicamente distanciada, que funciona como um recurso individualista, começa a igualar o ideal moral da disposição de cidadania da juventude europeia nos discursos ético-políticos e culturais relevantes. Isto é especialmente verdade se essa "narrativa de conversão", como defende Somers (2008), proliferar precisamente no contexto da sociedade civil, que é entendida como a pedra angular da cidadania democrática. É também questionável se a identidade europeia cívica e politicamente desinteressada é articulada precisamente em relação ao seu oposto aparentemente "imoral" - a disposição cívica e politicamente responsável. Desta forma, o "europeísmo", em vez de ser um denominador comum da cidadania democrática na Europa, torna-se um marcador de privilégio, representando de forma inovadora o mito histórico e colonial da supremacia europeia ou ocidental. Só que, desta vez, o "outro" europeu não é um forasteiro geográfico ou um estrangeiro cultural, mas um nativo cívica e politicamente responsável, que cria um limite constitutivo da moralidade cosmopolita e individualista de um cidadão europeu (Lehto 2020).

Conclusão: o potencial não utilizado da cidadania europeia?

Haverá alguma forma de adotar e pôr em prática a disposição relativa à cidadania europeia que ultrapasse os défices democráticos acima referidos e conduza a uma participação mais efetiva dos jovens e a uma maior inclusão dos jovens na sociedade europeia?

A ética e as práticas de uma disposição de cidadania "atualizadora" são certamente valiosas; no entanto, devem ser aplicadas num contexto democrático estável, com todos os pré-requisitos básicos da cidadania democrática em vigor. A participação ativa, reflexiva e construtivamente crítica dos jovens é, e deve ser, considerada uma virtude, e os jovens devem ser reconhecidos

como cidadãos aqui e agora. No entanto, os jovens - tal como os outros sujeitos políticos - não devem ser deixados sozinhos a "simular" a participação, com a promessa de empoderamento e inclusão, quando a sociedade em que pretendem participar não cumpre suficientemente os pré-requisitos da cidadania democrática, seja no sistema estatal, na cooperação transnacional ou em qualquer forma de política "desterritorializada".

Os discursos ético-políticos e culturais que enquadram a cidadania com base em narrativas de conversão não só põem em causa os direitos dos jovens, como também comprometem todo o conceito de cidadania democrática e de participação democrática, uma vez que não o negam diretamente, mas distorcem-no. Isto pode levar não só a um sentimento de fracasso pessoal enquanto cidadão, mas também a uma maior desconfiança em relação às estruturas e instituições cívicas e políticas. A participação não deve ser equiparada a atividades que visam apenas a obtenção de benefícios ou ativos individuais, independentemente de uma boa causa como a aprendizagem ou a educação. Manter vivo o aspeto comunitário exige também que não só a ética e as práticas de cidadania "cumpridoras" não sejam completamente ultrapassadas pela ética e pelas práticas "atualizadoras", mas também que esta última complemente a primeira.

A Europa, quer no contexto da UE, quer fora dele, tem o potencial institucional e cultural de desenvolver e alimentar uma cidadania europeia mais democrática e de a transmitir como uma abordagem educativa. A ideia de cidadania europeia, tal como introduzida através dos programas de mobilidade transnacional para fins de aprendizagem da UE no domínio da juventude, constitui, até à data, uma tentativa ambiciosa de articular a cidadania dos jovens e de canalizar a sua agência cívica e política e as suas aspirações pessoais num mundo que se tornou cada vez mais complexo a nível cívico, político, geopolítico, económico, social e cultural. Para que esta tentativa tenha mais hipóteses de êxito, é necessário um novo despertar cívico e político da Europa que vá além dos programas de mobilidade para fins de aprendizagem e da cooperação transnacional no domínio da juventude. O continente tem um grande número de jovens ansiosos por participar ativamente na construção da Europa do amanhã, mas que precisam de estruturas e instituições a nível europeu para responder aos seus esforços, bem como de um debate público orientado para a Europa e do setor da sociedade civil para "manter a conversa em andamento". Só assim poderá nascer uma Europa verdadeiramente cívica e política para os jovens.

Referências bibliográficas

- ▶ Arendt H. (1951), *The origins of totalitarianism*, Harcourt Brace, Nova Iorque.
- ▶ Beck U., Giddens A. e Lash S. (1995), *Nykyajan jäljillä - Refleksiivinen modernisaatio*, [Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna, Stanford University Press, Stanford, 1994], Vastapaino, Tampere.
- ▶ Benhabib S. (2004), *Rights of others: aliens, residents and citizens*, Cambridge University Press, Cambridge.

- ▶ Bennett L. (1998), "The uncivic culture: communication, identity and the rise of lifestyle politics", PS: *Political Science and Politics*, 31(4), pp. 741-761.
- ▶ Bennett L., Wells C. e Rank A. (2009), "Young citizens and civic learning: two paradigms of citizenship in the digital age", *Estudos de Cidadania* 13(2), pp. 105-120.
- ▶ Dalton R. J. (2008), "Citizenship norms and the expansion of political participation", *Political Studies*, 56 (1), pp. 76-98.
- ▶ Eliasoph N. (2011), *Making volunteers. Civic life after welfare's end*, Princeton University Press, Princeton.
- ▶ Comissão Europeia (2013), "Juventude em Ação Guia do Programa", disponível em: https://ec.europa.eu/assets/eac/youth/tools/documents/guide13_pt.pdf, acedido em 15 de agosto de 2022.
- ▶ - (2017), "Erasmus+ programme guide", disponível em https://erasmus-plus.ec.europa.eu/sites/default/files/2017-erasmus-plus-programme-guide-v2_pt.pdf, acedido em 15 de agosto de 2022.
- ▶ União Europeia (1992), Tratado da União Europeia (versão consolidada), Tratado de Maastricht, 7 de fevereiro de 1992, *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, C 325, volume 45, 24 de dezembro de 2002, disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:C:2002:325:FULL&from=PT>, acedido em 15 de agosto de 2022.
- ▶ - (2021), "Erasmus+: Programa da UE para a educação, formação, juventude e desporto", disponível em <https://erasmus-plus.ec.europa.eu/pt-pt>, acedido em 15 de agosto de 2022.
- ▶ - (n.d.) "Estratégia da UE para a Juventude", disponível em https://youth.europa.eu/strategy_pt, acedido em 15 de agosto de 2022.
- ▶ Parceria UE-Conselho da Europa para a Juventude (2017), *European citizenship in youth work* (edição revista), T-Kit n.º 7, Publicações do Conselho da Europa, Estrasburgo.
- ▶ Faas D. (2007), "Turkish youth in the European knowledge economy. An exploration of their responses to Europe and the role of social class and school dynamics for their identities", *European Societies* 9(4), pp. 573-599.
- ▶ Fairclough N. (2015), *Language and power*, Routledge, Londres.
- ▶ Foucault M. (1982), "The subject and power", posfácio a Dreyfus H. e Rabinow P., *Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics*, Harvester, Londres, pp. 208-226.
- ▶ Garza A. (2019), "Identity politics: friend or foe", Othering and Belonging Institute, Universidade da Califórnia, Berkeley, disponível em <https://belonging.berkeley.edu/identity-politics-friend-or-foe>, acedido em 15 de agosto de 2022.
- ▶ Giddens A. (1990), *The consequences of modernity*, Polity Press, Cambridge.
- ▶ —(1991), *Modernity and self-identity: self and society in the late modern world*, Polity Press, Cambridge.
- ▶ Hall S. (1999), *Identiteetti*, Vastapaino, Tampere.
- ▶ Hoikkala T. (2009), "The diversity of youth citizenships in the European Union", *Young* 17(5), pp. 5-24.
- ▶ Hoskins B. (2018), "What type of citizens do we have in Europe? And what type of citizens do we want?" Documento de reflexão no seminário da Parceria UE-Conselho

da Europa para a Juventude "Young people's citizenship and Europe: which ways forwards?", Estrasburgo, 3-4 de maio.

- ▶ Hoskins B., Kerr D. e Liu L. (2016), "Citizenship and the economic crisis in Europe: an introduction", *Citizenship Teaching and Learning* 11(3), pp. 249-265.
- ▶ Huovinen A. (2013), Poliittinen kansalaisuus intersektionaalisenä identiteettinä vaaliesitteissä [Political citizenship as intersectional identity in election brochures], série de publicações da Universidade de Aalto n.º 175/2013, Helsínquia.
- ▶ Inglehart R. (1997), *Modernization and postmodernization: cultural, economic, and political change in 43 societies*, Princeton University Press, Princeton.
- ▶ Isin E. F. (2009), "Citizenship in flux: the figure of the activist citizen", *Subjectivity* 29(1), pp. 367-388.
- ▶ Jolly M. (2005), "A demos for the European Union?", *Politics* 25(1), pp. 12-18.
- ▶ Kurki L. (2006), "Kansalainen persoonana yhteisössään" [O cidadão como pessoa numa comunidade] in Kurki L. e Nivala E. (eds), *Hyvä ihminen ja kunnon kansalainen: Johdatus kansalaisuuden sosiaalipedagogiikkaan* [Uma boa pessoa e um cidadão: Introdução à pedagogia social da cidadania] Tampere University Press, Tampere, pp. 115-191.
- ▶ Lehto M. (2020), "Eurooppalaisia tiloja ja rajanvetoja. Diskurssianalyttinen tutkimus nuorten kansalaisuuden rakentumisesta eurooppalaisen vapaaehtoistyön kontekstissa" [Espaços e demarcações europeus: Análise do discurso sobre a construção da cidadania europeia dos jovens no contexto do Serviço Voluntário Europeu], Sosiologian pro gradu -tutkielma, Helsingin yliopisto.
- ▶ Marshall T. (1950), "Citizenship and Social Class and Other Essays", Cambridge University Press, Cambridge.
- ▶ Mouffe C. (1992), *Dimensions of radical democracy*, Verso, Londres.
- ▶ Myllyniemi S. et al. (eds) (2019), *Nuorisobarometri* [Barómetro da juventude], 2018, Nuorisotutkimusseura, Helsínquia. Nivala E. (2006), "Kunnon kansalainen yhteiskunnallisen kasvatuksellisenä ihanteena" [Um cidadão correto como ideal da pedagogia social], em Kurki L. e Nivala E. (eds), *Hyvä ihminen ja kunnon kansalainen: Johdatus kansalaisuuden sosiaalipedagogiikkaan* [Uma boa pessoa e um cidadão: Introdução à pedagogia social da cidadania], Tampere University Press, Tampere, pp. 25-103.
- ▶ Norris P. (2004), "Young people and political activism: from the politics of loyalties to the politics of choice?", John F. Kennedy School of Government, Universidade de Harvard, Cambridge, MA.
- ▶ O'Toole T. (2015), "Beyond crisis narratives: changing modes and repertoires of political participation among young people", em Kallio K., Mills S. e Skelton T. (eds), *Politics, citizenship and rights*, Springer, Singapura, pp. 1-15.
- ▶ Putnam R. D. (2000), *Bowling alone: the collapse and revival of American community*, Simon & Schuster, Nova Iorque.
- ▶ Ronkainen S. (2019), "Euroopan ja Suomen poliittinen etsikko aika" [O tempo da procura política na Finlândia e na Europa] in Myllyniemi S. e Pekkarinen E. (eds), *Nuorisobarometri 2018* [Barómetro da juventude], Nuorisotutkimusseura, Helsínquia, pp. 187-188.
- ▶ Skeggs B. (2014), *Elävä luokka*, [Class, Self, Culture, Routledge, 2004], Vastapaino, Tampere.

- ▶ Somers M. (2008), *Genealogies of citizenship: markets, statelessness and the right to have rights*, Cambridge University Press, Cambridge.
- ▶ Suoninen E. (2016), Näkökulma sosiaalisen todellisuuden rakentumiseen [Perspetiva para a construção social], in Jokinen A., Juhila K. e Suoninen E., *Diskurssianalyysi. Teoriat, peruskäsitteet ja käyttö* [Análise do discurso : teorias, conceitos básicos e prática], Vastapaino, Tampere, pp. 229-247.
- ▶ Turner B. S. (1997), "Citizenship studies: a general theory", *Citizenship Studies* 1(1), pp. 5-18.

Ensaio

Caminhos para o empoderamento dos jovens: o papel da construção de comunidades

Ana Sofia Martins Pereira, Beatriz Henriques Peixoto Capão, Francesco Capellini, Joana Cristina Rodrigues Freitas, Joana Sofia Arêde Richa Martins

Introdução

Numa altura em que a necessidade de mudança social está nas manchetes dos jornais, todos nós temos a exigente, mas excitante, missão de criar soluções inovadoras para concretizar a transformação pretendida. Uma vez que as formas existentes e emergentes de envolvimento dos jovens - online e offline - estão a revelar-se contributos eficazes para enfrentar os desafios globais, a participação e a mobilização dos jovens cidadãos são cada vez mais consideradas como um valor acrescentado para a sociedade e são cumulativamente promovidas através de diferentes políticas e tipos de educação. No entanto, é necessário não só aumentar o número de participantes, mas também tornar a participação acessível aos jovens de todas as origens e, consequentemente, criar sociedades mais inclusivas. O que pode ser feito para preparar o caminho para que os jovens se vejam a si próprios como atores da mudança e para os capacitar para essa responsabilidade intergeracional? Neste ensaio, cinco jovens procuram dar respostas a esta difícil questão, estimulando a reflexão sobre o papel das comunidades e da construção de comunidades na participação política dos jovens.

Defendemos que o empoderamento duradouro exige a formação dos jovens para o envolvimento social e político, através de atividades sustentadas por metodologias de construção de comunidades, enraizadas em valores de economia social solidária e baseadas em princípios de educação não formal. Para o ilustrar, apresentaremos dois estudos de caso, ambos implementados em 2020 durante a pandemia de Covid-19: uma iniciativa de uma rede de ONG portuguesas (Academia de Ativismo) e um projeto Erasmus+ KA2 implementado em seis países (SSEVET2). Em ambos os casos, os participantes dispuseram de tempo, espaço, recursos, apoio e orientação para aprenderem através da experiência ativa, bem como de incentivo para partilharem a sua aprendizagem com os seus pares e para se apropriarem dos resultados da sua aprendizagem.

O desenvolvimento de uma estrutura para uma maior cooperação entre os participantes nestes projetos, que ultrapasse as fronteiras espaciais e temporais, cria um sentido de comunidade entre

os participantes, o que resulta num sentimento de empoderamento, união e autorrealização, que é particularmente relevante para os jovens e permite ações e compromissos futuros.

Promover a participação dos jovens

A necessidade de envolver os jovens na procura e construção de soluções para as atuais preocupações sociais, como as alterações climáticas, a preparação digital, a migração e a inclusão social, foi amplamente reconhecida por organizações internacionais e nacionais numa série de documentos estratégicos e políticos (como a Agenda 2030, a Estratégia da UE para a Juventude e a Declaração Lisboa +21, para citar alguns). Dois traços distintivos dos jovens são a capacidade de inovar - ou seja, de encontrar novos métodos, perspetivas e ferramentas para abordar os problemas existentes - e a resiliência face à mudança. Estas características foram particularmente evidenciadas em situações em que grupos e indivíduos jovens mostraram iniciativa e sentido de iniciativa quando se tratou de apoiar a sociedade como um todo durante a pandemia de Covid-19 ou face às alterações climáticas (sendo o movimento Fridays For Future, iniciado por Greta Thunberg, um exemplo notável deste último).

A promoção da participação dos jovens tem duas dimensões fundamentais. Em primeiro lugar, as políticas e estratégias locais, nacionais e globais para a juventude desempenham um papel fundamental na promoção da participação, uma vez que servem não só de diretrizes para os decisores, mas também de instrumentos para ouvir melhor as vozes dos jovens e o *know-how* e o conhecimento empírico das organizações de juventude, valorizando-os como contributos para a sociedade. Em segundo lugar, a educação é vital para sensibilizar os jovens para os seus direitos e responsabilidades, bem como para as necessidades e desafios históricos, atuais e futuros da sociedade. Assim, a participação ativa e significativa deve ser incentivada através da educação formal, não formal e informal.

Se olharmos para a etimologia da palavra "educação" em latim ("educere" - "ducere" significa guiar, enquanto a presença do "e" implica uma direção para o exterior), esta pode ser entendida como o processo de alimentar algo que começou a crescer dentro de outro indivíduo, com vista a promover a sua autonomia e capacidade de contribuir para o mundo exterior. De acordo com este raciocínio, a educação deve ter sempre como objetivo a expansão dos conhecimentos e das competências de um indivíduo, que este poderá depois aplicar e partilhar com outros ao longo da sua vida académica e profissional, bem como nos seus esforços de participação cívica e política.

No entanto, as iniciativas e os eventos políticos e educativos isolados podem não ter a capacidade de proporcionar aos jovens participantes a autonomia, a confiança e as capacidades necessárias para concretizarem as suas ideias e objetivos. Para criar esse impacto, é necessário criar espaços seguros e motivadores para que os jovens não só partilhem a sua visão, mas também a ponham em prática. Esses espaços não devem ser limitados a nível físico, nem em termos de tempo e recursos, e devem reconhecer a coexistência de diferentes necessidades e objetivos entre os jovens, valorizando simultaneamente as diversas experiências trazidas por cada pessoa. Por outras palavras, o impacto requer comunidades.

A importância das comunidades é visível na educação não formal, que oferece experiências e programas concebidos para provocar mudanças nas atitudes e comportamentos dos indivíduos, muitas vezes em relação à sociedade, e nas suas perceções de como contribuir para as comunidades fora do sistema de educação formal. Os métodos e processos relevantes

implicam frequentemente um grupo, a partilha de experiências e o debate com os pares, resultando num sentido de comunidade. Através dela, a educação não formal cria um ambiente motivador e enriquecedor em que os jovens podem desenvolver as suas capacidades de comunicação, de gestão e de liderança, bem como a capacidade de se relacionarem com os outros quando criam mudanças.

Ao mesmo tempo, o sentido de comunidade é um elemento-chave da "economia social e solidária", um modelo socioeconómico alternativo assente em valores e práticas inclusivos. Pluralista na sua abordagem, procura reorientar e tirar partido dos Estados, das políticas e das estruturas de propriedade para servir as pessoas e o ambiente, desafiando as pessoas a ultrapassarem as perceções individualistas do bem comum. A economia social e solidária pode assumir muitas formas diferentes, desde organizações formais a grupos informais de apoio mútuo, mas centra-se sempre na criação de relações horizontais que são enriquecidas pelas diferentes visões pessoais, conhecimentos e percursos dos seus membros.

O potencial e os resultados existentes da educação não formal e da economia social e solidária para envolver os indivíduos na mudança coletiva mostram que a combinação da aprendizagem ativa, da participação e do envolvimento através de uma abordagem baseada na comunidade é uma forma eficaz de capacitar os jovens para uma participação ativa. Os estudos de caso que se seguem são exemplos práticos deste facto.

Aprender com os estudos de caso: Academia de Ativismo

A Academia de Ativismo é uma iniciativa educativa de âmbito nacional que reúne jovens portugueses para debater os desafios sociais emergentes e apoiá-los para que se tornem líderes da transformação que idealizam. O seu objetivo é desenvolver um processo educativo abrangente que ultrapasse as fronteiras do espaço e do tempo, através do desenvolvimento de uma comunidade crescente em torno de um evento anual. Na sua conceção, considerou a comunidade como um quadro fundamental para a criação de um modelo educativo inclusivo, flexível e orientado para os objetivos, abrangendo a coexistência de diferentes percursos, papéis, necessidades e vocações individuais.

O processo de construção da comunidade foi promovido por quatro aspetos fundamentais. Em primeiro lugar, um percurso educativo a vários níveis (inspiração, formação, incubação de ideias e ação), abrangendo diferentes níveis de envolvimento, proporcionou um espaço inclusivo para todos, independentemente da experiência e do empenho individuais. Em segundo lugar, a corresponsabilidade na formação e na ação permitiu um sistema transformador no qual os jovens desempenharam diferentes papéis. Agiram como ouvintes, fizeram perguntas e especialistas ao participarem ativamente nas palestras inspiradoras; estudantes, professores e facilitadores ao conceberem e implementarem a formação em colaboração; jovens empresários ao incubarem as suas ideias com o apoio de mentores experientes; e ativistas, educadores, técnicos de juventude e cidadãos responsáveis ao traduzirem as suas ideias em ações na sua comunidade. Em terceiro lugar, um quadro orientado para um objetivo uniu diferentes indivíduos com interesses, competências, localização e dedicação semelhantes, fortalecendo a sua confiança ao revelar que partilhavam as mesmas lutas. Estrategicamente, o quadro integrou e ligou diferentes áreas de ativismo tradicionalmente estruturadas em torno de causas únicas, permitindo que os jovens descobrissem pontos em comum e criando um espaço único para a inovação e uma colaboração mais ampla, sem restrições de tempo. Em

quarto lugar, os espaços virtuais com alta interação desempenharam um papel crucial na criação de um sentimento de pertença, superando as barreiras da distância física. Entre os exemplos contam-se: videochamadas para debates semiestruturados e momentos informais; documentos partilhados que permitem a colaboração assíncrona e a recolha de recursos; software para recolher informações e organizar ideias; e grupos de redes sociais para promover ligações interpessoais e partilhar oportunidades para novos compromissos auto-organizados.

Como resultado, para além das ligações pessoais e profissionais, foram criados novos projetos que ligam jovens ativistas e organizações no país e no estrangeiro. A longo prazo, a academia prevê uma aliança estratégica entre os jovens e a economia social e solidária, criando uma ligação virtuosa entre as forças que procuram a mudança e o modelo socioeconómico que a promove.

Aprender com os estudos de caso: o projeto SSEVET2

Um avanço nesse sentido é o projeto SSEVET2, que visa promover a economia social e solidária na Europa. A parceria entende a inovação proposta nos programas de ensino e formação profissional inicial como uma abordagem estratégica para o desenvolvimento cívico e profissional dos jovens. Foram realizados cursos de formação de oito dias em 10 cidades europeias, implementando um programa desenvolvido em conjunto pela equipa do projeto e os participantes locais. As atividades incluíram visitas a iniciativas de economia social e solidária, uso de metodologias inovadoras e formatos diversificados de sessões, o que levou os grupos a formar uma comunidade. Esta atividade beneficiou cerca de 61 participantes na Europa.

A pedagogia do projeto baseia-se nos princípios da "investigação-ação", nomeadamente na abordagem participativa que emerge de uma perspetiva social e educativa que inclui a reflexão, a capacitação e a emancipação (Riel 2019). Tem uma metodologia de formação-emprego que visa promover um processo de aprendizagem através da experiência e da prática, com vários aspetos que contribuem para um ambiente amigável, essencial para fomentar a comunidade. A participação foi promovida antes da própria formação, através da cocriação do programa de formação. Embora alguns módulos de conteúdo tenham sido definidos no âmbito das organizações parceiras, os participantes locais tiveram um papel ativo e puderam expressar as suas necessidades, objetivos, sugestões e contributos. No Porto, os participantes apresentaram previamente as suas questões de investigação, cada uma das quais foi abordada individualmente. No final, todos os participantes apresentaram as suas conclusões, como forma de validar e partilhar conhecimentos. Esta situação promoveu também facilitou a redução da separação entre formador e formando.

O cuidado era o ingrediente central da comunidade, o que implicava uma atenção especial aos aspetos logísticos: compras éticas; partilha solidária de boleias; organização do espaço; plataforma Moodle; ferramenta InfoPack; e-mails de lembrete; metodologias inovadoras e participativas; e os "guardiões dos cuidados". Os "guardiões dos cuidados" eram participantes que estavam atentos a questões específicas, incluindo: a manutenção de um espaço físico convidativo e aberto; a organização da partilha de veículos; a garantia da reutilização e reciclagem de materiais; o cumprimento do horário e a introdução de pausas; e o apoio ao grupo na utilização de uma linguagem não violenta e inclusiva. Além disso, os participantes partilharam as suas experiências, permitindo diferentes perceções da economia social solidária e a criação de sinergias em momentos informais que consideraram necessários para desenvolver

um sentimento de pertença. As comunidades criadas no âmbito do curso de formação estão hoje a trabalhar coletivamente para gerar transformação social local através da economia social e solidária. A avaliação do processo de formação também foi comunitária e assumiu a forma de um evento de formação participativa transnacional de cinco dias. Os formandos foram convidados a partilhar as suas experiências e perceções de formação. Isto permitiu a promoção de uma comunidade europeia, através de uma plataforma de comunicação de fonte aberta.

Empoderamento dos jovens através da construção de comunidades

Um traço distintivo dos exemplos apresentados é a implementação de metodologias alinhadas com processos de empoderamento comunitário inspirados em práticas de economia social e solidária, tais como ligações práticas entre valores e ação, processos partilhados, relações horizontais e a preocupação sempre presente de encontrar alternativas que promovam um bem comum. Tendo estado diretamente envolvidos num ou em ambos os projetos acima referidos, acreditamos que estas metodologias têm o potencial de capacitar os jovens para participarem ativamente nas suas comunidades, promovendo impactos positivos.

Em primeiro lugar, desafiaram os participantes a encontrar e a partilhar as suas próprias perguntas e respostas, proporcionando-lhes tempo, recursos, orientação e inspiração para desenvolverem um vasto leque de competências, conhecimentos e intuições relacionados com os seus próprios interesses. As experiências de aprendizagem ativa são particularmente relevantes para os jovens, que se encontram frequentemente num caminho de autodescoberta e a desenvolver a sua identidade e autoconfiança - alguns ainda estão à procura de um objetivo, outros de um emprego, o que torna a Covid-19 ainda mais difícil. Por conseguinte, estes processos têm impacto não só a nível pessoal e profissional dos participantes, mas também nas comunidades onde se tornam social ou politicamente ativos.

Em segundo lugar, ambos os projetos transformaram grupos de desconhecidos virtuais em comunidades orientadas para um objetivo, envolvidas em conjunto na transformação, quer pessoalmente, quer numa rede espacialmente distante, mas muito unida. Criar um ambiente em que todos se sintam capazes de contribuir facilita um apoio mútuo significativo na navegação por um sistema complexo de escolhas, através da partilha de experiências pessoais e profissionais, e gera oportunidades. Isto é fundamental para nós - jovens - que muitas vezes não temos este sentimento de pertença, de encorajamento e de segurança, especialmente quando deixamos a nossa terra natal para perseguir objetivos pessoais, académicos ou profissionais. No entanto, a mobilidade dos jovens representa uma oportunidade única para estabelecer pontes entre diferentes níveis de participação (local, nacional e internacional), uma vez que os desafios e os projetos em que nos envolvemos são transversais a diferentes áreas geográficas. Isto permite que os membros se inspirem uns aos outros para se envolverem ativamente, reproduzindo, alargando ou mesmo criando novos projetos e comunidades para além do âmbito original. Este ensaio é um exemplo disso mesmo.

Em conclusão, defendemos que o aumento da participação dos jovens é promovido por experiências de aprendizagem participativa que implicam ação. Esta convicção é apoiada por conhecimentos e práticas pessoais e profissionais, bem como pelo sucesso dos dois estudos de caso apresentados - nomeadamente, os seus resultados valiosos e a aprovação de financiamento e recursos para acompanhamento. Os educadores e os decisores políticos

devem aceitar a complexidade do mundo em que vivemos e promover oportunidades para que os jovens assumam diferentes papéis e questões e os envolvam nos processos de desenvolvimento e de tomada de decisões. Tal, irá capacitá-los para se tornarem atores sociopolíticos ativos - um processo em que a construção de comunidades tem um amplo impacto, como já demonstrámos. Por conseguinte, não deve ser negligenciada a importância de criar uma estrutura que envolva diferentes atores e perspectivas para um apoio e inspiração mútuos contínuos, enraizados nos valores e práticas da economia social e solidária e nos métodos da educação não formal.

A ponte entre a inspiração, a aprendizagem e a prática dará início a processos coletivos, abrindo caminho à participação, ao empoderamento dos jovens e à transformação social a diferentes níveis.

Referências bibliográficas

- Riel M. (2019), "Understanding collaborative action research", Center for Collaborative Action Research, Malibu, disponível em https://base.socioeco.org/docs/center_for_collaborative_action_research.pdf, acedido em 15 de agosto de 2022.

Conclusões

O que fazer com a participação política dos jovens?

Tomaž Deželan, Cristina Bacalso

A existência de um problema de participação entre os jovens

O consenso é geral: estamos a assistir a um problema de baixa participação política dos jovens na Europa, e em todo o mundo democrático, no que diz respeito à política institucional. Com diversos estudos a abordarem esta questão (como Wattenberg 2002; Norris 2002; Pattie, Seyd e Whiteley 2004; Macedo et al. 2005; Zukin et al. 2006; Marsh, O'Toole and Jones 2007; Dalton 2009; Martin 2012; García Albacete 2014; Xenos, Vromen e Loader 2014; e Pickard 2019), o facto de os jovens participarem menos na política institucional do que outros grupos etários, e menos do que coortes de jovens de décadas atrás, é indiscutível. A dimensão do problema é revelada na íntegra pela afluência às urnas, uma vez que os jovens estão significativamente mais ausentes nas eleições do que outros grupos da população.

Este fosso aumentou consideravelmente em todo o mundo democrático (López Pintor et al. 2002; Wattenberg 2012) e pode também ser observado quando se trata de candidatos que concorrem a eleições políticas (Deželan 2015). A diminuição da participação dos jovens na política institucional reflete-se ainda no declínio da filiação partidária nas democracias europeias (van Biezen, Mair e Poguntke 2012: 38). Vários estudos identificaram claramente uma diminuição da filiação partidária dos jovens (incluindo Cross e Young 2008); Hooghe, Stolle e Stouthuysen 2004; Seyd e Whiteley 2004; e Deželan 2015). Os resultados da 7.ª edição do European Values Study (Estudo sobre os Valores Europeus) (SVE 2020) criam um quadro claro da forma como os jovens de toda a Europa votam significativamente menos do que os outros grupos etários, nos três níveis eleitorais; da forma como outras formas de ação política (como assinar uma petição, participar em manifestações devidamente autorizadas e aderir a greves não oficiais) são menos praticadas pelos jovens; e da forma como a sua filiação em partidos e grupos políticos diminuiu.

São poucas evidências do padrão geral assumido por Barnes e Kaase (1979) de que os jovens são consistentemente mais ativos do que outros grupos etários noutras formas de participação política menos convencionais. Os resultados da 7.ª edição do European Values Study (Estudo sobre os Valores Europeus) (EVS 2020) sugerem que o problema da participação dos jovens nas democracias contemporâneas vai além das meras diferenças na participação eleitoral e na filiação partidária, abrangendo outras formas de ação política. A assinatura de uma petição, a participação em manifestações devidamente autorizadas e a participação em greves não oficiais são menos praticadas pelos jovens da atualidade - apesar das suposições em contrário - e são mais indicativas do ativismo juvenil não convencional do passado.

O problema da definição

No entanto, a questão da participação dos jovens está longe de ser simples. Se olharmos para a participação política de um ponto de vista tradicional e mais restrito, e a enquadrarmos como a participação dos indivíduos nos processos de formulação, promulgação e implementação de políticas públicas (Parry, Moyser e Day 1992: 16), os jovens demonstram resultados mais baixos em quase todas as áreas examinadas, particularmente quando a medimos com a metodologia de estudos comparativos internacionais proeminentes (como o European Values Study, World Values Survey, European Social Survey e International Social Survey Programme). No entanto, apesar das diferenças existentes e relevantes na participação política dos jovens entre países e regiões (por exemplo, Kostadinova 2003; Kostadinova e Power 2007), esta tendência universal também é vista como resultado das definições diversas e frequentemente desatualizadas utilizadas na medição deste fenómeno. Mais concretamente, a distinção entre o que é considerado político e o que não é nem sempre é consensual, tanto entre académicos como entre diferentes grupos da população.

Parry, Moyser e Day (1992), por exemplo, identificaram diferenças surpreendentes no que os participantes no inquérito e os investigadores entendiam por "política". Além disso, o conceito de participação política expandiu-se ao longo do tempo, deixando de se restringir apenas a atividades relacionadas com eleições e campanhas eleitorais (como apontaram Lazarsfeld, Berelson e Gaudet em 1944) e abrangendo também ações que vão para além das urnas. Exemplos deste último ponto incluem o contacto dos cidadãos com os políticos fora do processo eleitoral e a participação através de grupos de interesse (Verba e Nie 1972), bem como petições, manifestações, boicotes, bloqueios de ruas e atividades que vão desde o voluntariado em órgãos governamentais locais até ao serviço de júri. Alguns incluem, inclusive, a participação em processos de decisão não governamentais, uma vez que essas atividades podem afetar a participação na esfera política (ver Verba e Nie 1972); Parry, Moyser e Day 1992; Dalton 2009; e Moyser 2003: 176).

Uma vez que os jovens têm uma maior propensão para se envolverem em formas não institucionais de participação política (ver Norris 2002; Dalton 2009; Martin 2012; Deželan 2015; Pickard 2019), a expansão da definição de participação política transforma a questão da participação dos jovens, passando a considerar não a sua participação, mas sim onde participam (Weiss 2020). Tal, culminou em apelos para alargar a definição de participação política (O'Toole 2003; Marsh, O'Toole and Jones 2007; Pickard 2019) e reconhecer o problema pelo que é. Esta discussão não se limitou à ciência política ou à sociologia política dominantes. A título de exemplo, os estudiosos dos estudos sobre a infância também têm defendido o alargamento da compreensão da participação e da política, argumentando que as crianças, em vez de serem "livros em branco" que aprendem a tornar-se políticas, estão, em vez disso, imersas desde o nascimento na política do mundo quotidiano (por exemplo, Larkins 2014 e Moosa-Mitha 2005). A sua cidadania é, assim, moldada pelas experiências vividas e pelas relações das instituições e das pessoas com quem têm contacto no dia a dia.

A participação política dos jovens revisitada

Definições restritas de participação política conduzem a uma conceção restrita do termo "política/o" que é imposta pelos adultos aos jovens (Marsh, O'Toole e Jones 2007: 4), o que, consequentemente, perde a capacidade de revelar plenamente os imaginários políticos dos

jovens. Por conseguinte, a utilização dos instrumentos mais conhecidos para investigar a participação política não revela a forma como os jovens pensam sobre a política. Um número crescente de dados indica que os jovens, na realidade, nunca se afastaram da política ou se tornaram inativos, tendo antes adotado diferentes formas de envolvimento. Os resultados do Eurobarómetro Flash (2021) revelam que, embora as eleições continuem a ser o principal meio formal através do qual as pessoas têm a oportunidade de influenciar o processo político (46% dos jovens europeus votaram nas últimas eleições locais, nacionais ou europeias - ver Figura 1), existe um vasto repertório de outras ações à disposição dos indivíduos envolvidos no quadro político. Uma das mais populares é a assinatura de uma petição online ou offline (42%), que continua a ser uma forma de envolvimento bastante tradicional.

No entanto, a popularidade de formas menos tradicionais também é notória. A publicação de opiniões sobre uma questão política ou social online é uma prática realizada por mais de um quarto (26%) dos jovens (esta proporção poderia ser mais elevada se a definição do termo "política/o" dos jovens correspondesse de forma mais adequada à utilizada pelos criadores do inquérito, tal como referido na secção anterior). Um em cada quatro jovens europeus (25%) também já praticou um consumismo politicamente consciente através do boicote ao consumo, ou "buycotting". Quase um quarto (24%) dos jovens já participou em protestos e manifestações de rua e 23% dos jovens europeus utilizaram hashtags ou alteraram as suas fotografias de perfil para mostrar apoio a uma questão política ou social. Mais de um quinto dos jovens (21%) já se ofereceram como voluntários para uma organização de beneficência ou campanha (como a Oxfam ou a Amnistia Internacional) e 15% participaram ativamente em consultas públicas online e offline.

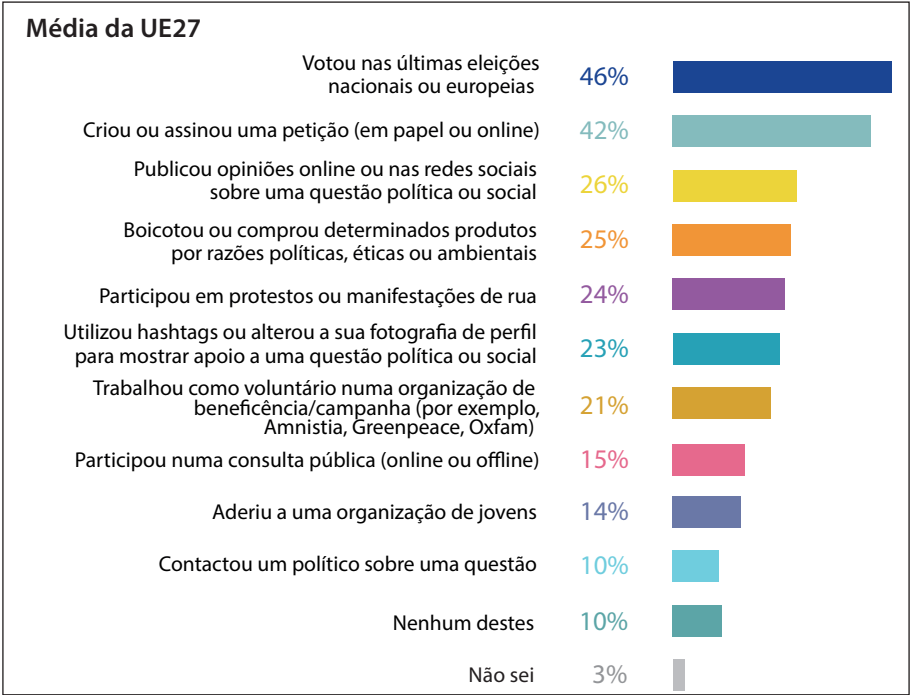


Figura 1: "Já alguma vez praticou alguma das seguintes ações?" (% - UE27)

Fonte: Inquérito do Parlamento Europeu à Juventude - Eurobarómetro Flash (2021)

É importante notar que apenas 10% das pessoas que participaram no inquérito não indicaram nenhuma das formas de atividades disponíveis, de entre uma lista bastante específica de ações políticas possíveis, o que sugere que a visão unidimensional clássica dos indivíduos que participam (ver Milbrath 1977) não é relevante. Em alternativa, devemos adotar uma abordagem multidimensional, indicando que certos indivíduos são muito ativos em alguns modos de ação política, mas passivos noutros, e vice-versa (ver também Moyser 2003: 177; Verba, Schlozman e Brady 1995). Mais importante ainda, o número de jovens politicamente ativos é maior do que geralmente se supõe. As conclusões são ainda apoiadas pela frequência das discussões que os jovens têm com os seus amigos e familiares sobre questões políticas e sociais: apenas 13% dos jovens nunca discutem questões políticas e sociais com os seus amigos ou familiares (Flash Eurobarómetro 2021).

Perceções deste livro sobre o Conhecimento dos Jovens

As novas conceções da participação política dos jovens dizem respeito ao modo e ao estilo de participação, em que os meios são tão importantes como os fins. Em "'Bondade radical': Os jovens ativistas climáticos que estão a transformar a democracia", os jovens ativistas climáticos esbatem as fronteiras entre o político e o pessoal, criando uma cultura política centrada nos jovens, regida pelo cuidado, pela justiça e por estruturas democráticas horizontais. Neste estudo de caso, a forma como se pratica o ativismo é tão importante como a razão pela qual este está a ser feito e, para além dos seus objetivos climáticos, os ativistas também pretendem transformar a própria democracia através do seu tipo específico de prática democrática. O capítulo "O ativismo climático dos jovens: a experiência Fridays For Future em Roma" mostra de forma semelhante as práticas internas de um movimento, em que o empenho interno dos membros do Fridays For Future em Roma (ou "Fridays") serve de base ao seu empenho externo na comunidade. Aqui, a participação política tem tanto a ver com a forma como os "Fridays" se envolvem e se empoderam mutuamente como com a forma como se envolvem com os detentores do poder em assembleias públicas e protestos. Em contraste com os coloridos protestos de rua e as enérgicas reuniões de organização dos ativistas climáticos, o capítulo "Os jovens e a justiça ambiental na UE: a Convenção de Aarhus de 1998" analisa os mecanismos judiciais e institucionais lentos, menos glamorosos, mas ainda assim influentes, sobre os quais assentam as nossas democracias. O acesso à informação - e a factos precisos sobre o estado do ambiente e os impactos na saúde humana, na segurança e na cultura - continuará a ser uma pedra angular para os jovens lutarem pela justiça ambiental, em especial porque lutamos coletivamente contra a desinformação e a distorção da realidade na nossa era digital. No entanto, as instituições fundamentais sobre as quais construímos a nossa democracia não devem deixar de ser examinadas, e a política de juventude não é exceção.

Em dois capítulos, são apresentados reexames críticos dos princípios fundamentais da política de juventude e da participação dos jovens. O primeiro, "Pluralizar o imaginário democrático: a juventude para além do cânone liberal-democrático", analisa as abordagens europeias do setor da juventude, incluindo o exultado "triângulo mágico" da política, do trabalho e da investigação no domínio da juventude, no contexto da democracia liberal, que, segundo o autor, neutraliza o potencial emancipatório radical a que a participação dos jovens pretende aspirar. O segundo, "'Voz dos jovens', diálogo e democracia", desafia um conceito ainda mais fundamental na participação dos jovens - o referente à "voz dos jovens" - levando-nos a entender a participação menos como um exercício extrativo e mais como uma interação dinâmica entre os jovens e aqueles com

quem dialogam. Isto coloca mais ênfase no papel de terceiros no diálogo (como os detentores de poder) e também no contexto em que este diálogo tem lugar. Ambos os capítulos apelam a um repensar das ideias, normas e conceitos que, sem dúvida, moldaram a participação e a política convencionais dos jovens na Europa nos últimos 20 anos.

Outros capítulos também nos convidam a questionar os nossos pressupostos sobre o estado atual da participação dos jovens na Europa, em particular quem é ativo e quem pode ser um "cidadão". Em "Participação política dos jovens europeus: o papel dos valores liberais e do contexto democrático", os autores reexaminam as práticas participativas dos jovens europeus e a sua autocompreensão ideológica e atitudes minoritárias. O capítulo analisa de forma crítica os pressupostos comuns em torno da participação dos jovens (que são desinteressados, desvinculados das instituições e que estão a criar novas formas e canais de participação), introduzindo nuances sobre quem está exatamente a participar e como.

Ao desafiar um pilar do setor da juventude europeia, o programa Erasmus+, o capítulo "Cidadania europeia e a participação democrática dos jovens": um estudo de caso da Finlândia" convida-nos a olhar de forma crítica para o programa emblemático de intercâmbio de jovens da Comissão Europeia, agora no seu 35.º ano. Que tipo de cidadania europeia resulta deste programa? Embora o programa Erasmus+ se baseie ostensivamente em valores democráticos e tenha como objetivo promover a participação dos jovens na vida democrática, o capítulo apela a que consideremos de que forma a sua ênfase na acumulação de competências, atividades e mobilidade enquadra, na realidade, a prática democrática como um exercício essencialmente neoliberal.

Assim, a participação política tem de ser reconhecida como um fenómeno social dinâmico, revelando que, embora os jovens estejam cada vez mais afastados das políticas e estruturas tradicionais (Riley, Griffin e Morey 2010), tal não se traduz na era da apatia política e na retirada dos jovens para a esfera privada, mas sim numa diversificação do leque, das formas e dos alvos da expressão política (Rosanvallon 2008; Norris 2002). Esta reinvenção da política exige que se considere a relevância de novas agências que começaram a emergir sob a forma de (novos) movimentos sociais, que diferem das organizações políticas tradicionais, como os partidos políticos, os sindicatos e os grupos de pressão, em termos de uma filiação mais fluida e de uma política contenciosa (Marsh, O'Toole e Jones 2007: 9). Do mesmo modo, a nova política diversificou os seus repertórios - ou ações utilizadas para a expressão política - quer reinventando formas mais antigas de ativismo (por exemplo, boicotes económicos) quer recorrendo a novas formas, como o ativismo na Internet, as redes sociais e os blogues (ibid.). Além disso, a mudança dos alvos da ação política reflete a alteração do poder político e da autoridade nas sociedades contemporâneas, em que o Estado-nação, como principal alvo da ação, está a perder a sua primazia para uma variedade de agentes públicos e privados transnacionais e supranacionais (ibid.: 10). Tendo isto em consideração, não podemos esquecer que os fatores estruturais tradicionais são provavelmente tão relevantes como sempre foram para a participação política dos jovens. É por essa razão que estão incluídos nesta publicação, junto com as novas e criativas formas de participação. Além disso, a aceitação das várias formas de expressão, queixas e intervenções dos jovens e a sua tradução em processos sociais e políticos gerais dependem das janelas de oportunidade criadas por vários eventos e atores que permanecem fechados à maioria dos jovens e aos seus defensores ao longo das suas vidas.

Referências bibliográficas

- ▶ Barnes S. H. e Kaase M. (eds) (1979), *Political action: mass participation in five Western democracies*, Sage, Beverly Hills.
- ▶ Biezen I. (van), Mair P. e Poguntke T. (2012), "Going, going, . . . gone? The decline of party membership in contemporary Europe", *European Journal of Political Research*, 51(1), pp. 24-56.
- ▶ Cross W. e Young L. (2008), "Factors influencing the decision of the young politically engaged to join a political party", *Party Politics*, 14(3), pp. 345-369.
- ▶ Dalton R. J. (2009), *The good citizen: how a younger generation is reshaping American politics*, CQ Press, Washington.
- ▶ Deželan T. (2015), "Young people and democratic life in Europe: what next after the 2014 European elections?", Fórum Europeu da Juventude, disponível em www.youthforum.org/files/YFJ_YoungPeopleAndDemocraticLifeInEurope_B1_web-9e4bd8be22.pdf, acessado em 20 de agosto de 2022.
- ▶ Eurostat (2021), "Asylum statistics", dados extraídos em 16 de março de 2021, disponível em https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Asylum_statistics_introduced, acessado em 15 de julho de 2022.
- ▶ EVS (2020), "European Values Study 2017: Integrated Dataset (EVS 2017)", arquivo de dados GESIS, Colônia, ficheiro de dados ZA7500 versão 4.0.0, disponível em <https://doi.org/10.4232/1.13560>, acessado em 20 de agosto de 2022.
- ▶ Flash Eurobarômetro (2021), "Youth Survey 2021", Parlamento Europeu, Bruxelas, disponível em www.europarl.europa.eu/at-your-service/en/be-heard/eurobarometer/youth-survey-2021, acessado em 20 de agosto de 2022.
- ▶ García Albacete G. (2014), *Young people's political participation in Western Europe: continuity or generational change?*, Palgrave Macmillan, Basingstoke.
- ▶ Hooghe M., Stolle D. e Stouthuysen P. (2004), "Head start in politics: the recruitment function of youth organizations of political parties in Belgium", *Party Politics*, 10(2), pp. 193-212.
- ▶ Kostadinova T. e Power T. J. (2007), "Does Democratization Depress Participation? Voter Turnout in the Latin American and Eastern European Transitional Democracies", *Political Research Quarterly*, 60 (3), pp. 363-377.
- ▶ Kostadinova T. (2003), "Voter turnout dynamics in post-communist Europe", *European Journal of Political Research*, 42 (6), pp. 741-59.
- ▶ Larkins C. (2014), "Enacting Children's Citizenship: Developing Understandings of How Children Enact Themselves as Citizens through Actions and Acts of Citizenship", *Childhood*, 21 (1), pp. 7-21.
- ▶ Lazarsfeld P., Berelson B. e Gaudet H. (1944), *The people's choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign*, Columbia University Press, Nova Iorque.
- ▶ López Pintor R. et al. (2002), "Voter turnout since 1945: a global report", IDEA (Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral), Estocolmo.
- ▶ Macedo S. et al. (2005), *Democracy at risk: how political choices undermine citizen participation, and what we can do about it*, Brookings Institution Press, Washington.

- ▶ Marsh D., O'Toole T. and Jones S. (2007), *Young people and politics in the UK: apathy or alienation?*, Palgrave Macmillan, Basingstoke.
- ▶ Martin A. J. (2012), *Young people and politics: comparing Anglo-American democracies*, Routledge, Abingdon.
- ▶ Milbrath L. W. (1977), *Political participation: How and why do people get involved in politics?*, 2.^a edition, Rand McNally, Chicago.
- ▶ Moosa-Mitha M. (2005), "A Difference-Centred Alternative to Theorization of Children's Citizenship Rights", *Estudos de Cidadania*, 9 (4), pp. 369-388.
- ▶ Moyser G. (2003), "Political participation", em Axtmann R. (ed.), *Understanding democratic politics: an introduction*, Sage, Londres.
- ▶ Norris P. (2002), *Democratic phoenix: reinventing political activism*, Cambridge University Press, Cambridge.
- ▶ O'Toole T. (2003), "Engaging with young people's conceptions of the political", *Children's Geographies*, 1(1), pp. 71-90.
- ▶ Parry G., Moyser G. e Day N. (1992), *Political participation and democracy in Britain*, Cambridge University Press, Cambridge.
- ▶ Pattie C., Seyd P. e Whiteley P. (2004), *Citizenship, democracy and participation in contemporary Britain*, Cambridge University Press, Cambridge.
- ▶ Pickard S. (2019), *Politics, protest and young people: political participation and dissent in Britain in the 21st Century*, Palgrave MacMillan, Londres.
- ▶ Riley C. E., Griffin C. e Morey Y. (2010), "The case for 'everyday politics': Evaluating neo-tribal theory as a way to understand alternative forms of political participation, using electronic dance music culture as an example", *Sociologia*, 44(2), pp. 345-363.
- ▶ Rosanvallon P. (2008), *Counter-democracy: Politics in an age of distrust*, Cambridge University Press, Cambridge.
- ▶ Seyd P. e Whiteley P. (2004), "British party members: an overview", *Party Politics*, 10(4), pp. 355-366.
- ▶ Verba S. and Nie N. H. (1972), *Participation in America: political democracy and social equality*, Harper and Row, Nova Iorque.
- ▶ Verba S., Schlozman K. and Brady H. (1995), *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*, Harvard University Press, Cambridge.
- ▶ Wattenberg M. P. (2012), *Is voting for young people?* (3.^a ed.), Pearson Education, Boston.
- ▶ Weiss J. (2020), "What is youth political participation? Literature review on youth political participation and political attitudes", *Frontiers in Political Science*, (2)1.

- ▶ Xenos M., Vromen A. e Loader B. D. (2014), "The great equalizer? Patterns of social media use and youth political engagement in three advanced democracies", *Information, Communication & Society*, 17(2), pp. 151-167.
- ▶ Zukin C. et al. (2006), *A new engagement? Political participation, civic life, and the changing American citizen*, Oxford University Press, Nova Iorque.

Biografias dos editores e dos autores

(por ordem alfabética)

Editores

Cristina Bacalso é uma consultora independente de investigação, especializada em políticas públicas para o desenvolvimento de adolescentes e jovens, participação juvenil e advocacia. Conta com mais de 15 anos de experiência em políticas e advocacia para os jovens, nomeadamente como conselheira para os adolescentes do Gabinete Regional da UNICEF para a Europa e a Ásia Central, conselheira para a síntese de provas e políticas para os adolescentes da UNICEF Innocenti e coordenadora de investigação do Youth Policy Labs - um grupo de reflexão global centrado especificamente nos jovens. A sua experiência inclui a prestação de aconselhamento estratégico e político baseado em dados concretos sobre adolescentes e jovens para governos, ONG internacionais e organizações internacionais. Foi a responsável pelo projeto "youth policy fact sheets", que tinha como objetivo traçar o perfil de 193 países e o estado atual das políticas de juventude, e foi a responsável pelo projeto e investigação do projeto "Age Matters!", um estudo plurianual e plurinacional sobre a legislação relativa à idade mínima. Este último projeto foi selecionado como um dos 10 melhores projetos para o prémio de investigação "Best of UNICEF" de 2019.

Tomaž Deželan é professor de ciência política na Universidade de Liubliana e seu secretário-geral adjunto. Desenvolveu uma carreira de investigação em várias instituições de investigação, incluindo as Universidades de Edimburgo e Tallinn, e é titular da Cátedra Jean Monnet para a educação para a cidadania. É membro da "Pool of European Youth Researchers" (PEYR) da Parceria UE-Conselho da Europa para a Juventude. O Professor Deželan coordenou mais de 20 projetos de investigação sobre juventude e cooperou com várias organizações e iniciativas internacionais governamentais e não governamentais (OSCE ODIHR, Fórum Europeu da Juventude, International IDEA, Social Progress Imperative, Conselho da Europa, Comissão Europeia, EACEA, ICF, etc.), bem como com governos (Eslovénia, Croácia, Chéquia, Letónia e Montenegro) no domínio da juventude. Agiu na qualidade de perito principal da Presidência Eslovena do Conselho da União Europeia no domínio da juventude e coredegiu uma série de conclusões do Conselho. É autor ou coautor de mais de 30 artigos em revistas científicas com revisão por pares, 25 capítulos em volumes editados e 10 monografias científicas. Editou vários volumes e números especiais de revistas (classificados pelo ISI) e escreveu vários documentos políticos para várias organizações, incluindo a OSCE, a International IDEA e o Fórum Europeu da Juventude.)

Anna Lodeserto é investigadora, formadora, especialista em políticas, coordenadora de campanhas transnacionais e facilitadora profissional, com especial interesse e experiência em participação juvenil, direitos humanos, multiculturalismo, políticas de migração, geopolítica e

novas tecnologias. Nos últimos 20 anos, trabalhou extensivamente nas áreas da coesão social, do diálogo intercultural, da cidadania ativa global, da justiça social para os migrantes e dos processos de participação dos cidadãos. Também participou, promoveu e organizou várias atividades de educação formal e não formal relacionadas com o trabalho internacional com jovens, a gestão de projetos, a educação para a cidadania e o diálogo euro-mediterrânico. A sua aprendizagem experimental e a sua vida profissional dizem respeito às relações internacionais, nomeadamente no que se refere a procedimentos e programas, e especificamente como consultora e auditora em processos de acompanhamento e avaliação de entidades públicas e ministérios. Dispõe também uma formação académica relevante, com experiência profissional em programas de educação e iniciativas de diálogo entre universidades europeias e os seus parceiros nos continentes africano, asiático e americano.

Autores

Sérgio Miguel Seno da Silva Xavier nasceu em 1980 e cresceu nos arredores de Lisboa. Cofundou e dirigiu a associação juvenil Dínamo em Rio de Mouro (2008-13). Foi responsável por vários cursos de formação em educação não formal, tanto a nível local como internacional. Foi assessor político na Câmara Municipal de Lisboa, nas áreas da Educação para os Direitos Humanos, Participação e Juventude (2013-17). Está a escrever a sua tese de doutoramento sobre Educação Democrática.

Antoni Antoszek é um estudante polaco do ensino secundário. Antoni publicou vários artigos em revistas polacas sobre educação, incluindo uma reportagem sobre e-learning, uma crítica ao currículo de base e um artigo sobre os problemas das injustiças nas admissões escolares. Tenta mostrar a exclusão dos estudantes do debate sobre a educação. O seu principal objetivo é dar voz aos estudantes e deixá-los falar sobre as suas preocupações e receios.

Joana Sofia Arêde Richa Martins tem 25 anos e foi criada em Portugal. É licenciada em terapia ocupacional e, desde 2018, é voluntária da GASNova, uma organização não governamental de desenvolvimento que acredita que os jovens são a chave para a transformação positiva do mundo. Junte-se a ela no grupo de apoio do programa de ação climática do projeto 1Planet4All.

Francesca Belotti é investigadora de pós-doutoramento no departamento de comunicação e investigação social da Universidade Sapienza de Roma. Os seus interesses de investigação abrangem desde as práticas mediáticas dos movimentos populares até às práticas de utilização geracional dos meios digitais, abordando também questões como o sexismo e o idadismo no contexto das TIC. O seu trabalho foi publicado em várias revistas, incluindo *New Media & Society*; *Media, Cultura e Sociedad*; *Ageing & Society*; *Violence Against Women*; and *Ethnicities*.

Benjamin Bowman é professor na Manchester Metropolitan University e membro do Manchester Centre for Youth Studies. A sua investigação incide sobre a política quotidiana dos jovens e as oportunidades de mudança social na democracia contemporânea. Benjamin tem trabalhado extensivamente com jovens, incluindo jovens ativistas, e faz parte do grupo de trabalho internacional relativo ao "Existential toolkit for climate educators", Rachel Carson Center, Munique.

Arianna Bussolletti é doutoranda em investigação social, comunicação e marketing no departamento de comunicação e investigação social da Universidade Sapienza de Roma. Investiga a interação entre as utilizações dos media digitais e as práticas identitárias, com destaque para o ativismo juvenil e a comunidade LGBTQ+. Colabora com a equipa italiana

do 2020 Global Media Monitoring Project e da ação europeia de investigação e inovação "Tipping+" (H2020-EU.3.3.6).

Francesco Capellini é responsável pelas áreas "juventude e internacional" da Animar (rede portuguesa de desenvolvimento local); cocriador e coordenador da Academia de Ativismo; membro do grupo "juventude e economia social e solidária" da rede europeia de organizações de economia social e solidária (RIPESS EU); colaborador da Conferência Internacional da Juventude de Krusevo, colaborador da AltroMercato e membro da direção da Drum Bun.

Stellamarina Donato é candidata a um doutoramento em "Desenvolvimento e bem-estar do indivíduo e das organizações" na Universidade LUMSA, em Itália. Os seus interesses de investigação abrangem as políticas mediterrânicas da UE em matéria de migração e populismo, bem como as políticas baseadas no género relativas aos direitos das mulheres e à violência contra as mulheres. É membro MC da ação COST "Women on the Move" CA19112 e é membro fundador do grupo de investigação internacional "Narratives and social changes" na Universidade de Salerno, Itália.

Joana Freitas está empenhada em promover a participação ativa e a igualdade dos jovens através da cooperação internacional, tanto a nível pessoal como profissional. Tem uma vasta experiência no domínio da educação e da juventude, tendo estado (e ainda está) envolvida em diversas iniciativas e organizações locais, nacionais e internacionais. Conta com um mestrado em intervenção social, inovação e empreendedorismo, uma licenciatura em línguas e relações internacionais e uma pós-graduação em educação social e intervenção comunitária.

Beatriz Henriques Peixoto Capão é licenciada em Ciências Políticas. Desde muito cedo, aliou a sua vontade de aprender ao seu desejo de ajudar, o que a levou a envolver-se em vários projetos de voluntariado e de desenvolvimento local. Atualmente, é membro da equipa nacional para a igualdade de género do CNE (Escuteiros de Portugal), sendo também coordenadora de um grupo académico sobre proteção ambiental e igualdade de género. Gosta de "sujar as mãos" por aquilo em que acredita e espera continuar a fazê-lo ao longo da sua vida.

Pooja Kishinani é uma estudante universitária que está a tirar uma licenciatura em política, filosofia e economia na Universidade de Manchester. É coautora do "Student guide to the climate crisis", de 2020. Os seus interesses de investigação incluem a governação climática urbana, o ambientalismo interseccional e formas institucionais e não institucionais de justiça climática.

Maija Lehto, que tem um mestrado em ciências sociais, é uma expatriada finlandesa que vive e trabalha em Liubliana, na Eslovénia, desde 2007. Ao longo dos seus 15 anos de trabalho no âmbito dos programas da UE no domínio da juventude, desenvolveu um interesse específico pela forma como os jovens entendem e "vivem" a cidadania na Europa em diferentes contextos históricos e discursivos.

Ana Sofia Martins Pereira é criminóloga, mestre em economia social e tem experiência profissional na área da economia solidária, nomeadamente com jovens e em projetos europeus. Após um estágio num estabelecimento prisional e a conclusão de uma tese de mestrado sobre os efeitos sociais e económicos do desemprego de longa duração na UE, Ana Sofia começou a trabalhar no terceiro setor. Representa a Rede Portuguesa de Economia Solidária (RedPES) na rede europeia de organizações de economia social e solidária (RIPESS EU) e é membro da direção da RIPESS Intercontinental. Atualmente, trabalha no Instituto Padre António Vieira (em Portugal) onde divulga o método UBUNTU a centenas de crianças e jovens.

Narcis George Matache é um antigo líder da juventude e político que se tornou jornalista. É editor executivo da única publicação multilingue da Dinamarca (*Last Week in Denmark*) e colunista político do *The International*. Alumnus da Universidade de Aalborg (mestrado em relações internacionais). Autor do livro gráfico *The European Citizen* e colaborador da *Europe 2030 - Local leaders speak out* e *De Engagerede* ("os envolvidos"). Primeiro transnacional europeu a ser eleito para um conselho regional dinamarquês.

Dan Moxon é um investigador e profissional especializado na participação inclusiva dos jovens, com mais de 20 anos de experiência no trabalho com crianças e jovens nos setores voluntário, público, com fins lucrativos e académico. A sua investigação centra-se na forma como a participação das crianças e dos jovens pode influenciar a política e a prática, bem como o desenvolvimento de estruturas e processos participativos. Em 2017, foi convidado a desenvolver novamente o processo de consulta subjacente ao Diálogo da UE com a Juventude. Esta iniciativa envolve cerca de 50 000 jovens de toda a UE e foi fundamental para o desenvolvimento dos novos European Youth Goals (Objetivos para a Juventude Europeia). Originalmente um técnico de juventude a nível local e regional no noroeste de Inglaterra, dirige atualmente a People Dialogue and Change, uma organização que trabalha em toda a Europa e não só, apoiando uma variedade de organizações no desenvolvimento da sua abordagem à participação dos jovens.

Zoran Pavlović, doutorado, é psicólogo social e professor associado no departamento de psicologia da faculdade de filosofia da Universidade de Belgrado, Sérvia. Participou em diversos projetos nacionais e internacionais e em inquéritos qualitativos e quantitativos sobre o ativismo político dos jovens. Tem uma vasta lista de publicações, tanto a nível nacional quanto internacional. Os seus interesses de investigação incluem os valores humanos, a ideologia, o comportamento político, a socialização política e a cultura política.

Sarah Pickard é professora e investigadora sénior na Université Sorbonne Nouvelle, Paris. A sua investigação holística sobre o envolvimento político dos jovens (política, participação eleitoral e não eleitoral, comunicação e policiamento) centra-se no ativismo ambiental e na política do "façamos nós mesmo" (DIO). É coordenadora do grupo especializado "política dos jovens" da Political Studies Association e vice-presidente do Sociology of Youth Research Committee da ISA (RC34). Sarah publicou o seu livro *Politics, protest and young people* em 2019 (Palgrave).

Chiara Scissa é doutoranda em Direito na Escola Superior de Estudos Avançados de Sant'Anna em Pisa (Itália) e perita em Proteção Internacional e Direitos Humanos na Comissão Territorial de Brescia. Foi investigadora visitante no Centre for European and Comparative Legal Studies da Universidade de Copenhaga, no Institute for Migration Studies of the Lebanese American University e na Division for Migration, Environment and Climate Change do Gabinete Regional da OIM para o Sudeste da Europa, Leste Europeu e Ásia Central em Viena (Áustria), onde se ocupou do reconhecimento e proteção dos migrantes ambientais no direito internacional e comunitário. Anteriormente, *inter alia*, foi ponto focal para os direitos humanos e a proteção dos migrantes no Grupo Principal das Nações Unidas para a Infância e a Juventude (UNMGCY).

Marion Smith é escritora, musicista e estudante de mestrado em etnomusicologia na Universidade de Manchester. Os seus interesses de investigação prendem-se, em grande medida, com a atividade musical entre as comunidades marginalizadas, com especial incidência em Manchester e no norte de Inglaterra, bem como com o papel dos movimentos musicais e artísticos nas esferas da justiça social. Juntamente com Pooja Kishinani, Marion é coautora do "Student guide to the climate crisis" de 2020.

Dragan Stanojević é professor assistente no departamento de sociologia da faculdade de filosofia da Universidade de Belgrado, Sérvia. As suas principais qualificações consistem em 15 anos de investigação social na Sérvia e no Sudeste da Europa e na participação em projetos de investigação nacionais e internacionais. A sua investigação e trabalho político centram-se nas relações familiares, na juventude e nas crianças, na educação, nas desigualdades sociais, na inclusão social e nos padrões de vida.

Bojan Todosijević é investigador principal no Centre for Political Studies and Public Opinion Research, Instituto de Ciências Sociais (IDN), Belgrado, Sérvia. Obteve o seu doutoramento no Departamento de Ciência Política da Universidade da Europa Central, em Budapeste. Antes do IDN, trabalhou na Universidade de Twente, nos Países Baixos, e no Institute for Social Research at the University of Michigan, em Ann Arbor. A investigação de Bojan centra-se na compreensão das atitudes sociais e políticas e do comportamento político. As suas publicações tratam de temas como a estrutura das atitudes sociais, a influência das orientações ideológicas nas atitudes e comportamentos políticos, as atitudes nacionalistas, a intolerância política e a ideologia populista. A sua investigação caracteriza-se por uma abordagem comparativa e uma metodologia quantitativa. É um especialista em análise de dados estatísticos e na metodologia dos estudos de opinião pública. A sua investigação mais recente inclui dois projetos de investigação relacionados com os aspetos sociais e psicológicos da pandemia de Covid-19 na Sérvia.

Nora Marion Wilhelm é uma inovadora social dedicada a um mundo onde as pessoas e o planeta possam prosperar. Foi cofundadora da "Collaboratio Helvetica", uma iniciativa que catalisa a mudança de sistemas no sentido da Agenda 2030 na Suíça, através da criação de um ecossistema de inovação trans-setorial, da execução de diferentes programas de reforço de capacidades e partilha aberta de conhecimentos. É oradora internacional, conferencista convidada e consultora. O seu trabalho foi reconhecido pela Forbes (lista "30 under 30"), pelo PNUA, pela UNESCO e pelo Governo suíço.

Agentes de vendas de publicações do Conselho da Europa
Sales agents for publications of the Council of Europe
Agents de vente des publications du Conseil de l'Europe

BÉLGICA/BELGIUM/BELGIQUE

La Librairie Européenne -
The European Bookshop
Rue de l'Orme, 1
BE-1040 BRUXELLES
Tel.: + 32 (0)2 231 04 35
Fax: + 32 (0)2 735 08 60
E-mail: info@libeurop.eu
<http://www.libeurop.be>

Jean De Lannoy/DL Services
c/o Michot Warehouses
Bergense steenweg 77
Chaussée de Mons
BE-1600 SINT PIETERS LEEUW
Fax: + 32 (0)2 706 52 27
E-mail: jean.de.lannoy@dl-servi.com
<http://www.jean-de-lannoy.be>

CANADÁ/CANADA

Renouf Publishing Co. Ltd.
22-1010 Polytek Street
CDN-OTTAWA, ONT K1J 9J1
Tel.: + 1 613 745 2665
Fax: + 1 613 745 7660
Toll-Free Tel.: (866) 767-6766
E-mail: order.dept@renoufbooks.com
<http://www.renoufbooks.com>

FRANÇA/FRANCE

Please contact directly /
Merci de contacter directement
Council of Europe Publishing
Éditions du Conseil de l'Europe
F-67075 STRASBOURG Cedex
Tel.: + 33 (0)3 88 41 25 81
E-mail: publishing@coe.int
<http://book.coe.int>

Librairie Kléber
1, rue des Francs-Bourgeois
F-67000 STRASBOURG
Tel.: + 33 (0)3 88 15 78 88
Fax: + 33 (0)3 88 15 78 80
E-mail: librairie-kleber@coe.int
<http://www.librairie-kleber.com>

NORUEGA/NORWAY/NORVÈGE

Akademika
Postboks 84 Blindern
NO-0314 OSLO
Tel.: + 47 2 218 8100
Fax: + 47 2 218 8103
E-mail: support@akademika.no
<http://www.akademika.no>

POLÓNIA/POLAND/POLOGNE

Ars Polona JSC
25 Obroncow Street
PL-03-933 WARSZAWA
Tel.: + 48 (0)22 509 86 00
Fax: + 48 (0)22 509 86 10
E-mail: arspolona@arspolona.com.pl
<http://www.arspolona.com.pl>

PORTUGAL

Marka Lda
Rua dos Correeiros 61-3
PT-1100-162 LISBOA
Tel: 351 21 3224040
Fax: 351 21 3224044
E-mail: apoio.clientes@marka.pt
www.marka.pt

SUÍÇA/SWITZERLAND/SUISSE

Planetis Sàrl
16, chemin des Pins
CH-1273 ARZIER
Tel.: + 41 22 366 51 77
Fax: + 41 22 366 51 78
E-mail: info@planetis.ch

REINO UNIDO/UNITED KINGDOM/ROYAUME-UNI

Williams Lea TSO
18 Central Avenue
St Andrews Business Park
Norwich
NR7 0HR
United Kingdom
Tel. +44 (0)333 202 5070
E-mail: customer.services@tso.co.uk
<http://www.tsoshop.co.uk>

**ESTADOS UNIDOS e CANADÁ/
UNITED STATES and CANADA/
ÉTATS-UNIS et CANADA**

Manhattan Publishing Co
670 White Plains Road
USA-10583 SCARSDALE, NY
Tel: + 1 914 472 4650
Fax: + 1 914 472 4316
E-mail: coe@manhattanpublishing.com
<http://www.manhattanpublishing.com>

**Publicações do Conselho da Europa/Council of Europe Publishing/
Éditions du Conseil de l'Europe**

F-67075 STRASBOURG Cedex
Tel.: + 33 (0)3 88 41 25 81 – E-mail: publishing@coe.int – Website: <http://book.coe.int>

A participação política dos jovens tem lugar num contexto de transformação democrática, incluindo um declínio global do estado da democracia, a diminuição do espaço da sociedade civil, a polarização do espaço político e social, a crise económica e a precariedade, a rápida digitalização, o impacto da pandemia de Covid-19 e, mais recentemente, a guerra. Neste contexto, assistimos a uma falta de confiança nas instituições políticas, a uma crescente desvinculação do sistema político e a um declínio da participação dos jovens na política institucional.

Este livro sobre o Conhecimento dos Jovens recorda-nos que, embora o contexto possa estar a mudar, a participação dos jovens é crucial para moldar e transformar as democracias. Ultrapassando o binário tradicional do 'convencional' e 'não-convencional', os autores colocam a questão: 'Como é que os jovens se envolvem com as democracias em transformação?'; procurando compreender as formas como os jovens estão a definir a sua própria participação.

Este volume inclui sete capítulos, nomeadamente o mapeamento do envolvimento dos jovens em movimentos de justiça ambiental e greves climáticas, dissidência e bondade radical, explorações da compreensão dos conceitos de democracia liberal, voz dos jovens e cidadania europeia, bem como a importância e o papel dos valores e seu contexto. Para além dos capítulos, inclui quatro ensaios pessoais, escritos pelos próprios jovens, que nos dão uma visão de como os jovens se envolvem na participação política para moldar as suas escolas, comunidades e a Europa, mas também os sistemas mais amplos em que assenta a nossa política atual.

A participação política, a cidadania e a relação dos jovens com a democracia continuam a ser um tema complexo para a investigação, a política e a prática no domínio da juventude. Embora esta publicação não pretenda responder a todas as questões ou representar as realidades de todos os jovens da Europa, permite-nos vislumbrar o panorama do envolvimento dos jovens num mundo em mudança, destacando realidades, tendências e questões principais.

<http://youth-partnership-eu.coe.int>
youth-partnership@partnership-eu.coe.int



POR

Os Estados-Membros da União Europeia decidiram unir os seus conhecimentos, os seus recursos e os seus destinos. Juntos, construíram uma zona de estabilidade, democracia e desenvolvimento sustentável, mantendo simultaneamente a diversidade cultural, a tolerância e as liberdades individuais. A União Europeia está empenhada em partilhar as suas conquistas e os seus valores com os países e os povos para além das suas fronteiras.

www.europa.eu

O Conselho da Europa é a principal organização em matéria de direitos humanos do continente. É composto por 46 Estados-Membros, incluindo todos os membros da União Europeia. Todos os Estados-Membros do Conselho da Europa assinaram a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, um tratado delineado para proteger os direitos humanos, a democracia e o estado de direito. O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos supervisiona a implementação da Convenção nos Estados-Membros.

www.coe.int

Esta tradução gratuita para um idioma não oficial está disponível em **<https://edoc.coe.int>**, mas realizada sob a responsabilidade da instituição parceira, ISBN não comercial 978-989-8330-52-9



9 789898 330529



EUROPEAN UNION

COUNCIL OF EUROPE



CONSEIL DE L'EUROPE